

Amazônia
Protagonista no enfrentamento das mudanças climáticas, bioma atravessa crise inédita **Caderno especial**

Quinta-feira, 5 de setembro de 2024
Ano 25 | Número 6081 | R\$ 6,00
www.valor.com.br



Shopping center
O grupo Allos fará no Centro-Oeste o seu maior investimento desde a fusão **B6**



Automóveis
GM vai investir R\$ 5,5 bi no Estado de São Paulo e desenvolver dois híbridos a etanol, diz Santiago Chamorro **B6**

ECONÔMICO

Valor

25
ANOS

Tesouro prevê fatia maior de papel atrelado à Selic na dívida

Gabriel Roca, Victor Rezende, Jéssica Sant'Ana e Estevão Taíar
De São Paulo e Brasília

O Tesouro Nacional decidiu emitir mais títulos atrelados à taxa Selic (LFT) neste ano, enquanto optou por reduzir as emissões de papéis prefixados (LTN e NTN-F) e indexados à inflação (NTN-B). A decisão aconteceu em meio à volatilidade relacionada às perspectivas para a política monetária, no Brasil e nos EUA, que afastou boa parte da demanda por papéis prefixados — que o Tesouro prefere emitir por dar maior previsibilidade para a gestão da dívida.

Apesar de esperada pelo mercado, a alteração no Plano Anual de Financiamento (PAF) para comportar uma parcela maior de papéis pós-fixados — justificada “em função da demanda bastante diferente da prevista” — acende um alerta para uma piora na composição da dívida pública, segundo analistas. **Página C1**

Ceron descarta possibilidade de alterar meta das contas públicas

Guilherme Pimenta e Lu Aiko Otta
De Brasília

A possibilidade de alterar a meta de resultado das contas públicas não está sobre a mesa, segundo o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. O tema é um importante fator de incerteza para os mercados. “Deixamos claro que, a partir do próximo relatório bimestral, vamos virar a chave desta discussão”, disse em entrevista ao **Valor**. Ceron afirmou que, se necessário, novo contingenciamento será feito — um de R\$ 3,8 bilhões já foi realizado. No entanto, a perspectiva para as receitas é “positiva”, ou seja, é possível até que haja descontingenciamento. A divulgação do relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do 4º bimestre deve ocorrer até o fim deste mês. O documento mostra eventual necessidade de congelar gastos. **Página A18**

O que esperar da regulamentação das emendas parlamentares

A. Manoel e H. Rebouças A16

Vitória de Trump pode tornar EUA menos competitivos e igualitários

Joseph Stiglitz A17

Indicadores

Ibovespa	4/set/24	1,31 %	R\$ 21,9 bi
Selic (meta)	4/set/24	10,50% ao ano	
Selic (taxa efetiva)	4/set/24	10,40% ao ano	
Dólar comercial (BC)	4/set/24	5,6353/5,6359	
Dólar comercial (mercado)	4/set/24	5,6390/5,6396	
Dólar turismo (mercado)	4/set/24	5,6698/5,8498	
Euro comercial (BC)	4/set/24	6,2439/6,2451	
Euro comercial (mercado)	4/set/24	6,2462/6,2468	
Euro turismo (mercado)	4/set/24	6,3109/6,4909	



Diversificação geográfica e de produtos sustenta o lucro operacional no agro

Balanço Levantamento com 25 companhias mostra que 22 delas tiveram Ebitda positivo no 2º trimestre do ano; três empresas de insumo ficaram no vermelho

Nayara Figueiredo
De São Paulo

Mesmo com a queda no preço das commodities, a quebra na produção de grãos e o impacto da alta do dólar sobre o endividamento, os resultados operacionais das empresas do agronegócio ficaram majoritariamente positivos no 2º trimestre.

De acordo com levantamento do **Valor Data**, das 25 companhias do setor que divulgaram resultados financeiros, 22 tiveram lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) positivo. Apenas três

— todas de insumos — ficaram no vermelho nesse indicador, que reflete a geração de caixa potencial da empresa.

Nas empresas de agro, 14 tiveram alta no Ebitda, enquanto oito tiveram queda. Os desempenhos mais expressivos foram da BRF, em que o Ebitda passou de R\$ 1 bilhão no 2º trimestre do ano passado para R\$ 2,62 bilhões no mesmo período de 2024 (+160%), e da JBS, que saiu de R\$ 4,47 bilhões para R\$ 9,88 bilhões (+121%).

As empresas de maior diversificação geográfica ou nos produtos em seu portfólio contornaram melhor as adversidades do período, segundo analis-

tas. É o caso dos frigoríficos e de usinas, principalmente. A BRF, por exemplo, teve 32 novas habilitações em três meses, o que ampliou sua capacidade de acessar novos mercados, disse Fábio Mariano, da BRF, na divulgação do balanço.

Marcelo Nantes, da ASA Investments, afirma que o segmento de frigoríficos se destacou, com ganhos nas duas pontas: queda do preço dos grãos para ração animal e valorização do câmbio, que favoreceu as exportações.

No setor sucroenergético, a queda nos preços do etanol afetou o desempenho das usinas, mas a alta do açúcar mitigou as per-

das. A São Martinho, por exemplo, teve lucro líquido de R\$ 106,3 milhões no 1º trimestre da safra 2024/25 de cana — 51,7% menor do que o do mesmo período do ciclo anterior. O recuo, segundo a empresa, deveu-se a efeitos não caixa, uma vez que o desempenho operacional foi positivo. O Ebitda ajustado teve aumento de 20,7% no período, para R\$ 672,3 milhões.

Sem diversificação geográfica ou no portfólio, o setor de grãos foi um dos que mais sofreram. Problemas climáticos e queda dos preços de commodities afetaram o desempenho de empresas como BrasilAgro e SLC Agrícola. **Página B10**

Juros em alta



A ex-diretora do BC Fernanda Guardado espera que o Copom inicie neste mês um ciclo de alta dos juros, que deve levar a Selic até 12,25%. “Cabe ao BC agir e ajustar o nível de aperto para permitir que a inflação retorne ao processo de convergência”, disse em entrevista aos repórteres Victor Rezende e Gabriel Roca. **Página C2**

Motta tenta unificar candidatura

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

O deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), alçado a candidato à presidência da Câmara, buscará os adversários para construir uma composição que viabilize uma candidatura única na disputa. Elmar Nascimento (União-BR), Antonio Brito (PSD-BR)

e Isnaldo Bulhões (MDB-AL), demais postulantes colocados, demonstraram surpresa com sua entrada e indicaram que não desistirão. Na terça-feira, Marcos Pereira (Republicanos-SP) abriu mão de concorrer e apresentou o nome de Motta.

Segundo interlocutores, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ficou “chateado” com a condução de Pereira. Em seu 1º

dia como postulante ao comando da Casa, Motta teve conversas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-presidente Jair Bolsonaro. Teria acenado para gestão independente caso seja eleito, respeitando interesses de governo e oposição. **Página A10**

● **Maria Cristina Fernandes:** Sucessão das mesas será mais longa e arriscada. **Página A12**

Destaques

Aumento de capital da Azul

A Azul e seus assessores financeiros estão desenhando estratégias para uma possível entrada de novo capital em 2025, segundo fontes. As conversas para um aumento de capital caminham de forma paralela às negociações com arrendadores e “bondholders” da Azul, que estão ouvindo propostas em Nova York nesta semana em busca de solução para a situação da aérea. **B1**

Engler diz ser o candidato da direita

Terceiro candidato à Prefeitura de Belo Horizonte a ser sabatinado pelo **Valor**, “O Globo” e rádio CBN, o deputado estadual Bruno Engler (PL) criticou adversários, colocou-se como o “verdadeiro candidato” da direita na capital mineira e defendeu o ex-presidente Jair Bolsonaro, inegável até 2030. **A14**

Carreira



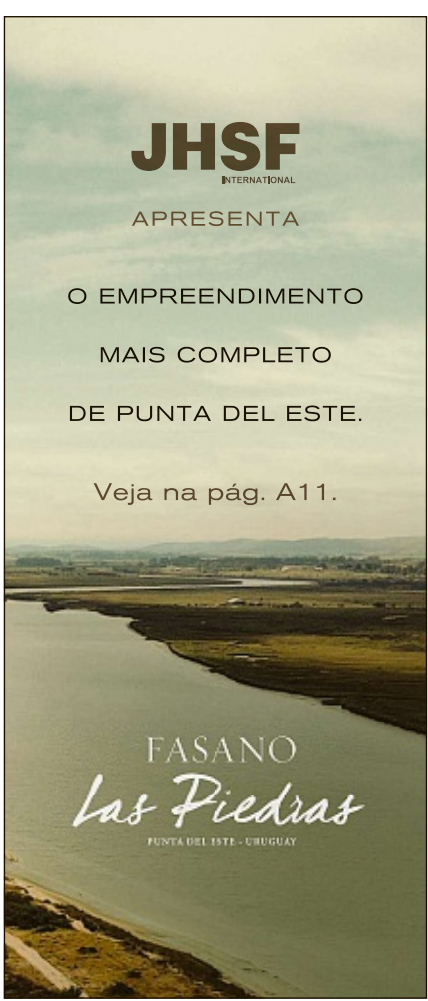
Professor de Wharton e autor de best-sellers, Adam Grant fala a Stela Campos sobre dilemas da carreira e a diferença entre excelência e perfeição. “Perfeccionismo é uma ótima maneira de chegar ao burnout”. **Página B2**

Iguá vence concessão de água e esgoto de Sergipe

Taís Hirata e Luiz Fernando Figliagi
De São Paulo

A Iguá Saneamento venceu a disputa pela concessão de água e esgoto realizada pelo governo de Sergipe. O grupo fez oferta de R\$ 4,54 bilhões de outorga pelo ativo, o que representa ágio de 122,63% em relação ao mínimo previsto no edital. Além do pagamento da outorga, a Iguá terá que fazer R\$ 6,3 bilhões em investimentos para a universalização dos serviços até 2033. Nos primeiros dez anos, deverão ser aplicados cerca de R\$ 4,7 bilhões. A concessão tem duração de 35 anos. A proposta ficou bastante acima da apresentada pela segunda colocada, a Aegea, que fez oferta de R\$ 3,6 bilhões de outorga.

A empresa planeja financiar seus compromissos por meio de um aumento de capital, com aporte dos atuais sócios, e financiamento com bancos, já pré-acertado, disse seu presidente, Roberto Barbuti, após o leilão realizado na B3. A Iguá tem 16 operações, em seis Estados, e atende cerca de três milhões de pessoas. **Página B4**



Ambiente

Temas devem ser considerados juntos, apesar de terem espaço específico’, diz Maria Netto

Fome e mudança no clima são agendas conectadas

Paula Martini e Victoria Netto
Do Rio

A integração dos esforços de combate às mudanças climáticas com o enfrentamento à fome e à miséria, com ênfase nos mecanismos de financiamento, está no foco dos debates de organizações não governamentais no contexto da presidência brasileira do G20, grupo de maiores economias do planeta, e a realização da COP30 no Brasil, ano que vem.

Esse também é o principal tema de um debate organizado pelo governo federal, em parceria com o Instituto Clima e Sociedade (iCS) e o Instituto Ibirapitanga, que acontece em paralelo à Conferência Global de Sinergias entre o Combate à Mudança Climática e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, realizada nesta quinta e sexta-feira no Museu do Amanhã, zona portuária do Rio.

A diretora do Instituto Clima e Sociedade (iCS), Maria Netto, destaca que o painel conecta as duas principais agendas brasileiras na presidência rotativa do G20: o combate à fome e o enfrentamento às mudanças climáticas. “Os dois temas têm que ser considerados conjuntamente, apesar de terem espaço específico”, observa.

A diretora destaca o impacto da mudança do clima na agricultura, como secas e enchentes, que tendem a se tornar mais frequentes. Ela também reforça a importância de um diálogo mais sofisticado sobre medidas de adaptação, agricultura regenerativa, integração lavoura-floresta e entendimento sobre as mudanças climáticas para financiar e executar os projetos.

“Às vezes, fala-se muito do agro só pensando no desmatamento na Amazônia, mas tem muito mais que pode ser pensado. A forma de fazer a integração de agricultura, de lavoura e florestas pode ter muitas oportunidades de remover gases de efeito estufa”, afirma.

A secretária nacional de segurança alimentar e nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Lillian Rahal, concorda que o enfrentamento à fome e à pobreza depende de programas de proteção social atrelados a projetos de adaptação a mudanças climáticas e ao fortalecimento dos sistemas alimentares.

“A gente não muda o patamar em termos ambientais sem políticas de combate à fome e à pobreza. Os próprios ODS [Objetivos de De-

seenvolvimento Sustentável, da ONU] deixam isso muito claro. A gente não vai conseguir ampliar a proteção à Floresta Amazônica se não houver alternativas de resiliência e inclusão produtiva e sustentável das famílias da região.”

O Brasil continua no chamado Mapa da Fome, com 3,9% da população subnutrida entre 2021 e 2023, o equivalente a 8,4 milhões de pessoas, segundo dados do relatório “O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo”, divulgado em julho pelas Nações Unidas. No mundo, cerca de 733 milhões de pessoas passaram fome em 2023. O número equivale a uma em cada 11 pessoas em todo o planeta, e uma a cada cinco na África, segundo a ONU.

Netto, do iCS, defende ainda a criação de fundos climáticos que, apesar de limitados em termos de recursos, podem agir mais localmente sobre perdas e danos, sobretudo se utilizados em um formato de “blended finance” — isto é, em combinação com outros recursos escaláveis para gerar impactos reais. “Eles podem ser aquele recurso pequeno em uma primeira perda. Pode-se combinar o recurso e, por exemplo, com o seguro ou com um banco de desenvolvimento como o BNDES, para que possa também ser usado em cooperação técnica”, diz.

Rahal, secretária do MDS, cita como o exemplo a iniciativa Sertão Vivo, que auxilia a implantação de sistemas de produção resilientes ao clima, com o objetivo de melhorar o acesso à água para a produção rural em municípios com vulnerabilidade social. Do R\$ 1,8 bilhão que compõe a iniciativa, aproximadamente R\$ 650 milhões vêm de captação do BNDES junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), da ONU, que opera com recursos do Green Climate Fund.

O coordenador-geral de segurança alimentar e nutricional do Ministério das Relações Exteriores, Saulo Ceolin, considera que a preocupação com o combate à fome, a pobreza e a segurança alimentar estão mais fortes no discurso do governo brasileiro do que nas presidências anteriores do G20 e de outros países que sediaram a COP. “Há um arco de continuidade entre as prioridades do Brasil para o G20 e para a COP30”, diz ele, que também coordena a força-tarefa do G20 para a criação da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza.



Maria Netto: combate à fome e enfrentamento às mudanças climáticas devem ser considerados conjuntamente, apesar de terem espaço específico

Marina teme extinção do Pantanal

Gabriela Pereira
De Brasília

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, afirmou na quarta-feira (4) que as queimadas no Pantanal podem causar a perda do bioma até o fim deste século. A declaração foi dada durante uma audiência no Senado, na qual Marina defendeu as ações do governo para conter a crise e disse que, sem medidas que começaram a ser tomadas desde o ano passado, a situação dos incêndios estaria “incontrolável”.

“Se não tivéssemos nos preparado desde janeiro de 2023 para tomarmos as medidas que estão em curso, nós teríamos uma situação completamente incon-

trolável. Eu diria que o esforço que está sendo feita neste momento é um esforço de empatar o jogo”, disse a ministra.

Nesse contexto, ela destacou a situação do Pantanal para reforçar a gravidade da situação, citando dados de pesquisadores.

“Se continuar o mesmo fenômeno em relação ao Pantanal, o diagnóstico é que poderemos perder o Pantanal até o final do século”, disse a ministra.

Marina participou por pouco mais de três horas de uma reunião na Comissão do Meio Ambiente. Aos senadores Marina defendeu a criação de um marco regulatório que estabeleça a “figura da emergência climática”. Na avaliação da ministra, a medida permitiria retirar os investi-

mentos necessários para prevenção de mudanças do limite de gastos do governo federal. O pleito ocorre em um cenário de restrição nas contas públicas, em que o governo buscar reforçar a credibilidade da política fiscal.

“A emergência faz apenas a gestão do desastre, não faz gestão do risco, de que adianta começar um trabalho e não ser possível finalizar”, afirmou.

“O diagnóstico é que poderemos perder o Pantanal até o fim do século”
Marina Silva

A ministra acrescentou também que as queimadas na floresta alcançaram os maiores patamares na série histórica. Segundo ela, 27% das áreas atingidas por queimadas (cerca de 900 mil hectares) estão em regiões de atividade agropecuária e os outros 41% (1,4 milhão de hectares) estão em áreas de vegetação não florestal. “Apenas 32%, pouco mais de 1 milhão de hectares, em área de vegetação florestal”, finalizou.

No encontro, o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, ressaltou que o órgão está trabalhando como uma operação de guerra. “Não se pode tratar como cultura a prática de colocar fogo em florestas, quem coloca fogo é bandido”, disse.



Conheça **#UMSÓPLANETA** – o maior movimento editorial brasileiro para promover práticas sustentáveis e enfrentar a mudança climática. Acesse umsoplaneta.globo.com



Casos de Mpox já superam total do ano passado

Saúde
Folhapress, de Brasília

O número de casos de Mpox — doença anteriormente conhecida como varíola dos macacos — no Brasil em 2024 já ultrapassou o total registrado no ano passado, segundo dados do boletim epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde.

O país registra 945 casos confir-

mados ou prováveis da doença até o dia 2 de setembro — em todo o ano de 2023 foram 853 casos.

A região Sudeste concentra a maioria das notificações, representando 80,7% dos casos.

Entre as unidades da federação, São Paulo registrou o maior número de casos, com 487, seguido por Rio de Janeiro (216), Minas Gerais (52) e Bahia (39). Em contrapartida, não houve registros de casos confirmados ou

prováveis nos Estados de Amapá, Tocantins e Piauí.

O perfil das pessoas infectadas continua sendo majoritariamente masculino, com 897 casos em homens na faixa etária de 18 a 39 anos. Apenas um caso foi registrado em crianças de 0 a 4 anos, e não há registros de casos confirmados ou prováveis em gestantes. Em 2024, não foram registrados óbitos pela doença, enquanto, em 2023, houve dois casos de morte.

Sudeste concentra a maioria das notificações, representando 80,7% dos casos; entre os Estados, São Paulo lidera

Desde setembro de 2023, uma nova variante do vírus mpox, denominada cepa 1b, foi identificada e associada a um aumento significativo de casos na República Democrática do Congo.

O surto, provocado por uma mutação mais letal do vírus, colocou o mundo novamente em alerta. A doença se espalhou pela República Democrática do Congo e por países vizinhos, como Burundi, Quênia, Ruanda e

Uganda, e já chegou à Suécia.

Pela segunda vez em dois anos, a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou a Mpox uma emergência de saúde pública global.

Essa nova forma do vírus parece ser altamente transmissível, mais letal e comprometer com maior gravidade os órgãos vitais, aumentando o risco de óbito. Até o momento, não há registro de casos dessa nova variante no Brasil.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

21Shares **C8**
3Tentos **B10**
Ace Capital **C2**
Aegea **B4**
AerCap **B1**
Aerover **F10**
AgroGalaxy **B10**
Aica **F9**
AIMCo **B4**
Ajinomoto **F10**
Allos **B6**
Amaggi **B9**
ARM Capital **C8**
ASA Investments **B10**
Avolon **B1**
AZ Quest **A5**

Azorra **B1**
Azul **B1**
B3 **C5**
Banco da Amazônia **F2**
Banco do Brasil **C5, F2**
Banco Inter **C5**
Bank of America **A4**
BeFly **C6**
Beltterra **F9**
Bemol **F10**
Biomm **C6**
BlackRock **C8**
Blue Timber Florestal **F8**
Bluesky **B8**
BNDES **A6, F2, F4**
BNDESPar **B4**

BNP Paribas **C2**
Bossapack **F10**
BP **F6**
Bradesco **C5**
Brasbio **F10**
BrasilAgro **B10**
BRF **B10**
BRK Ambiental **B4**
BTG **A5, C5, C6**
BV **C5**
Caixa **C5, F2**
Caoa Chery **B6**
Cashforce **C1**
Centroflora **F10**
Cerradinho **B10**
CME Group **C1**

Cosan **B1**
CPP **B4**
CRAS Madeira **F8**
Crescera Capital **B6**
Criteria Investimentos **B10**
Datagro **B10**
Deere **B8**
Enauta **F6**
Energisa **F2**
Essentia **F9**
Falko **B1**
Ford **B6**
FSC Brasil **F8**
Gaia **F2**
GAP Asset **A5**
Geely **B6**

General Motors **B6**
Genial Investimentos **B10**
GenomaA Biotech **F8**
Givaudan **F10**
Goldman Sachs **A4**
Google **B8**
Grupo Ceolin Grãos e Fibras **B9**
guide investimentos **C2**
Hashdex **C8**
Heringer **B10**
HSBC **B6**
ICP Ventures **C8**
Iguá Saneamento **B4**
Infinity Asset **C8**
Itaú **C5, F2**

Itaú BBA **B6**
J.P. Morgan **A5**
JBS **B10**
KFW **F4**
KPTL **F10**
LCA Consultores **A4**
Manioca **F10**
Mapfre **B2**
Master **C6**
Mercado Bitcoin **C5**
Mercur **F10**
Meta **B8**
Mombak **F9**
NAC **B1**
Necton **C1**
Nippon Steel **A15**

Nubank **C5, C6**
Oba Hortifruti **B6**
Oncoclínicas **C6**
Ouro Preto Investimentos **C1**
Pátria **B4**
Pátria Investimentos **C1**
Perfin **B4**
Petrobras **B1, F6**
Picpay **C6**
PlenaSol **F10**
Prio **F6**
QR Asset **C8**
Quaest **A14**
Quilty Space **B8**
Raizen **B1**
RB Investimentos **B10**

RJI Corretora **C8**
Samise Florestal **F8**
Sanofi **B2**
Santander **A5, C1, C5, F2**
São Martinho **B10**
Sextante **B2**
Shell **B1, F6**
SLC **B9, B10**
SpaceX **B8**
SRM Asset **C1**
Starlink **B8**
Stellantis **B6**
TecBan **C5**
Tesla **B8**
TMNH **F8**
Toyota **B6**

Tunad **B8**
Twitter **B8**
U.S. Steel **A15**
Unipar **B2**
VanEck **C8**
Vanquish **C8**
Verra **F9**
Vista **C5**
Vittia **B10**
Volkswagen **B6**
Volvo Cars **B6**
WH Auditores e Consultores **C8**
Wharton **B2**
X **B8**
XP **A4, C5, C6**

Assine o Valor Econômico:

assinevalor.com.br

ou ligue:

0800 7018888





SHOPPING CAMPO GRANDE SE TRANSFORMA

Novo capítulo no varejo de Mato Grosso do Sul

A ALLOS anuncia a segunda expansão do Shopping Campo Grande, reafirmando sua posição como principal destino de compras e entretenimento da região.

O projeto impactará 23,7 mil m² de ABL, incluindo 11,5 mil m² de área redesenvolvida e 12,2 mil m² de área adicional.

MAIS ESPAÇO, MAIS CONFORTO E CONVENIÊNCIA.

150

novas operações

+ 660

novas vagas de estacionamento

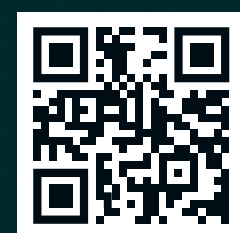
Integração

com projeto multiúso de alto padrão

Área gastronômica

com marcas nacionais e internacionais exclusivas

ALLOS



SAIBA MAIS SOBRE O PROJETO.

Conjuntura Para economistas, depois de dois anos em alta, impulso fiscal será substituído por outros fatores na sustentação da atividade

Ajuda do governo ao PIB perde força após auge no 1º semestre

Marcelo Osakabe
De São Paulo

Em trajetória ascendente há quase dois anos e meio, o impulso fiscal atingiu um pico em algum momento do primeiro semestre e deve passar a contribuir de forma decrescente e até negativa para o PIB ao longo dos próximos trimestres, calculam economistas. A virada de chave deverá ser intensa, mas a avaliação é que a retirada do “empurrão” do governo não significará um colapso da economia, já que outros fatores continuarão a dar sustentação ao quadro de atividade.

Segundo o BTG Pactual, são quatro os principais fatores que levarão a uma desaceleração dos gastos na segunda metade de 2024. Primeiro, a regularização do pagamento de precatórios feita em dezembro de 2023, que não deve se repetir neste ano. Segundo, a antecipação, para o primeiro semestre, do pagamento do 13º dos benefícios previdenciários e de outra leva de precatórios. Há também a dinâmica das emendas parlamentares em ano eleitoral, que concentrou o pagamento entre maio e julho.

“Por fim, as medidas de contenção de despesas necessárias para o atingimento da meta de primário e o cumprimento do limite de gastos, que deverão implicar uma desaceleração mais forte do ritmo de execução de despesas discricionárias até o fim deste ano”, diz Fabio Serrano, economista do banco. Em suas contas, as despesas primárias cresceram 15% de janeiro a junho em termos nominais, frente ao mesmo período de 2023. Esse crescimento deve desacelerar daqui para frente, fechando o ano em 3,3%.

Essa mudança do comportamento dos gastos também pode ser medida pelo chamado impulso fiscal, um indicador abrangente sobre o impacto mais amplo da política de gastos do governo sobre a economia. Um estudo realizado pelo Santander e antecipado ao **Valor** mostra que o impulso fiscal estrutural, métrica que limpa o resultado de fatores não recorrentes ou esporádicos, é crescente desde a virada de 2022 para 2023 e chegou a 2,53% do PIB no ano passado. Isso equivaleu a uma injeção de cerca de R\$ 250 bilhões na economia naquele ano.

“São várias as metodologias que medem o impulso. A gente gosta mais do estrutural porque é uma medida mais completa do ponto de vista econômico”, diz Anna Júlia Carvalho, economista do banco. Em seus cálculos, apenas na janela entre o último trimestre de 2023 e o primeiro de 2024, que coincide com o pagamento de R\$ 93 bilhões em precatórios, o impulso em 12 meses chegou a 3%, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Em março, ele bateu um pico atingindo 4,9% do PIB.

A projeção do banco é que o impulso desacelerou desde então e virou para o negativo já em setembro, devendo ficar negativo em 5,2% em março do ano que vem, quando voltaria a se recompor.

A ajuda do governo à atividade movimento foi apontada como um dos principais fatores que levaram o PIB do segundo trimestre crescer 1,4%, o ritmo mais intenso de expansão desde o último trimestre de 2020. A reversão desta trajetória também pode contribuir para fazer a economia voltar a operar ao redor do que analistas consideram como o seu potencial após vários anos de PIB surpreendendo para cima. Esta premissa, inclusive, é citada no debate sobre política monetária por aqueles favoráveis a uma manutenção da Selic na próxima reunião do Copom, em 17 e 18 de setembro.

Olhando apenas o comportamento das despesas primárias do governo central, houve um crescimento médio real de 12% por trimestre entre janeiro de 2023 e ju-



GABRIEL REIS/VALOR

Impulso fiscal atingiu o pico em março, chegando a 4,9% do PIB
Anna Júlia Carvalho

nho de 2024. Se o limite de despesas do arcabouço for cumprido, a média do segundo semestre será de -6,3%, destaca a economista-chefe da GAP Asset, Anna Reis.

“A premissa é o cumprimento do arcabouço neste ano e no próximo ano, pelo menos do ponto de vista da despesa. A meta de superávit primário não é um ‘hard limit’, como se diz, a própria lei prevê as sanções caso ele seja descumprido. Já o limite de crescimento real da despesa [de até 2,5%] não se pode descumprir”, explica. “Como houve crescimento maior das despesas previdenciárias neste ano, foi preciso bloquear. Senão, teria que mudar todo o arcabouço. E, dado o estrago que a revisão da meta de primário de 2025 causou sobre os mercados, acho pouco provável que o governo vá querer enfrentar essa questão.”

Nas contas da AZ Quest, o impulso acumulado em 12 meses foi, em média, de 1% a 1,5% do PIB entre o fim de 2022 e junho de 2024, com o picos ocorrendo no início de 2023 e no segundo trimestre deste ano. A partir de agora, no entanto, ele deverá desacelerar e até ficar negativo entre o fim do ano e o início do próximo, algo também na casa de 1% do PIB.

“A forte expansão das despesas vista desde 2022 assumiu uma forma diferente do que era normal até então, com maior destaque para as transferências diretas, como o Bolsa Família e outros auxílios. Não apenas nos valores do benefício, mas também em quantidade”, nota Lucas Barbosa, economista da gestora. “O que a gente enxerga daqui em diante: não tem dinheiro novo. Depois de um longo período de

expansão, a conversa agora é pente-fino, novas regras para inclusão de beneficiários. Além disso, não há espaço no Orçamento para reajuste nos benefícios, exceto aqueles indexados ao salário mínimo”.

A virada de chave das despesas, vale salientar, não implica maior facilidade para o governo cumprir com a meta de resultado primário — que também guarda relação com outras dinâmicas, como o das receitas. Em relatório a clientes, o J.P. Morgan ressaltava que prevê um déficit primário entre 0,7% e 0,8% do PIB em 2024 e 2025 mesmo levando em consideração que o “empurrão” do governo à economia, atualmente entre 0,5% e 1,0% do PIB, vai decrescer até se tornar um arrasto de quase 1% do PIB ao longo do próximo ano, nos cálculos dos economistas do banco.

“A gente precisava chegar no segundo semestre com um freio nos gastos, é uma medida necessária para conter a inflação, e isso já está contratado. Mas não significa que o PIB vai despencar, apenas que haverá desaceleração”, diz Ítalo Franca, chefe de política fiscal e estudos especiais do Santander. Na visão do banco, o mercado de trabalho aquecido, que tem elevado a renda das famílias, o crédito menos restritivo e o carregado deixado pelo ritmo mais forte de atividade na primeira metade do ano são alguns dos fatores que devem fazer com que o terceiro trimestre ainda apresente números favoráveis.

Embora o impulso fiscal comece a decrescer no segundo semestre, o momento exato em que este começará a aparecer nos indicadores é difícil de prever, diz Anna Reis, da GAP. “Existem alguns fluxos que foram despejados na economia que a gente não sabe ao certo em que momento chegaram às famílias, como os precatórios pagos em dezembro e também em março. A gente entende que uma parcela desses recursos pode ter demorado a cair na conta das pessoas, o que pode

ter ajudado a sustentar o consumo em alta até junho”, lembra.

Além disso, acrescenta, existe o chamado feito multiplicador desses gastos. “Assim como a política monetária, que afeta a economia em um horizonte de 18 meses, esse efeito tende a persistir e reverberar por algum tempo.” A economista aposta que o comércio de bens duráveis, como veículos, seja um dos primeiros a apontar o efeito da desaceleração do impulso fiscal.

Para a AZ Quest, esse movimento pode começar a ficar perceptível no quarto trimestre, nas vendas do varejo mais sensíveis à renda. “A Black Friday pode ser um período interessante para analisar esse reflexo”, sugere Barbosa.

Outro indicador que deve enfraquecer com a reversão do impulso fiscal é a massa ampliada de rendimentos, que soma as rendas do trabalho e benefícios previdenciários ou de proteção social. Ela cresceu 11,6% e 6,3% em 2022 e 2023, respectivamente, e deve avançar outros 6,5% este ano, nas contas do Santander. Em 2025, a alta deve moderar para 3,7%, ainda acima do ritmo observado antes da pandemia, nota Franca.

Sem o empurrão do governo, os economistas acreditam que a atividade tende a rodar mais perto de seu potencial. A maioria dos analistas estima que essa medida, que corresponde à capacidade do país crescer sem gerar pressões inflacionárias, esteja em algum lugar entre 1,5% e 2%.

“A grande dúvida será os efeitos e velocidade da desaceleração. Nossa projeção para 2025 é de 1,5%, temos exatamente esse valor como estimativa de PIB potencial”, diz o economista do Santander.

A AZ Quest prevê que o PIB desacelere para 1,8% em 2025. Já na GAP, o cenário é de um PIB trimestral desacelerando para uma média de 0,3% na segunda metade do ano, ou 1,5% em termos anualizados. Em 2025, a atividade de volta a expandir 1,9%.

“Acreditamos que o impulso fiscal é a principal causa do crescimento forte, não somente deste ano, mas desde 2022. Grande parcela desse PIB crescendo 3% por ano nos últimos anos tem a ver com estímulos que começaram com Bolsonaro e perduraram no começo do governo Lula, desde o Auxílio Brasil de R\$ 600 até a PEC da Transição”, diz Anna Reis. “Cessando esses movimentos, o PIB deve rodar mais perto do que se imagina que seja seu potencial. E, se o pente-fino em programas sociais for efetivo, esse freio pode ser ainda maior, já que afetaria, em maior parte, famílias de baixa renda e alta propensão a consumir.”

COMÉRCIO EM PAUTA

Trabalho que valoriza o Brasil



CNC RECEBE O GOVERNADOR ROMEU ZEMA PARA FORTALECER SETOR TERCIÁRIO EM MINAS

O presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto Tadros, recebeu, na terça-feira (3), na sede da CNC no Rio de Janeiro, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema. Também participaram do encontro o presidente da Fecomércio-MG, Nadim Donato, e o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Fernando Passalio. Durante o encontro, foram discutidas iniciativas para impulsionar o setor terciário mineiro, incluindo o fortalecimento de parcerias estratégicas entre o governo estadual e a Fecomércio-MG.

O governador e o presidente da Fecomércio-MG também participaram da gravação do programa

Entre Pontos, que será disponibilizado em breve na plataforma CNC Play.

Na pauta dos assuntos debatidos, a colaboração entre o Governo de Minas Gerais e o Sistema Comércio foi destacada como fundamental para a promoção de políticas de desenvolvimento econômico no Estado, especialmente em projetos voltados para o comércio, serviços e turismo e o fortalecimento do ambiente de negócios em Minas Gerais. Temas como a necessidade de ajustes na reforma tributária para evitar aumento da carga, a urgência da reforma administrativa, a importância do turismo na economia e investimentos em fontes de energias limpas e renováveis também compuseram a pauta do encontro.



Divulgação/CNC

O governador Romeu Zema participou do programa da CNC Entre Pontos

PRÊMIO SESC DE LITERATURA REVELA NOVOS NOMES PARA O MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO

O Prêmio Sesc de Literatura anunciou os vencedores de 2024: o romance *Bololô: Gaiola Vazia*, de autoria de Ricardo Mauricio Gonzaga (ES), o livro de contos *A Glória dos Corpos Menores*, de Patricia Souza de Lima (SP), e o livro de poesias *Contra a Parede*, de Antonio Veloso Maia (RJ). As obras foram selecionadas entre 2.731 inscritas, sendo 1.427 livros de poesia, 656 de contos e 648 romances. A editora Senac Rio fará a publicação das obras selecionadas, e os autores também receberão um prêmio em dinheiro no valor de R\$ 30 mil.

Como forma de destacar o público prioritário do Sesc, essa edição do Prêmio Sesc de Literatura concedeu menção honrosa aos

concorrentes declarados trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo que tiveram suas obras como finalistas. Os contemplados com o reconhecimento foram: Oly Cesar Wolf, 50 anos, do Paraná, com o romance *Inventário da Parede*; Matheus Wilson de Oliveira Rodrigues, 37 anos, de São Paulo, com o romance *1 Copo de Sal*; Mônica Karine da Silva, 33 anos, de São Paulo, com o livro de contos *Onde se Pede a Carne*; e Ruan Gabriel Belo da Silva, 21 anos, de Pernambuco, com o livro de poesias *Codorna*. Desde a sua criação em 2003, mais de 22 mil obras foram inscritas e 40 novos autores foram revelados. O lançamento dos títulos está previsto para o fim do ano.

TALENTOS DO SENAC PARTICIPAM DA MAIOR COMPETIÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO MUNDO

Na esteira dos Jogos Olímpicos de Paris e das Paralimpíadas 2024, ocorre na cidade de Lyon, também na França, de 10 a 15 de setembro, a WorldSkills Competition, maior competição de educação profissional do mundo, realizada a cada dois anos.

O Centro de Exposições Eurexpo Lyon vai abrigar todas as provas, que contarão com sistemas robóticos e cozinhas profissionais e mais de 60 países participantes. O Senac levará sete representantes em sua delegação, que são os vencedores das Competições Senac de Educação Profissional, organizadas em Vitória, no ano de 2023. São eles: Pâmela Fernandes, da Bahia (Serviço de Restaurante); Paulo Be-

din, do Paraná (Cozinha); Bruna Pimentel, do Rio de Janeiro (Cabeleireiro); Estéfany Marengoni, do Paraná (Cuidados de Saúde); Maria Olívia Fronza, de Santa Catarina (Florista); Vanessa Coelho, do Rio de Janeiro (Recepção de Hotel); e Gabriela Sirtoli, do Espírito Santo (Estética e Bem-Estar).

Acompanhe o desempenho dos competidores do Senac nas redes sociais da instituição.



Divulgação/Senac

Representantes do Senac na WorldSkills de Lyon, na França

www.portaldocomercio.org.br

@sistema.cnc @sistemacnc @sistemacnc @tvcnconline

Conjuntura Secretário alerta, porém, que Estado está mais pobre depois das enchentes de maio

Recuperação do RS virou exemplo, diz Ceron

Lu Aiko Otta e Guilherme Pimenta
De Brasília

O governo federal acredita ter consolidado um protocolo de reação a calamidades a partir da tragédia do Rio Grande do Sul, disse ao **Valor** o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. Passados três meses das enchentes, a economia gaúcha se recupera em ritmo de dois dígitos e com reação de todos os setores, o que foi conseguido a partir de medidas específicas.

No início, havia pressão para que o governo federal entregasse recursos para o Estado e para as prefeituras aplicarem diretamente. No entanto, o governo federal optou por um modelo “balanceado”, disse Ceron.

O governo estadual e as prefeituras receberam recursos que

praticamente dobraram sua capacidade de investimento.

Ao mesmo tempo, o governo federal entrou com apoios variados. O primeiro foi o voucher de R\$ 5 mil entregue a famílias afetadas. Além disso, as micro e pequenas empresas tiveram acesso a linhas do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), e os agricultores acessaram recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Indústrias e empresas de maior porte receberam empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para capital de giro.

“Funcionou também muito bem”, afirmou. “Então, esse modelo nos parece muito adequado, é um modelo de resposta

bem estabelecido”, disse Ceron.

Criticado pelo vice-governador do Estado, Gabriel Souza, quando afirmou em junho, em entrevista ao **Valor**, que o impacto das enchentes seria neutro do ponto de vista da atividade econômica local, Ceron vê sua avaliação sendo comprovada.

Dados de agosto para a arrecadação do Imposto sobre a Circula-

“Em termos de plano econômico de reconstrução, é o mais bem sucedido que fizemos no país”
Rogério Ceron

ção de Mercadorias e Serviços (ICMS), que são uma aproximação do que ocorre na atividade econômica, mostram crescimento real de 27%, após alta de 17% em julho.

Com isso, as receitas acumuladas no período de 12 meses estão perto de R\$ 10 bilhões acima do previsto no orçamento do Estado, informou o secretário. A estimativa dos gaúchos, em meio à crise, apontava para queda de R\$ 10 bilhões no ano.

As discussões em torno da criação de um seguro-receita, pedido pelo Rio Grande do Sul para garantir o mesmo nível de receitas de 2023, ficaram em suspenso.

Dados do emprego formal em julho apontam para a geração de 6.690 empregos no Estado. É uma inversão do que se viu em maio e junho, quando foram perdidas 30

mil vagas no total. A julgar pela arrecadação de agosto, a recuperação do mercado de trabalho deve prosseguir, disse Ceron. Os números estão longe de confirmar a perda de 100 mil empregos estimada pelo Estado durante a tragédia.

“O Rio Grande do Sul vai crescer, o que não quer dizer que não haja problemas”, ponderou o secretário do Tesouro. As enchentes trouxeram uma perda patrimonial que não foi recuperada. Assim, o Estado cresce rápido, mas está mais pobre.

“É igual a uma guerra, há destruição de ativos”, comparou. Depois, é preciso reconstruir tudo, o que dinamiza a economia e proporciona a recuperação do PIB que se vê. “O que não quer dizer que o Estado vai chegar no fim do ano em termos de patrimônio de in-

fraestrutura igual estava antes.”

A velocidade da recuperação se explica em grande parte pelo apoio financeiro. A economia gaúcha recebeu estímulos próximos a 10% de seu Produto Interno Bruto (PIB). “Com todo o suporte que foi dado, não tinha como não ter resposta”, disse Ceron.

O ritmo de atividade visto agora terá reflexos também em 2025. Além disso, o Estado dispõe de um fundo destinado a financiar investimentos, com recursos economizados com a suspensão do pagamento de parcelas de sua dívida junto ao Tesouro Nacional.

“Em termos de plano econômico de reconstrução, é o mais bem sucedido que fizemos no país”, avaliou Ceron.

Ver também página A18

Revisão de gastos tem de ser “muito bem pensada”, afirma Haddad

Estevão Taiar
De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que, se todas as regras para as contas públicas do governo federal forem mantidas como estão, “as despesas obrigatórias vão consumir” o espaço das despesas discricionárias. Mas um movimento estrutural de revisão dos gastos obrigatórios “precisa ser muito bem pensado”, para não pressionar as políticas sociais e a população de menor renda.

“Não podemos fazer uma regra que prejudique a saúde, a educação e os direitos sociais”, disse em entrevista à GloboNews.

Despesas discricionárias são aquelas que podem ser cortadas livremente, como investimentos e custeio. Duas das principais propostas apresentadas por economistas para limitar o crescimento das despesas obrigatórias são: mudanças nos pisos constitucionais dos gastos com saúde e educação; desvinculação de benefícios previdenciários ao reajuste do salário mínimo.

Como mostrou ontem o **Valor**, as despesas obrigatórias do governo federal crescerão R\$ 132,2 bilhões em 2025, puxadas por benefícios previdenciários e salário do funcionalismo. O crescimento consome 92% de todo o espaço disponível no arcabouço fiscal para a ampliação de gastos.

Na entrevista, o ministro afirmou que “não temos tabu de discutir nenhum assunto em benefi-



“Não podemos fazer regra que prejudique a saúde, a educação e os direitos sociais”
Fernando Haddad

cio do crescimento sustentado” da economia. “Mas não adianta apresentar uma coisa que não passe no Congresso” ou prejudique a população mais pobre, disse.

Ele projeta que os precatórios previdenciários começarão “a cair, porque a fila [para a concessão de benefícios] não existe mais”. Precatórios são dívidas do Poder Público reconhecidas pela Justiça e sem a possibilidade de recursos.

Já a realização de nova reforma do regime geral de Previdência Social não é discutida pelo governo “neste momento”, segundo o ministro. Mas há “alguma discussão” a respeito de mudanças nas regras das “categorias que ficaram fora da reforma” realizada em 2019.

Haddad garantiu que “nunca” precisou convencer o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) da importância do equilíbrio das contas públicas. Isso porque Lula “colheu os frutos da responsabilidade fiscal e das reformas microeconômicas” nos dois primeiros mandatos.

“Não tenho que convencer o presidente, [mas] tenho que convencer muita gente”, afirmou.

O ministro ainda afirmou que Lula autorizou que o projeto de lei que cria o programa Gás Para Todos seja tratado de acordo com as regras do Orçamento de 2025. Na prática, o texto apresentado inicialmente pelo Ministério de Minas e Energia deixa essas despesas fora do arcabouço fiscal. O titular da Fazenda se reuniu ontem com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, para tratar do tema.

Por fim, a respeito do Produto Interno Bruto (PIB) potencial do Brasil, Haddad afirmou que “é daí (2,5%) para mais”. Ele destacou a importância das reformas tributária sobre consumo e renda e microeconômicas para aumentar o indicador. Para Haddad, “o Brasil não tem razões” objetivas “para crescer menos do que a média mundial, que tem sido em torno de 3%”.

“Podemos crescer até 3% sem bater na inflação”, afirma Simone Tebet

Jéssica Sant’Ana
De Brasília

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que é possível o Brasil crescer de 2,8% a 3% sem gerar pressão inflacionária, uma preocupação dos economistas depois do forte resultado do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre deste ano, puxado, principalmente, pelo consumo interno.

“Nós podemos sim crescer na casa de 2,8% até 3% sem bater na inflação, desde que o crescimento seja pela diversidade, ou seja, não é só o agronegócio, tem que aparecer a indústria, capital fixo [investimento], o crescimento do setor empresarial”, disse Tebet em entrevista na manhã desta quarta-feira (4) ao “Jornal da CBN”.

A ministra avaliou que essa “maior qualidade na composição do crescimento econômico aconteceu no segundo trimestre deste ano. “Quem compareceu para dar esse crescimento? Foi a indústria da construção, foi o consumo, foi o setor de serviços. Isso também demonstra o quanto as políticas públicas acertadas, colocando mais recursos na mão de quem menos tem, pode fazer efeito [na economia].”

Tebet citou como exemplo de política pública acertada a valorização do salário mínimo acima da inflação, que tem ajudado a puxar o consumo das famílias. “Quando você vem com a valorização do salário mínimo, que é pagar o salário mínimo acima da inflação,



Crescimento espalhado do PIB mostra acerto das políticas públicas
Simone Tebet

quem ganha um, dois salários mínimos, coloca tudo isso no comércio. Eu ousou dizer que a maior política social do governo do presidente Lula não é nem o Bolsa Família, é a valorização do salário mínimo acima da inflação.”

Na avaliação da ministra, esse crescimento de maior qualidade do PIB não traz efeito inflacionário. “Esse crescimento vem da indústria, do investimento. Então, a demanda por produtos, que vem por conta do salário aquecido, vai encontrar nas prateleiras os produtos graças à indústria que está produzindo. Isso de alguma forma ajuda a controlar a inflação.”

Ela disse, ainda, que se a composição do PIB se mantiver nos próximos trimestres, não há necessidade de o Banco Central voltar a subir os juros nem de a inflação ficar acima da meta, que é de 3% ao ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

A ministra também reforçou que o PIB em 2024 deve crescer próximo a 3%, porque o agronegócio, que não compareceu no segundo trimestre, dará sua contribuição nos últimos meses do ano.

Questionada se a revisão do crescimento do PIB para cima vai incentivar o desejo, tanto de parlamentares como de parte do governo, em aumentar gastos no Orçamento do ano que vem, Tebet negou.

“Com esse crescimento do PIB, aliado aos ajustes que estamos fazendo em parceria com o Congresso Nacional, nós estamos muito próximos de alcançar a meta zero ainda no ano de 2024”, disse.

Aneel vê erro e recua em bandeira da conta de luz

Rafael Bitencourt
De Brasília

Após constatar erro no acionamento da bandeira tarifária de setembro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou que voltou atrás na decisão tomada na última sexta-feira (30) de aplicar a bandeira vermelha patamar 2 nas contas de luz dos consumidores de todo o país. Para este mês, portanto, passará a valer a bandeira vermelha patamar 1.

“A redução do patamar da bandeira vermelha ocorre após a correção de informações do Programa Mensal de Operação (PMO) de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema (ONS)”, explicou a Aneel, em nota oficial.

Com a bandeira vermelha patamar 2, os consumidores pagariam o adicional de R\$ 7,877 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos no mês. Já, com a vermelha patamar 1, eles terão o acréscimo de R\$ 4,463 a cada 100 kWh consumidos.

A alteração repentina da bandeira, antes da virada do mês, não costuma acontecer. Por esta razão, “a diretoria da Aneel definiu que serão instaurados processos de fiscalização para auditar os procedimentos dos agentes envolvidos na definição da



Situação de abastecimento é melhor que na crise hídrica de 2021, diz Alexandre Silveira

PMO e cálculo das bandeiras”, conforme indicou o órgão regulador em comunicado.

No último sábado, o ONS e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) haviam informado que foi identificada uma inconsistência em dados sobre despacho inflexível da ter-

melétrica Santa Cruz, o que impacta no cálculo do preço de referência da energia negociada no mercado de curto prazo, o PLD, que, por sua vez, reflete no acionamento da bandeira tarifária.

Horas antes de a Aneel anunciar que voltou atrás na decisão, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, já havia admitido que o acionamento na conta de luz da bandeira vermelha no patamar 2 poderia ser revisto. A declaração foi dada a jornalistas ao ser questionado sobre inconsistências no custo de operação de usinas térmicas, o que influencia na escolha da cor da bandeira.

Além das bandeiras vermelhas

patamar 1 e 2, o sistema possui outras duas faixas de acionamento: a bandeira verde, sem cobrança adicional, e a bandeira amarela, com acréscimo de R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos.

Apesar da preocupação do governo com a segurança do suprimento de energia, o ministro de Minas e Energia tem repetido que a condição atual de abastecimento do país é melhor do que a enfrentada na crise hídrica de 2021.

“É importante a gente dizer que a nossa situação, graças ao planejamento que fizemos esse dois anos, é extremamente mais confortável do que de 2021”, afirmou, após formatura da Escola de Eletricistas da Neoenergia Brasília.

Na crise anterior, o governo precisou criar uma nova bandeira tarifária, a chamada Bandeira Escassez Hídrica, para cobrir o rombo de R\$ 13 bilhões no caixa das distribuidoras devido ao acúmulo de despesa com despacho de térmicas mais caras.

“Hoje, temos mais ou menos 56% ainda de preservação dos nossos reservatórios. Naquela época nós tínhamos em torno de 21%”, disse Silveira, ao comparar o nível dos reservatórios das hidrelétricas nos dois períodos. Segundo ele, é importante ressaltar isso para “tranquilizar a sociedade”.

Aluno estrangeiro vai ter visto de trabalho facilitado

Mariana Assis
De Brasília

O governo editou uma norma para facilitar a entrada de estudantes estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro. De acordo com a resolução, que deve ser publicada nesta quinta-feira (5) e foi antecipada ao **Valor**, imigrantes que tenham concluído a graduação ou pós-graduação no país e estejam em território nacional poderão solicitar autorização de residência para trabalhar no Brasil. Hoje, esse pedido só pode ser feito por quem já tem experiência na área.

O texto é de responsabilidade do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. A resolução entra em vigor 30 dias após a publicação.

A nova regra será válida para quem frequentou cursos em modo presencial ou híbrido. A exigência é que o processo de avaliação tenha ocorrido presencialmente em instituição brasileira credenciada pelo Ministério da Educação. O imigrante também deverá atender ao requisito de ter realizado a maior parte do curso em uma instituição nacional.

Além disso, se a área de forma-

ção do imigrante exigir a aprovação específica em exames, provas, concursos ou inscrição em conselho profissional da categoria, ele pode requerer a autorização de residência, mas só estará apto a exercer a profissão depois de realizadas todas as etapas de habilitação que a atuação profissional demandar. É o caso de médicos e advogados, por exemplo.

De acordo com Jonas Pabis, secretário-Executivo do CNIg, a nova regra busca resolver uma falta de regulação migratória que, na prática, acabava fazendo com que estudantes internacionais deixassem o país após concluírem seus estudos no Brasil.

“Um jovem recém-saído da universidade não tem esse período de experiência exigido pela resolução [anterior]. Então, na prática, o que acontecia? As pessoas vinham para o Brasil, se inseriam em um sistema educacional por razões diversas, e quando ela já estava formada, que ela tinha a capacidade de contribuir no mercado de trabalho, não encontrava fundamento legal e acabava deixando o país.”

O texto prevê prazo de residência de até dois anos, como já definido na Lei de Migração.

Atividade econômica

Indicadores agregados

	ago/24	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br - % (1)	-	-	1,37	0,41	0,32	-0,15	0,51	0,67	0,75	0,11
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-1,4	4,3	-1,5	-0,4	0,8	0,2	-0,8	0,9	0,8
Indústria de transformação	-	-1,3	4,9	-2,4	0,3	0,7	0,6	0,2	0,4	0,1
Indústrias extrativas	-	-2,4	2,6	3,1	-3,5	0,6	1,3	-6,6	3,7	3,2
Bens de capital	-	-2,5	0,8	-1,9	3,0	-0,7	2,1	11,0	-1,7	-0,4
Bens intermediários	-	-0,3	2,3	-0,6	-1,1	1,1	-0,8	-2,7	1,6	1,8
Bens de consumo	-	-2,5	7,0	-2,3	0,4	0,4	1,6	-0,6	1,1	0,1
Faturamento real (CNI - %)	-	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	-0,1	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	-1,0	0,9	0,8	0,2	0,9	1,8	-0,7	0,4
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	2,7	-1,0	0,8	1,7	-1,6	2,4	0,0	1,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	1,7	-0,4	0,4	0,3	-0,5	0,5	0,5	1,0
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,8	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,5	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0
Balança comercial (US\$ milhões)										
Exportações	-	30919	29044	30255	30455	27723	23429	26.704	28.786	27.886
Importações	-	23.279	22.333	21.851	21.886	20.492	18.225	20.512	19.463	19.097
Saldo	-	7640	6.711	8.404	8.568	7.230	5.204	6.192	9.323	8.789

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	2º Tr/24	1º Tr/24	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R\$ bilhões) *	2.888	2.714	11.174	10.856	10.080	9.012
PIB (US\$ bilhões) **	553	547	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	1,4	1,0	2,5	2,9	3,0	4,8
Agronegócio	-2,3	11,1	0,0	15,1	-1,1	0,0
Indústria	1,8	-0,1	2,6	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,0	1,4	2,6	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	2,1	3,8	-0,9	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,8	16,9	16,6	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central. (1) 2º trim de 2024, nos últimos 12 meses

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuição em R\$	Alíquotas em % (1)	Base de cálculo* em R\$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R\$
Até 1.412,00	7,50	Até 2.259,20	0,0	0,00
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00	De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00	De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00	De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Empregador doméstico	8,00	Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência ago/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R\$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R\$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data *Valor considera o desconto simplificado de R\$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R\$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R\$ bilhões

Discriminação	Janeiro-julho		Var.	julho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	505,8	454,1	11,39	71,9	64,8	10,89
Imposto de renda pessoa física	45,0	36,6	23,00	5,4	5,2	3,58
Imposto de renda pessoa jurídica	204,1	196,7	3,78	34,1	30,7	11,01
Imposto de renda retido na fonte	256,7	220,8	16,25	32,4	28,9	12,07
Imposto sobre produtos industrializados	439	34,5	2726	6,7	4,9	37,19
Imposto sobre operações financeiras	374	34,7	781	5,5	5,1	7,65
Imposto de importação	40,1	31,2	28,59	6,7	4,4	52,45
Cide-combustíveis	1,7	0,1	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	234,8	188,3	24,67	35,7	27,9	28,33
CSLL	108,7	101,7	6,90	18,0	16,3	10,59
PIS/Pasep	64,5	52,7	22,42	9,5	7,7	24,05
Outras receitas	492,6	447,4	10,08	76,7	70,7	8,43
Total	1.529,5	1.344,7	13,75	231,0	201,8	14,48
	fev/24			jan/24		fev/23
Valor**	Var. %*		Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	51,2	-16,88	61,6	-5,42	50,7	-9,74
	jun/24		mai/24		jun/23	
Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	
INSS	49,7	1,33	49,1	-2,76	45,9	-3,85

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Em % Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Em R\$ Salário mínimo
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	2393	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	2393	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	0,35	24,44	1.412,00
set/24	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760	0,83	0,5584	0,5088	0,3143	0,35	24,44	1.412,00
2024	0,57	5,18	5,18	7,29	7,98	5,06	4,32	2,82	3,06	0,62	6,97
Em 12 meses*	0,82	7,04	7,04	10,08	11,04	6,78	5,69	3,85	2,31	1,12	6,97
2023	1,76	8,04	8,04	12,01	13,04	7,15	5,65	4,81	2,31	2,02	8,91

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para setembro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R\$ bilhões - no setor público

Divida líquida do setor público	jul/24		jun/24		jul/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Divida líquida total	6.962,6	61,90	6.946,2	62,18	6.186,2	58,53
(+) Ajuste patrimonial + privatização	-45,5	-0,40	-12,8	-0,11	2,3	0,02
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-964,9	-8,58	-912,6	-8,17	-661,7	-6,26
Divida fiscal líquida	7973,1	70,89	7871,6	70,46	6.845,5	64,77
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7795,8	69,31	7706,3	68,98	6.838,3	64,70
Dívida externa líquida	-833,2	-7,41	-760,1	-6,80	-652,1	-6,17
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5980,4	53,17	5954,1	53,30	5.256,5	49,74
Governos Estaduais	872,4	7,76	872,3	7,81	823,9	7,80
Governos Municipais	70,1	0,62	64,4	0,58	45,1	0,43
Empresas Estatais	39,7	0,35	55,4	0,50	60,7	0,57
Necessidades de financiamento do setor público						
Fluxos acumulados em 12 meses	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Total nominal	1.127,5	10,02	1.108,0	9,92	721,8	6,83
Governo Federal**	867,8	7,72	875,9	7,84	590,1	5,58
Banco Central	169,3	1,51	149,3	1,34	46,6	0,44
Governo regional	77,9	0,69	72,6	0,65	79,1	0,75
Total primário	257,7	2,29	272,2	2,44	80,5	0,76
Governo Federal	-50,7	-0,45	-47,2	-0,42	-189,4	-1,79
Banco Central	0,9	0,01	0,6	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-18,8	-0,17	-25,6	-0,23	-13,7	-0,13

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. ** Inclui INSS. Obs: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central

Valores em R\$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho		Var.	junho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	1.320,2	1.216,9	8,49	203,0	187,7	8,16
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	

LANÇAMENTO

A ESSÊNCIA DA
EXCLUSIVIDADE MUITO
ALÉM DO ALTO PADRÃO



Perspectiva ilustrada da Piscina

VISITE O COMPLEXO GLOBAL E CONHEÇA



WWW.PARQUEGLOBAL.COM.BR
☎ 11 5199 1919
CONHEÇA O COMPLEXO GLOBAL
Marginal do Rio Pinheiros, 14.500
Eixo Marginal Pinheiros Sul

BUENO
NETTO
50 ANOS

REALIZAÇÃO:





UM MARCO IMOBILIÁRIO GRANDIOSO, A TORRE RESIDENCIAL MAIS ALTA DE SÃO PAULO.



Residences

IDEAL PARA MORAR,
EXCELENTE PARA INVESTIR.

APARTAMENTOS DE

77_{M²} | 106_{M²}
122_{M²} | 129_{M²}



PARQUE
GLOBAL

PARQUE GLOBAL. A UTOPIA REAL

A ESSE LANÇAMENTO SURPREENDENTE

Empreendimento: Torre PG Residences, do Condomínio Parque Global - Complexo de Inovação, Saúde e Educação. Incorporadora: GOLF VILLAGE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. Empreendimento aprovado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, nos termos do Alvará de Aprovação de Edificação Nova nº 2023/04828-00, expedido em 09/08/2023 e apostilamento nº 2023/04828-01, expedido em 01/09/2023. Memorial de Incorporação registrado sob o R.4., da matrícula nº 297.584, do 15º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, em 03/11/2023. Todas as imagens e perspectivas contidas neste material são meramente ilustrativas, podendo sofrer alterações, inclusive quanto à forma, cor, textura, posição e tamanho. As unidades autônomas e áreas comuns do empreendimento serão entregues conforme Projeto Legal, Memorial de Incorporação e Memorial Descritivo de Acabamento do empreendimento, que prevalecerão em caso de conflito com qualquer outro material ou informação relativa ao empreendimento. Os acabamentos, mobiliário, eletrodomésticos e demais itens do apartamento decorado e das perspectivas não fazem parte do Memorial Descritivo. A vegetação que compõe o paisagismo retratado nas perspectivas é meramente ilustrativa e apresenta porte adulto de referência. Na entrega do empreendimento, essa vegetação poderá apresentar diferenças de tamanho e porte, mas estará de acordo com o projeto paisagístico e em conformidade com as aprovações ambientais. A vista apresentada nas imagens é meramente elucidativa, não sendo a fotografia exata do local. Intermediação: BEM IMÓVEIS - CRECI 20197-J - Av. Dr. Cardoso de Melo, 1.460 - 9º andar, cjs. 91 a 93, Vila Olímpia, CEP 04548-004, São Paulo-SP; e ABYARA - CRECI 42766-J - Av. Ibirapuera, 2.332, 9º andar, Bloco 1 - Edifício Torre Ibirapuera I, Indianópolis, CEP 04028-002, São Paulo-SP.

Política

Congresso Elmar Nascimento, Antonio Brito e Isnaldo Bulhões indicaram que não desistirão

Motta vai procurar adversários para unificar candidatura

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

Alçado a candidato à presidência da Câmara, o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) buscará seus adversários nos próximos dias para tentar construir uma composição que viabilize uma candidatura única na disputa marcada para fevereiro de 2025. O objetivo é evitar fissuras nas relações internas do Legislativo e emplacar o discurso de que defenderá os interesses dos congressistas em eventuais embates com o Executivo e o Judiciário.

A movimentação ocorre após o vice-presidente da Casa, Marcos Pereira (Republicanos-SP), abrir mão de concorrer e apresentar o correligionário como opção para comandar a Mesa Diretora, em busca de consenso.

No entanto, os demais candidatos — Elmar Nascimento (União-BA), Antonio Brito (PSD-BA) e Isnaldo Bulhões (MDB-AL) — indicaram que não desistirão, ao menos por enquanto. O **Valor** apurou que os parlamentares — todos líderes de seus partidos na Casa — demonstraram surpresa com a entrada repentina de Motta na corrida.

A decisão de Pereira pretendia

atrair o apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que, até então, tinha o nome de Nascimento como escolha praticamente certa como sucessor. A eventual concretização desse passo é vista pelo líder do União como uma traição do alagoano.

De acordo com interlocutores de Lira, o chefe do Legislativo ficou “chateado” com a condução de Pereira, porque o episódio gerou desconfortos com aliados próximos e despertou divergências em seu bloco.

Antes de se reunir com os outros candidatos, Motta teve na quarta-feira conversas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre sua trajetória política e teria acenado para uma gestão independente caso seja eleito, respeitando os interesses do governo e da oposição.

O deputado reuniu-se com Bolsonaro na manhã de quarta-

No primeiro dia como candidato, Hugo Motta teve conversas com Lula e Bolsonaro



MARINA RAMOS/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 3/9/2024

Lira: presidente da Câmara alinhou com Hugo Motta a estratégia de procurar os demais postulantes à sucessão para reduzir desconforto entre os aliados

feira (4) na casa do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), primogênito do ex-presidente. O paraibano comprometeu-se a ter uma gestão independente e a defender os interesses do Legislativo.

Horas mais tarde, reuniu-se com Lula, em encontro intermediado por Marcos Pereira. Na reunião, demonstrou disposição em manter bom diálogo com o Palácio do Planalto caso seja confirmado como sucessor de Lira. Nos bastidores do governo, há uma avaliação de que é necessário trabalhar para construir uma candidatura de consenso, segundo uma fonte afirmou o **Valor**.

Na conversa com Lula, Motta minimizou o fato de ter boa relação com o ex-presidente da Casa Eduardo Cunha, que conduziu o impeachment de Dilma Rousseff (PT). Ele explicou ainda ter votado pelo afastamento da ex-presidente por ser filiado do MDB, partido do então vice-presidente Michel Temer.

Também indicou que a boa relação com o senador Ciro Nogueira

(PP-PI), ex-ministro de Bolsonaro e crítico do governo Lula, não interferirá na condução dos trabalhos e no diálogo com o Executivo.

Interlocutores de Motta afirmaram ao **Valor** que nem Lula, nem Bolsonaro demonstraram resistência à nova candidatura. A estratégia de buscar os adversários foi alinhada com Lira, que, por isso, deve adiar o anúncio por alguns dias até que o aliado esgote as negociações por uma aliança ampla em torno de sua postulação.

Considerado favorito de Lira até terça-feira, Nascimento sentiu o baque da entrada de Motta na disputa, conversou com o alagoano duas vezes apenas na quarta-feira e buscou o PL para tentar afiançar o apoio da legenda à sua postulação.

A sigla pretende endossar a candidatura apoiada por Lira por acreditarem que o presidente da Casa “não entrará em uma campanha para perder”.

Ventilada por desafetos, a desistência não está no radar do líder do União. Aliados dele, porém, reco-

nhecem que o baiano está fragilizado e avaliam que a melhor decisão seria uma desistência imediata.

Para eles, quanto antes Nascimento decidisse deixar a corrida pela presidência da Casa, “mais caro seria o seu apoio”. O entendimento é que é preciso superar “o baque” pelo anúncio de Pereira e pelo provável “abandono” de Lira e agir racionalmente.

Brito, por sua vez, optou por ficar mais reservado no “day after” da desistência de Pereira, mas também sinalizou que não sairá da corrida. O presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, rechaçou nos últimos dias pedidos de adversários e até mesmo de Lula para que o baiano aceitasse compor com outros postulantes.

A leitura de aliados próximos é que a entrada de Motta na disputa, sem nenhum alinhamento com outros congressistas, pode representar um revés para o paraibano e “jogar a vitória no colo” de Brito. Considerado um dos parlamentares mais afáveis da atual legislatura, o líder do PSD enfrenta resistên-

cia por causa de Kassab, dirigente partidário, que enfrenta resistências de líderes de outras legendas.

Integrante do bloco rival de Lira em Alagoas, Bulhões continua correndo por fora e tentará aproveitar o estremecimento de relações no Legislativo para fortalecer sua postulação.

De acordo com interlocutores de Lira, o presidente da Câmara está preocupado com reflexos da decisão de Pereira na unidade da Casa, fortalecida recentemente após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter bloqueado o pagamento de emendas parlamentares ao Orçamento. As siglas se uniram para reagir à Corte, um acordo entre os Poderes saiu do papel e um texto para dar mais transparência aos recursos deve ser enviado na próxima semana pelo governo.

Para evitar que as relações internas fiquem ainda mais fragmentadas, Lira não quer fazer nenhum anúncio sobre quem apoiará até esgotar as negociações da ofensiva por uma candidatura única. (*Colaborou Renan Truffi*)

Rede de relações levou a favoritismo

De Brasília

Novo favorito para a eleição pela presidência da Câmara, o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) tem apenas 34 anos, mas já criou uma rede de vastas relações em Brasília ao longo de quatro mandatos como deputado federal. Uma das principais, que o ajudou a chegar como favorito ao cargo, é a amizade com o presidente do PP, o senador Ciro Nogueira (PI), que o trata como um “filho de consideração”.

Nogueira foi o mais ativo nas articulações para que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), convencesse o presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP), a desistir da candidatura para que Motta pudesse entrar na disputa. A intenção é que ele seja um candidato de consenso — o que ainda não ocorreu, já que Elmar Nascimento (União-BA), Antonio Brito (PSD-BA) e Isnaldo Bulhões (MDB-AL) avisaram que continuarão na disputa. Prodígio na política, tendo si-

do o deputado federal mais jovem eleito em 2010, com então 21 anos, Motta é herdeiro de uma família poderosa em Patos, quarto município mais populoso da Paraíba. Seu avô paterno foi prefeito da cidade nos anos 1950 e seu avô materno foi deputado estadual e federal. Já seu pai, Nabor Wanderley (Republicanos), é o atual prefeito e concorre à reeleição agora em outubro, com a intenção de governar o município pela quarta vez.

A avó dele, Francisca Motta, foi prefeita de 2013 a 2016 e atualmente é deputada estadual pelo sexto mandato. Ela foi afastada do cargo em plena campanha municipal em 2016, acusada de cometer irregularidades em licitações e contratos públicos, e a mãe de Motta, então chefe de gabinete da prefeitura, chegou a ser presa preventivamente. Elas foram julgadas inocentes pela Justiça Federal em 2021.

Hugo chegou a Câmara em 2010, mas foi no segundo mandato que se destacou como parte

dos “Cunha boys” — jovens deputados que ganharam protagonismo com o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (Republicanos-RJ). Cunha e Motta eram, na época, do PMDB (hoje MDB), e o então presidente da Casa o fez presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, para investigar o então governo Dilma (PT).

Dilma perdeu o mandato num impeachment, com o voto favorável de Motta, mas Cunha foi cassado meses depois sob a acusação de mentir sobre dinheiro mantido no exterior. Motta preferiu se abster e não votou na sessão que tirou o mandato do aliado. Já nas denúncias contra o ex-presidente Michel Temer (MDB), que pertencia ao seu partido, ele se manifestou contra o afastamento.

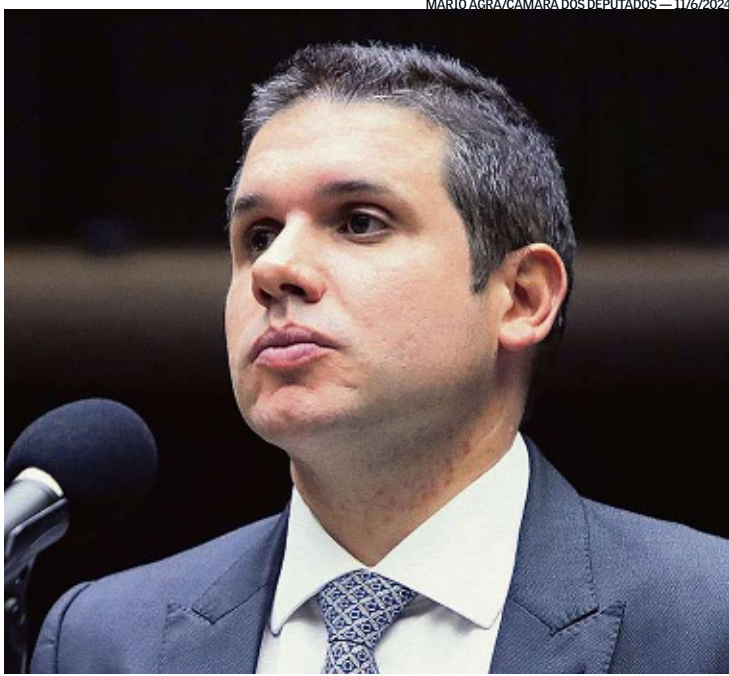
Esteve na relatoria de uma das ações mais populares do governo Temer: a medida provisória (MP) que liberou o saque de contas inativas do FGTS. Também foi esta MP que criou a modalidade do saque-aniversário, em que o

trabalhador pode receber anualmente parte dos recursos do fundo, mas fica proibido de resgatá-lo em caso de demissão. O governo Lula é crítico deste formato e discute há meses alterá-lo.

Motta trocou de partido para disputar a reeleição em 2018 e entrou no Republicanos. O caminho favorito era o PP, mas o partido já estava sob o comando de outro deputado federal, Aguiinaldo Ribeiro (PB), e Nogueira o apresentou ao presidente do Republicanos, Marcos Pereira.

Na sigla, ele fez parte da base de apoio dos ex-presidentes Temer e Jair Bolsonaro (PL) — e, agora, também do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Embora recém-chegado, já foi líder da bancada na Câmara por três anos e relator de projetos importantes no Congresso.

Durante a pandemia, foi relator da proposta de emenda constitucional (PEC) do “orçamento de guerra”, que tirou as amarras fiscais para que o governo pudesse gastar no combate à covid-



MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 11/6/2024

Motta: é chamado de ‘filho de consideração’ pelo senador Ciro Nogueira

19 e pagar o auxílio emergencial. Também relatou a PEC dos Precatórios, que deu um calote nas dívidas judiciais e liberou espaço no Orçamento para que Bolsonaro ampliasse o auxílio e outros benefícios sociais na eleição.

O deputado era cotado para concorrer ao Senado ou até ao

governo da Paraíba em 2026, mas os planos podem mudar diante do novo cenário. Caso de fato vença a disputa pela presidência, ele poderá concorrer à reeleição no cargo em 2027, já sob um novo governo, porque é permitida a recondução de uma legislatura para outra. (*RDC e MR*)

Lula mostra preocupação com escolha no Senado

Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem demonstrado preocupação com o cenário eleitoral para 2026, principalmente em relação ao Senado Federal. O petista vem tratando desse assunto com dirigentes de partidos aliados. Segundo interlocutores, Lula sinaliza nessas conversas que a prioridade da base aliada, após as eleições municipais, deve ser a formação de chapas fortes para a eleição nacional.

O **Valor** apurou que a preocupação foi externada na quarta-feira (4), durante reunião de trabalho que envolveu Lula, ministros políticos do governo e aliados de partidos de esquerda. O receio com o Senado deve-se ao fato de que a Casa tem a prerrogativa de analisar questões mais sensíveis do que a Câmara dos Deputados.

Um dos exemplos é a questão do impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), possibilidade que somente pode ser discutida a

partir de decisão direta do presidente do Senado, cargo que hoje está com Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Há algum tempo, o PT e outros partidos da base aliada temem que os bolsonaristas consigam construir maioria no Senado, o que poderia abrir uma nova crise na relação entre Legislativo e Judiciário.

Recentemente, o grupo político do ex-presidente Jair Bolsonaro voltou a insistir na pauta de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supre-

mo Tribunal Federal, por conta de decisões tomadas pelo magistrado. Pacheco, no entanto, sinalizou a aliados que não tem nenhuma chance de endossar esse tipo de pauta.

Ainda assim, diante desse cenário, outra aposta do governo é garantir um nome palatável ao governo no comando do Senado a partir de 2025. Neste sentido, a tendência, até o momento, é que o Palácio do Planalto reforce a candidatura de Davi Alcolumbre (União-AP), habilidoso nome do União Brasil.

O senador do Amapá, que ocupa hoje a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), é o principal nome para suceder o atual presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, e tem ressentimentos com alas bolsonaristas por ter sido atacado em eleições anteriores.

Na oposição, por sua vez, também há vários nomes tentando se cacifar para a disputa pela presidência do Senado. Entre os mais cotados estão nomes com ligação próxima com Bolsonaro, como, por exemplo, Rogério Ma-

rinho (PL-RN), Damares Alves (Republicanos-DF) e Tereza Cristina (PP-MS).

Uma alternativa que também é ventilada pelo governo, em caso de reeleição de Lula em 2026, é devolver ao Senado nomes que hoje estão como ministros na Esplanada. Este é o caso dos ministros Carlos Fávaro (Agricultura), Renan Filho (Transportes), Wellington Dias (Desenvolvimento Social) e Camilo Santana (Educação), que estão licenciados do Senado desde o início da gestão petista.



FOTO REAL DO EMPREENDIMENTO



FOTO REAL DO RIVER CLUB NO FASANO LAS PIEDRAS

O SEU ENDEREÇO COM HOTEL FASANO, SPA, CAMPO DE GOLF DE 18 BURACOS POR ARNOLD PALMER, CAMPO DE POLO POR NACHO FIGUERAS, CENTRO EQUESTRE, AEROPORTO PRIVADO E BEACH CLUB .
CONHEÇA O EMPREENDIMENTO MAIS COMPLETO DE PUNTA DEL ESTE.



- TERRENOS DE 2.600 M² A 18.000 M²
- CAMPO DE GOLF DE 18 BURACOS POR ARNOLD PALMER E GOLF CLUBHOUSE
- HOTEL FASANO PUNTA DEL ESTE E FASANO SPA
- CAMPO DE POLO POR NACHO FIGUERAS E CENTRO EQUESTRE COMPLETO
- AEROPORTO PRIVADO COM PISTA DE 1.260 M
- QUADRAS DE TÊNIS E DE BEACH TENNIS, CAMPO DE FUTEBOL E TIRO AO PRATO
- BEACH CLUB, RIVER CLUB, KIDS CLUB E HORTA ORGÂNICA



Para mais informações, entre em contato: +55 11 96713-8130 ou +598 92 204 937 • www.laspiedrasfasano.com @laspiedras
Empreendimento localizado na Sexta Seção de Registradores do Departamento de Maldonado, Uruguai, Área Suburbana, em "Rincón de la Bolsa", individualizado na matrícula sob o nº 9201.

Política

Sucessão das mesas será mais longa e arriscada



Maria Cristina Fernandes

A reviravolta na disputa pela presidência da Câmara, com a desistência do deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP), segundo nome no comando da Mesa, é só um aperitivo. O que está em jogo é o comando daquela que se tornou a maior unidade orçamentária da República. A instabilidade é filha desse gigantismo.

A sucessão das mesas diretoras costuma ter início quando a eleição municipal termina. Os partidos contam os exércitos conquistados para a batalha das eleições legislativas dali a dois anos, olham para o tamanho em que ficou o chefe do Executivo do outro lado da praça, e fazem os acertos que resultam nas mesas diretoras.

A antecipação da sucessão foi antes uma demonstração de fragilidade do que de força do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Ao fazê-lo, esperava se valer do poder, que se esvai a cada dia, sobre a pauta de votações. A abdicação de Pereira em favor do correligionário Hugo Motta (PB) está longe de ser hostil a Lira, mas desarranja o jogo.

A exposição ao sol por cinco

meses não mina apenas nomes como o do deputado Elmar Nascimento (União-PB), o preferido de Lira. Qualquer nome lançado ao estrelato tem um encontro marcado com o desgaste. Não seria diferente com Hugo Motta.

Aos 34 anos, o deputado está no quarto mandato. Cursava medicina na Universidade Católica de Brasília quando estreou na Câmara. Terceira geração de sua família na política, tem currículo e prontuário para o cargo, além de trato mais cordato do que os dois presidentes da Casa de quem esteve mais próximo, Lira e Eduardo Cunha.

Pereira abdicou da candidatura a seu favor porque não foi capaz de demover Gilberto Kassab, presidente do PSD, de lançar o deputado Antonio Brito (BA), seu correligionário. Como esta era uma condição para o apoio de Lira, declinou da candidatura e lançou Motta, nome mais palatável para o presidente da Câmara porque tem mais trânsito na Casa do que Nascimento e, ao contrário deste, não tem veto do governo.

Não é porque o presidente da mesa diretora e o vice agora têm o mesmo candidato que a coisa

está resolvida. A Pereira foi exigido que demovesse Kassab. A Hugo Motta a porta foi escancarada. O rol de cicatrizes avança para o entorno do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Marcos Pereira, presidente do seu partido, e Kassab, secretário todo-poderoso de seu governo, viraram este round em pé de guerra.

Motta já esteve com o presidente da República e com o ex. A ambos fez juras de independência, inclusive de seu legado como presidente da CPI da Petrobras, voto pela cassação de Dilma Rousseff e abstenção na de Cunha.

Kassab resistiu a pedidos tanto do presidente quanto do governador paulista para que retirasse a candidatura de Brito. Seja porque tem a esperança de conseguir o apoio do União a seu candidato, seja porque ainda espera atrair o Palácio do Planalto. A presença do líder do PL, Altineu Côrtes (RJ), na reunião em que Elmar foi comunicado por Lira da opção por Motta, não deixou dúvidas da adesão do PL ao novo candidato.

A candidatura Brito sempre foi uma peça de Kassab no equilíbrio de forças entre Câmara e Senado. O fim do mandato de Rodrigo Pacheco (MG) na mesa vai tirar o

PSD, maior bancada do Senado, da presidência da Casa. Por outro lado, o ocaso de Elmar Nascimento retira das costas do presidente da CCJ do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), o incômodo de justificar a postulação de seu partido ao comando de ambas as Casas. Resta a Kassab continuar a jogar com o União para preservar os espaços de ambos os partidos.

É improvável que o Senado se mantenha blindado à reviravolta da Câmara. Numa única tarde, Pacheco marcou a sabatina de Gabriel Galípolo, indicado à presidência do Banco Central, e Alcolumbre resistiu à inclusão da PEC da autonomia administrativa do BC, a que o governo se opõe, na pauta da CCJ.

Os longos cinco meses até a sucessão das mesas aumentarão o poder de pressão dos parlamentares que compõem seu colégio eleitoral sobre os atuais presidentes das mesas. Para um presidente da República que encarária um Congresso com a faca nos dentes depois de uma eleição municipal em que não há grandes expectativas em relação ao desempenho do PI, a reviravolta pode não ser uma má notícia. A eleição de Hugo Motta, no mínimo, é um cenário menos ruim para o presidente Luiz

Inácio Lula da Silva do que a escolha de Elmar Nascimento.

Nenhum movimento, porém, impactará tanto os interesses do Executivo nesse jogo quanto aqueles do ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino. Na lista encomendada por Dino à Controladoria-Geral da União com os municípios mais beneficiados, por habitante, com emendas parlamentares, aqueles do Amapá pontificam.

Do Tribunal de Contas da União, o ministro recebeu a lista de processos que lá tramitam e os repassou à Procuradoria-Geral da República. Lá pontifica não apenas o desvio do kit-robótica em Alagoas, que foi arquivado mas pode ser reaberto, quando processos de aliados do presidente da Câmara.

O acordo dos Três Poderes em torno das emendas será avalizado por Pacheco e Lira e restará aos sucessores administrá-lo. Quanto mais alongada a campanha sucessória nas mesas diretoras do Congresso, porém, mais desgaste os achados de Dino, CGU e TCU arriscam provocar sobre seu colégio eleitoral.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Eleições Cabo eleitoral de Nunes, governador tenta estancar migração de bolsonaristas para Marçal
Tarcísio pede a Bolsonaro engajamento em SP



Cristiane Agostine De São Paulo

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), reuniu-se nessa quarta-feira (4) com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em Brasília, para tentar convencê-lo a se engajar na campanha do prefeito de São Paulo e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), em meio à migração de bol-

sonaristas para a campanha do influenciador Pablo Marçal (PRTB).

Cabo eleitoral do prefeito, Tarcísio tem tido um papel central na campanha de Nunes e intensificou atividades de rua ao lado do prefeito. Em seu discurso, o governador argumenta que a esquerda poderá vencer nas urnas, caso Nunes fique de fora de um eventual segundo turno e a disputa seja entre o deputado Guilherme Boulos (Psol) e Marçal.

Em propaganda eleitoral de Nunes veiculada horas antes do encontro com Bolsonaro, Tarcísio reforçou essa ideia e disse que o prefeito “é o melhor” na disputa.

“Eu não quero que a esquerda ganhe em São Paulo, e o Pablo Marçal é a porta de entrada para Guilherme Boulos”, disse Tarcísio.

O governador tem argumentado também, em defesa do prefeito, que a propaganda eleitoral poderá ajudar a campanha de Nunes, que tem 60% do tempo de televisão e rádio. A aliados, Tarcísio tem dito ainda que pesquisas internas da campanha do MDB teriam identificado que Marçal parou de crescer nas intenções de voto.

Bolsonaro, no entanto, resiste em participar ativamente da campanha de Nunes e já aconselhou Tarcísio a se distanciar do

prefeito, sob o risco de se desgastar politicamente com bolsonaristas, em uma eventual derrota do candidato do MDB. Ao mesmo tempo, o ex-presidente e seus filhos têm feito gestos de aproximação com Marçal.

O ex-presidente tenta não desagradar seus apoiadores, que criticam o apoio a Nunes em São Paulo e defendem Marçal.

Até agora, o ex-presidente não participou de nenhum evento de Nunes desde o início oficial da campanha, no dia 16 de agosto, nem gravou com o prefeito na capital paulista para a propaganda eleitoral. Nunes tinha a expecta-

tiva de fazer um ato de campanha na Ceagesp ao lado de Bolsonaro e de gravar imagens para a campanha com o ex-presidente no Campo de Marte. O local foi cedido por São Paulo à União, no governo Bolsonaro, para encerrar a dívida da prefeitura com o governo federal.

No fim do mês passado, Bolsonaro fez um giro por seis cidades paulistas, inclusive com a participação do vice de Nunes na chapa, coronel Mello Araújo (PL), para pedir voto a seus aliados, mas não veio à capital. O ex-presidente foi o responsável pela indicação do vice na chapa do prefeito.

Mello Araújo tentou minimizar a falta de empenho de Bolsonaro em São Paulo. “Nada mudou. Estou na missão que o [ex] presidente me colocou”, disse.

Tarcísio e Bolsonaro voltarão a se reunir nesta sexta-feira (6), em São Paulo. O governador deve hospedar mais uma vez o ex-presidente no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista. Bolsonaro participará no sábado de ato em lembrança ao 7 de setembro na capital, contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Marçal e Nunes são esperados no ato, ao lado de Bolsonaro.

Paes mira em Castro para atingir Ramagem

Camila Zarur Do Rio

O prefeito do Rio de Janeiro e candidato à reeleição, Eduardo Paes (PSD), tem apostado na estratégia de utilizar o governador do Estado, Cláudio Castro (PL), como forma de atacar o adversário Alexandre Ramagem (PL) na disputa ao Palácio da Cidade. Desde o início extraoficial da corrida eleitoral, no primeiro debate entre os postulantes, Paes passou a direcionar suas críticas ao chefe do Executivo fluminense, com quem, até então, mantinha relação pacífica e de cordialidade. Paes precisou do rompimento com Castro e avaliou ter mais benefício com a estratégia.

Colocar Castro na mira foi uma saída para Paes responder as críticas feitas por Ramagem sobre a falta de segurança na cidade — uma das principais pautas do bolsonarista nesta eleição. O prefeito argumenta que o responsável direto por conter a violência é o governador, pois é ele quem comanda as polícias Militar e Civil. Contudo, há outros motivos por trás da tática, conforme apurou o Valor.

O primeiro é colocar Castro como padrinho político de Ramagem; o que não é verdade, mas é dito por Paes numa tentativa de ofuscar que o fiador real da candidatura do deputado federal é o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O prefeito tenta contaminar a baixa popularidade do governador no adversário, ainda pouco conhecido. Desta forma, ele tenta furar o plano que o bolsonarista tem de impulsionar sua candidatura na popularidade do ex-presidente.

“Candidatos poucos conhecidos e que, portanto, têm pouca rejeição conseguem tolerar um aumento de rejeição em troca da popularidade que vem junto com um padrinho político ou cabo eleitoral. Esse é exatamente o caso de Ramagem com Bolsonaro”, explica a cientista política Mayra Goulart.

“Mas quando Paes começa a associar Ramagem a Castro, alguém que tem uma rejeição maior do que a popularidade, ele faz com que o bolsonarista também se torne mais rejeitado”, completa.

Assim, ao fazer reiteradamente a associação do adversário ao governador, Paes busca ofuscar Bolsonaro da campanha de Ramagem e coloca o bolsonarista como um aliado de Castro — mesmo que, na realidade, não seja.

Além disso, o prefeito tenta tirar a ideologia do centro do embate. É o que avalia o cientista político Christian Lynch. Paes, que aparece com vantagem ampla nas pesquisas, tem eleitores em comum com Bolsonaro e busca não fazer ataques diretos ao ex-presidente. Por isso, relacionar Ramagem com Castro é também uma forma de enfrentar o rival sem perder votos.

“Paes tem uma estratégia de desideologizar a disputa no Rio. O jogo dele é ficar agregando apoios e deixar de lado tudo que divide. Ele foca só no que pode juntar, é uma política muito pragmática. Então, a questão ideológica é praticamente nula. Se fosse entrar no jogo de Ramagem e batesse em Bolsonaro, o prefeito perderia os votos que tem dos bolsonaristas para o adversário”, afirma Lynch.

As críticas de Paes a Castro, po-



Paes: estratégia do prefeito é fazer críticas ao governador do Estado do Rio

rém, pegaram o governador de surpresa e fizeram com que ele levasse tal ofensiva para o lado pessoal. Isso fez Castro subir o tom nas redes sociais e chamar o candidato à reeleição de “nervosinho” e “traidor”. Há, inclusive, lastro para o entendimento do chefe do Palácio Guanabara de que houve traição.

Segundo fontes ligadas aos dois políticos, Paes havia proposto a Castro, antes do período eleitoral, um pacto de neutralidade. Dessa forma, o prefeito evitou que o governador usasse a máquina estadual para limitar a base de apoio a Paes. Embora já estivessem em lados opostos, já que Castro é do partido de Ramagem, o pedido não foi visto como algo fora do tom, pois os dois já foram aliados nos bastidores em outros momen-

tos — como em 2022, quando atuaram juntos contra a candidatura de Marcelo Freixo ao Estado.

Aliados de Castro viram a mudança de Paes como “beligerância injustificada” e “oportunismo eleitoral”. “O governo estadual sempre foi parceiro das prefeituras. Essa mudança mostra mais a deslealdade de Paes do que qualquer outra coisa”, diz uma das fontes.

Paes tem minimizado as críticas que vem fazendo ao governador. Em agenda de campanha, disse que a única coisa que falou sobre Castro é que o “candidato dele é o Ramagem”. “Ele é que cuida da segurança pública, não é? Isso é uma ofensa?”, questionou.

A segurança pública se tornou um calcanhar de Aquiles ao governo do Estado pela piora dos indica-



Castro: ataques de Paes surpreenderam o chefe do Executivo estadual

dores da violência, como o de roubos, furtos, ameaças e desaparecimentos. Esse cenário de agravamento foi admitido pelo próprio governador ao justificar, em entrevista ao jornal “O Globo”, a exoneração de Marcus Amim do comando da Polícia Civil.

Ele afirmou que a demissão se deu por um “aumento gigante da violência, uma piora dos índices” e disse que a mudança no comando da corporação, a quarta em quatro anos, foi uma “correção de rumo”.

Além de Amim, substituído por Felipe Curi, chefe do Departamento de Homicídios, Castro também exonerou o secretário da Defesa Civil, Leandro Monteiro — o que foi interpretado como uma retaliação ao vice-governador, Thiago Pampolha (MDB), rompido com o go-

vernador desde o fim de 2023.

Monteiro atuava como uma espécie de bombeiro entre o Castro e o vice, por ser próximo de ambos. O ex-secretário também estava à frente do combate aos incêndios florestais, pauta cara a Pampolha.

Procurado, o vice disse ao Valor que a exoneração foi uma irresponsabilidade grande: “Vivemos uma das piores crises ambientais no Estado e havia, na gestão do Monteiro, uma estratégia clara no combate aos incêndios florestais. Quando há uma demissão desse tipo num momento grave como este, se perde a liderança e o comando.” Quem assumiu a Defesa Civil foi Tarciso Antônio de Salles Junior.

Procurado sobre as críticas feitas por Paes e Pampolha, o governo do Estado não respondeu.

CONTEÚDO PATROCINADO POR



Cruzeiros geram mais de R\$ 5 bi no Brasil, mas falta de competitividade preocupa setor

Apesar do bom resultado registrado na temporada 2023/2024, especialistas recomendam mudanças para tornar o país um destino mais atrativo para os navios



6º Fórum CLIA Brasil 2024 reuniu autoridades, líderes, executivos e profissionais do setor para debater o presente e o futuro da indústria de cruzeiros no Brasil e no mundo

A indústria de cruzeiros injetou R\$ 5,2 bilhões na economia brasileira e gerou mais de 80 mil empregos na temporada 2023/2024, registrando movimento recorde para o período. Apesar do saldo positivo, o setor faz um alerta. Para que os números se mantenham e até possam crescer, é preciso aumentar a competitividade do segmento e buscar melhorias na infraestrutura portuária e urbana, nos custos operacionais e na regulação.

O balanço foi apresentado durante o 6º Fórum CLIA Brasil 2024, realizado em Brasília, no último dia 28 de agosto. O evento reuniu autoridades, líderes, executivos e profissionais de cruzeiros e turismo para debater tendências, sustentabilidade, investimentos e os desafios enfrentados pela indústria de cruzeiros no Brasil e na região.

De acordo com o Estudo de Perfil e Impactos Econômicos de Cruzeiros Marítimos no Brasil — 2023/2024, encomendado pela CLIA Brasil (Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos) e produzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a cada R\$ 1 investido pelo setor foram movimentados R\$ 4,22 na economia nacional. Além disso, arrecadaram-se R\$ 556,9 milhões em tributos federais, estaduais e municipais.

O estudo mostrou que, nas cidades de escala, cada cruzeirista gerou um impacto econômico direto, indireto e induzido de R\$ 668,91, enquanto nas cidades de embarque e desembarque esse valor foi de R\$ 877,01. Nove navios operaram na temporada em 17 destinos no Brasil e na América do Sul, com um expressivo aumento no número de viajantes em comparação ao período anterior, totalizando 844.462 cruzeiristas.



“Estamos adaptando os navios em operação para que eles naveguem utilizando motores híbridos que estarão preparados para mais de um tipo de combustível”

MARCO FERRAZ
presidente da CLIA Brasil no Brasil



“Em 2023, batemos o recorde de receita com o gasto do turista internacional no Brasil, e os cruzeiros representam uma grande ferramenta para essa expansão”

MARCELO FREIXO,
presidente da Embratur



“Precisamos investir mais na promoção dos destinos de cruzeiros. Estamos atentos a esse mercado e trabalhando para melhorar a atratividade de turistas e o ambiente de negócios”

CELSONO SABINO,
ministro do Turismo

“Temos condições de manter um resultado parecido na próxima temporada, mas, se os custos operacionais não baixarem, o país, além de não atrair novos navios, ainda pode perder os que estão por aqui para as temporadas futuras”, alertou Marco Ferraz, presidente da CLIA Brasil no Brasil.

No fórum, foram debatidas soluções para colocar o país em maior evidência nos destinos de cruzeiro. “Nossa posição ainda é desfavorável se formos comparar com outras rotas internacionais. Precisamos melhorar nosso ambiente de negócios e elaborar um plano de competitividade que faça do país um destino turístico permanente”, declarou Dario Rustico, presidente executivo para as Américas da Costa Cruzeiros.

A opinião foi compartilhada por Adrian Ursilli, diretor-geral da MSC Cruzeiros no Brasil. “É um conjunto de fatores que nos deixa em desvantagem, como insegurança jurídica e questões trabalhistas. Por que as regras do Brasil são diferentes do restante do mundo? Se a conta não fecha, nos tornamos uma oportunidade ocasional vez de estratégica”, analisou.

São motivos como os já descritos que adiam os planos da Norwegian Cruise Line de colocar seus navios por aqui. “O Brasil sempre está nos nossos planos. Mas, quando você compara os custos com outros destinos, isso acaba assustando os executivos”, declarou Estela Farina, diretora-geral da empresa no país.

“A Royal Caribbean deixou de operar no Brasil há alguns anos justamente por conta da falta de segurança jurídica, custos altos, questões trabalhistas, burocracia, impostos, entre outros gargalos. Seguimos acompanhando possíveis

evoluções no cenário para avaliar as oportunidades”, declarou André Pousada, vice-presidente regional de relações governamentais para a América Latina do Grupo Royal Caribbean.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A sustentabilidade segue como prioridade no setor. A indústria se comprometeu a reduzir em 40% as emissões de gases de efeito estufa até 2030 e a zerá-las até 2050.

“Estamos adaptando os navios em operação para que eles naveguem utilizando motores híbridos que estarão preparados para mais de um tipo de combustível. A indústria já faz uso de tecnologias de ponta em áreas como tratamento de águas residuais, reaproveitamento de insumos, proteção da vida marinha, eletricidade nos portos, sistemas de limpeza de gases de exaustão, além de diminuir a velocidade para redução do consumo de combustível”, explicou Marco Ferraz.

Entre as opções de combustíveis do futuro estão

biogás, metanol verde, hidrogênio verde, biodiesel, baterias e combustíveis sintéticos. “Cada empresa, dentro da sua estratégia e de acordo com a disponibilidade, eficiência e custos, definirá seu combustível adequado”, apontou Flávio Mathuiy, coordenador dos Temas Ambientais da Comissão Coordenadora para os Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA-IMO).

COP 30

Hospedar as delegações que vão participar da 30ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30) é um dos desafios dos organizadores. Programado para acontecer em 2025, em Belém (PA), o evento prevê a contratação de dois navios de cruzeiro para auxiliar na acomodação dos visitantes.

Para que eles consigam atracar no porto local, será preciso realizar a dragagem do canal de acesso. O vencedor da licitação

desse serviço deverá modificar o calado para 8,5 metros, mais a variação de maré, permitindo a chegada das embarcações.

O projeto pode fortalecer a região como rota turística de cruzeiros. Atualmente, entre 15 e 20 navios visitam Manaus (AM) pelo Rio Amazonas por ano. Com as melhorias previstas, o Porto de Belém poderá se tornar um novo destino para essas embarcações.

ATRAÇÃO DE TURISTAS

Autoridades ligadas ao turismo também debateram formas de atrair navios e preparar as cidades para receber os cruzeiristas, com foco em serviços, infraestrutura, segurança, atrações e entretenimento.

Cidades como Rio de Janeiro (RJ), Ilhabela (SP), Porto Belo (SC) e Angra dos Reis (RJ) têm apostado no diálogo com a comunidade e na capacitação de funcionários para oferecer aos visitantes ótimas experiências, que estimulem o seu retorno para uma estadia em terra.

A mobilização dos secretários estaduais de Turismo da Bahia, de São Paulo, de Santa Catarina e de Alagoas também tem surtido efeitos na captação de turistas, gerando importante impacto econômico e criando empregos nas regiões.

Investimento em infraestrutura também é essencial para manter os navios de cruzeiro e atraí-los para os destinos, já que os concorrentes do Brasil estão muito à frente nesse quesito e operando a custos mais baixos.

“Que o fórum tenha servido para inspirar a todos. O Brasil tem muito potencial para gerar boas experiências para o turista brasileiro e estrangeiro, além de promover renda e emprego. Se formos competitivos, teremos tudo para crescer”, finalizou Marco Ferraz.

Destaques da temporada 2023/2024

Dados constam no Estudo de Perfil e Impactos Econômicos de Cruzeiros Marítimos no Brasil — 2023/2024

Total de cruzeiristas:
cerca de 844 mil
— o maior número da série histórica
(INIADA NA TEMPORADA 2004/2005)

R\$ 557 milhões
em tributos recolhidos

R\$ 5,2 bilhões
movimentados

Cada cruzeirista gerou um impacto econômico direto, indireto e induzido de R\$ 668,91, enquanto nas cidades de embarque e desembarque esse valor foi de R\$ 877,01

Infraestrutura

9 navios e 203 roteiros
761 escalas
36,5 mil leitos
10,4 mil tripulantes
80.311 postos de trabalho

Para acessar a íntegra do estudo, leia o QR Code abaixo:



Eleições Candidato do PL é o terceiro candidato a ser sabatinado pelo ‘Valor’, ‘O Globo’ e rádio CBN

Bruno Engler critica adversários e diz ser o ‘verdadeiro candidato’ da direita em BH



Ívina Garcia
De São Paulo

Terceiro candidato à Prefeitura de Belo Horizonte a ser sabatinado pelo **Valor**, “O Globo” e rádio CBN, o deputado estadual Bruno Engler (PL) criticou adversários, colocou-se como o “verdadeiro candidato” da direita na capital mineira e defendeu o ex-presidente Jair Bolsonaro dos processos que vem enfrentando na Justiça. Para Engler, trata-se de “perseguição política”.

“Não podem chamar o presidente de corrupto, então ficam inventando narrativas ‘sem pé nem cabeça’”, disse na sabatina de quarta-feira (4). Bolsonaro está inelegível até 2030. É também investigado pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, por participar de um suposto esquema de venda de joias do acervo da Presidência da República e ainda por fraude no cartão de vacinas.

Para Engler, apesar de outros postulantes flertarem com a direita, como o senador Carlos Viana (Podemos), que buscou apoio de Bolsonaro para a eleição, e o deputado estadual Mauro Tramonete (Republicanos), que tem como vice um nome do partido Novo — Lucia Barreto —, nenhum deles atende às demandas desse espectro político.

Engler disse que Viana tem o direito de se posicionar como quiser, mas “está há seis anos no Senado, teve a oportunidade de encampar pautas de direita e não fez”.

Sobre Tramonete, disse que “as pessoas estão cansadas do candidato camaleão, que muda de opinião e posição”. “Tramonete não tem coragem de se posicionar nas situações polêmicas, então a direita naturalmente vai conhecer sua candidatura”, disse, acrescentando ter estranhado o fato de dois adversários políticos o apoiarem.

Tramonete tem o apoio do governador Romeu Zema e do ex-prefeito Alexandre Kalil. Ele lidera a cor-



Bruno Engler defende o ex-presidente Bolsonaro: “Não podem chamar o presidente de corrupto, então ficam inventando narrativas ‘sem pé nem cabeça’”

rida pela Prefeitura de BH, com 30% das intenções de votos, segundo a última pesquisa Quaest.

Questionado sobre sua baixa popularidade, apontada pelas pesquisas, entre eleitores de centro-direita e centro, aos quais faz acenos, Engler disse que esse grupo “será conquistado com o tempo”.

Na corrida de 2024, Engler tem como vice a Coronel Cláudia, também do PL. Além da sigla que representa, o candidato também recebe apoio do PP.

O candidato está no seu segundo mandato como deputado estadual e coordena o Movimento Direita Minas. É apadrinhado, por Bolsonaro e pelo deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG).

O candidato criticou os resultados das últimas pesquisas eleitorais em BH e disse ter “reticências” ao aceitar sua colocação. Na pesquisa Quaest, divulgada em 28 de agosto, Tramonete estava na liderança, com 30%. Engler e a também a deputada federal Duda Salabert

(PDT) têm 12% cada; o prefeito e candidato à reeleição, Fuad Noman (PSD), 9%; o senador Carlos Viana, 8%; e o deputado federal Rogério Correia (PT), 6%. Como a margem de erro da pesquisa é de três pontos percentuais para mais ou para menos, há empate técnico entre os cinco candidatos.

“Respeito os institutos, mas tenho uma certa reticência ao aceitar resultados de pesquisas”, afirmou Engler, citando que em 2020, uma semana antes das eleições, ele aparecia em quarto lugar com 3% das intenções de voto, o que não se concretizou nas urnas. Naquele ano, ele obteve 10% dos votos, ficando em segundo lugar entre os concorrentes à Prefeitura de BH.

Apesar de terminar as eleições bem colocado naquele ano, a sua votação foi a pior da história de um segundo colocado em primeiro turno em Belo Horizonte.

Bruno Engler disse que se “esperança, com 30%. Engler e a também a deputada federal Duda Salabert

Freitas (Republicanos), se relaciona com o governo Lula ao responder como, se eleito, será a sua interlocução com o governo federal.

“A nossa intenção é de ter um relacionamento institucional. Acho que Lula não está precisando de mais um amigo. Eu certamente também não estou”, afirmou.

E acrescentou: “Nessa situação eu me espelho muito no governador de São Paulo, o Tarcísio. Ninguém nega que ele é um bolsonarista de primeira hora. Ninguém nega que o Tarcísio é uma pessoa fiel aos nossos valores. Mas quando ele precisa resolver os problemas do Estado dele, ele se senta com os ministros e com o presidente da República e leva as demandas do Estado de São Paulo. Belo Horizonte não deve ser diferente, o município precisa dialogar com a União. Vamos ter um relacionamento institucional.”

Sobre o relacionamento com o governador Romeu Zema (Novo), a quem criticou por se colocar como um político de direita, mas

apoiar outro candidato, Engler também prometeu diplomacia: “O município precisa dialogar com o Estado e a União. Vamos ter um relacionamento institucional.”

Na segurança, Engler defende a ampliação de monitoramento por vídeo, mas descarta câmeras corporais na Guarda Civil Metropolitana, segundo o candidato, as câmeras atrapalham a atividade policial. “Eu acho que quem tem que ser vigiado é bandido e não policial”, afirmou durante a sabatina.

O candidato acredita que as câmeras corporais na GCM geram um temor e “atrapalham a atividade policial de várias maneiras”. Engler destaca o projeto de ampliar o número de agentes — hoje menos de 2,5 mil — para 4 mil. Além de criar mais bases móveis e instituir as rondas ostensivas metropolitanas. O objetivo, segundo o candidato, é fortalecer a presença da Guarda Municipal no combate ao crime e aumentar a segurança para os cida-

dãos de Belo Horizonte.

O candidato do PL destacou que o próximo prefeito terá a oportunidade de rever os contratos com as empresas de transporte público, que expiram em 2028, e reafirmou o discurso que tem adotado na campanha de que, se eleito, fará uma auditoria nesses contratos.

Engler prometeu que, se eleito, vai ampliar o número de vagas para o ensino de tempo integral, mas não falou em quanto seria esse aumento. Atualmente, Belo Horizonte tem cerca de 49% das crianças matriculadas no ensino integral. Ele também prometeu zerar as filas do ensino infantil. Para isso, disse, irá propor parceria com a rede privada.


As sabatinas do **Valor**, “O Globo” e rádio CBN estão sendo realizadas com os cinco candidatos mais bem colocados nas pesquisas. Engler foi o terceiro participante. Segunda-feira o entrevistado foi Mauro Tramonete e, na terça-feira, Fuad Noman. Nesta quinta-feira será a vez de Duda Salabert; e na sexta-feira, Carlos Viana.

Os candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte são entrevistados pelas colunistas Bela Megale e Renata Agostini, de “O Globo” e da CBN, pela âncora da rádio Shirley Souza e pela jornalista Cibelle Bouças, repórter do **Valor**.


Todas as entrevistas têm início às 10h30, aproximadamente uma hora de duração, e são transmitidas ao vivo pela rádio e nos sites e redes sociais dos três veículos.

Também serão realizadas sabatinas, nas duas próximas semanas, com os candidatos do Rio e de São Paulo. Dos dias 9 a 13 de setembro, serão ouvidos os cinco primeiros colocados para a disputa carioca. A partir do dia 16 de setembro, os veículos entrevistam os primeiros colocados na disputa à Prefeitura de São Paulo.

valor.com.br

Veja o que é #Fato ou #Fake no site <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/09/04/veja-o-que-fato-ou-fake-na-sabatina-de-bruno-engler-para-o-globo-valor-e-cbn.ghtml>

Pergunte aos dados



César Felício

Horário eleitoral pesa em SP, mas decide?

O horário eleitoral no rádio e na televisão ainda é decisivo ou não? Esta questão começa a ser respondida na rodada de pesquisas que devem ser publicadas nos próximos 10 dias, sobretudo em São Paulo, onde o influenciador Pablo Marçal (PRTB) está totalmente ausente deste tipo de propaganda e o prefeito Ricardo Nunes (MDB), que com ele disputa o voto de direita, é hegemônico. Uma notícia relativamente alentadora para Nunes é que São Paulo faz parte da minoria das capitais em que a televisão é a fonte principal de informação, superando as redes sociais.

O conjunto de relatórios de 19 pesquisas em capitais feitas na semana passada pela Quaest indica que em 12 delas o eleitorado se informa majoritariamente pelas redes, entre elas a X, suspensa no Brasil por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Em outras 7, predomina a televisão como fonte de informação. Jornais impressos, rádios, portais e parentes e amigos invariavelmente estão atrás como meios de se consumir notícia.

O grande diferencial entre os

dois blocos é o regional. A televisão impera nas capitais do Sul e do Sudeste, com exceção de Vitória. Em todas as capitais das regiões Norte e Centro-Oeste pesquisadas e em 3 das 5 capitais nordestinas predominam redes sociais.

O perfil demográfico ajuda a entender esse resultado. Há mais idosos em Porto Alegre (32%), Rio (29%), Belo Horizonte (27%) e São Paulo (25%) do que em Boa Vista e Macapá, ambas com 14%, e Rio Branco e Manaus, com 15%. Pessoas com mais de 60 anos preservam certos hábitos.

Outro traço que diferencia os dois grupos é a variação da população que se declara evangélica nas pesquisas das 19 capitais. Em 9 delas este percentual é acima de 30%. Destas 9, somente no Recife a televisão sobrepuja as redes sociais como fonte de informação. Nas 10 capitais com percentual que se declara evangélico abaixo de 30%, a televisão predomina em 6.

Vale notar que em 2022 o ex-presidente Jair Bolsonaro ganhou a disputa presidencial no segundo turno em 9 das 12 capitais com prevalência das redes sociais. No grupo das 7 puxadas pela televisão Bolsonaro triunfou em 3. É um resultado que condiz com a constatação facilmente demonstrável de que a direita tem sido a grande beneficiária política não só no Brasil mas no mundo inteiro do império dos algoritmos.

Talvez não por acaso Bolsonaro está ausente do horário eleitoral em São Paulo, onde o ex-presidente parece ter se arrependido da aliança fechada

Principal fonte de informação de eleitores				
Em %				
Capital	Rede Social	TV	Vencedor em 2022 - 2º turno	Evangélicos
São Paulo	28	39	Lula	25
Rio	37	42	Bolsonaro	25
Belo Horizonte	32	34	Bolsonaro	27
Vitória	31	26	Bolsonaro	28
Porto Alegre	31	37	Lula	16
Curitiba	34	35	Bolsonaro	25
Salvador	29	45	Lula	27
Recife	37	42	Lula	30
Fortaleza	40	37	Lula	29
João Pessoa	41	38	Lula	31
Maceió	42	32	Bolsonaro	31
Belém	44	29	Lula	35
Manaus	44	30	Bolsonaro	39
Macapá	43	32	Bolsonaro	37
Boa Vista	52	26	Bolsonaro	35
Porto Velho	41	36	Bolsonaro	40
Rio Branco	48	36	Bolsonaro	46
Cuiabá	42	33	Bolsonaro	36
Campo Grande	39	33	Bolsonaro	32

Fonte: Quaest, agosto, pesquisas quantitativas

com Ricardo Nunes e busca evitar o confronto direto com Marçal. Bolsonaro pouco aparece na propaganda dos bolsonaristas nas capitais brasileiras. Nos primeiros dois dias de publicidade apareceu pedindo voto para Bruno Engler em Belo Horizonte e Capitão Alberto Neto em Manaus. Televisão não é a praia de Bolsonaro, ainda que em São Paulo um apoio explícito a Nunes, caso acontecesse, seria uma sinalização para um eleitorado dividido.

Já o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é figura mais frequente no horário eleitoral. No caso de São Paulo, Lula batendo à porta de Guilherme Boulos (Psol) foi a primeira cena levada ao ar na

propaganda do candidato de esquerda. É possível que essa peça publicitária seja eficaz para aumentar a identificação do lulismo com Boulos, que ainda é baixa. Apenas 44% dos paulistanos eleitores de Lula identifica o deputado do Psol o candidato apoiado pelo presidente.

São Paulo não é apenas uma cidade que se informa mais pela televisão do que pelas redes sociais. É uma das que mais faz isso. A televisão ganha das redes sociais por 39% a 28%. Somente em Salvador essa diferença é maior, no caso 45% a 26%.

É uma vantagem comparativa importante para Ricardo Nunes, porque significa que o eleitorado paulistano é mais

permeável a receber influência por propaganda que chega nesse formato. Se o marketing do emedebista saberá ou poderá aproveitar dessa vantagem é uma outra questão, e aí as dificuldades que Nunes terá são significativas.

Informar-se mais pela televisão de forma alguma significa definir o voto em função da propaganda de um candidato.

É preciso lembrar que a própria legislação eleitoral nos últimos anos diminuiu o peso da televisão na campanha. O tempo de propaganda foi reduzido e efeitos sociais cortados de forma drástica. Não há nada muito além de cenas de campanha, imagens de cidades capturadas por drones e candidatos falando diretamente para a câmera. Foi-se o tempo do ilusionismo de Duda Mendonça, João Santana, Nizan Guanaes e Luiz González.

A decisão do voto leva em conta diversos outros fatores e na reta final tem havido uma situação de paridade de armas para todos os candidatos bem posicionado nas pesquisas, com o último debate antes do primeiro turno.

Uma questão fundamental é estar na frequência do eleitor. Victor Hugo escreveu que não há nada mais poderoso do que uma ideia a qual chegou seu tempo. Um candidato com enorme espaço na televisão sem traduzir o que o eleitorado quer naquele momento terá dificuldade de converter propaganda em voto.

Cenário Analistas apontam para as dificuldades das autoridades para enfrentar a recessão do setor imobiliário e a baixa confiança

Bancos cortam previsão de PIB da China para abaixo da meta de 5%

Thomas Hale e Joe Leahy
Financial Times, de Xangai e Pequim

Vários bancos de investimento reduziram as projeções de crescimento da China, avaliando que Pequim pode não alcançar sua meta oficial em torno de 5%, diante da queda na confiança na segunda maior economia do mundo.

O Bank of America cortou ontem sua previsão de 5% para 4,8% e o canadense TD Securities, de 5,1% para 4,7%. Essas revisões veem na sequência de cortes similares do UBS, na semana passada, e uma série de pioras nas projeções ao longo do terceiro trimestre.

Nesta semana, economistas do Citigroup advertiram que a meta oficial de crescimento de Pequim — de “cerca de 5%”, a menor em décadas — “pode estar em risco”, o que se soma às preocupações cada vez maiores sobre o rumo da economia chinesa, diante das dificuldades das autoridades para enfrentar a longa recessão do setor imobiliário e a baixa confiança dos consumidores e dos investidores.

A mediana das previsões das dezenas de economistas consultados pela “Bloomberg” para o crescimento anual do PIB chinês caiu de 4,9%, em agosto, para 4,8%. Em 2023, o PIB chinês cresceu 5,2%,

dentro das previsões.

Analistas do Bank of America disseram que o motor de crescimento da China vem “vacilando” no segundo e terceiro trimestres, acrescentando que a economia “continua sofrendo de um problema de confiança”.

Por décadas, o crescimento chinês alcançou com facilidade as metas do governo, anunciadas no início de cada ano em uma reunião do Parlamento. No entanto, após a pandemia da covid-19, o número passou a ser acompanhado mais de perto e com mais receio.

“Acho que [a razão] pela qual isso agora adquiriu uma importância maior é [que], obviamente, há riscos de desaceleração para o crescimento”, disse Frederic Neumann, economista-chefe para a Ásia no HSBC, que projeta um crescimento de 4,9%. “Ao divulgar a meta de crescimento, você ancora as expectativas no mercado.”

Há “pouca dúvida”, diz Neumann, de que as autoridades chinesas possam guiar o crescimento para os 5%, tendo em vista seu “forte domínio sobre a economia”.

Em julho, o anúncio de um crescimento abaixo do esperado de 4,7% no segundo trimestre desencadeou uma série de cortes nas estimativas. Goldman Sachs, Citi-

group e Barclays reduziram suas projeções para 2024, que estavam em 5%, para 4,9%, 4,8% e 4,8%, respectivamente. O JPMorgan prevê um crescimento de 4,6%.

Na semana passada, o UBS comunicou que agora projeta um aumento de 4,6% em 2024 e de apenas 4% em 2025, destacando uma “recessão do setor imobiliário mais profunda do que a prevista” e seu impacto no consumo das famílias. “Nesse conjunto de políticas, o crescimento ainda é uma prioridade, mas provavelmente não tão importante quanto era no passado”, disse Ning Zhang, economista para a China do UBS. “O governo ainda não está no modo de ‘fazer tudo o que for preciso’ para reviver o crescimento econômico.”

O UBS também revisou para baixo sua estimativa para o deflator do PIB da China, que reflete a diferença entre preços nominais e reais, citando “pressões deflacionárias por mais tempo”.

Antes da divulgação dos dados de agosto sobre a economia e a inflação, marcada para a próxima semana, o Citigroup destacou na terça-feira que esse mês representou um “golpe duplo, de choques climáticos e de demanda fraca”, observando que houve uma queda de 8,5% na produção de aço, ainda

maior que a de julho, de 5,3%.

Hunter Chan, economista do Standard Chartered, que prevê um crescimento de 4,8% em 2024, enfatizou também o risco de “escala da das tensões comerciais entre a China e outras economias” na esteira do impacto da desaceleração imobiliária na primeira metade do ano. “Neste momento, a política do governo para o setor imobiliário residencial é [tentar] uma estabilização”, disse.

A China não atingiu a meta de expansão de 5,5% do PIB em 2022, ao crescer apenas 3% em meio aos rigorosos lockdowns da covid-19. Em 2024, a série de dados decepcionantes divulgados até agora tem motivado apelos por mais estímulos governamentais.

Alex Loo, estrategista do TD Securities, projeta que, na ausência de uma expansão orçamentária no meio do ano, Pequim voltará a ficar abaixo da meta em 2024, diante do quadro de “gastos tímidos”, de falta de investimento privado e de “sedimentação do pessimismo” entre as empresas locais e os principais importadores.

Ele disse que, se os dados de agosto voltarem a ficar abaixo das expectativas, as autoridades provavelmente evitarão “mencionar a meta, assim como em 2022”.

Atividade do setor de serviços desacelera em agosto

Bloomberg

A atividade do setor de serviços da China expandiu em um ritmo menos do que o esperado no mês passado, segundo uma pesquisa privada, aumentando as preocupações sobre a saúde da segunda maior economia do mundo.

O índice de atividade do setor

serviços da Caixin China caiu para 51,6 em agosto, de 52,1 em julho e abaixo das expectativas dos economistas. Números acima de 50 sugerem expansão da atividade.

“A competição no setor ainda estava acirrada, e impulsionar as vendas por meio de cortes de preços se tornou uma prioridade para as empresas”, disse Wang Zhe, eco-

nomista sênior do Caixin Insight Group em nota. “As empresas pesquissadas adotaram uma abordagem cautelosa de contratação para economizar custos, deixando o mercado de trabalho sob pressão.”

Os achados da pesquisa Caixin reforçam uma imagem de uma economia em risco de estagnação. Pesquisa oficial divulgada no fim

de semana mostrou que serviços, restaurantes a turismo estavam perto de contração em agosto.

O Fundo Monetário Internacional chamou o setor de serviços de “motor subutilizado” de crescimento que contribui muito menos para o valor agregado da China do que a média das economias avançadas, de cerca de 75%.

Reformas propostas por López Obrador assustam empresários no México

Análise

Michael Stott
Financial Times

Imagine que você é o gerente nacional de uma companhia multinacional, enfrentando um con-corrente estatal que está competindo de forma desleal. Seus advogados dizem que você tem um caso forte, mas o juiz é um aliado do partido do governo, a autoridade reguladora é um funcionário do ministério que controla seu con-corrente e a autoridade fiscal ameaça colocar você na cadeia enquanto verifica se suas faturas podem ser fraudulentas.

Pesadelos como este podem ocorrer na Rússia, mas não são o que você esperaria em uma nação norte-americana que é o maior parceiro comercial dos EUA. Daí a inquietação dos líderes empresariais com os planos do México de reescrever a Constituição neste mês, de modo que os eleitores passem a eleger todos os juízes (incluindo os da Suprema Corte), abolir agências reguladoras autônomas e várias outras medidas.

As ideias são fruto da mente do presidente populista de esquerda do México, Andrés Manuel López Obrador, cuja cruzada contra a pobreza fez dele um herói para os mais pobres, mas cuja tendência autoritária incomoda adversários. Longe de ser um “pato manco” em seu último mês no cargo, ele está avançando com força total.

Constitucionalmente impedido de se reeleger, López Obrador quer usar a força recém-adquirida no Congresso por seu partido, o Morena — na verdade uma supermaioria —, para concluir uma “quarta transformação” que ele co-

loca em pé de igualdade com a independência da Espanha colonial. As reformas, diz o presidente, reforçarão a democracia e consertarão um Judiciário corrupto, capturado por uma elite rica.

Poucos argumentariam que o sistema jurídico do México não precisa de melhora. Muitos crimes ficam impunes e a corrupção é um grande problema. Mas os empresários temem que as mudanças de López Obrador tornem as coisas ainda piores com a politização da Justiça.

“Isso é um problema em particular para os setores regulamentados”, afirma um executivo graduado de uma multinacional. “Mineração, energia e telecomunicações serão os mais afetados porque eles exigem grandes investimentos de longo prazo, que dependem do Estado de Direito.”

As empresas relutam em se manifestar individualmente, por temerem retaliações, mas a Câmara do Comércio dos EUA está irritada. Ela disse que as reformas “poderão minar o Estado de Direito e as garantias de proteção a operações comerciais no México”. O embaixador dos EUA, Ken Salazar, também fez uma repreensão muito in-comum aos planos do presidente, causando uma rusga diplomática.

Os mercados financeiros também estão tensos. O peso caiu quase 12% desde as eleições mexicanas de 2 de junho, com o desmanche das outrora populares operações de “carry trade” (uma estratégia de investimento em moedas baseada no diferencial de juros entre dois países). Os investidores temem que as mudanças propostas por López Obrador violem acordos comerciais com os EUA e o Canadá, bem como com a União Europeia e

Mudança do Judiciário avança no México



Um controverso projeto de reforma do Judiciário mexicano passou na madrugada de ontem com folga pela Câmara dos Deputados do México. A proposta, que entre outras medidas prevê a eleição para todos os juízes do país, segue agora

para o Senado, onde deve virar lei. O presidente em fim de mandato, Andrés Manuel López Obrador, tem maioria qualificada de dois terços suficiente para alterar a Constituição. O plano do governo — do partido esquerdista Morena — de

reformular a Justiça causou há três semanas o início de uma greve nacional de juízes. Na segunda-feira, os 11 ministros do supremo aderiram à paralisação. Na foto, trabalhadores de tribunais federais fazem manifestação na frente do Senado.

a Ásia. Elas ameaçariam a capacidade do país de jogar sua principal carta: a proximidade com os EUA num momento em que os fabricantes querem transferir fábricas da China para perto de casa.

“Há uma enorme oportunidade diante do México, que é o nearshoring e o friendly shoring”, diz Alberto Ramos, economista-chefe do Goldman Sachs para a América Latina. “E eles estão ameaçando isso.” “Em vez disso, estamos trilhando um caminho para um possível conflito, de atritos com os EUA, que afetará os mercados, criará incertezas e poderá prejudicar os investimentos”, afirmou.

O banco central do México reduziu na semana passada sua previsão de crescimento para 2024 para apenas 1,5%, de 2,4%, no que deveria ser uma economia em expansão. Os aliados de López Obrador não entendem o rebuliço.

Eles apontam que o presidente

anunciou seus planos em fevereiro, os eleitores os endossaram nas eleições de junho, dando ao Morena uma supermaioria, e o presidente e sua sucessora escolhida a dedo, Claudia Sheinbaum, sempre deixaram clara a intenção de executá-los. Além das mudanças no Judiciário, o Morena pretende levar adiante um abrangente pacote de 20 reformas que vão de regras para a transição energética até a reorganização da administração pública. (Sheinbaum disse isso ao “Financial Times” em uma entrevista concedida em maio).

No entanto, a maioria dos investidores estrangeiros não queria acreditar neles. Eles torciam para que o Morena não conseguisse uma grande maioria no Congresso, ou que Sheinbaum, uma cientista do clima e ex-prefeita da Cidade do México, se mostrasse uma tecnocrata pragmática.

Ernesto Revilla, economis-

Venezuela detém militar dos EUA; ONG denuncia violações de direitos

Agências internacionais

Em meio à tensão política que se aprofundou no país após as eleições de 28 de julho e acusações de violações de direitos humanos, as forças de segurança da Venezuela prenderam na semana passada um marinheiro americano — que disse estar em viagem pessoal. Os EUA confirmaram a detenção.

“Estamos cientes dos relatórios de que um marinheiro dos EUA foi detido aproximadamente em 30 de agosto de 2024 pelas autoridades policiais venezuelanas, enquanto realizava uma viagem de caráter pessoal à Venezuela”, disse o Pentágono em comunicado divulgado ontem. Segundo a nota, a Marinha dos EUA está investigando o caso e “trabalhando em estreita colaboração” com o Departamento de Estado para libertar o marinheiro americano, que não teve a identidade divulgada.

As relações entre Washington e Caracas se complicaram depois de o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, ter-se proclamado vencedor da eleição presidencial de julho, sem que apresentasse as atas que comprovariam este resultado. Na segunda-feira, a Justiça venezuelana emitiu uma ordem de prisão contra o candidato opositor, Edmundo González — que para muitos países e organismos internacionais é o verdadeiro ganhador da eleição de julho —, por acusações como “usurpação de poder” e “falsificação de documentos”.

E, após semanas de duras cobranças a Maduro, a crise entre os dois países escalou ainda mais na terça-feira, quando funcionários americanos confiscaram, na República Dominicana, um avião usado por Maduro — sob a alegação de que a compra da aeronave violou sanções impostas pelos EUA.

O marinheiro detido na semana passada é agora o primeiro cidadão americano preso na Venezuela por motivos políticos desde dezembro de 2023 — quando dois executivos do setor de petróleo fo-

ram libertados em troca do empresário Alexa Saab, um aliado de Maduro preso nos EUA e acusado de lavagem de dinheiro.

Na repressão aos protestos que se seguiram ao anúncio do resultado das eleições o governo de Maduro cometeu “violações generalizadas de direitos humanos”, incluindo assassinatos, de acordo com um relatório divulgado ontem pela organização internacional Human Rights Watch (HRW). A entidade acusa várias autoridades da Venezuela pelos delitos.

Nesses protestos, que o relatório qualifica de “amplamente pacíficos”, autoridades venezuelanas e grupos armados pró-governo cometeram assassinatos, detenções e processos arbitrários e atos de assédio críticos, afirma a HRW.

“A repressão que estamos vendo na Venezuela é chocantemente brutal”, disse Juanita Goebertus, diretora das Américas na organização. “Governos preocupados precisam tomar medidas urgentes para garantir que as pessoas possam protestar pacificamente e que seu voto seja respeitado.”

O relatório vincula a Guarda Nacional e a polícia venezuelana a alguns dos 24 assassinatos ocorridos durante os protestos, a partir de evidências aceitáveis coletadas por investigadores, peritos forenses e especialistas em armas.

Segundo a entidade, gangues violentas alinhadas ao partido governista também “parecem ser responsáveis” por algumas mortes.

A HRW indicou que especialistas chegaram a essas conclusões com base em entrevistas com testemunhas, revisão de certificados de óbito, vídeos e fotografias e análise de peritos forenses e especialistas em armas. Nos dias seguintes ao da eleição, as forças de segurança também prenderam mais de 2.000 pessoas, incluindo menores, repórteres e líderes políticos, entre outros. O relatório pode apoiar uma investigação em andamento contra o governo no Tribunal Penal Internacional (TPI).

Curtas

Contração do PIB alemão

A economia da Alemanha deve enfrentar um segundo ano de contração, de 0,1% ao longo de 2024, depois de ter diminuído 0,3% no ano passado, informou ontem o Instituto Kiel para a Economia Mundial. O Kiel esperava uma crescimento moderado do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, mas a falta de confiança entre os consumidores que reprimiu gastos e o setor manufatureiro em queda frustraram a expectativa.

Biden veda negócio

O presidente dos EUA, Joe Biden, deve bloquear a aquisição da U.S. Steel pela Nippon Steel após o governo concluir que a transação de US\$ 14,9 bilhões representa um risco para a segurança nacional que não poderia ser mitigada pelos grupos americanos e japoneses. A decisão de Biden, a ser anunciada nos próximos dias, ocorre quando a vice-presidente Kamala Harris intensifica a campanha para obter votos da classe trabalhadora na Pensilvânia, Estado-chave que pode decidir a disputa presidencial dos EUA em novembro e onde fica a sede da U.S. Steel.

Déficit comercial nos EUA

O déficit comercial dos EUA aumentou em julho 7,9% em relação a junho — para US\$ 78,8 bilhões, mostraram dados do governo divulgados ontem. O resultado veio em linha com estimativas de analistas ouvidos pela Bloomberg.

Sanções à mídia russa

O Departamento do Tesouro dos EUA anunciou sanções a executivos e associados da rede estatal de mídia russa RT, como parte de ações para reprimir esforços da Rússia de interferir nas eleições presidenciais de 2024. Segundo o Tesouro, dez pessoas e duas entidades foram sancionadas, incluindo a editora-chefe da RT, Margarita Simonovna Simonyan.

BC progride em agenda sustentável no crédito rural

A agenda ecológica do Banco Central (BC) ganhou tração e impediu que 30 mil operações com Cadastro Ambiental Rural (CAR) irregular no valor de R\$ 726 milhões fossem concluídas em 2024, e R\$ 6,3 bilhões desde 2020. A magnitude dos recursos que geram a grilagem de terras, as operações de extração ilegal de madeira, a destruição da floresta para ocupação com pastagens e outras ações predatórias do meio ambiente passam em algum momento pelo sistema financeiro. Evitar que isso ocorra é um dos objetivos do BC em ação conjunta com as instituições financeiras. Os primeiros exemplos são encorajadores e se espera que tenham continuidade e ganhem amplitude.

A autoridade monetária, em seu Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas, divulgado nesta semana, consolida os passos dados até agora da obra em progresso de regulação, vigilância e estímulo nas ações climáticas, alinhada ao Acordo de Paris e às metas nacionalmente determinadas pelo Brasil. Um dos aspectos imediatos e prementes é o da concessão de crédito para atividades agrícolas potencialmente predatórias ou de alta emissão de dióxido de carbono. A resolução 5081 (2023), do Conselho Monetário Nacional, por exemplo, vedou a concessão de financiamentos bancários, com e sem subsídios federais, a propriedades que não se inscreveram no CAR, ou cuja inscrição foi suspensa ou cancelada.

No Bureau de Crédito Rural, criado em 2022, o BC e o Ibama fizeram acordo para o intercâmbio de informações sobre crédito rural e Proagro. Com maior supervisão da autoridade monetária, as operações passaram a ser analisadas em conjunto com informações sobre trabalho escravo, localização de terras indígenas e quilombolas, por meio do cruzamento de dados informados pelas instituições financeiras com bases de acesso público.

O BC tem estimulado os bancos a incluírem em seu relatórios de riscos das atividades as ameaças climáticas, que se intensificaram a olhos vistos nos últimos anos, culminando com a tragédia das chuvas no Rio Grande do Sul e dos incêndios na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal. Um de seus efeitos óbvios é sobre a estabilidade financeira, decorrente da ruína econômica dos atingidos e seus efeitos diretos sobre empréstimos bancários. Além disso, as seguradoras estão na linha de frente da cobertura de danos crescentes, que até há pouco eram negligenciados.

Uma linha de classificação foi identificar os setores que emitem mais e os que emitem menos carbono e averiguar os

empréstimos concedidos. O BC indicou que houve aumento proporcional de crédito para setores de baixa emissão entre 2012 e 2020. Em junho, passou a receber a cada semestre de todas instituições financeiras, inclusive as de pequeno porte, o Documento de Risco Social, Ambiental e Climático.

Os bancos apontam como risco climático mais relevante as secas, em especial no Nordeste, em levantamento feito antes da tragédia do Rio Grande do Sul. Já os riscos crônicos mais importantes relatados foram a escassez de recursos naturais e a desertificação. No entanto, segundo o BC, “só 42% das instituições gerenciam o risco de transição de alguma forma, com apenas 19% possuindo metodologias de análise para o longo prazo. A percepção do impacto dos riscos de transição é muito baixa no curto prazo e média no longo prazo”.

Afetam a política monetária os danos sobre as safras, destruição física da oferta de bens agrícolas e industriais e outros fatores que tendem a elevar a inflação. Esses são efeitos imediatos. Mas há a noção generalizada que, no médio prazo, a transição energética dos combustíveis fósseis para matrizes limpas traria aumentos de preços relevantes. No relatório, o BC não vê dessa forma a passagem de um sistema a outro. “Os aumentos nos investimentos em energia verde têm um impacto positivo sobre a atividade econômica, ultrapassando o efeito negativo da taxação das emissões”, registra.

No cenário de emissão zero de carbono em 2050, que se baseia em aumento do custo da emissão e incentivos à economia limpa, o BC conclui que “o efeito líquido dos dois tipos de choques sobre a atividade econômica é moderadamente positivo, com o nível do PIB alcançando, após 15 anos de transição, +1,7% acima da tendência de crescimento do modelo”. Para esse resultado colaboram os investimentos para elevar em 45% a oferta de energia verde.

Mesmo com a redução de 18% na oferta de energia fóssil ao fim da transição, o BC estima que a oferta total aumentará em 10% e será 18% mais barata. “O efeito desse aumento da oferta de energia barata é expansionista, mais que compensando o efeito negativo do aumento do custo de emissão sobre as firmas”. Os efeitos sobre a inflação serão modestos e não devem ultrapassar 0,40 ponto percentual, com aumento de juros básicos de 0,9 ponto percentual.

O BC está seguindo a trilha das melhores experiências internacionais. Ao normatizar e identificar recursos a setores de atividade de alta emissão de carbono, cria uma rotina salutar que favorece o crescimento sustentável.

GRUPOGLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghbi Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://globo.br/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
(patrick.cruz@valor.com.br)

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual
Múltiplaplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
(roberta.costa@valor.com.br)
Coordenador Valor Data
William Volpatto
(william.volpatto@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Roseblum
(celia.roseblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@valor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente Internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcao (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
(cassianor@edglobo.com.br)

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo – SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441

PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613

SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais:
Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300**. Portal do assinante: portaldoassinante.com.br. Para assinaturas corporativas e-mail: corporate@valor.com.br
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste:
R\$ 1.738,80 ou R\$ 144,90 mensais. Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888**. Carga tributária aproximada: 3,65%



É possível aperfeiçoar ambiente institucional com transparência. Por Alexandre Manoel e Helder Rebouças

O que esperar da regulamentação das emendas parlamentares?

A recente decisão do ministro Flávio Dino, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7697, mantida por unanimidade pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), além de atribuir caráter relativo (e não absoluto) à impositividade das emendas individuais e de bancada estadual, suspendeu a execução dessas despesas até que sejam editadas regras que garantam a transparência e a rastreabilidade dos recursos.

Posteriormente, nota conjunta dos Poderes firmou consenso sobre alguns pontos que serão objeto de regulamentação, referentes à execução dessas emendas. De forma geral, isso diz respeito à evolução exponencial de um montante pago de emendas de R\$ 2,4 bilhões (0,04% do PIB), em 2015, para R\$ 35,8 bilhões (0,32% do PIB), em 2023.

Essa compreensão do STF sobre a impositividade e moderação na evolução das emendas foi baseada em exposto dispositivo constitucional, que condiciona a execução das despesas a prévio exame de impedimentos de ordem técnica, e reafirma, na prática, que é poder-dever do Executivo não executar despesas de emendas individuais (inclusive as Pix) e de bancadas estaduais em desacordo, por exemplo, com as prioridades das políticas públicas traçadas nos planos de governo.

Até 2014, o poder sobre o orçamento era concentrado no Executivo, de modo que os parlamentares não alinhados ao Planalto tinham dificuldades na execução de suas emendas. Consequentemente, a agenda política seguia sob controle do Executivo, com baixos incentivos às

posições discordantes do Legislativo. Nesse ambiente, parlamentares de oposição tinham dificuldade de se eleger.

A natural reação a essa concentração, e o fim do financiamento privado eleitoral, levaram a novas investidas sobre o orçamento, com consequente rearranjo no ordenamento da execução orçamentária. Em que pese a evolução dos valores das emendas no tempo, qualquer comparação internacional dos nossos atuais 0,32% do PIB de emendas requer exame acurado das regras do jogo político-eleitoral de cada sistema tomado como paradigma.

A comparação com o percentual gasto na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, deve levar em conta que quase 80% dos países-membros executam seus orçamentos sob um regime parlamentarista, em que o chefe de governo é nomeado pelo Parlamento e este, naturalmente, não precisa de emenda para exercer algum poder na alocação orçamentária.

Ademais, na OCDE, há também os países que possuem orçamento impositivo, como os Estados Unidos, onde o gestor público é obrigado a executar a despesa que foi determinada pelo Legislativo.

Face ao exposto e, com base na decisão da STF na ADI 7697, apresentamos a seguir um conjunto de sugestões para a regulamentação das emendas orçamentárias, como forma de contribuir no debate:

- Limitação do crescimento real das despesas das emendas aos mesmos 2,5% estipulados no arcabouço fiscal;
- Bloqueio ou contingencia-

mento, devidamente justificado, em igual proporção à limitação realizada nas demais despesas;

- Emendas Pix (que somaram R\$ 21,3 bilhões entre 2020 e 2024): a execução dessas emendas ficaria condicionada à prévia apresentação de um projeto para a aplicação dos recursos pelo beneficiário. Ademais, a classificação dessas despesas seria a mesma adotada pela União para fins de harmonização contábil e controle pelos tribunais de contas. Por fim, os portais de transparência dos entes beneficiários e da União divulgarão amplamente as informações detalhadas dessas transferências;
- Demais emendas individuais (que somaram R\$ 76,4 bi-

- Emendas de bancadas estaduais (que somaram R\$ 35,3 bilhões entre 2020 e 2024): propõe-se que a execução dessas emendas esteja condicionada ao exame prévio do Executivo quanto ao caráter estruturante da despesa. A relação de projetos estruturantes de cada Estado, apresentados pelo Executivo estadual, seria um bom roteiro para a elaboração das emendas. Importante também que seja vedada qualquer tipo de alteração nas características das emendas aprovadas no Legislativo, como forma de impedir a sua individualização ou fragmentação;
- Emendas de comissão (que somaram R\$ 23,4 bilhões, entre 2020 e 2024): sugere-se que a

sua execução esteja condicionada ao exame prévio do caráter nacional ou regional da despesa, vedando-se qualquer possibilidade de alteração posterior nas características das emendas aprovadas que impliquem individualização ou fragmentação.

A regulamentação deveria ainda, em conexão à transparência e rastreabilidade, adensar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o explícito princípio constitucional da equitatividade orçamentária, a fim de vedar a execução orçamentária com fins discriminatórios, sobretudo em períodos eleitorais.

Ademais, destaque-se que mudanças mais estruturais na engenharia orçamentária brasileira poderão ser alcançadas por meio da aprovação da nova Lei de Finanças Públicas, que substituirá a sexagenária Lei 4.320, de 1964.

Concluindo, a decisão do STF mostra-nos que é possível, dentro das regras constitucionais vigentes, aperfeiçoar o ambiente institucional das emendas ao orçamento, com transparência e rastreabilidade, por meio do exame prévio e criterioso dos impedimentos de ordem técnica, cuja tônica deveria ser analisar a real aderência das emendas às prioridades do planejamento governamental e possibilitar a avaliação da efetividade dos gastos associados. Com isso, haverá moderação, maior competição política e menor ineficiência do gasto público.

Alexandre Manoel é economista-chefe da AZ Quest e ex-secretário nos Ministérios da Economia e da Fazenda (2018-2020).

Helder Rebouças é consultor de orçamentos do Senado e doutor em Direito pela Universidade de Brasília.

Política europeia em terreno pantanoso

Maria Clara R. M. do Prado



O medo da expansão da direita radical tem provocado profundas mudanças nas bases políticas da Europa. Ao invés de partidos com ideologias e plataformas bem definidas, avança-se em terreno pantanoso, onde identidades tradicionais de centro, direita e esquerda se desfiguram com a incorporação de políticas oportunistas que chegam a flertar com o populismo na tentativa de atrair os eleitores desiludidos e frustrados, presas fáceis dos radicais.

Em paralelo, cresce a formação de alianças e coligações entre representações políticas de diferentes naipes e cores para evitar que os partidos da direita radical cheguem ao poder. A estratégia é chamada de “cordão sanitário”. A alternativa de juntar partidos de espectros políticos diversos e até antagônicos para a formação de governos tem funcionado, mas não se sabe até quando será possível brechar o empoderamento de partidos fundados em plataformas populistas e cultural identitárias.

A vitória da Alternativa para a

Alemanha (AfD) no pleito estadual da Turíngia, no domingo, com 32,8% dos votos, é emblemática pelo fato de ser a primeira vez que a extrema direita ganha uma eleição na Alemanha desde a Segunda Guerra Mundial. Muito provavelmente não conseguirá formar o governo naquele Estado do Leste alemão. A pressão tem sido grande para que o CDU, partido de centro que obteve 23,6% dos votos, construa uma coligação para a governabilidade, muito embora isso não assegure estabilidade.

Em longa conversa com esta coluna, na segunda-feira, o catedrático da Universidade Lusófona de Lisboa José Filipe Pinto, cientista político com doutorado em sociologia, chamou a atenção para outra grande novidade das eleições na Turíngia: o terceiro lugar do partido radical de esquerda BSW — Aliança Sahra Wagenknecht —, com 15,8% dos votos. Fundado em janeiro deste ano pela parlamentar que dá nome à agremiação e já demonstrou simpatia pelo comunismo, o populista BSW defende maior taxaço para os ricos e negociação com Putin para o fim da guerra da Ucrânia, mas incorporou em seu programa pautas da direita, como a revisão da política de asilo político e o controle rígido sobre a imigração.

Tanto o CDU quanto o BSW rejeitam uma aliança com o AfD, mas qualquer arranjo é complicado. Se ficarem fora do governo, os dois partidos populistas terão força para interferirem nas políticas relacionadas à imigra-

ção. A Alternativa para a Alemanha também se destacou na eleição da Saxônia, no mesmo domingo. Com 30,6% dos votos, ficou pouco atrás dos 31,9% obtidos pelo CDU. Em terceiro lugar, o BSW atingiu 11,8%.

O professor José Felipe Pinto enquadra o BSW em uma nova modalidade de populismo porque “mistura ideologia socialista com ideologia nativista, que são de lados diferentes das ideologias”. O nativismo prioriza o interesse dos nacionais em oposição aos que vêm de fora, ou seja, dos imigrantes. Na essência, os populistas se parecem. “Cavalgam sempre na onda do descontentamento social, percebem o que as pessoas querem ouvir e oferecem o produto que elas querem ouvir”, atesta.

Apesar de regionalmente localizadas, as eleições alemãs ilustram a barafunda que tomou conta do cenário político europeu, algo que se confirma na França, a nível nacional, com a dificuldade de definir o chefe do Legislativo. Até ontem, 60 dias após o segundo turno das eleições, o presidente Emmanuel Macron não conseguiu chegar a um entendimento com as três principais forças políticas que saíram das urnas, resultado do “cordão sanitário” montado no segundo turno para reduzir as possibilidades de vitória do Rassemblement National (RN), o partido radical de direita de Marine Le Pen.

Mas qual é o real perigo do populismo? O professor José Felipe Pinto responde: “Para eles, não há

democracia representativa. Os populistas não dizem que representam o povo, eles são o povo e por isso são os únicos que compreendem o povo. Caso contrário, o problema que se colocava é, se o populismo era um perigo para a democracia ou se, pelo contrário, era uma oportunidade para a democracia passar a ter um desempenho melhor atendendo a que muitos dos eleitos têm tido desempenhos muito fracos”.

Não se sabe até quando será possível brechar o empoderamento de partidos fundados em plataformas populistas

Ele constatou que “uma vez no poder, os populistas reconstróem o modelo de cima para baixo, controlando toda a comunicação social e criando novas organizações que mais não são do que a voz do dono”. E continua: “quer dizer que o populismo não é uma hipótese para a democracia melhorar o seu desempenho, pelo contrário, continua a ser uma ameaça para a democracia porque uma vez no poder os partidos populistas tendem a capturar o poder e eles, que criaram a quebra de confiança nas instituições, reconstróem novas instituições à luz dos interesses do grupo que detém o poder”.

Por pudor, os partidos moderados têm resistido a fazer alianças com a direita radical. No entanto, a continuar o ritmo de expansões dos

partidos populistas, haverá um momento em que a estratégia do “cordão sanitário” já não funcionará. A grande pergunta é saber qual o potencial de crescimento da direita extremada?

António Costa Pinto, professor convidado no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) e ex-pesquisador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, acredita que há um limite para o crescimento da direita radical, embora seja difícil determinar o ponto máximo. Talvez de 18% a 20% do eleitorado. Ele salienta, contudo, que a onda de crescimento da direita radical não tem polos de difusão nem modelos de referência consolidados. Na Europa, até agora, a Hungria é o único caso estabelecido há já alguns anos. Portanto, cada caso é um caso, embora todos tenham em comum “a desafeição da sociedade pelos partidos políticos que a têm representado”, observou para a coluna.

As atenções voltam-se agora para as eleições nacionais de 29 de setembro na Áustria. As pesquisas apontam vitória do Partido Austríaco da Liberdade (FPÖ), de direita radical, com cerca de 30% dos votos. Seu programa ultraconservador prevê a inscrição na Constituição de que existem apenas dois gêneros no país (o feminino e o masculino), além do banimento do islamismo.

Maria Clara R. M. do Prado jornalista, formada pela PUC-Rio, é autora do livro “A Real História do Plano Real”, em versão impressa e digital.

Frase do dia

“É inegável que, apesar do crescimento econômico, a pressão sobre a inflação está muito marginal”.

Do secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, ao Valor

Cartas de Leitores

Mau pressentimento

Estou com mau pressentimento. E não é para menos. Um presidente com ideias ultrapassadas que remetem a seus primeiros mandatos, impregnadas de ideologia anacrônica, a emitir conceitos primários relacionados a gastos públicos e considerações inábeis sobre política externa — com direito à desmoralização partida de ditador continental — que fazem crescer o desprestígio internacional do país.

Uma economia desordenada, sem objetivos definidos e que, portanto, não atrai investimentos sadios, capazes de catalisar crescimento consistente. Uma Justiça caótica, capitaneada por Corte Suprema escancaradamente politizada e militante, fonte de insegurança jurídica, e que tem entre seus integrantes um ministro censor e autoritário que corrói a liberdade de expressão e opinião. Finalmente, mas talvez mais importante, um Congresso onde operam parlamentares pragmáticos no pior sentido e em constantes disputas e retaliações contra os outros dois poderes. É ou não é um cenário preocupante cujo desenvolvimento pode levar o país a uma grave crise institucional?

Paulo Roberto Gotac
pgotac@gmail.com

Haddad
O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com estas afirmações de que o IVA vai ficar em média em 22% em determinados setores só perde sua credibilidade, já que o próprio ministério divulgou o cálculo que, com as alterações feitas na Câmara, ficaria em 28%.

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

PIB
O crescimento mais forte que o esperado para o PIB brasileiro no segundo trimestre de 2024, impulsionado pelo forte dinamismo do mercado de trabalho, reflexo da elevação dos salários, surpreendeu até mesmo os mais otimistas. Ainda teremos mais: os gastos com a recuperação da tragédia do Rio Grande do Sul, mais os gastos com as eleições municipais, impactarão fortemente no PIB do segundo semestre.

Jorge de Jesus Longato
cestadecompras@hotmail.com

Orçamento
No Brasil, infelizmente, as propostas de governos para Lei Orçamentária Anual não passam de peça de ficção. E esse Orçamento enviado ao Congresso, pelo governo Lula é de amargar... Para atingir até o inalcançável, para esse governo, déficit zero, é preciso R\$ 166 bilhões, de receitas novas (mais para aumento de impostos) que dependem em boa parte da aprovação pelo Congresso, onde o Planalto é minoria e refém E como os gastos não param de crescer pelas mãos deste governo nada austero, se estima um recorde nas despesas da previdência social que pode ultrapassar R\$ 1 trilhão, em 2025.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Receita do ex-presidente tornará país menos competitivo e igualitário. Por Joseph Stiglitz

A economia dos EUA se Trump vencer

A eleição presidencial dos Estados Unidos em novembro é crucial por muitos motivos. O que está em jogo não é apenas a sobrevivência da democracia americana, mas também a gestão apropriada da economia, com implicações de grande alcance para o resto do mundo.

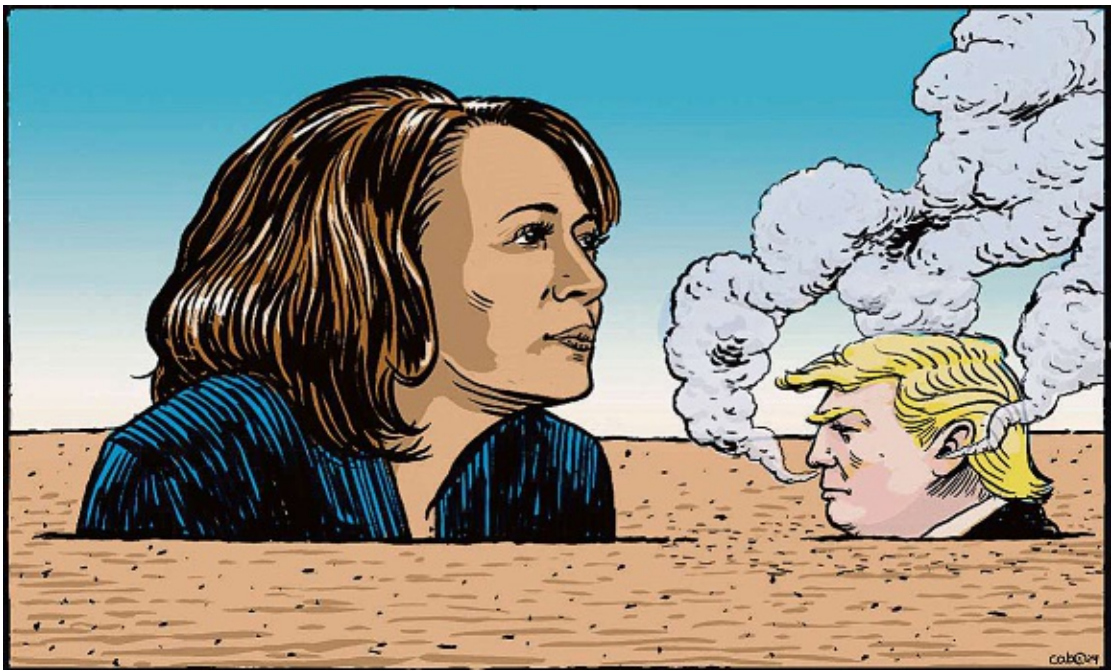
Os eleitores deparam-se com uma escolha não apenas entre diferentes políticas econômicas, mas entre os diferentes objetivos dessas políticas. Embora a candidata democrata, a vice-presidente Kamala Harris, ainda não tenha detalhado plenamente sua agenda, ela deverá continuar com os pilares básicos do programa de Joe Biden, entre os quais políticas sólidas para manter a concorrência entre empresas, preservar o ambiente, reduzir o custo de vida, sustentar o crescimento, reforçar a soberania e a resiliência econômica nacional e mitigar a desigualdade social.

Em contraste, o ex-presidente Donald Trump não tem interesse em criar uma economia mais justa, sólida e sustentável. O que chapa republicana oferece, em vez disso, é um cheque em branco para as empresas de petróleo e carvão e uma aproximação a bilionários como Elon Musk e Peter Thiel. É uma receita para tornar a economia dos EUA mais fraca, menos competitiva e menos igualitária.

Além disso, embora uma boa gestão econômica exija definir metas e criar políticas para alcançá-las, a capacidade de responder a choques e aproveitar novas oportunidades não é menos importante. Já temos uma noção de como cada candidato se sairia. Trump falhou miseravelmente na resposta à covid-19, o que resultou em mais de 1 milhão de mortes. No momento em que os EUA precisavam desesperadamente de liderança, ele sugeriu que as pessoas injetassem água sanitária.

A resposta a eventos sem precedentes exige tomar decisões difíceis, baseadas no que houver de melhor na ciência. Em Kamala, os EUA têm uma pessoa que seria ponderada e pragmática ao pesar os prós e contras e ao elaborar soluções equilibradas. Em Trump, temos um narcisista impulsivo que prospera no caos e rejeita a experiência científica.

Vejamos a resposta dele ao desafio representado pela China: uma proposta de aplicar tarifas alfande-



Trump adotou a posição extrema de ameaçar a independência do Fed, o que introduziria uma fonte persistente de incertezas econômicas, depressiria o investimento e o crescimento, e quase certamente elevaria as expectativas inflacionárias

gárias de 60% ou mais. Como qualquer economista sério poderia ter dito a ele, isso elevaria os preços — não apenas dos bens importados diretamente da China, mas também de inúmeros outros bens que contêm insumos chineses. Portanto, os americanos de baixa e média renda arcariam com a maior parte do custo. À medida que a inflação aumentasse e o Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) fosse forçado a elevar juros, a economia seria atingida por um golpe triplo, de desaceleração do crescimento, aumento da inflação e maior desemprego.

Para agravar a situação, Trump adotou a posição extrema de ameaçar a independência do Fed (o que não é surpresa, considerando seu empenho em minar a independência do Judiciário e do serviço público). Outro governo Trump, portanto, introduziria uma fonte persistente de incertezas econômicas, o que depressiria o investimento e o crescimento, e quase certamente elevaria as expectativas inflacionárias.

As propostas de políticas fiscais de Trump são igualmente perigosas. Lembremos do corte de impostos de 2017 para empresas e bilionários, que não serviu para estimular mais investimentos e apenas incentivou a reconpra de ações. Embora os republicanos ainda estejam por ver um corte de impostos dos ricos pelo qual não caiam de amores, alguns pelo menos reconheceram que a política aumentaria os déficits orçamentários e, assim, incluíram uma cláusula de vencimen-

to, que começa a entrar em vigor em 2025. No entanto, ignorando as evidências de que aplicar reduções tributárias para os ricos com a ideia de que o efeito positivo se disseminaria aos escalões de renda inferiores é algo que não funciona e não se paga, Trump quer renovar e, depois, aprofundar o corte de 2017 de maneiras que adicionariam trilhões de dólares à dívida nacional.

Embora demagogos populistas como Trump não se importem com déficits, investidores nos EUA e no exterior deveriam ficar preocupados. O inchaço de déficits provocado por gastos que não aumentam a produtividade incrementaria ainda mais as expectativas de inflação, prejudicaria o desempenho econômico e exacerbaria a desigualdade.

Da mesma forma, revogar a Lei de Redução da Inflação do governo Biden não seria apenas ruim para o meio ambiente e a competitividade dos EUA em setores vitais para o futuro do país; também eliminaria disposições que reduziram o preço de produtos farmacêuticos, o que elevaria o custo de vida.

Trump (e os juízes nomeados por ele) também querem reverter as fortes políticas de concorrência do governo Biden-Kamala, o que — também — elevaria a desigualdade e enfraqueceria o desempenho econômico ao consagrar os que detêm poder de mercado e sufocar a inovação. E ele eliminaria iniciativas de créditos universitários com disposições mais bem condicionadas à renda dos estudantes para incrementar o acesso ao ensino superior, o que, em

última análise, diminuiria o investimento no setor que os EUA mais precisam para enfrentar os desafios de uma economia do século XXI.

Isso nos leva às características da agenda de Trump, que são muito preocupantes para o sucesso econômico de longo prazo dos EUA. Primeiro, outro governo Trump diminuiria o financiamento à tecnologia e à ciência básica, a fonte da vantagem competitiva e do aumento do padrão de vida dos EUA ao longo dos últimos 200 anos. Não é preciso dizer que a força econômica do país não está em cassinos, campos de golfe ou hotéis extravagantes.

Em seu governo, Trump propôs grandes cortes na ciência e tecnologia em quase todos os anos, mas parlamentares republicanos que não eram extremistas vetaram essas reduções no orçamento. Desta vez, porém, seria diferente, porque o Partido Republicano se tornou um culto pessoal de Trump. Pior, o partido declarou uma jihad contra as universidades, inclusive as instituições de ponta, que expandem os limites do conhecimento, atraem os melhores talentos do mundo e sustentam a vantagem competitiva do país.

Ainda pior, Trump está comprometido a enfraquecer o Estado de Direito, tanto interna quanto externamente. O longo histórico de Trump de se recusar a pagar fornecedores e contratados fala sobre seu caráter: ele é um valentão, que usará qualquer poder que tiver para roubar quem puder. No entanto, o problema se torna ainda maior quando ele apoia insurrecionistas violentos. O Estado de Direito não é apenas algo que devemos valorizar por si só: é crucial para o bom funcionamento da economia e da democracia.

Enquanto rumamos para o quarto trimestre de 2024, é impossível saber quais choques a economia enfrentará nos próximos quatro anos. Uma coisa, entretanto, é clara: a economia de 2028 estará muito mais forte, mais igualitária e mais resiliente se Kamala for eleita.

(Tradução de Sabino Ahumada)

Joseph E. Stiglitz, ex-economista-chefe do Banco Mundial e ex-presidente o Conselho de Assessores Econômicos da presidência dos EUA, é professor na Universidade Columbia e Nobel de Economia. Seu livro mais recente é “The Road to Freedom: Economics and the Good Society”. Copyright: Project Syndicate, 2024.
www.project-syndicate.org

Contas públicas Secretário diz que expectativa com crescimento de receita é ‘positiva’ após resultados ‘muito fortes’, mas não descarta novo contingenciamento

Mudança na meta fiscal não está em debate no governo, afirma Ceron

Guilherme Pimenta e
Lu Aiko Otta
De Brasília

Fator de incerteza do mercado, a possibilidade de alterar a meta de resultado das contas públicas não está sobre a mesa, disse em entrevista ao **Valor** o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. “Deixamos claro que, a partir do próximo relatório bimestral, vamos virar a chave desta discussão”, comentou.

A divulgação do relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do quarto bimestre deve ocorrer no fim deste mês. É o documento que mostra o resultado primário esperado e aponta para eventual necessidade de congelar gastos.

Ceron não descartou novo contingenciamento, após o efetuado em julho, no valor de R\$ 3,8 bilhões. No entanto, a perspectiva para receitas é “positiva”, informou. Ou seja, é possível até que haja descontingenciamento ainda neste mês.

O otimismo se baseia nos resultados da arrecadação de agosto, que vieram “muito fortes”, e no desempenho acima do esperado do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre do ano.

Para o secretário, os dados demonstram que o plano de voo da equipe econômica tem sido bem-sucedido.

Em 2025, disse o secretário, a discussão vai focar na qualidade das despesas. A revisão de gastos, inclusive na vertente que pretende “modernizar” as indexações, será agenda prioritária no ano que vem, afirmou.

A principal crítica dos especialistas à condução da política fiscal tem sido a ausência de medidas estruturais para conter o avanço das despesas, sobretudo as obrigatórias.

Ceron não adiantou detalhes, mas frisou que a equipe econômica concretizou tudo o que se propôs até agora. Da mesma forma como foi atacada com sucesso a recomposição da base tributária, serão debatidos temas referentes à estrutura das despesas, afirmou.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *O PIB acima do esperado vai levar a uma revisão para cima das receitas deste ano. Por outro lado, há algumas frustrações de arrecadação que serão reconhecidas pelo governo, como é o caso dos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A meta deste ano será cumprida?*

Rogério Ceron: Na nossa visão, o filme de 2024 é assim: primeiro, as medidas que foram tomadas em 2023 surtiram efeito, assim como as medidas de estímulo econômico. A atividade econômica e a recuperação fiscal estão andando exatamente como nós tínhamos projetado. É inegável que nós temos uma recuperação, uma arrecadação forte. Estamos crescendo 9% real e mostrando que o atingimento da meta, ainda que no piso da banda do primário, passa a ser crível.

Valor: *E para o bimestral de setembro, o que podemos esperar?*

Ceron: Será muito importante. Porque é o último momento para tomar decisões sobre alteração de meta. O processo de recuperação vem mais forte do que estava vindo. A arrecadação de agosto, ainda não posso publicizar os números, mas foi muito forte. Se nós endereçarmos bem a compensação da desoneração, nós temos aí um caminho trilhado para o cumprimento da meta. Incorporamos os efeitos da desoneração e as compensações. Elas vão ajudar com as frustrações que, eventualmente, tenhamos que incorporar, como o Carf, que está com um desempenho insuficiente.

Valor: *Concessões também?*

Ceron: Tem um processo de revisão a ser feito com o Ministério do Transporte.

Valor: *Quando o senhor diz que esse bimestral é o último para tomar decisões como uma alteração de meta, quer dizer que isso está na mesa de discussão?*



WENDERSON ARAUJO/VALOR

Ceron: Não, não está na mesa. Mas para o mercado isso sempre é um fator de alguma incerteza. Deixamos claro que, a partir do próximo relatório bimestral, vamos virar a chave desta discussão. O próprio ministro [da Casa Civil, Rui] Costa também deu declarações importantes, corroborando a perspectiva de seguirmos em frente e cumprirmos as metas fiscais. Isso é muito importante.

Valor: *O governo enxerga um limite para elevar carga tributária?*

Ceron: Ainda que tenha ocorrido essa recomposição da base fiscal, nós vamos caminhar este ano para provavelmente algo em torno de 18,7% do PIB de receita líquida, o que está abaixo da média histórica do país.

Valor: *E o crescimento de despesas?*

Ceron: Na verdade, está reduzindo. Se você olhar para 2017, 2018, 2019, antes da pandemia, a despesa primária era em torno de 19,3%, 19,5% do PIB. Estou olhando um período considerado rigoroso do ponto de vista fiscal, de gestão liberal, de redução de tamanho do Estado. Neste ano, devemos fechar abaixo de 19,3% do PIB.

Valor: *A despesa seguirá caindo nos próximos anos, como proporção do PIB?*

Ceron: Para o ano que vem, a despesa primária deve também ficar ali rondando 19% do PIB. E começa um processo de queda. É um marco importante para a lógica do arcabouço fiscal. Com a atividade econômica crescendo, será possível elevar a despesa pública ao mesmo tempo que se reduz na margem a participação do Estado na economia. A médio e longo prazos, vai aumentando a receita e reduzindo a despesa, abrindo naturalmente um gap e aumentando o superávit primário.

Valor: *Mas isso dispensa a adoção de mais medidas pelo lado das despesas?*

Ceron: Não, de jeito nenhum.

Valor: *Voltando ao bimestral de setembro, podemos esperar descontingenciamento, dada essa alta das receitas?*

Ceron: É cedo para dizer. Nas próximas duas semanas faremos um trabalho intenso de revisão. Eu diria que hoje a tendência é positiva pelo lado da receita, e não negativa.

Valor: *Então não seria hora de ajustar a mira, já que está apontada no limite inferior da banda de tolerância da meta?*

Ceron: Claro. Mas há uma diferença entre mirar [no centro da

“Não vejo como incompatível ter um crescimento entre 2,5% e 3%, e um ciclo de inflação controlado”
Rogério Ceron

meta] e as medidas que geram um desgaste importante no governo, a paralisação de ações importantes. Precisa dosar. Lembrando que existe o empocamento financeiro [surge quando ministérios não conseguem gastar tudo o que tem no orçamento; tem ficado acima de R\$ 20 bilhões por ano]. Olhando para as projeções de receita e despesa, o saldo está batendo no piso. Mas provavelmente não estamos realmente ali, e sim numa faixa intermediária, melhor do que o piso.

Valor: *Se precisar contingenciar mais, será feito?*

Ceron: Sim. Mas, se não precisar, vamos ficar onde estamos.

Valor: *E quanto aos bloqueios, que são feitos quando a despesa projetada está acima do limite do arcabouço?*

Ceron: Olha, pode ser que tenha algum bloqueio adicional ainda. É difícil dizer.

Valor: *Em 2025, boa parte do espaço adicional de R\$ 143 bilhões é consumida por despesas obrigatórias, restando só R\$ 11 bilhões para elevar gastos discricionários. Como o senhor vê esse cenário?*

Ceron: Ele preocupa. O primeiro ponto a destacar é que a peça orçamentária já foi reconhecida pelo mercado como mais equilibrada, com um menor nível de fatores de risco, embora tenha desafios lá. Eu diria que pelo lado da receita algumas projeções podem ter surpresa positiva no ano que vem.

Valor: *Por exemplo?*

Ceron: Por exemplo, dividendos. São fatores que permitem acomodar pressões. Então, é uma peça mais equilibrada.

Valor: *Por que isso é importante?*

Ceron: Porque aí atingimos uma primeira etapa, que é garantir o cumprimento da meta fiscal. Aí tem a segunda: qualidade da composição da despesa. A obrigatória está crescendo com uma dinâmica forte e comprimindo a discricionária. É ruim. Então, agora a nossa agenda precisa se voltar a isso.

Valor: *E vai?*

Ceron: O governo está consciente da necessidade de olhar com cuidado as despesas. Ninguém está querendo fazer corte pelo corte ou pela redução do tamanho do Estado. Mas garantir que essas despesas tenham uma dinâmica sustentável. E isso vai ser a agenda de prioritária de 2025: olhar para a qualidade da composição da despesa, para que ela melhore e não piore de forma estrutural.

Valor: *O Ministério do Planejamento colocou como um eixo da revisão de gastos a modernização das indexações de despesas. Isso é agenda para 2025?*

Ceron: Eu não queria falar de medidas específicas. Nós fizemos, e acho que inegavelmente, um processo bem-sucedido de recomposição das receitas. Levamos esse debate à luz do sol. Do lado da despesa é a mesma coisa. Tem uma primeira leva que foi publicizada [economia de R\$ 25,9 bilhões]. Outras análises estão sendo feitas.

Valor: *Faltam sinais de que a revisão de gastos vá acontecer com força.*

Ceron: Acho difícil dizer que não cumprimos aquilo que temos sinalizado. Prometemos uma agenda de recuperar o fiscal e estamos conseguindo fazer isso. Estamos sinalizando que vamos proteger a qualidade da composição da despesa. Temos dois sub-objetivos. Um, garantir que a despesa não gere uma pressão sobre o limite de gastos. Acho que é a preocupação número um do mercado. Dois, garantir que a composição seja saudável.

Valor: *O sr. acha que o ajuste pela via das receitas está se exaurindo?*

Ceron: Não, eu acho que o país ainda tem muitas distorções tributárias. Temos camadas da população que contribuem de forma muito diferente para o esforço do governo. Há benefícios tributários que, a nosso ver, ainda precisam de ajustes. Então, eu não acho que ela tenha se exaurido. Tem uma co-brança para que seja balanceada com medidas para o lado da despesa. Eu acho justa a discussão.

Valor: *Se 2025 será o ano de olhar para a qualidade do gasto, o que está programado para 2026? Teremos como meta superávit de 0,5% do PIB.*

Ceron: Desafiador. Nosso plano de voo sempre envolve um olhar sobre atividade econômica, recuperação fiscal, inflação controlada e redução da desigualdade. É preciso parar de olhar para o retrovisor de mediocridade, achando que nós não temos condições estruturais de crescer mais do que 2%. Chegaremos em 2026 com o menor nível de desemprego da série histórica do país, o maior ciclo de crescimento econômico da década, o menor ciclo de inflação desde o início do Plano Real e a maior retomada de investimento público e privado da década. Queremos chegar com esse patamar em 2026, e ele está praticamente contratado.

Valor: *Do ponto de vista fiscal, tem um desafio para 2026 e principalmente 2027, que é a questão dos precatórios. Serão R\$ 100 bilhões em 2025, dos quais R\$ 44 bilhões fora das regras fiscais. Em 2026 ainda tem esse tratamento diferenciado, mas a partir de 2027 não tem mais essa possibilidade. O que fazer?*

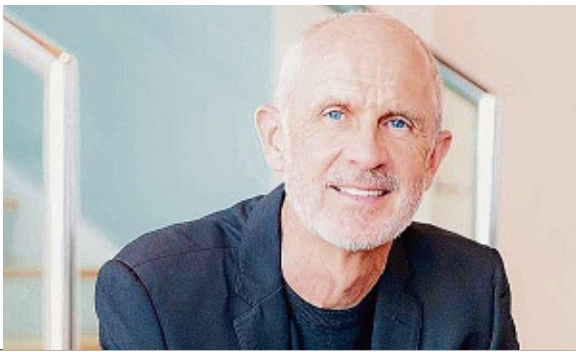
Ceron: O processo eletrônico, os julgamentos virtuais, aceleraram o processo de julgamento. O estoque de precatórios, cada ano, vai ficando mais jovem, o que é bom. Daqui a algum tempo, isso tende a se estabilizar. Outro tema é a Previdência. A fila cresce, as pessoas buscam socorro no Judiciário para poder ter logo o benefício. A fila diminuiu. Então, estamos absorvendo a pressão da fila no Orçamento. Há também nosso trabalho preventivo, junto à AGU, que tem fechado muitos acordos. Agora é fazer com que não precise de uma regra especial em 2027 para acomodar esse gasto nos limites.

Valor: *Alguns analistas apontaram que a alta do PIB reforça a perspectiva de alta na Selic. Como o senhor avalia?*

Ceron: Evito comentar a condução da política monetária. A discussão sobre alterar ou não a Selic neste momento tem muito mais a ver com o reforço da credibilidade do Banco Central do que, de fato, uma pressão inflacionária de extrema preocupação. Há questões momentâneas, como a escassez hídrica, as bandeiras tarifárias, mas é inegável que, apesar do crescimento econômico, a pressão sobre a inflação está muito marginal. Não vejo essa incompatibilidade entre ter um crescimento entre 2,5% e 3%, e um ciclo de inflação controlado.

Veículos

Volvo Car adia meta de vender apenas carros elétricos até 2030, conta Rowan, presidente **B6**



INÊS 249

Tecnologia

SpaceX retira funcionários do Brasil e não quer que outros viajem ao país **B8**

Agronegócios

Queda nos preços internacionais coloca em xeque próxima safra de algodão **B9**

Travelex Bank

CONSULTORIA
PERSONALIZADA
EM CÂMBIO.

travelexbank.com.br
(11) 3004-0490

Empresas

Petróleo Decisão do Ibama sobre exploração da área será uma das mais importantes do governo nos próximos anos, diz Cristiano Pinto da Costa

Shell espera sinal verde para crescer na Margem Equatorial

Fábio Couto
Do Rio

A Shell vai estudar a possibilidade de explorar áreas de petróleo na Margem Equatorial, especialmente na Bacia da Foz do Amazonas (AP), caso o governo decida “abrir e avançar” na exploração da extensa região petrolífera entre o Amapá e o Rio Grande do Norte. A empresa já possui ativos na Bacia Potiguar (RN), também na Margem Equatorial, em áreas próximas às exploradas pela Petrobras, mas aguarda o desfecho do pedido de licenciamento da estatal para perfurar um poço na Foz do Amazonas.

Para o presidente da Shell no Brasil, Cristiano Pinto da Costa, a abertura da Margem Equatorial será uma das mais importantes decisões estratégicas da política energética do governo a serem tomadas nos próximos anos. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) negou a licença para que a Petrobras perfurasse um poço no bloco FZA-M-59, mas a estatal recorreu, enviou complementos aos estudos e tenta agora reverter a decisão do órgão ambiental. Dentro do governo, no entanto, não há consenso sobre o tema. Uma ala apoia o veto do Ibama, enquanto outra defende a exploração do potencial petrolífero da região.

Em entrevista ao **Valor**, Costa destacou que a questão ambiental é tão prioritária para a empresa anglo-holandesa e para o setor quanto a exploração econômica das reservas. “A indústria de óleo e gás possui um histórico de mais de 15 anos de exploração e produção do pré-sal com segurança. Continuaremos a seguir as diretrizes e recomen-

dações do Ibama, demonstrando nossa capacidade de operar de forma segura e responsável.”

O executivo disse que a empresa e toda a indústria observam o movimento da Petrobras na Margem Equatorial. A estatal indicou no plano estratégico 2024-2028 a intenção de perfurar até 16 poços na região, para decidir quais caminhos seguir na exploração e produção de petróleo, cujos sinais são de declínio nas áreas mais maduras a partir da próxima década.

Projeções recentes da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) indicam que o pico de produção de petróleo no país se dará em 2030, com trajetória de queda a partir daquele ano, caso não sejam repostas as reservas atuais. Recentemente, a diretora de licenciamento do Ibama, Claudia Barros, disse que decisão sobre a Margem Equatorial pode sair até o fim do ano.

“Não só a Shell: a indústria está olhando o que a Petrobras está fazendo e esperando os próximos passos, do governo e da estatal, para decidir se vamos ser um ator lá [na Margem] ou não”, disse Costa. Ele acrescentou: “O mais importante, no momento, é o governo brasileiro chegar a um consenso do que quer como nação. [Se quer] explorar e tentar entender qual é o tamanho das reservas naquela região.”

Na visão do executivo, o Brasil precisa avançar mais na explora-

ção de outras regiões, indo além das conhecidas bacias de Campos e Santos. Junto com a Petrobras, a Shell arrematou 29 áreas na Bacia de Pelotas, localizada entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Shell levou, sozinha, outros blocos no sul da Bacia de Santos, na direção de regiões de nova fronteira. “Há uma visão na indústria de que talvez as grandes acumulações do pré-sal já tenham sido descobertas. Há sinais de que a Bacia de Campos e o pré-sal já estão dando sinais de esgotamento.”

Costa destacou ainda que o adiamento da sessão pública da oferta permanente de áreas de petróleo, que aconteceria em dezembro e agora está prevista para o primeiro trimestre de 2025, não será um problema caso seja algo pontual. Porém, se o país deixar de realizar de forma recorrente leilões anuais de petróleo, como já ocorreu no passado, isso impactará a indústria, que funciona sob um cronograma de longo prazo.

Entre leilões e o primeiro óleo, em geral, são de sete a dez anos de atividades. “A regularidade anual de leilões ajuda na previsibilidade de grandes atores e da cadeia de suprimento”, afirmou. A ANP suspendeu os editais da oferta permanente para adequá-los a medidas definidas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), além de revisar o conjunto de áreas a serem negociadas. Algumas delas apresentam alta sensibilidade ambiental, segundo a ANP, que preferiu excluí-las das ofertas.

Outro ponto são as recentes medidas adotadas pelo governo para o mercado de gás natural, entre as quais, as que buscam reduzir a reinjeção do insumo e estabelecem revisões de planos de desenvolvimento pela ANP. O órgão re-



Cristiano Pinto da Costa: “O mais importante é o governo brasileiro chegar a um consenso do que quer como nação”

gulador também deverá regular o acesso à infraestrutura. Costa destacou que o decreto publicado pelo governo na semana passada está sendo estudado, mas a perspectiva de revisões de planos de investimentos de petroleiras aprovados é algo que preocupa.

O executivo cita nota do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) na qual a entidade afirma que o decreto “tem o potencial de gerar insegurança jurídica e elevar a percepção de risco, numa indústria caracterizada por vultosos investimentos de longo prazo e por uma cadeia ampla e complexa.”

Em paralelo às discussões na área de óleo e gás, o presidente da Shell aponta para os investimentos que a empresa vem fazendo em projetos ligados à transição energética. Um deles é no etanol de segunda geração, por meio da Raízen, joint venture composta pela petroleira e pela Cosan. O plano da Raízen é de construir nove usinas de etanol de segunda geração, cuja tecnologia aproveita o bagaço da cana-de-açúcar. A segunda unidade foi inaugurada em maio, com capacidade de produzir 82 milhões de litros por ano.

A Raízen também está come-

çando a estudar o mercado de combustível sustentável de aviação (SAF), conta o executivo. Segundo Costa, o SAF é visto pela Shell e pela Raízen como uma potencial avenida para o uso do etanol como combustível para a descarbonização da aviação, segmento tido como difícil para a promoção da redução de emissões de gases de efeito estufa.

Esses e outros projetos de descarbonização, avalia, são exemplos dos investimentos que petroleiras fazem para financiar a transição energética. Costa salienta que o plano de negócios da Shell que foi anunciado em 2023 envolve investimento global entre 2023 e 2025 de montante entre US\$ 10 bilhões e US\$ 15 bilhões em soluções de baixo carbono. “Grandes companhias de óleo e gás ou empresas integradas de energia, como a Shell, são hoje alguns dos maiores investidores na transição energética”, afirmou.

Um ponto, porém, que requer atenção por parte do governo, é a carga tributária sobre o setor de petróleo, apontou o presidente da Shell no Brasil. Costa salienta que a cada três barris de petróleo que são produzidos no país, dois

15 anos já dura a exploração do pré-sal no país

são destinados para o pagamento de impostos, taxas, royalties e participações especiais ao governo. O executivo defende que a indústria petrolífera seja excluída do chamado “imposto seletivo”, que estabelece alíquota adicional que pode chegar a 1% para atividades que podem trazer danos à saúde ou ao meio ambiente.

O tema está em tramitação na Câmara dos Deputados, onde a proposta é de incidência de um percentual extra de 0,25%. Inicialmente, o adicional seria de 1%, aprovado no Senado. Para Costa, o ideal seria não incidir o imposto seletivo sobre a cadeia. O executivo recorda que no ano passado incidiu temporariamente o imposto de exportação, o que preocupou o segmento. “Qualquer coisa feita para aumentar a carga tributária do setor de petróleo impacta negativamente sobre a competitividade brasileira.”

Azul desenha aumento de capital privado para 2025

Aviação

Adriana Mattos, Cristian Favaro e Fernanda Guimarães
De São Paulo

Diante do cenário de necessidade de uma capitalização no curto prazo, nos bastidores da Azul é dada como certa que a única saída para a companhia conseguir evitar a entrada em recuperação judicial nos Estados Unidos (“Chapter 11”) é conseguir dinheiro novo com os próprios detentores de títulos de dívida no exterior (os chamados “bondholders”) ainda neste ano, apurou o **Valor**. No entanto, a companhia e assessores financeiros já estão desenhando estratégias para possível entrada de novo capital em 2025.

Na Azul é ventilada a possibilidade de um aumento de capital privado, ou seja, com emissão de ações que podem ser subscritas apenas pelos acionistas, por

meio da entrada de um investidor âncora para um aporte de US\$ 200 milhões. Segundo fontes, nos bastidores se comenta a hipótese de atrair os fundos americanos de Utah, que teriam proximidade com o fundador da companhia aérea David Neeleman. O empresário estudou na Universidade de Utah.

Internamente, o desejo seria apenas fazer um aumento de capital em 2025, quando os juros estiverem potencialmente em queda no Brasil, o que tende a ajudar o preço das ações, hoje muito depreciadas.

De acordo com fontes, a saída por uma oferta privada seria para evitar uma pressão dos investidores que estão vendidos no papel. Ou seja: investidores que apostam em mais queda do papel e que querem comprar ações em uma eventual oferta de ações para cobrirem suas posições. Uma oferta subsequente (“follow-on”) é outra opção que está

na mesa, mas não tem sido a preferida pela companhia, como já declarado pelo empresário.

As conversas para um aumento de capital caminham de forma paralela às negociações com arrendadores e “bondholders” da Azul, que estão ouvindo as propostas da companhia em Nova York, nesta semana, em busca de uma solução para a situação de endividamento da aérea.

A leitura é de que alguma injeção de capital precisa entrar na empresa ainda neste ano, mas nenhum acordo estaria próximo, segundo fontes. Enquanto isso, as ações da empresa estão derretendo na bolsa ante o receio de um “Chapter 11” — os papéis fecharam em R\$ 4,92 ontem, queda de 31,28% em cinco dias.

Dada como prioridade do lado das conversas com “bondholders”, a Azul tenta levantar US\$ 800 milhões usando a Azul Cargo como garantia. A operação seguiria a mesma lógica da

feita com o Tudo Azul, programa de pontos da aérea, usado para garantir empréstimo em 2023.

“Levantar US\$ 800 milhões com a operação de carga é difícil. Os investidores vão pedir algo que seja abaixo de 50% do ‘loan to value’ [proporção entre o valor do crédito e a garantia dada]”, disse uma fonte. Ao pedir US\$ 800 milhões, a Azul estaria avaliando a operação de carga entre US\$ 1,6 bilhões e US\$ 2 bilhões. “Isso é uma valorização parecida com a que eles tiveram ao usar como garantia o programa de milhagem. O problema é que no lado dos programas, há diversos ‘benchmarks’ de empresas americanas levantando dinheiro

R\$ 18 bi
é a dívida da aérea com arrendadores

com essa proporção. Em carga, não”, acrescentou a fonte.

A negociação com “bondholders”, segundo fontes, está amarrada com as conversas com arrendadores de avião. Isso porque os “bondholders” teriam demonstrado interesse em dar mais recursos à Azul, mas esse dinheiro novo não poderia ser usado para pagar arrendadores. Desta forma, a dívida com os arrendadores teria de ser equacionada antes de se conseguir levantar um novo dinheiro.

As dívidas totais com os arrendadores somavam cerca de R\$ 18 bilhões no fim do segundo trimestre. A conversa atual envolve cinco deles, que detêm mais de 90% da dessa dívida: AerCap, Avolon, Azorra, NAC e Falko.

No ano passado, a Azul fechou um acordo para renegociar a dívida com os arrendadores de aeronaves. O pagamento envolvia a emissão de US\$ 370,5 milhões de títulos de dívida sem garantia

com vencimento em 2030 a um custo de 7,5% e a opção de receber mais US\$ 570 milhões em ações preferenciais da Azul, que seriam emitidas a um valor de R\$ 36 por ação.

Como a ação da aérea não caminhou bem de lá para cá por causa do câmbio e da crise no Rio Grande do Sul, a Azul iniciou uma nova rodada de conversas para evitar uma forte diluição.

Segundo fontes, as conversas em andamento com os arrendadores seriam para entregar uma parcela fixa da empresa em troca da conversão da dívida em “equity”. No atual patamar, as conversas seriam para uma diluição dos atuais acionistas entre 18% (piso caso a conversão da dívida acontecesse a R\$ 36, o que é pouco provável) e 25% — e é essa negociação que precisa acontecer antes de os “bondholders” liberarem mais recursos.

Procurada, a Azul disse que não iria se manifestar.

Entrevista Professor de Wharton, autor de vários best-sellers, Adam Grant fala sobre dilemas da carreira e a diferença entre excelência e perfeição

‘O perfeccionismo é uma ótima maneira de chegar a um burnout’

Stela Campos
De São Paulo

Adam Grant se considera um perfeccionista, mas diz que trava uma batalha interna para combater esse seu lado. “Quando enfrentamos a pressão para sermos perfeitos, ficamos com medo de correr riscos e tentar algo novo que possa falhar. Isso limita nossa criatividade”, disse em entrevista exclusiva ao **Valor**. “Quando esperamos ser impecáveis, acabamos produzindo um trabalho com falhas e nos culpamos”. O perfeccionismo, segundo ele, é uma ótima maneira de chegar a um burnout.

Mas o professor de Wharton, um dos autores mais celebrados da atualidade, escritor de best-sellers como “Dar e receber” e “Pense de novo”, traduzidos para 45 idiomas, com 200 mil cópias vendidas só no Brasil, conta que até hoje fica inseguro quando termina uma obra. Ele pede para um grupo de aconselhadores dar notas para os capítulos e só fica satisfeito quando recebe um nove em todos. “Nunca vamos parar de nos importar com a opinião dos outros. Só devemos escolher quais opiniões importam”, ensina.

Nesta entrevista, ele fala sobre temas de seu novo livro “Potencial oculto” (editora Sextante) e como os gestores podem ajudar os jovens a usar todo o seu potencial. Fala também sobre dilemas de carreira, inclusive na sua, e técnicas que usa para sair da zona de conforto, como esperar que pelo menos três projetos falhem todo ano. A seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: *Você mencionou que vive-mos em uma sociedade que valoriza o perfeccionismo — quando olhamos vidas perfeitas no Instagram, por exemplo. Isso pode influenciar nossa performance no trabalho?*

Adam Grant: A pesquisa sobre o perfeccionismo sugere que ele não nos ajuda a ter um desempenho melhor em nossos trabalhos. Embora os perfeccionistas queiram fazer tudo certo, isso traz algumas limitações. Primeiro, quando enfrentamos a pressão para sermos perfeitos, ficamos com medo de correr riscos, tentar algo novo e falhar. Isso limita nossa criatividade. Segundo, o perfeccionismo pode levar as pessoas a esconder seus erros em vez de admiti-los e aprender com eles. Isso pode levar ao aumento dos erros ao longo do tempo, ironicamente. E, por fim, acho que o terceiro grande desafio é que ele prejudica nosso bem-estar.

Quando esperamos ser impecáveis acabamos produzindo um trabalho com falhas, nos culpamos e quando você se culpa, você sai machucado. O perfeccionismo é, na verdade, uma ótima maneira de chegar a um burnout. Então, acho que precisamos fazer uma distinção entre excelência e perfeição. Acho que excelência é buscar altos padrões e fazer coisas importantes bem, enquanto aceitamos que elas nem sempre estarão exatamente corretas.

Valor: *O que os gestores podem fazer, especialmente com trabalhadores jovens, para fazê-los descobrir seu potencial?*

Grant: Vou te contar algo que não escrevi no livro, que é um estudo que adorei, de Dan Cable feito em uma multinacional. A pergunta é: o que fazemos quando contratamos jovens para ajudá-los a perceber seu potencial oculto? O que a maioria dos gestores faz é focar em ajudar as pessoas a aprender os valores, as normas e a se encaixar na cultura. Então, esse colega fez um exercício com um grupo que levou alguns minutos e seis meses depois os participantes estavam tendo um desempenho melhor e tinham metade da probabilidade de sair. Esse pequeno exercício era fazer um “reel” de destaques pessoais para compartilhar com a nova equipe, pegar sua maior realização, maior força e apresentá-la ao grupo. Uma vez que as pessoas tiveram a oportunidade de fazer isso, seus colegas e gestores também estavam em uma posição melhor para reconhecer suas oportunidades de crescimento. Eles foram capazes de valorizá-los de maneiras que talvez não aparecessem de outra forma. Acho que esse é um ótimo exercício para os gestores fazerem, por que todos nós temos momentos de destaque no trabalho. E muitos de nós só nos preocupamos com nossas deficiências e erros. Se pudermos nos tornar mais conscientes das coisas que fizemos bem, e outros também estiverem mais conscientes disso, há uma chance de as pessoas verem mais potencial em si mesmas do que

"Duas vezes por ano é um bom intervalo para refletir sobre se você está ficando muito em sua zona de conforto"

viam antes, e que isso seja visto pelos outros. Isso as fará avançar para alcançar esse potencial.

Valor: *No livro, você diz que por estarmos sempre procurando a aprovação dos outros acabamos tendo depressão, ansiedade e burnout. Como podemos nos importar menos com a opinião dos outros no trabalho? Ou como podemos nos proteger de nós mesmos?*

Grant: (risos) Eu gostaria que houvesse uma resposta fácil para isso. É natural se importar com a aprovação social. Acho que, se você não se importar com o que as outras pessoas pensam, é muito fácil ser demitido ou condenado ao ostracismo. Mas acho que podemos levar essa preocupação longe demais e perder de vista nossos valores e objetivos. Para mim, o ponto ideal não é simplesmente não se importar, mas ser criterioso sobre de quem você está buscando aprovação. Não é realista ser querido por todos. Acho que é mais importante ser respeitado por um grupo menor de pessoas que você admira. A forma como tento abordar isso pessoalmente é quando estou trabalhando em um projeto que importa para mim, como um livro. Eu quero que todos leiam e amem. Mas sei que isso não vai acontecer. O que eu fiz foi identificar pessoas em cujos padrões eu confio. Eu peço a elas que deem notas para os rascunhos dos capítulos em uma escala de 0 a 10. E, quando todas dão um nove, eu sei que alcancei o nível de qualidade que estou buscando. Não acho que vamos parar de nos importar com a opinião dos outros. Só devemos escolher quais opiniões importam.

Valor: *Quais qualidades devemos procurar em uma pessoa para que ela se torne seu conselheiro?*

Grant: Normalmente procuro três coisas. A primeira é competência. Quero saber se ele é um conhecedor habilidoso na área em que estou tentando melhorar. A segunda é cuidado. Quero que ele queira meu sucesso e esteja torcendo por mim, que esteja tentando me ajudar em vez de me prejudicar. Um terceiro fator a considerar: essa pessoa me conhece? Ela tem noção das minhas habilidades? Acho que o erro que muitas pessoas cometem é ouvir o julgamento de pessoas que podem ser especialistas em seu campo, mas não sabem nada sobre elas. Outro erro é procurar mentores e conselheiros que estão no topo, querer aprender com o melhor especialista ou a maior estrela. Acontece que essas pessoas nem sempre são os melhores professores e coaches,



Grant diz que se permite ter três falhas por ano, um sinal de que está buscando desconforto suficiente para evoluir na carreira

porque estão tão distantes de onde você está que não se lembram como é estar na sua posição.

Valor: *Você escreve sobre a importância de abraçar o desconforto. Quais são os sinais de que devemos mudar algo em nossas carreiras?*

Grant: Você sabe que deve ir ao médico uma ou duas vezes por ano para um check-up, mesmo que nada pareça estar errado. Acho que deveríamos fazer isso com nossas carreiras. Coloque um lembrete no seu calendário duas vezes por ano para se perguntar: eu alcancei um platô? Estou ficando muito na minha zona de conforto? Estou me desafiando o suficiente? É hora de, talvez, tentar algo novo? Acho que você não quer se fazer essa pergunta todos os dias, mas duas vezes por ano é um bom intervalo para refletir. Eu fiz um check-up de carreira em 2017. Uma das perguntas era: quanto eu aprendi e cresci no ano passado? Senti que não tinha feito tanto progresso quanto esperava. Por quê? Eu estava fazendo coisas em que já era bom. Era divertido escrever livros que, no geral, se saíam bem, alcançavam muitos leitores e recebiam resenhas positivas. Era divertido fazer palestras, receber elogios. Mas eu estava ensinando, escrevendo e explicando coisas que eu já sabia. Quando percebi isso, pensei: tenho que descobrir como tornar parte do meu trabalho em algo a aprender. Percebi que uma maneira seria começar um podcast. Nele, eu poderia escolher pessoas e assuntos sobre os quais eu estava mais animado a aprender. Então, os ouvintes aprenderiam comigo em tempo real. Tem sido uma grande fonte de novas ideias para mim. Outra coisa que acabei fazendo foi definir que teria três projetos que falhariam a cada ano. Isso parece estranho, mas se todo ano eu fizer um projeto de sucesso, significa que não corri risco, não saí da minha zona de conforto. O pensamento é que eu deveria esperar pelo menos três falhas por ano como um sinal de que estou bus-

cando desconforto suficiente. O bom disso é que, quando tenho algo que falha, em vez de dizer, “poxa, isso é um golpe para o meu ego, me sinto um idiota, nunca vou conseguir nada de novo”, posso dizer: “tudo bem, marquei uma falha para o ano”. Isso me motiva a continuar fazendo coisas em que há incerteza se vou conseguir.

Valor: *No livro, você fala que às vezes é preciso definir metas menos ambiciosas para completar tarefas com sucesso. Você acha que isso se aplica aos objetivos de carreira?*

Grant: Acho que uma abordagem melhor é definir duas metas em vez de uma. A meta ambiciosa é o ideal, sua maior aspiração. Mas você também deve ter um alvo mínimo aceitável, onde você diz, ok, se eu chegar ao seguinte ponto, ainda considero isso bom o suficiente. A zona entre o aceitável e o aspiracional é onde você encontra o equilíbrio entre sucesso e felicidade. Acho essa uma opção mais saudável do que simplesmente baixar minha ambição e não sonhar tão grande.

Valor: *Você escreveu em seu livro que, em algum momento, a maioria de nós se sente como um impostor. Como podemos superar esse sentimento no trabalho?*

Grant: Bem, a síndrome do impostor é interessante. Há uma pesquisa de Basima Tewfik, no MIT, onde ela questiona: por que temos que transformar isso em uma síndrome, como se fosse uma doença crônica e debilitante? A maioria das pessoas se sente como impos-

"Nunca vamos parar de nos importar com a opinião dos outros. Só devemos escolher quais opiniões importam"

tora em algum momento. Então, vamos estudar isso como um conjunto de pensamentos que as pessoas têm, onde se perguntam: “Sou tão bom quanto as outras pessoas pensam que eu sou?”. Basima criou uma medida. Ela pesquisou a frequência com que as pessoas têm esses momentos de dúvida. Ela fez isso com profissionais de investimento, médicos, cadetes, e descobriu que não havia prejuízo no seu desempenho por eles terem esses pensamentos frequentemente. Na verdade, havia até alguns benefícios. Pessoas que se sentiam impostoras persistiam mais no trabalho. Elas sentiam que tinham algo a provar e queriam fechar a lacuna entre sua própria confiança e a dos outros nelas. Também aprendiam mais com as pessoas ao redor. Eram melhores ouvintes porque percebiam que não sabiam tudo. É por isso que, quando você se sente como um impostor, em vez de ouvir seus próprios sentimentos de dúvida, você deve tomar isso como um sinal de que outras pessoas acreditam em você. Eu iria mais longe. Eu diria, se várias pessoas acreditam em você, você provavelmente deve acreditar nelas.

Valor: *Você escreve muito sobre traços de caráter. Quais considera essenciais para um líder hoje?*

Grant: Para um líder hoje, procuro três forças de caráter: generosidade, humildade e integridade. Generosidade é ser um líder servidor, ser mais um doador do que um recebedor e perceber que a verdadeira marca não é alcançar grandes coisas sozinho ou ser a pessoa mais inteligente na sala, mas elevar as pessoas para alcançar coisas maiores e tornar a sala mais inteligente. Humildade é reconhecer que, junto com suas forças, você tem limitações e se compromete a ser melhor amanhã do que é hoje. Integridade é ter um conjunto de princípios que importam para você tanto quanto, ou até mais, do que o desempenho, para que as pessoas possam contar com você para fazer a coisa certa.

Três erros crassos no ambiente corporativo

Rumo certo



Betania Tanure

Alguns erros comuns no ambiente empresarial, “recheados” de conceitos imprecisos e, por vezes, resultados de uma abordagem superficial, truncam o cotidiano das organizações. Algumas pessoas têm um enorme tônus para a ação, mas sem base conceitual sólida, enquanto outras mostram grande capacidade conceitual, mas não de ação, não de implementação... Vale lembrar o que Kant já dizia: “Conceito sem ação é vazio e ação sem conceito é cega”.

O primeiro erro, fundamental aqui, é que as emoções orientam e, ao mesmo tempo, desorientam pessoas e negócios. Busca-se a todo custo separar racionalidade de emoção: tentativa inócua! Discute-se o conceito, que já não é novo, do ser humano integral, mas não se age com essa premissa. É é fato: pouco

se sabe do efeito das emoções no ambiente empresarial.

Pesquisas apresentadas dias atrás na Academy of Management confirmam, e ao mesmo tempo negam, o senso comum: “As emoções negativas influenciam negativamente o desempenho da empresa”, confirma o senso comum. E acredite: essas mesmas pesquisas revelam que “as emoções positivas não influenciam de modo significativo o desempenho da empresa”! Ao considerar isso testamos os princípios e a filosofia das organizações, sem privilegiar o oportunismo nem o “teatro”. Ou seja, se você investe em emoções positivas e as cultiva é porque isso é um valor, e não porque gera dinheiro. Sem falsos sorrisos, sem fotos perfeitas.

O segundo erro, largamente divulgado, é o papel de super-homem ou de mulher-maravilha de quem está na liderança: a lista interminável de atributos que

deve ter, a responsabilidade quase total sobre o que acontece com seu time. Essa fantasia é fruto dos sistemas autoritários, relacionais e personalistas (sem falar no tamanho do ego), que produzem times imaturos e comportamento infantil: responsabilidades que são suas vão para a conta do líder. Isso atrapalha o amadurecimento das pessoas, dos times e das organizações.

O terceiro, por fim, vem da crença de que os sucessos devem ser públicos e os fracassos, privados. Isso drena a energia da alma. Ao tornar públicos somente os seus sucessos, você alimenta a fantasia do super-homem ou da mulher-maravilha, estimula a sua ansiedade e a do outro com a própria imperfeição, a imperfeição humana. E de novo, o ego entra em ação! O sucesso e o fracasso devem ser públicos para que não se elimine a chance de aprender com erros que outros cometeram, para

que não se alimente a ideia de que alguém é absolutamente perfeito. Aqui o ponto importante é a autoestima, que nos permite tratar dos insucessos sem ferir a alma.

Vamos deixar os três erros crassos para trás? Busque conhecer suas emoções para que elas não sejam armadilhas. Lembre-se ainda de que a emoção positiva deve ser cultivada, influencie ou não diretamente o desempenho empresarial. Ela torna a vida melhor, o que é responsabilidade de cada um e de todos. Lembre-se de que o líder não é responsável por tudo. Sua vida ficará melhor se, além de vibrar por seu sucesso e comemorá-lo, você não esconder os seus fracassos. Afinal, você os tem. Eu tenho! Compartilhá-los não torna você mais fraco. Compartilhá-los te torna mais forte.

Betania Tanure é doutora, professora e consultora da BTA

Vaivém

Stela Campos

Sanofi

Érica d’Almeida e Silva é a nova head de e-commerce da unidade de consumo na Sanofi. Ela já trabalhou na Red Bull, Rappi, Whirlpool e no Mercado Livre.

Mapfre

Lucas Feliciano é o novo superintendente comercial de bancassurance e parcerias financeiras da Mapfre.

Unipar

Ricardo Congro é o novo diretor executivo industrial da Unipar. Com mais de 20 anos de experiência na área, ele vem da Intercem, onde era vice-presidente industrial.

E-mail: vaivem@valor.com.br

valor.com.br
Acompanhe a movimentação de executivos também no site www.valor.com.br/carreira



AFRICA CREATIVE/™

**COMIDA BOA
É NA BOCA.
E NÃO NA
BOCA DO LIXO.**

**FAÇA PARTE
DO PACTO
PARA ACABAR
COM A FOME
NO BRASIL.**

pactocontrafome.org



**No Brasil,
do campo à mesa,
1/3 dos alimentos
produzidos são
desperdiçados.**

Fonte: Pacto Contra a Fome
e Integration Consulting, 2022.



Saneamento Operadora fez oferta de R\$ 4,5 bi de outorga e terá que fazer R\$ 6,3 bi de investimentos

Iguá vence leilão de SE e planeja aporte de sócios

Taís Hirata e
Luiz Fernando Figliagi
De São Paulo

A Iguá Saneamento conquistou a concessão de água e esgoto de Sergipe, em leilão realizado ontem na sede da B3, em São Paulo. O grupo fez uma oferta de R\$ 4,54 bilhões de outorga pelo contrato, valor 122,63% superior ao montante mínimo previsto no edital.

A proposta ficou bastante acima da apresentada pela segunda colocada, a Aegea, que fez oferta de R\$ 3,6 bilhões de outorga (ágio de 78%). Também participaram da concorrência outros dois grupos: o Consórcio Xingó, formado pela BRK Ambiental e pela gestora Perfin, que ofertou R\$ 3,2 bilhões de outorga (ágio de 59,5%); e a gestora Pátria, cuja proposta foi de R\$ 2,7 bilhões de outorga (ágio de 32,5%).

Além do pagamento da outorga, a Iguá terá que fazer investimentos estimados em R\$ 6,3 bilhões, para a universalização dos serviços até 2033. Nos primeiros dez anos, deverão ser aplicados cerca de R\$ 4,7 bilhões. A concessão tem duração de 35 anos.

Para fazer frente aos compromissos, a empresa deverá fazer um aumento de capital e um empréstimo, que foi amarrando antes do leilão, afirmou o presidente, Roberto Barbuti. “Haverá um componente de aporte de capital dos acionistas que já está aprovado, além de financiamento. Já temos bancos que nos deram garantia firme para essa oferta. A estrutura de capital está pronta, naquilo que é possível”, disse ele a jornalistas após o leilão.

Os principais acionistas da Iguá são os fundos canadenses CPP (Canada Pension Plan) e AIMCo (Alberta Investment Ma-



Representantes da Iguá comemoram vitória no leilão de saneamento de Sergipe, com oferta de R\$ 4,5 bi; no centro, Roberto Barbuti, presidente da empresa

nagement Corporation), que juntos detêm cerca de 90% do negócio. A BNDESPar (braço de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) tem outros 8,6%.

A empresa encerrou o segundo trimestre deste ano com uma

"Será nossa concessão com o maior número de pessoas atendidas"
Roberto Barbuti

alavancagem financeira (medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda) de 7,2 vezes — uma redução em relação ao indicador de 8,3 vezes registrado no ano anterior, mas um patamar ainda elevado. Excluindo a concessão do Rio de Janeiro, a maior da Iguá, a alavancagem da companhia ainda fica em 3,7 vezes.

A nova concessão também representa um salto de tamanho para a Iguá, que já atende cerca de 3 milhões de pessoas — hoje o maior contrato do grupo é um dos blocos do Rio de Janeiro, conquistado em 2021. A nova concessão deverá somar em tor-

no de 2,3 milhões de clientes à base da empresa. “Será nossa concessão com o maior número de pessoas atendidas e a segunda maior concessão da Iguá”, afirmou Barbuti.

Questionado sobre o interesse nos próximos leilões do setor, ele disse que a empresa pretende seguir em expansão. “A gente é ambicioso, tem uma meta de crescimento, o mercado tem projetos relevantes, a gente vai estudar e participar na medida em que se alinhe com a nossa estratégia. Claro que, quando se dá um passo relevante, tem que se analisar com cuidado o próximo passo,

para caminhar dentro de conforto. Mas a nossa estratégia é de crescimento”, afirmou.

Após o leilão de Sergipe, as próximas licitações do setor de água e esgoto deverão ser de concessões nos Estados de Piauí, Pará, Pernambuco e Rondônia.

O leilão do Piauí foi remarcado para 30 de outubro. A licitação

havia sido cancelada há três semanas por falta de interessados. Depois disso, o projeto passou por reformulação. A principal mudança foi o parcelamento da outorga de R\$ 1 bilhão — na versão anterior, o pagamento teria que ser feito de uma vez e antes da assinatura, e agora será diluído.

Já na carteira do BNDES, que foi responsável por modelar a concessão de Sergipe, os próximos leilões deverão ser do Pará, Pernambuco e Rondônia, segundo Luciene Machado, superintendente da Área de Soluções para Cidades do BNDES.

Ela afirma que o projeto no Pará é o mais adiantado, e que o governo estadual quer que o leilão seja realizado em 2024, mas não há confirmação sobre a data. “O governador nos colocou que gostaria da consulta pública em setembro. É de fato o próximo.”

No caso do Pará, o Estado deverá ser dividido em quatro blocos de concessão, segundo ela. No mercado, a percepção é que os projetos tendem a ser desafiantes. “O projeto aqui [da concessão de Sergipe] é de um Estado pequeno, concentrado, com infraestruturas compartilhadas, o que explica o ágio elevado. Há uma economia de escala, tem um bom abastecimento de água. No Pará, a realidade é diferente. São municípios separados, infraestrutura ainda muito atrás em termos de investimentos”, disse ela.

Machado afirmou que os estudos para concessões de saneamento em Pernambuco também estão maduros, mas que ainda falta “um passo” para a consulta pública. A iniciativa em Rondônia também está avançando, diz. “Depois de Sergipe, esses três [Pará, Pernambuco e Rondônia] estão próximos um do outro.”

R\$ 6,3 bi
de investimentos
deverão ser feitos

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

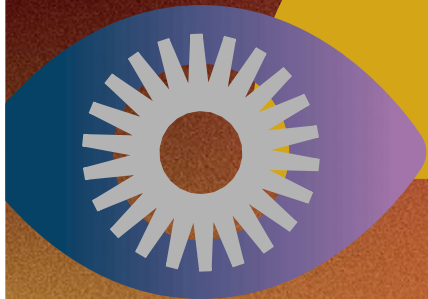
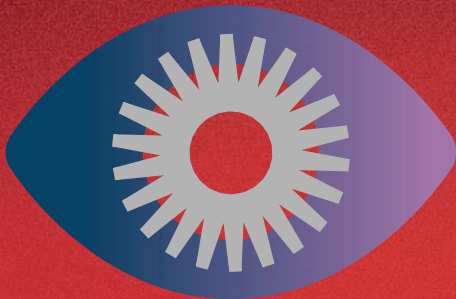
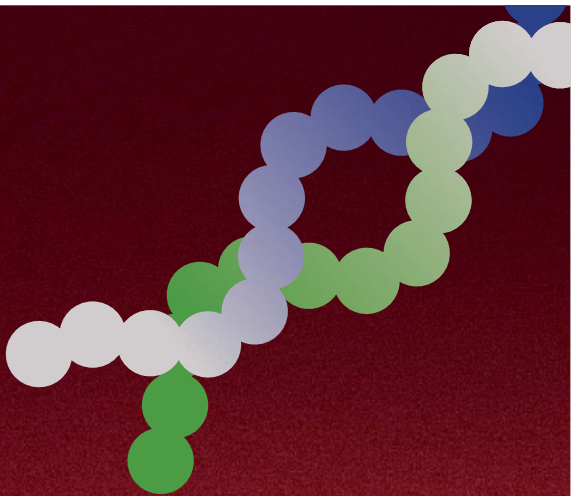
EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE.

ACESSE **EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR** E SAIBA MAIS.



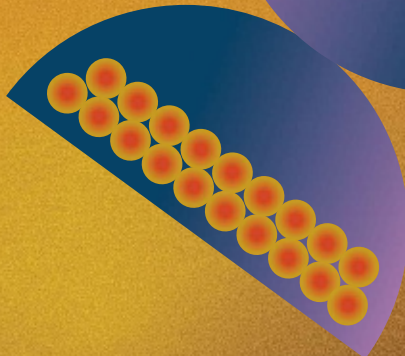
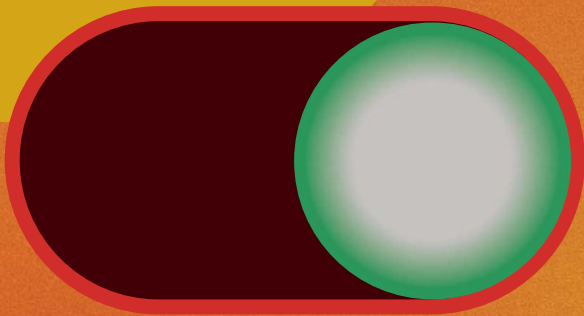


APRESENTA



30

PRÊMIO
JOVEM
CIENTISTA



TEMA/
CONECTIVIDADE &
INCLUSÃO DIGITAL

INSCRIÇÕES
ATÉ 04 OUT 2024

JOVEMCIENTISTA.CNPQ.BR

INICIATIVA



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



PARCEIRO

PARCEIRO DE MÍDIA



Empresas

Veículos General Motors inclui desenvolvimento de dois modelos entre os 100% elétricos e os tradicionais motores a combustão em SP

Próxima geração de carros no país será híbrida a etanol

Marli Olmos
De São Caetano do Sul (SP)

O Centro Tecnológico da General Motors em São Caetano do Sul (SP) se prepara para desenvolver dois modelos de carros híbridos, os primeiros eletrificados da GM que poderão ser abastecidos com etanol. A adesão da montadora, terceira no mercado brasileiro, deixa clara a tendência de a próxima geração de carros fabricados no Brasil ser majoritariamente formada por híbridos a etanol.

Os novos projetos absorverão a maior parte do investimento de R\$ 5,5 bilhões que a montadora destinará às operações em São Paulo, principalmente em São Caetano, onde está a sua maior fábrica no país e também o centro que desenvolve veículos para toda a região. Os recursos fazem parte do ciclo total de R\$ 7 bilhões, anunciado pela companhia em janeiro para o período entre 2024 e 2028.

No início, a GM ficou fora da onda do híbrido a etanol. A opção, seguindo orientação da matriz, era pelos modelos 100% elétricos (os que precisam ser carregados em tomadas), independentemente do mercado.

Mas, em julho, durante o anúncio de quanto dos novos investimentos irá para a fábrica de Gravatá (RS), o presidente da GM na América do Sul, Santiago Chamorro, disse que a empresa mudou de rumo para atender à necessidade do consumidor brasileiro.

Ir direto para o 100% elétrico, um modelo mais caro, significaria deixar de fora boa parte dos consumidores que hoje compram carros da GM, dona de 12,78% do mercado brasileiro de veículos leves no acumulado até agosto.

Na quarta-feira (4), ao anunciar ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) a parte do investi-

mento destinada a São Paulo, Chamorro explicou que os primeiros modelos com a nova tecnologia serão do tipo híbrido leve. Ou seja, o tipo de híbrido em que o motor elétrico ajuda o motor a combustão na tração do veículo. Mas nunca funciona sozinho. Segundo o executivo, isso “permitirá o acesso à nova tecnologia a um maior número de consumidores”.

Chamorro não estava sozinho. Dois executivos da companhia vieram de Detroit para acompanhar o anúncio. Numa rápida entrevista, Rory Harvey, presidente de mercados globais, disse que o avanço das vendas de carros 100% elétricos depende da infraestrutura de recarga de cada país. Já Shilpan Amin, presidente da divisão internacional, disse que a GM não se preocupa com o avanço das marcas chinesas na oferta de produtos elétricos: “Essa concórdia está em todo o mundo”.

A GM se torna, assim, a quarta montadora a anunciar a produção de híbridos a etanol no Brasil. A pioneira foi a Toyota, que fabrica a chamada linha híbrida flex desde 2019. Mais recentemente, a CAOA Chery também incluiu a possibilidade de usar etanol em carros híbridos. A Stellantis promete lançar o seu primeiro ainda neste ano.

A GM não detalhou a distribuição do investimento destinado a São Paulo. Além de São Caetano, a empresa tem uma fábrica de veículos em São José dos Campos, uma unidade que produz peças estampadas em Mogi das Cruzes, um campo de provas em Indaiatuba e um centro logístico em Sorocaba.

Mas Chamorro confirmou a conta lógica de subtração que indica que para Joinville (SC), onde são feitos motores, serão destinados R\$ 300 milhões.

Faltou, no encontro com o governador, combinar a devolução



Santiago Chamorro: “No futuro, teremos também outras tecnologias”

de créditos tributários que o Estado deve às montadoras. Chamorro diz confiar que essa questão será acertada em breve. À Volkswagen, Freitas garantiu publicamente a devolução de R\$ 1 bilhão em ICMS.

A direção da GM não revelou quando vai lançar o primeiro híbrido. Enquanto isso, o mercado brasileiro de eletrificados (híbridos e elétricos) continua em ascensão. Em julho, o volume acumulado de vendas desses veículos (94,6 mil unidades) ultrapassou o total

vendido durante todo 2023 (93,9 mil), segundo a Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE).

A frota brasileira de híbridos e elétricos passa de 300 mil veículos, volume pequeno se comparado com o total — 44,6 milhões de carros e comerciais leves. Mas a maioria é de gerações já antigas. Segundo o último estudo de frota do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes (Sindipeças), um terço dos carros que rodam no país tem entre 11 e 15 anos.

Volvo abandona meta de vender apenas modelos elétricos até 2030

Kana Inagaki
Financial Times, de Gotemburgo

A Volvo Cars abandonou a ambiciosa meta de vender apenas carros elétricos até 2030, em meio à desaceleração global do crescimento dos veículos movidos a bateria. O grupo sueco controlado pela Geely foi o primeiro entre as montadoras tradicionais a prometer concluir a transição para os veículos elétricos e continua sendo o mais otimista com esse processo, mesmo que concorrentes como Ford e General Motors (GM) também tenham recuado em suas metas para essa categoria.

Jim Rowan, presidente-executivo da Volvo, culpou nesta quarta-feira (4) as condições de mercado e as preocupações do consumidor com a falta de infraestrutura de recarga pela revisão de sua meta.

“Estaremos prontos para nos tornar totalmente elétricos nesta década, mas se o mercado, a infraestrutura e a aceitação dos clientes não estiverem lá, poderemos nos permitir que isso leve mais alguns anos”, disse Rowan ao exibir os novos veículos utilitários esportivos e híbridos “plug-in”.

O crescimento das vendas dos veículos elétricos desacelerou em todo o mundo principalmente devido à falta de ofertas acessíveis, uma vez que os veículos elétricos custam cerca de 20% a 30% mais que os veículos convencionais movidos a gasolina. A queda no crescimento das vendas tem sido particularmente acentuada na Europa, onde Alemanha e outros países interromperam abruptamente os subsídios para as aquisições de carros elétricos.

A penetração dos veículos movidos a bateria na Alemanha deverá cair ligeiramente em relação ao ano passado, para 15%, com as vendas caindo 20% no período de janeiro a julho, segundo o HSBC. Para a Europa, o banco prevê penetração dos elétricos de 14,8% em 2024, contra 14,5% em 2023.

Sob a meta revista, a Volvo agora pretende transformar de 90% a 100% de suas vendas mundiais de carros elétricos e híbridos plug-in até 2030. Ela também continuará investindo em tecnologia híbrida em meio ao crescimento da demanda do consumidor.

Apesar da mudança, a Volvo disse que a demanda por veículos elétricos premium continua crescendo e sua margem bruta com os carros movidos a bateria atingiu o recorde de 20% no segundo trimestre. “Deixamos muito claro que os carros totalmente elétricos também precisam ser lucrativos”, disse o diretor comercial Björn Annwall. “Nossa estratégia continua a mesma, mas também estamos nos ajustando à realidade.”

Ainda assim, analistas alertaram que as tarifas mais altas nas importações de veículos elétricos chineses por EUA e Europa provavelmente manterão os preços altos, uma vez que as montadoras serão forçadas a produzir veículos em fábricas de custos superiores fora da China. Para incrementar a demanda, grandes montadoras vêm oferecendo incentivos em dinheiro, o que afeta suas margens.

A Volvo já tem fábricas na China, Suécia e Bélgica e está construindo uma nova na Eslováquia, que entra em produção em 2026. Mas, para enfrentar o aumento das tarifas, a companhia disse que vai produzir o modelo EX30 EV em Ghent na Bélgica, bem como na China a partir do ano que vem.

Rowan disse que o grupo tem terras na Eslováquia para construir nova fábrica de baterias, se quiser. Alguns analistas vêm especulando que a capacidade extra poderá ser usada para produzir outras marcas controladas pela Geely.

2026
entra em operação a fábrica na Eslováquia

Allos fará no Centro-Oeste o seu maior investimento desde fusão

Shopping center
Adriana Mattos
De São Paulo

Maior grupo de shopping centers do país, a Allos, formada da fusão de Aliansce Sonae e BR Malls, anunciou ontem o maior investimento do grupo desde a aprovação do acordo de união das empresas, em 2022. Estão orçados R\$ 216 milhões em desembolsos na ampliação e repaginação de áreas do Shopping Campo Grande.

O plano inclui a abertura de 150 lojas novas na base atual de 206 pontos, e numa segunda fase, haverá a adição de mais sete novas torres, entre edifícios comerciais e residenciais, e um hotel, com novos investimentos junto a parceiros desses setores.

O projeto alcança 23,7 mil metros quadrados (m²) em área bruta local, sendo que 12,2 mil m² serão aumento de área e 11,5 mil m² se referem a transformações de locais já ocupados. Trata-se da primeira ampliação do empreendimento em 13 anos, e a expectativa é que seja finalizada em 2027.

As obras devem começar em 2025 com duração de cerca de 18 meses, disse Leandro Lopes, vice-presidente de negócios da Allos, líder do segmento com participação em 47 shoppings no país.

“Estamos sem área nova disponível ali há anos, e era hora de ampliar e qualificar o portfólio do Campo Grande. É um shopping com venda por metro quadrado [ao mês], em média, de R\$ 2,1 mil, que não deve nada aos grandes ativos do setor, e acreditamos num aumento de 40% das vendas do shopping após o investimento”, disse.

Com o projeto, a área locável aumentará em 30% A Taxa Interna de Retorno (TIR) nominal alavancada estimada é de 20,8% ao ano. Pela TIR, a grosso modo, o investidor consegue medir os retornos obtidos ao longo do tempo com base em um investimento inicial.

A Allos é dona de 70,9% do Campo Grande, com a taxa de ocupação no segundo trimestre em 96,1%, em linha com a taxa média da carteira do grupo (96,3%).

Já existem no local duas torres corporativas em operação, e devem ser construídas mais três torres cor-

porativas, quatro torres residenciais e um hotel, que somam Valor Geral de Vendas (VGV) potencial de quase R\$ 1 bilhão. As conversas com construtoras ainda devem acontecer, para a seleção do parceiro. A expectativa é que todo o projeto esteja pronto entre 8 a 10 anos.

“A expansão com as lojas e as torres será integrada ao shopping, pois a ideia é que o consumidor caminhe pelos espaços sem fricção, sem que perceba que está mudando de área”, disse Lopes, que está na capital do Estado para evento de lançamento da ampliação.

Trata-se de um anúncio dentro do plano de expansão que deve avançar em etapas. A Allos informou neste ano que tem contratos assinados com 12 construtoras para levantar 49 torres no longo prazo, com VGV de R\$ 3,6 bilhões.

Pelo informado no início do ano, o cronograma de investimentos de 2024 inclui expansão do Parque Shopping Maceió (AL); revitalização dos shoppings Dom Pedro em Campinas (SP), Uberlândia (MG), Villa Lobos (SP), Bahia e Del Rey (MG); e redesenvolvimento de Recife (PE) e Leblon (RJ).

Oba Hortifruti está aberta a novos sócios, após saída da Crescera

Pipe
Varejo
André Ítalo Rocha
De São Paulo

Depois de ter recomprado a fatia que pertencia à Crescera Capital, a família fundadora do Oba Hortifruti está em busca de dinheiro novo — ou por meio da entrada de um outro fundo de “private equity” (que compra participações de empresas no quadro de acionistas) ou com a retomada do plano de oferta pública de ações (IPO, na sigla em inglês), arquivado desde 2021.

O objetivo da rede de hortifruti é se capitalizar novamente para financiar sua expansão pelo Estado de São Paulo, seu principal mercado. A varejista, com receita líquida de R\$ 2,8 bilhões nos 12 meses até junho, tem ao todo 75 unidades, das quais cerca de 80% em municípios paulistas (pouco mais da metade na capital) e o restante no Distrito Federal e em Goiás.

“São Paulo é nossa prioridade porque achamos que ainda tem muito espaço para ser ocupado pelo nosso modelo”, disse ao **Pipeline** o CEO da empresa, Alex Brito, que participou nesta semana de uma rodada de conversas com investidores, mediada pelo Itaú BBA.

Fundada em 1979 pelo tio do CEO, Carlos Roberto Alves, com uma primeira unidade em Campinas, o Oba aposta em produtos selecionados, com tíquetes mais altos, e passou a ter a Crescera como sócia em 2017, com fatia de 30%. O acordo era que, depois de cinco anos, a gestora daria início à sua saída, processo finalizado no começo deste ano, com a venda aos antigos donos, depois do adiamento do IPO. “Com a saída da Crescera, abriu um espaço para fazermos um segundo movimento.”

A recompra foi feita parte pelo fundador e parte no balanço da companhia, que encarteirou uma nota comercial emitida por uma holding controlada pelos sócios remanescentes. Na transação, o fundador adquiriu cerca de 20%, chegando a 80%, e o restante foi distribuído entre os demais — incluindo o irmão de Carlos Roberto,

Luís Las Casas Alves, o próprio Brito e um sócio de fora da família que está na operação desde 1984, Raimundo Desidério Caetano.

Segundo Brito, a recompra se deu em condições vantajosas porque os “valuations” (valor de mercado) de empresas do varejo na bolsa andam descontados. No entanto, a transação aumentou a alavancagem da companhia de 1 para 2 vezes, o que levou o negócio a desacelerar a expansão. A ideia da empresa, agora, é diminuir a alavancagem com sua geração de caixa, enquanto procura sócios para reacelerar o crescimento.

O Oba acredita que tem potencial para chegar a algo entre 350 e 400 lojas em todo o Brasil, e mais do que dobrar o tamanho em São Paulo. Se o capital para a primeira onda de expansão, focada em São Paulo, vier de um fundo de private equity, o mais provável é que o IPO fique para depois, já que a injeção de dinheiro do novo sócio deverá ser suficiente para esse ciclo.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Curta

U.S. e Nippon Steel
As ações da U.S. Steel fecharam a quarta-feira (4) em queda de 17,5% na Bolsa de Nova York (Nyse), a US\$ 29,38, reagindo à notícia de que o governo americano pretende barrar a compra da empresa pela Nippon Steel, por US\$ 14,1 bilhões. O jornal “The Washington Post” informou que o governo Joe Biden se prepara para formalmente proibir que a transação vá adiante, atendendo à demanda de

democratas e republicanos sobre o assunto. Entre os críticos estão a vice-presidente dos Estados Unidos, Kamala Harris, atual candidata à presidência pelo Partido Democrata, e Donald Trump, ex-presidente dos EUA, que tenta novamente a eleição pelo Partido Republicano. O presidente da U.S. Steel, David Burritt, disse ao WSJ que a empresa precisará fechar usinas e sair da cidade de Pittsburgh caso a operação não seja concretizada.

Agenda Tributária							
Mês de Setembro de 2024							
Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.							
Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Aquecimento do Fato Gerador (FG)	Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Aquecimento do Fato Gerador (FG)
Díaria	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			Díaria	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	5442**	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos do Trabalho	2063*	FG ocorrido no mesmo dia		Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	4316**	FG ocorrido no mesmo dia
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta				Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)		Data da realização do evento (2 dias anteriores ao vencimento)
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia				
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0473*	-		Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos		
	Renda e proventos de qualquer natureza	0481*	-		Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	5192*	-				
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8.685/93)		-				
	Residentes no Exterior		-				
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	-		CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684**	Agosto/2024
	Frete internacional - Residentes no Exterior	9412**	-	5	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	Remuneração de diretos	9427*	-		CPSS - Servidor Civil Ativo	1700**	21 a 31/agosto/2024
	Previdência privada e Fapi	9466*	-		CPSS - Servidor Civil Inativo	1671**	
	Aluguel e arrendamento	9478*	-		CPSS - Pensionista Civil	1717**	
	Outros Rendimentos		-		CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária	1769**	
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia		CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	1814**	
Díaria	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.	5	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
					CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723**	21 a 31/agosto/2024
Díaria	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01				CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1730**	
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma líquida, e seus derivados, e álcool etílico combustível	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.		CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752**	
Díaria	Contribuição para o PIS/Pasep						
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia				

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs: Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de região



PATRIMÔNIO NATURAL DO TAMANHO DO NOSSO FUTURO.

DIA DA AMAZÔNIA | 05/09

A maior reserva natural do planeta merece ser celebrada e preservada. Hoje é uma data importante para nos conscientizarmos sobre o que a Amazônia representa para todas as vidas e também como podemos assegurar a sua longevidade. Conheça melhor o nosso maior bioma através dos nossos conteúdos.

É possível se desenvolver economicamente preservando a terra e seus habitantes? Como chegar a um amanhã resiliente e consciente? Vamos explorar com um time especial de convidados os caminhos que aliam produção inovadora a partir de bioativos, conservação dos ecossistemas, saber tradicional e geração de renda local.



05/09
a partir das 13h

• LIVE **SOCIOBIOECONOMIA NA AMAZÔNIA:**
o futuro se constrói na floresta

Joice Ferreira

Pesquisadora da Embrapa
Amazônia Oriental

Fernando Moretti

Líder de Crédito Socioambiental
na Conexsus

Soon Hee Han

Sócia-fundadora
da Amakos

Maria Daiana da Silva

Extrativista e fundadora
da Coopaflores



Acompanhe também nas redes



UMSOPLANETA.GLOBO.COM



Acesse e
assista à live.

PARCEIROS

APOIO

REALIZAÇÃO



EDIÇÕES | GLOBO CONDÉ NAST



Empresas

Tecnologia Em mais uma etapa do embate entre Elon Musk e o STF, companhia desaconselha viagens a trabalho ou lazer ao país

SpaceX adota medidas para retirar funcionários do Brasil

Becky Peterson e Micah Maidenberg
Dow Jones Newswires, de Nova York

A empresa SpaceX tomou medidas para retirar seus funcionários do Brasil e alertou outros a não viajarem ao país. Esse é mais um sinal de como a batalha em andamento de Elon Musk contra a mais alta Corte do Brasil sobre sua empresa de rede social X está se espalhando para afetar alguns de seus outros negócios.

Em um e-mail no fim da semana passada, a presidente da SpaceX, Gwynne Shotwell, aconselhou os funcionários a não viajar ao Brasil a trabalho ou lazer, informaram pessoas familiarizadas com o e-mail ao jornal “The Wall Street Journal”.

A empresa de transporte espacial e comunicações também tomou medidas, na semana passada, para realocar do país seu pequeno grupo de funcionários não brasileiros, disse uma das pessoas.

Há meses, Musk tem lutado com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, que ordenou que o X removesse uma série de contas que o tribunal disse estarem espalhando discursos de ódio e desinformação na plataforma de rede social.

Em agosto, o X encerrou as operações no Brasil, citando a necessidade de proteger a segurança de

sua equipe.

O tribunal então baniu o X na semana passada, dizendo que só levantaria o bloqueio quando a plataforma cumprisse os requisitos legais, como pagar suas multas e nomear um representante jurídico no país.

O tribunal também tomou medidas contra a Starlink, provedora de serviços de internet via satélite da SpaceX, ordenando o congelamento de suas finanças no país e impedindo-a de realizar quaisquer outras transações financeiras, disse a provedora na quinta-feira (29).

A ordem foi baseada na determinação do tribunal de que a Starlink, uma empresa da SpaceX que usa satélites para fornecer acesso à internet de alta velocidade, deve ser responsabilizada pelas multas aplicadas à X, segundo a Starlink.

Investidores estrangeiros que colocam dinheiro no Brasil recuaram com a mudança. Arthur Lira, o poderoso líder do Congresso, alertou no fim de semana que a decisão ameaçava elevar as incertezas legais no país e assustar outras empresas.

250 mil é a base de clientes da Starlink no país

Na terça-feira (3), a Starlink disse em uma postagem no X que estava fazendo tudo o que podia para manter os clientes brasileiros conectados. afirmou ter iniciado procedimentos legais perante o STF, e classificou como ilegal a ordem recebida.

Ao mesmo tempo, a Starlink disse que cumpriria uma decisão que a obrigava a bloquear o acesso a X.

A SpaceX não respondeu aos pedidos de comentários.

O envolvimento da Starlink em uma disputa originalmente sobre o X é uma ilustração clara de como alguns funcionários do governo ao redor do mundo podem fazer poucas distinções entre as empresas que Musk administra.

A Starlink pode ser especialmente afetada por isso, porque o negócio de comunicações via satélite deve garantir uma aprovação para oferecer serviços de internet regulados em cada país onde deseja operar. Até o fim do mês passado, a empresa havia conquistado esses direitos em 105 países diferentes, de acordo com uma de suas postagens recentes no X.

A Starlink cresceu rapidamente nos últimos anos no Brasil, com o negócio de satélite, relatando cerca de 250 mil clientes em todo o país sul-americano. O negócio ganhou terreno no coração agrícola do país e na floresta amazônica, regiões onde o serviço de internet

tradicional pode estar indisponível ou ser instável.

O Brasil é um mercado importante para a Starlink, dada sua grande população e áreas remotas mal-atendidas por infraestrutura de telecomunicações terrestres, disseram analistas.

Executivos da SpaceX disseram que a Starlink é mais adequada para atender clientes em áreas fora de cidades densas.

“Quando você fala sobre espremer o uso e espremer a receita do Hemisfério Sul, há dois países que se destacam: Brasil e Austrália”, disse o presidente da consultoria Quilty Space, Chris Quilty.

Para qualquer rede de satélite como a Starlink, “o Brasil é uma das joias da coroa”.

A Starlink atualmente cobra dos consumidores cerca de US\$ 33 por mês pelo serviço no país e cerca de US\$ 177 em custos iniciais de equipamentos (hardware), de acordo com seu site.

A SpaceX também está buscando acordos para conectar empresas com a Starlink no Brasil. No início deste ano, a fabricante de equipamentos agrícolas fechou um acordo com a Starlink para conectar suas máquinas no campo com esse serviço, previsto para estrear este ano em partes dos Estados Unidos e do Brasil. Não foi possível determinar se a decisão do STF contra a Starlink afetaria esses

STF ainda não informa como fiscalizará uso de VPN

Isadora Peron
De Brasília

Cinco dias depois de os brasileiros perderem o acesso à rede social X, não está claro como o Supremo Tribunal Federal (STF) vai operacionalizar a decisão do ministro Alexandre de Moraes de aplicar uma multa diária de R\$ 50 mil a quem utilizar “subterfúgios tecnológicos” para continuar usando a plataforma.

A determinação foi questionada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em uma ação que está sob relatoria do ministro Kassio Nunes Marques. A entidade pediu para que esse ponto da decisão de Moraes seja discutido pelo plenário, colegiado formado pelos 11 ministros.

Entre interlocutores da Corte, a avaliação é que, embora a maioria dos ministros concorde com a decisão de suspender o X, depois de a empresa descumprir diversas ordens judiciais, há espaço para esse ponto ser revisto, caso a discussão seja de fato levada ao plenário.

Durante o julgamento na Primeira Turma, que referendou a decisão de Moraes, o ministro Luiz Fux fez essa ressalva. Para

ele, a multa não poderia atingir pessoas naturais e jurídicas de maneira indiscriminada, “em obediência aos cânones do devido processo legal e do contraditório”. O ministro, no entanto, defendeu a sanção para o usuário que publicar manifestações com conteúdo racista, fascista, nazista, ou que configurem a incitação de crime.

Na ação movida pela OAB, a entidade afirmou que a multa representava uma sanção “desarrazoada e desproporcional” ao cidadão que simplesmente acessasse a plataforma, usando um serviço de VPN (Virtual Private Network), sem cometer nenhum outro tipo de ilícito.

Para a Ordem, a medida é “ampla e genérica” e vai levar à

aplicação de uma sanção sem o devido processo legal. “É fundamental garantir que restrições à liberdade individual — com a consequente aplicação de sanções — sejam devidamente justificadas e proporcionais, e que o devido processo legal seja integralmente observado”, argumentou a entidade.

Até agora, não há informação

oficial sobre se alguma multa já foi aplicada. Procurado, o STF não se manifestou. Para o advogado Fabrício Polido, especialista na área de tecnologia, operacionalizar essa decisão não é uma tarefa simples, pois, para impor multa, há necessidade de individualização da conduta de cada usuário. “Quem vai fiscalizar constantemente e apurar

Sem o X, buscas por redes virtuais crescem 700%

Daniela Braun
De São Paulo

As buscas on-line por serviços de redes privadas virtuais (VPN, na sigla em inglês) apresentaram um salto de quase 700% após a determinação de bloqueio da rede social X no Brasil pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na sexta-feira. O aumento das buscas ocorre apesar da determinação de multa pelo uso da plataforma mesmo em VPN. No dia 30 de agosto, os brasileiros fizeram 17.272 buscas pelo termo VPN, mais do que o dobro do volume registrado no dia 29 (8.527), segundo levantamento

feito pela startup brasileira Tunad, de mensuração de campanhas de publicidade on-line, com base na ferramenta Google Trends, do buscador do Google.

Já no dia 31, quando o bloqueio da rede social de Elon Musk começou a ser parcialmente aplicado, o interesse por VPN alcançou um pico de 31.396 buscas. O volume representa um avanço de 684,7% ante as 4.001 buscas por VPN registradas em 15 de agosto, compara o levantamento.

No dia 28, quando a decisão de bloqueio era quase certa, o volume estava em 7.143 buscas, indicando um interesse moderado,

porém consistente no tema.

As VPNs criam uma camada de segurança com criptografia do endereço de protocolo de internet (IP, na sigla em inglês) que permite ao usuário navegar na internet sem restrições geográficas.

Após o pico, no dia 31, as buscas diminuíram para 15.632 no dia 1º de setembro, e para 12.495 na segunda-feira (2). Segundo a Tunad, os números sugerem estabilização em um patamar significativamente superior ao observado antes da proibição do X.

Na sexta-feira, o STF reverteu a decisão de bloquear o download de aplicativos de VPN bem como

do X em lojas de aplicativos móveis, mas manteve a aplicação de multa diária de R\$ 50 mil a pessoas físicas e jurídicas que tentassem acessar o X durante o bloqueio.

A procura por redes sociais alternativas também avançou. A Bluesky, criada em 2019 por Jack Dorsey, um dos fundadores do antigo Twitter, e Threads, lançado pela Meta em 2023, são os apps mais baixados em dispositivos móveis.

O Bluesky está em primeiro e o Threads, em segundo, entre os apps gratuitos mais populares na loja de aplicativos App Store (da Apple) e Play Store, do Google, conforme apurou o Valor.

Empresa: **Medral Geotecnologias e Ambiental Ltda.** - CNPJ: 03.280.837/0001-20 - Endereço: Rua Werner Von Siemens, 111, 9º Andar, Bairro Lapa de Baixo - Administrador Judicial: Expertisemais Serviços Contábeis e Administrativos Ltda., Representada Pela Economista Eliza Fazan - Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP
Empresa: **Medral Participações Ltda.** - CNPJ: 02.598.441/0001-62 - Endereço: Rua Werner Von Siemens, 111, 9º Andar, Bairro Lapa de Baixo - Administrador Judicial: Expertisemais Serviços Contábeis e Administrativos Ltda., Representada Pela Economista Eliza Fazan - Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP
Empresa: **Medral Serviços e Infraestrutura Ltda.** - CNPJ: 08.340.113/0001-48 - Endereço: Rua Aspicuelta, 422, 5º Andar, Cjto. 51 B, Bairro Vila Madalena - Administrador Judicial: Expertisemais Serviços Contábeis e Administrativos Ltda., Representada Pela Economista Eliza Fazan - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP
Empresa: **Sul Brasil Preservação e Fabricação de Pescados Ltda.** - CNPJ: 34.054.614/0001-78 - Endereço: Rua David Abrão Schmitt, 445, Sala 03, Bairro Barra do Rio, Itajaí/sc - Administrador Judicial: Brizola e Japur Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Florianópolis/SC
Empresa: **Therm Tech Refrigeração Industrial Ltda.** - CNPJ: 09.428.021/0002-68 - Endereço: Rua Nair Anna Baldasso Rech, 1097, Sala B, Bairro Jardim Das Hortências - Administrador Judicial: Franke Administração de Empresas em Recuperação e Falências Ltda. Representada Pelo Dr. Cristiano Arnt Franke - Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

tiano Arnt Franke - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Caxias do Sul/RS

Cumprimento de Recuperação Judicial
Empresa: **Aax Produção e Comércio de Sementes Ltda.** - CNPJ: 09.528992/0001-07 - Endereço: Rodovia Assis Chateaubriand, S/nº, Km 280, Bairro Lajeado - Vara/Comarca: 3a Vara de Penápolis/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Santa Cecília Transportes Ltda.** - CNPJ: 04.259456/0001-21 - Endereço: Rua Capitão Francisco Pedro, 119, Bairro Rodolfo Tedflio - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e de Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **The Participações Ltda.** - CNPJ: 19.436.760/0001-74 - Endereço: Rodovia Assis Chateaubriand, S/nº, Km 244, Bairro Lajeado - Vara/Comarca: 3a Vara de Penápolis/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Walmis Incorporação e Construção Ltda.-CNPJ:** 04.706.780/0001-40 - Endereço: Av. Luiz Ozório, 67, Fundos, Centro - Vara/Comarca: 3a Vara de Penápolis/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Recuperações Judiciais Indeferidas
Empresa: **Sidney Inácio de Prencea - CNPJ:** 10.632.349/0001-08 - Endereço: Fazenda São Judas Tadeu II, S/nº, Apaiá Mirim, Guapiara/SP - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados A Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Face não reunir as condições exigidas para a ação.

Safra 2024/25 Grandes empresas, como Amaggi, admitem reduzir plantio em locais de baixo rendimento; Abrapa ainda projeta crescimento

Preço em queda põe em xeque aumento da área de algodão

Paulo Santos
De Fortaleza

Após resultados robustos na safra 2023/24 de algodão, a queda nos preços da pluma no mercado internacional faz com que grandes produtores do setor considerem reduzir a área de plantio no próximo ciclo, o 2024/25, que será semeado a partir de dezembro em algumas regiões do Brasil.

Durante o Congresso Brasileiro do Algodão, em Fortaleza, empresas admitiram incertezas em relação ao tamanho da área de plantio da próxima safra, diante desvalorização da pluma na bolsa de Nova York, que chega a 15% este ano, segundo o **Valor Data**.

As cotações do algodão estão em queda no mercado internacional em função da ampla oferta e da demanda enfraquecida.

Nesse cenário, a Amaggi irá rever sua estratégia nos negócios do algodão. “Temos que olhar com paciência para o mercado, pois as contas para os produtores não são boas devido à queda nos preços. Na Amaggi, vamos fazer redução em algumas áreas de algodão marginais, que não compensam pelo baixo rendimento”, disse Blairo Maggi, acionista da Amaggi.

Aurélio Pavinato, diretor-presidente da SLC Agrícola, afirmou

que neste momento os produtores estão avaliando se vão investir na pluma ou não. “Os preços [do algodão] caíram muito recentemente, e os produtores ainda vão aguardar para tomar a decisão de semear. Além disso tem a questão do plantio de soja. É preciso aguardar para ver como será o comportamento da chuvas nesta temporada”, afirmou Pavinato.

Na safra 2023/24, a queda dos preços do milho levou a SLC a priorizar o algodão na segunda safra, quando semeou 188,7 mil hectares. Segundo Pavinato, as projeções para a safra 2024/25 serão divulgadas em outubro.

No Grupo Ceolin Grãos e Fibras, com sede em São Desidério, no oeste baiano, a área de plantio, que alcançou 1.860 hectares em 2023/24, não deve ser ampliada, segundo o sócio Fernando Ceolin.

“É uma das coisas mais complicadas para se dizer agora [sobre aumento de área]. Estamos há muitos anos com quedas de preços, e o consumo em baixa reforça

15%
é a queda do algodão em Nova York

essa tendência”, observou.

Alexandre Schenkel, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), reconheceu que a queda nas cotações deixa os cotonicultores mais cautelosos para o novo ciclo. Ele vê espaço para elevação de área, mas fez ponderações.

“Não teremos um aumento significativo de área como nos últimos anos. Talvez um crescimento em torno de 8%, com o produtor concentrando esforços em áreas que ele sabe que tem um maior rendimento”.

O Brasil plantou 1,94 milhão de hectares de algodão na safra 2023/24, com crescimento de 17% em relação ao ciclo anterior, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O efeito do cenário macroeconômico sobre a demanda é outra incógnita, disse Schenkel. “O algodão não responde de maneira tão rápida às oscilações do mercado financeiro como outras commodities. Temos que aguardar uma melhora consistente da economia para resultar em eventual aumento da demanda, que pode dar algum sinais de elevação no próximo ano”, acrescentou o dirigente da Abrapa.

O jornalista viajou a convite da Bayer



Márcio Santos, CEO da Bayer no Brasil: “Este é o momento de o agricultor aumentar sua produção por unidade”

Produtor investe apesar de baixa das cotações, afirma presidente da Bayer

De Fortaleza

A safra 2024/25 tende a ser uma das mais desafiadoras dos últimos anos em termos de margem de lucro para os produtores brasileiros. No entanto, mesmo com a queda generalizada dos preços dos grãos produzidos no Brasil, os agricultores continuam investindo para ampliar a produtividade, afirmou Márcio Santos, presidente da Bayer no Brasil, durante o 14.º Congresso Brasileiro do Algodão, em Fortaleza.

“O cenário para a safra é diferente do que vimos há dois anos, é verdade, mas ainda assim ouvi muitos produtores falando em investimento em tecnologia para ampliar área plantada. O agri-

cultor brasileiro se tornou muito competitivo nos últimos anos”, disse Santos à reportagem.

Em relação ao aumento de pedidos de recuperações judiciais no setor, desde o ano passado, o executivo ressaltou que as companhias devem se adequar a este momento que é cíclico.

“Esse é um cenário que sempre acontece no setor, quando há choques de produção em alta, com uma demanda menor. Nos últimos 30 anos passamos por isso dez vezes. É o momento de o agricultor aumentar sua produção por unidade, e por isso investimos em inovação”, afirmou.

De acordo com o executivo, a demanda por produtos da empresa para o plantio da nova sa-

fra cresceu mesmo em meio ao cenário desafiador.

Questionado sobre os impactos da lei antidesmatamento da União Europeia, que entra em vigor em 2025, para o agronegócio nacional, Santos afirmou que a produção brasileira tem respaldo para acessar o mercado europeu.

“Somos um país extremamente sustentável. A soja produzida aqui tem um terço da pegada de carbono se comparada com aquela produzida mundialmente, segundo a Embrapa”, destacou.

Ele disse ainda que o Brasil tem empresas com infraestrutura “mais sofisticada do que a lei exige. “O agro é protagonista nesse aspecto e isso é uma oportunidade de negócios”. (P5)



SEMINÁRIO RESILIÊNCIA CLIMÁTICA PESQUISAS E INVESTIMENTOS

12/09 | 14H20

O Seminário Resiliência Climática Pesquisas e Investimentos reunirá os maiores especialistas do Brasil para discutir o impacto das mudanças climáticas na distribuição de energia e como a ciência, inovação e tecnologia são grandes aliadas nessa jornada.

Não perca este importante debate.

PRESENCAS CONFIRMADAS

GILBERTO PICHETTO FRATIN
Ministro do Meio Ambiente e Segurança Energética da Itália

PROF. CARLOS NOBRE
Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo (USP)

LUCIANA SANTOS
Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil

RICARDO BOTELHO
CEO da Energisa

ALEXANDRE SILVEIRA
Ministro de Minas e Energia do Brasil

JOÃO MARQUES DA CRUZ
CEO da EDP América do Sul

FLAVIO CATTANEO
CEO Global da Enel

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Secretário Nacional de Energia Elétrica

ANTONIO SCALA
CEO Enel Brasil

ROSANA JATOBÁ
Mediação jornalista

PROF. MARCELO SELUCHI
CEMADEN



Acompanhe ao vivo no
Valor

Patrocínio:



Realização:



Divulgação e Transmissão:



Cenários De acordo com o Valor Data, 22 de 25 companhias tiveram Ebitda positivo

Diversificação sustenta resultado operacional de empresas do agro

Nayara Figueiredo
De São Paulo

Na temporada mais recente de balanços do agro, referente ao primeiro trimestre na safra de cana e ao segundo trimestre nos demais segmentos, saltou aos olhos a onipresença de resultados operacionais no azul. Entre as empresas com lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) positivo, as de diversificação mais acentuada, seja nos locais em que atuam ou nos tipos de produtos, contornaram melhor as adversidades do período, de acordo com analistas ouvidos pelo **Valor**.

Entre abril e junho, fizeram parte do cenário geral do agro a queda dos preços das commodities, a quebra na produção de grãos no Brasil e a alta do dólar — este, um fator que aumentou o endividamento das empresas, mas também suas receitas de exportação.

Segundo levantamento do **Valor Data**, das 25 empresas agropecuárias que divulgaram resultados financeiros, 22 tiveram Ebitda positivo. O indicador ficou no vermelho em apenas três casos, AgroGalaxy, Heringer e Vittia, todas companhias do segmento de insumos.

O Ebitda de 14 empresas do agro cresceu, e oito registraram queda. O AgroGalaxy foi a única em que a piora do Ebitda se intensificou. Nos casos de Vittia e Heringer, o resultado operacional melhorou, embora siga negativo.

Os desempenhos mais expressivos foram os de BRF, em que o Ebitda ajustado cresceu 160% no segundo trimestre de 2024, para R\$ 2,6 bilhões, e JBS, que subiu 121%, para R\$ 9,9 bilhões.

“O destaque desse trimestre foi o segmento de frigoríficos. Essas empresas tiveram ganhos na oferta de grãos, [que foi] muito alta, e também se beneficiaram com o câmbio”, disse Marcelo Nantes, chefe de renda variável da gestora ASA Investments. Os grãos, como o milho, compõem a ração animal, e, na visão do executivo, o dólar valorizado ajudou a impulsionar a receita das exportações.

No caso específico da JBS, Nantes destacou que a empresa, com atuação global, tem diversificação tanto geográfica quanto de proteínas. “Sabemos que o ciclo do gado dos Estados Unidos está bastante desfavorável, porque o rebanho americano vem caindo nos últimos anos. Porém, a JBS se beneficiou muito da diversificação. A performance (da operação) de boi nos EUA foi compensada por re-

Desempenho das empresas abertas do agro de abril a junho

Destques dos resultados - em R\$ milhões

Empresa	Receita líquida			EBITDA ¹			Resultado líquido ²		
	Abr-jun/2023	Abr-jun/2024	Var. %	Abr-jun/2023	Abr-jun/2024	Var. %	Abr-jun/2023	Abr-jun/2024	Var. %
3Tentos	1.760,4	2.796,5	58,9	43,9	83,4	90,2	78,4	146,3	86,7
Agribrasil	172,7	412,0	138,5	7,0	16,3	132,8	-20,6	2,8	-
AgroGalaxy	1.832,0	1.056,1	-42,4	-72,5	-83,4	15,0	-388,8	-295,7	-23,9
Boa Safra	134,4	87,6	-34,9	21,7	7,2	-66,9	17,6	4,4	-75,2
BrasilAgro	631,6	551,8	-12,6	374,6	263,4	-29,7	242,7	232,9	-4,1
BRF	12.205,0	14.930,0	22,3	1.006,0	2.621,0	160,5	-1.358,9	987,8	-
Camil ³	2.654,0	2.899,6	9,3	198,5	254,5	28,2	64,0	78,5	22,6
Cerradinho Bio	649,8	671,3	3,3	110,6	150,7	36,3	-11,3	-0,1	-98,7
CTC	87,3	95,1	8,9	42,6	50,0	17,3	33,0	35,8	8,3
FS ⁴	1.821,6	2.037,8	11,9	377,1	398,9	5,8	34,0	-40,3	-
Frigol ⁴	754,0	786,9	4,4	29,0	46,1	59,0	24,1	1,7	-92,8
Heringer	887,3	745,0	-16,0	-137,5	-55,0	-60,0	-135,3	-343,0	153,4
Jalles Machado	445,1	401,3	-9,8	271,4	243,9	-10,1	49,5	-2,4	-
JBS	89.382,6	100.606,3	12,6	4.470,0	9.882,1	121,1	-263,6	1.715,2	-
Josapar	456,1	547,1	19,9	25,9	52,6	103,3	0,2	14,0	-
Kepler Weber	281,2	327,8	16,6	50,8	63,6	25,0	33,4	37,0	10,9
Marfrig ⁵	29.853,0	34.771,0	16,5	2.050,0	3.378,0	64,8	-784,0	75,4	-
Minerva	7.276,5	7.666,1	5,4	711,2	744,6	4,7	118,0	88,4	-25,1
Ourofino	231,8	217,2	-6,3	34,7	32,8	-5,5	-70,4	16,9	-
Raízen Energia	13.175,8	17.056,2	29,5	2.035,4	1.634,3	-19,7	76,2	-801,2	-
São Martinho	1.342,6	1.643,7	22,4	557,3	672,3	20,7	220,3	106,3	-51,7
SLC Agrícola	1.444,4	1.351,6	-6,4	553,5	258,1	-53,4	334,2	320,2	-4,2
Terra Santa	24,9	17,8	-28,5	16,1	6,5	-59,8	5,4	-0,7	-
Vittia	72,8	99,9	37,3	-18,6	-18,1	-2,6	-14,5	-17,7	21,6
Zilor ⁴	865,0	762,0	-11,9	312,7	204,0	-34,8	58,6	62,6	6,8

Fontes: releases de resultados das empresas, CVM e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Ajustado, quando disponível ou aplicável. ² Atribuído aos acionistas da empresa controladora. ³ Corresponde ao trimestre março-maio de cada ano. ⁴ Companhia de capital fechado. ⁵ Dados gerenciais das operações continuadas da América do Sul

sultados excepcionais em outras operações e geografias”, explicou.

A JBS encerrou o segundo trimestre com lucro líquido de R\$ 1,7 bilhão. O desempenho contrasta com o de um ano antes, quando a companhia teve prejuízo de R\$ 263,6 milhões.

O estrategista-chefe da RB Investimentos, Gustavo Cruz, ressaltou que a diversificação de mercados foi essencial para os frigoríficos. “Estamos ainda em processo de abertura de mercados. O Egito se abriu para fazer importações do Brasil, a Austrália também conseguiu algumas liberações, o que destrava novos clientes. É uma forma de se defender de um cenário econômico mais adverso em algum país, criando mais estabilidade nas projeções”, disse.

A BRF é um exemplo claro disso. A empresa obteve 32 novas habilitações de importadores no segundo trimestre deste ano e já soma quase 60 desde o início de 2024, o que ampliou sua capacidade de acessar novos mercados, segundo Fábio Mariano, vice-presidente de finanças e relações com investidores da companhia.

Miguel Gulate, o principal executivo da empresa, falou sobre o assunto no mês passado, em coletiva sobre os resultados do segundo trimestre. “Quando você esco-

Efeito nas margens

Margem Ebitda trimestral ¹ - em % da receita líquida

Empresa	Abr-jun/23	Abr-jun/24	Var. p.p.
3Tentos	2,5	3,0	0,5
Agribrasil	4,1	4,0	-0,1
AgroGalaxy	-4,0	-7,9	-3,9
Boa Safra	16,2	8,2	-7,9
BrasilAgro	59,3	47,7	-11,6
BRF	8,2	17,6	9,3
Camil ²	7,5	8,8	1,3
Cerradinho Bio	17,0	22,5	5,4
CTC	48,8	52,6	3,7
Frigol ³	3,8	5,9	2,0
FS ³	20,7	19,6	-1,1
Heringer	-15,5	-7,4	8,1
Jalles Machado	61,0	60,8	-0,2
JBS	5,0	9,8	4,8
Josapar	5,7	9,6	3,9
Kepler Weber	18,1	19,4	1,3
Marfrig ⁴	6,9	9,7	2,8
Minerva	9,8	9,7	-0,1
Ourofino	15,0	15,1	0,1
Raízen Energia	15,4	9,6	-5,9
São Martinho	41,5	40,9	-0,6
SLC Agrícola	38,3	19,1	-19,2
Terra Santa	64,7	36,4	-28,3
Vittia	-25,5	-18,1	7,4
Zilor ³	36,2	26,8	-9,4

Fontes: releases de resultados das empresas, CVM e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Calculado com o EBITDA ajustado, quando disponível ou aplicável. ² Corresponde ao trimestre março-maio de cada ano. ³ Companhia de capital fechado. ⁴ Dados gerenciais das operações continuadas da América do Sul

lhe onde vai vender, não precisa fazer renúncia de preço”, afirmou.

Para Rodrigo Brolo, da área de agronegócios da Criteria Investi-

mentos, as exportações recorde de carne bovina decorrentes da desvalorização do real “sem dúvida alguma” deram um grande impulso

aos balanços. Com o impulso à receita desse e de outros fatores, a BRF teve seu melhor segundo trimestre da história, com lucro de pouco mais de R\$ 1 bilhão. Em igual período de 2023, a companhia teve prejuízo de R\$ 1,3 bilhão.

No segmento sucroenergético, a queda dos preços do etanol afetou o desempenho das usinas. O estrategista da RB Investimentos acredita, no entanto, que um “momento bem positivo do açúcar” ajudou a minimizar o impacto da baixa das cotações do biocombustível sobre os balanços.

A São Martinho teve lucro líquido de R\$ 106,3 milhões no primeiro trimestre da safra 2024/25 de cana, um resultado 51,7% menor do que o do mesmo período do ciclo anterior. O recuo, segundo a empresa, deveu-se a efeitos não caixa, uma vez que o desempenho operacional foi positivo. O Ebitda ajustado cresceu 20,7% no período, para R\$ 672,3 milhões.

A Cerradinho teve prejuízo de R\$ 149 mil no primeiro trimestre da safra 2024/25, mas a perda foi 98,7% menor do que a de um ano antes. A diminuição do prejuízo tem relação com o início da operação da planta de etanol de milho em Maracaju (MS).

Isso significa que a diversificação de matéria-prima no etanol fez a diferença. A margem operacional da companhia foi de 16% no caso do biocombustível de milho e de 5,6% no etanol de cana.

O segmento de grãos foi o que mais sofreu com o declínio das cotações globais. A 3tentos escapou graças à sua diversificação. Já os lucros de SLC e BrasilAgro caíram.

“O agronegócio é feito de ciclos. Sabendo disso, diversificamos as linhas de atuação e chegamos à maturidade dos negócios”, disse Luiz Osório Dumoncel, o executivo-chefe da 3tentos, no mês passado. Cada área de atuação do grupo — indústria, origem de grãos e insumos — responde por 33,3% do faturamento.

No futuro próximo, a oferta global continuará pesando sobre as demais empresas de grãos. Igor Guedes, Iago Souza e Rafael Chamadoira, analistas da Genial Investimentos, ressaltaram ontem, em relatório, que o aumento da oferta de soja no mercado mundial deve pressionar as cotações.

Marcelo Nantes, da gestora ASA Investments, acredita que, no terceiro trimestre, os frigoríficos vão continuar atravessando um bom momento. Já as usinas, continua ele, seguirão dependentes dos preços de açúcar e etanol.

Prazo de linha de crédito para revendas e cooperativas do RS será de cinco anos

Enchentes

Raphael Di Cunto
e Rafael Walendorff
De Brasília

A linha de crédito do governo federal para ajudar cooperativas, cerealistas e revendas de insumos do Rio Grande do Sul que sofreram com as enchentes terá dois anos de carência e prazo de pagamento de cinco anos, disse ao **Valor** o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Guilherme Campos. Segundo ele, há possibilidade de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) prorrogar o período de quitação por mais três anos.

Campos afirma que havia expectativa de o prazo chegar diretamente a oito anos, mas isso exigiria a publicação de uma nova medida provisória, o que atrasaria a liberação dos financiamentos. O secretário disse que o Conselho Monetário Nacional (CMN) vai votar a resolução ainda “nesta semana” e que o texto dará a alternativa ao agente financeiro de aumentar o prazo de quitação.

Os juros, contudo, ficarão nos percentuais já estabelecidos na MP 1.226/2024 e na resolução do CMN 5.140/2024. Segundo essas normas, as taxas podem chegar a 10%,



O secretário Guilherme Campos

para micro, pequenas e médias empresas, e a 12% para as grandes. Com base em declarações do próprio ministro Carlos Fávaro, havia expectativa de redução para 7%, após articulação com os bancos.

A linha será para capital de giro e contará com recursos do Fundo Social via BNDES e instituições credenciadas. A intenção é que cooperativas, revendas e cerealistas possam buscar financiamentos e arrolar as dívidas que os produtores têm com elas.

O governo destinou R\$ 15 bilhões do Fundo Social para novas linhas de crédito no Rio Grande do

Sul depois da catástrofe climática. Mas portaria do Ministério da Fazenda limita o uso de 25% desses recursos para capital de giro, modalidade que estará disponível para o público agro do Estado.

Ou seja, a iniciativa deverá ter até R\$ 3,7 bilhões, com prazo de cinco anos e juros entre 10% e 12% ao ano. O teto poderá ser revisto posteriormente, disse uma fonte a par das tratativas. O restante, R\$ 11,3 bilhões, deve ser direcionado a linhas de investimentos e compra de máquinas e equipamentos, que têm juros de até 7%. A modalidade não será aberta a cooperativas, revendas e cerealistas.

Por outro lado, o governo resolveu flexibilizar a escala do dano às propriedades que dá ao produtor o direito de ter acesso a essa linha de financiamento. A minuta inicial da resolução autorizava o empréstimo para quem teve pelo menos 40% de sua área produtiva danificada, mas a nova versão reduz esse piso para 30%.

Além disso, as cooperativas terão que repassar a seus associados ao menos 70% do recurso que tomarem com essa linha de crédito. Com isso, elas terão 30% do valor para fazerem sua própria reconstrução. Na versão inicial, as cooperativas seriam obrigadas a distribuir 80% do valor que obtivessem.

Incêndios atingiram 6,6 mil fazendas em SP

Clima

De Brasília e São Paulo

O secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Guilherme Campos, afirmou que o governo estuda formas de auxiliar os produtores rurais que sofreram com as queimadas em São Paulo na semana passada.

Segundo levantamento da Pasta, quase 6,6 mil propriedades foram atingidas em 302 dos 645 municípios paulistas. Os principais danos foram a lavouras de cana-de-açúcar, café, laranja e heveicultura (plantio de seringa) e sobre pastagens.

O ministério discute o melhor modelo para ajudar os produtores afetados, dentro das capacidades orçamentárias do governo. Uma possibilidade em debate, segundo Campos, é um “fast track” para uma das linhas de crédito do Plano Safra, o RenovAgro, destinada à recuperação e conversão de áreas degradadas. A intenção é usar meca-

100 mil hectares de cana foram afetados

nismo já existente, mas agilizar acesso aos financiamentos.

O programa tem R\$ 2 bilhões em recursos programados para este ano. O limite de crédito é de R\$ 5 milhões por beneficiário, com prazo de 12 anos para pagamento e carência máxima de oito anos, com taxa de juros de 7%.

O Ministério da Agricultura já identificou a necessidade de replantio de cana para a próxima safra. Questionada ontem, a Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil (Orplana) informou que os incêndios podem ter afetado mais de 100 mil hectares de canaviais em São Paulo.

O fogo nas áreas de cana do Centro-Sul levou a consultoria Datagro a reduzir sua previsão para a moagem de cana e produção de açúcar na safra 2024/25. No novo relatório, de ontem, a estimativa da empresa, que era de produção de 602 milhões de toneladas de cana, passou a ser de 593 milhões. Em 2023/24, a produção foi de 654,4 milhões de toneladas.

Para a produção de açúcar, a estimativa, que era de 40 milhões, caiu para 39,3 milhões de toneladas. E, para o etanol de cana, ela estimou produção de 32,52 bilhões de litros, ou 440 milhões a menos do que previa antes dos incêndios. (RDC, RW e NF; colaborou Fernanda Pressinott)

Cenários
Queda dos preços do algodão põe em xeque aumento da área na safra 2024/25
B9

Entrevista
BC será obrigado a elevar restrição monetária neste mês, diz Guardado, do BNP Paribas **C2**



INÉ\$ 249
Criptoativos
Começa a ser negociado hoje na B3 o ETF de solana da Hashdex **C8**

Real digital
BC divulga 13 casos de uso selecionados para nova fase no piloto do Drex **C5**

Litígio
Unimed Vitória obtém mandado de segurança contra CVM em caso Infinity **C8**

Valor C
Quinta-feira, 5 de setembro de 2024

Finanças

Títulos públicos Em revisão do Plano Anual de Financiamento ontem, Tesouro aumentou participação de LFTs e se distanciou ainda mais de metas de longo prazo

Emissão de papéis atrelados à Selic acende alerta sobre piora na composição da dívida

Gabriel Roca, Victor Rezende, Jéssica Sant’Ana e Estevão Taíar
De São Paulo e Brasília

As emissões aceleradas de títulos atrelados à taxa Selic (LFTs) ao longo de 2024 fizeram com que o Tesouro Nacional precisasse revisar, ontem, o Plano Anual de Financiamento (PAF) deste ano para comportar uma parcela maior de papéis pós-fixados na composição da dívida pública. A medida, ainda que bastante aguardada pelo mercado, volta a acender um sinal de alerta sobre a qualidade da composição da dívida e indica que o órgão continuou a se afastar de seus objetivos de financiamento de longo prazo.

O Tesouro revisou três parâmetros da composição da Dívida Pública Federal (DPF) que constavam no PAF para este ano. A participação esperada para os títulos pós-fixados (LFTs) agora é de 43,0% a 47,0%, ante o intervalo de 40,0% a 44,0% divulgado em janeiro. Já os papéis prefixados (LTNs e NTN-Fs) devem registrar participação entre 22,0% e 26,0% do total (ante 24,0% e 28,0%), enquanto a expectativa para os títulos atrelados a índices de preços (NTN-Bs) é que eles fiquem entre 25,0% e 29,0% da DPF (ante 27,0% e 31,0%). A participação para os títulos atrelados ao câmbio se manteve entre 3% e 7%.

Como medida de comparação, de todo o estoque de dívida emitida ao longo de 2024, de aproximadamente R\$ 1,046 trilhão, as emissões de LFTs totalizaram R\$ 692 bilhões — aproximadamente 66% do montante. Títulos prefixados foram responsáveis por R\$ 245 bilhões, ou 23% do total emitido, e os títulos atrelados ao IPCA por apenas R\$ 109 bilhões, cerca de 10% das emissões. Os cálculos são do Santander.

Também fica claro o distanciamento ao se comparar com a referência de longo prazo do Tesouro. No próprio PAF, o Tesouro aponta que sua composição desejada para a dívida em 2035 estaria em 35% para os títulos prefixados; 35% para os índices atrelados a índices de preços; e apenas 23% para os títulos indexados à Selic. A parcela dos papéis ligados ao câmbio seria de 7%.

A opção do Tesouro por emitir títulos ligados à Selic se deu, em grande medida, pelas condições adversas de mercado enfrentadas ao longo do ano. A volatilidade relacionada às perspectivas de política monetária, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, afastou boa parte da demanda por papéis prefixados. Além disso, mudanças tributárias e de comportamento dos agentes econômicos, que encontraram um mercado de emissões privadas robusto, afeta-



Nos cálculos de Ítalo Franca, do Santander, emissões de papéis atrelados à Selic são 66% do valor emitido neste ano

ram o mercado de NTN-Bs, levando o Tesouro Nacional a atuar com mais cautela ao longo do ano.

Ainda que houvesse pouca margem de atuação para o Tesouro, o estrategista de renda fixa da BGC Liquidez, Daniel Leal, afirma que o órgão deveria estar em alerta com o cenário. “Não é um risco gigantesco, mas é um ponto de atenção relevante. A dívida vai terminar o ano com o flutuante [LFT, papel atrelado à Selic] em 47% e, somando ao estoque de cambial, em 51%. Essas duas são as partes arriscadas da dívida e que, frente a qualquer choque, podem acabar aumentando muito o seu custo. A título de comparação, estamos no mesmo nível de outubro de 2006, ao se somar os dois indexadores. O Tesouro vai precisar tomar ações para mudar esse cenário”, afirma.

Leal aponta o que considera erros e acertos na gestão da dívida pública ao longo do ano. Se, por um lado, o Tesouro acertou ao não inserir volatilidade adicional nos

mercados em momentos de estresse, ele avalia que o órgão poderia ter aproveitado as janelas de oportunidade de maneira mais contundente, emitindo um volume maior de prefixados e de NTN-Bs.

“Foi importante ter reforçado o caixa com as emissões de LFT, até para evitar ruídos com o mercado. Foi um pedaço positivo da história. Mas acho que eles passaram do ponto e foi um pouco exagerado: não precisava ter piorado a composição da dívida o tanto

“Não é um risco gigantesco, mas é um ponto de atenção relevante. São as partes arriscadas da dívida”
Daniel Leal

que piorou”, afirma o estrategista. “Além disso, foram poucas janelas para atuar, dada a volatilidade no mercado neste ano, mas elas podiam ter sido melhor aproveitadas. Nos últimos anos, tivemos mais janelas e isso permitia uma abordagem mais gradual de emissões. Mas, como estamos em um mercado volátil, essas janelas abrem e fecham muito rápido e precisam ser aproveitadas sem muito gradualismo”, diz.

O estrategista da BGC, porém, reconhece que, mesmo com uma atuação mais certa do Tesouro, “a foto atual seria parecida, mas o filme traria uma mensagem diferente, com uma postura melhor do Tesouro e mais alinhada com seus objetivos de longo prazo”.

O economista Ítalo Franca, do Santander, nota que o ambiente se alterou ao longo do ano, o que acabou acarretando a mudança do comportamento do Tesouro na gestão da dívida. “As condições mudaram. O ano começou com a

percepção de que poderia haver algum tipo de flexibilização monetária nos EUA e o cenário aqui também era bastante favorável, com as receitas performando bem. Mas, depois de abril, tivemos uma série de eventos que mudou essa percepção, como a inflação nos EUA mais pressionada; o aumento de benefícios previdenciários e maior ritmo das despesas, que deterioraram a percepção fiscal; e alguns tipos de ruído quanto à própria política monetária. Isso foi nos ajudando a ter uma mudança nas emissões”, diz.

Franca, inclusive, também aponta que o ajuste no PAF era necessário. “Como tivemos um ano atípico, com muita volatilidade, acabamos vendo essa composição com demanda maior por LFTs, mas, no médio prazo, o ideal seria voltarmos a buscar um grau de investimento e aumento da participação de estrangeiros para emitirmos mais títulos prefixados”, observa o economista. Para isso, porém, ele alerta sobre a necessidade de uma melhora na percepção do risco fiscal doméstico, aliada a um cenário externo mais tranquilo.

Para Franca, dado que à frente os vencimentos dos títulos não devem ser tão grandes quanto os deste ano, é possível que o Tesouro tente recompor a participação de prefixados e de títulos atrelados à inflação ao longo do tempo, a depender das condições de mercado. “Mas é preciso reduzir a incerteza que ainda existe no cenário.”

Já o estrategista de renda fixa da Necton, Fernando Ferez, avalia que as alterações propostas no PAF foram acertadas, à medida que um deslocamento ainda maior da banda de títulos flutuantes poderia gerar a impressão de que o Tesouro está “confortável” com o cenário atual, o que poderia gerar volatilidade aos prêmios dos títulos públicos.

Ferez concorda que o Tesouro se distanciou de seus objetivos de longo prazo nos últimos meses, mas avalia que, no curto prazo, o órgão foi “passageiro” do cenário macroeconômico. “Se não tivermos uma queda de juros estrutural não vamos ver um maior apetite dos investidores por prefixados. Vimos também a concorrência dos papéis incentivados, atrelados ao IPCA, como as debêntures. Enquanto não tivermos um superávit primário, o Tesouro precisa rolar a dívida integralmente. Ele fica meio refém da situação”, diz o profissional.

Ele avalia, no entanto, que as discussões sobre dominância fiscal seriam bastante precipitadas e exageradas neste momento. “Precisaríamos ver a repetição deste cenário por mais tempo e com juros mais altos. Não é o caso”, afirma.

Dados de emprego nos EUA assustam mercado

Gabriel Caldeira, Eduardo Magossi, Cristiana Euclides e Igor Sodré
De São Paulo

O mercado elevou a aposta em um corte de juros mais agressivo do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), de 0,5 ponto percentual, após a divulgação de dados que mostraram uma queda expressiva no volume de vagas de emprego em aberto nos Estados Unidos.

O dado refletiu no mercado de Treasuries, títulos do Tesouro americano — com o rendimento do título com vencimento de dois anos próximo de ficar abaixo da taxa do título de 10 anos —, algo que não ocorre de forma consistente desde que a curva se inverteu, em junho de 2022.

Ao fim da sessão, a taxa da T-note de 2 anos recuou de 3,873% no fechamento de terça-feira para 3,762%, enquanto a da T-note de 10 anos cedeu de 3,836% a 3,759%.

O primeiro e principal catalisador para o movimento nos Treasuries foi o relatório Jolts, que exibiu uma queda das vagas em aberto nos EUA, a 7,673 milhões em julho. O número veio abaixo das previsões do mercado e aponta para um mercado de trabalho cada vez mais desaquecido, em um momento em que o foco dos investidores e do próprio Fed sai da inflação e se volta à saúde do emprego.

“De modo geral, a mensagem do Jolts é bastante clara: o mercado de trabalho está esfriando gradualmente e, embora não esteja ‘quebrado’, é um grande ponto de interrogação saber onde ele estará nos próximos seis meses a um ano sem ajuda do Fed”, diz o diretor executivo e economista sênior do banco canadense CIBC, Ali Jaffery.

De olho nisso, o mercado voltou a precificar uma probabilidade elevada de que o Fed inicie o ciclo de corte de juros com uma redução de 0,5 ponto no dia 18. Segundo levantamento do CME Group com base nos futuros dos Fed funds, a chance de um corte mais agressivo é de 45%, contra 55% para o corte de 0,25 ponto.

Já as bolsas de Nova York tiveram um dia de movimentos amenos, após a forte queda dos principais índices acionários de Wall Street na véspera. O índice Dow Jones encerrou a sessão em leve alta de 0,09%; o S&P 500 recuou 0,16%; e o Nasdaq caiu 0,30%.

Refletindo um banco central focado na atividade e no mercado de trabalho, o presidente do Fed de Atlanta, Raphael Bostic, defendeu que não se deve esperar a inflação atingir a meta de 2% antes de começar a cortar os juros. “Considerando as circunstâncias atuais — redução do poder de compra e um mercado de trabalho em desaceleração —, eu reajustei o meu foco, que desde de o início de 2021 estava centrado na inflação, para incluir também o mercado de trabalho”, disse.

O Livro Bege, relatório que compila avaliações de contatos do banco central no setor privado, também deu sinais de enfraquecimento da economia americana. Segundo o documento, nove dos 12 distritos do Fed relataram atividade estável ou em queda. Na divulgação anterior, apenas cinco distritos não haviam observado crescimento da atividade.

O mercado, agora, aguarda novos dados do mercado de trabalho, em especial o “payroll”, que será conhecido amanhã e que deve ajudar a definir o rumo dos juros nos EUA.

Destaques

Risco sacado

A Ouro Preto Investimentos, que tem R\$ 11 bilhões sob gestão e 90 FIDCs, criou uma plataforma que permite que as empresas que quiserem financiar as vendas de seus fornecedores, nas operações de risco sacado, montem fundos próprios. A ferramenta foi desenvolvida em parceria com a Cashforce, fintech especializada na

automatização de processos e controle das operações de risco sacado. Segundo João Baptista Peixoto Neto, executivo-chefe da Ouro Preto, desde o escândalo da fraude na Americanas, em janeiro do ano passado, os bancos reduziram sua participação nesse nicho, que está migrando para os FIDCs. Para ele, a entrada em vigor da nova resolução de fundos

amplia a segurança jurídica do segmento. *(Liane Thedim)*

Debêntuures da SRM

A SRM Asset, especializada em crédito, captou R\$ 275 milhões na sua primeira emissão de debêntures. A gestora, que atua sobretudo no mercado de fundos que compram direitos de crédito (FIDC), vai usar os recursos para

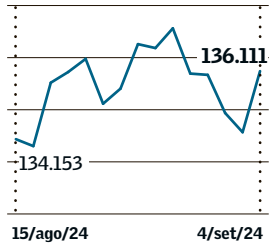
ampliar o funding para operações com lastro em recebíveis comerciais, os chamados “multicredente/multissacado”, disse Eduardo Siqueira, diretor de relações com investidores. A operação foi estruturada em conjunto com o Pátria Investimentos, que ficou com quase R\$ 100 milhões dos papéis. Até então, a SRM usava a estrutura do FIDC para levan-

tar recursos, mas alguns investidores não podiam participar das operações devido a restrições em seus regulamentos, afirma Siqueira. Com a debênture, a SRM passa a atrair novos bolsos, “e consegue acessar um tipo de investidor que não olha muito pro FIDC, que são investidores institucionais, seguradoras e fundações”. *(Rita Azevedo)*

Finanças

Ibovespa

Em pontos



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

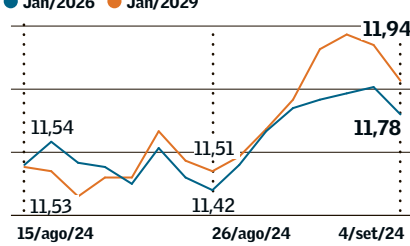
Bolsas internacionais

Variações no dia 4/set/24 - em %

Dow Jones	0,09
S&P 500	-0,16
Euronext 100	-0,90
DAX	-0,83
CAC-40	-0,98
Nikkei-225	-4,24
SSE Composite	-0,67

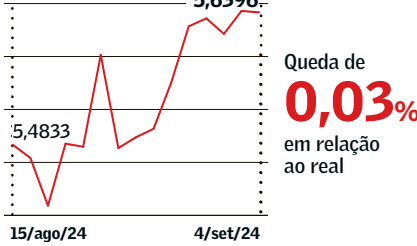
Juros

DI-Over futuro - em % ao ano



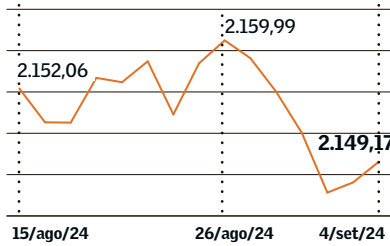
Dólar comercial

Cotação de venda - em R\$/US\$



Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99



Mercados Número de vagas de trabalho em aberto voltou a ampliar apostas de um corte maior de juros americanos e abriu espaço para recuperação doméstica

Dado de emprego nos EUA dá alívio aos juros e fôlego para o Ibovespa

Gabriel Roca, Maria Fernanda Salinet e Arthur Cagliari
De São Paulo

Os novos sinais de desaceleração no mercado de trabalho dos Estados Unidos contribuíram com um forte alívio dos juros futuros na sessão de ontem, o que, por sua vez, também acabou dando impulso ao Ibovespa, que fechou o dia em alta firme. O dólar, no entanto, acabou não acompanhando o bom desempenho dos outros ativos locais, e encerrou o dia próximo da estabilidade. O número de vagas de trabalho em aberto na economia dos EUA caiu em 237 mil no mês de julho, recuo maior do que o esperado. Os temores de recessão, assim, voltaram à cena e contribuíram com uma

queda nos rendimentos dos títulos públicos globais. No Brasil, os juros futuros também foram impactados, em um ambiente também influenciado pelos dados mais fracos de produção industrial. Neste contexto, a taxa do DI para janeiro de 2026 recuou de 11,91% para 11,77%, enquanto a do DI para janeiro de 2027 caiu de 11,94% para 11,79%. “Após esse número mais brando sobre o emprego nos EUA, os rendimentos dos títulos americanos começaram a se retrair com bastante velocidade e força. O mercado agora está precificando 0,36 ponto de corte na próxima reunião do Fomc e essa precificação trouxe algum alívio para os ativos locais”, afirma o tesoureiro de um banco. “O real foi mais tímido em sua valorização, enquanto as taxas locais caíram conside-

ravelmente, impulsionadas também por um número mais suave da produção industrial local.” Neste contexto, no mercado de opções digitais de Copom, a chance de manutenção da Selic subiu de 14% para 15%; a de alta de 0,25 ponto passou de 56% para 61%, enquanto a de elevação de 0,5 ponto recuou de 29% para 23%. A queda dos juros deu força ao Ibovespa, que subiu 1,31%, aos 136.111 pontos. Mesmo com a

61%
é chance no mercado digital de alta da Selic em 0,25 ponto

queda firme do minério de ferro em Dalian, sob pressão da baixa demanda por aço na China, as ações ordinárias da Vale subiram 0,78%. Segundo um operador, a valorização do papel pode ser atribuída “à melhora do PIB, que alimentou uma busca por mercado acionário. Soma-se a isto a forte queda do preço da ação nos últimos pregões. O famoso ajuste técnico.” O papel da mineradora acumula queda de 4,41% na semana. Além disso, declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista à “GloboNews” atenuaram desconfianças com a política fiscal. Ele defendeu revisão do auxílio-gás e que gastos com expansão do programa devem cumprir regras fiscais em 2025. “Os sinais de que o vale-gás ficará dentro do teto dão um pouco

mais de alívio no fiscal”, afirma o gestor de ações da Ace Capital, Tiago Cunha. Para ele, “houve um movimento de alívio no lado externo e recuperação parcial de commodities, o que ajudou a bolsa”. Já o dólar comercial fechou o dia em ligeira queda, de 0,03%, negociado a R\$ 5,6396. Para Victor Beyruti, economista da Guide Investimentos, o real pode se beneficiar da flexibilização monetária do Fed. “Nossa economia segue forte e temos um diferencial de juros relevante. O problema é se tiver um momento de fuga de risco. Isso prejudicaria moedas de mercado emergentes de maneira geral”, afirma. “Creio que essa é a grande dificuldade do mercado em avaliar em qual cenário estamos. Por isso observamos essa volatilidade maior nos mercados.”

‘Erros foram feitos, mas podemos evitá-los à frente’

Victor Rezende e Gabriel Roca
De São Paulo

Em um contexto que contempla pausa no processo de desinflação; atividade econômica e mercado de trabalho muito aquecidos; aceleração do crédito e sem muita ajuda do lado fiscal, o Banco Central se verá obrigado a aumentar o grau de restrição monetária ainda neste mês. A projeção é feita pela economista Fernanda Guardado, recém-chegada ao BNP Paribas, onde passou a ser a chefe de pesquisa econômica para América Latina. Ao **Valor**, ela revela projetar a Selic em 12,25% num ciclo de aperto previsto para terminar em março, o que, caso se concretize, eliminaria pouco mais da metade do ajuste feito no juro básico desde o início da flexibilização, em agosto de 2023, quando a taxa estava em 13,75%. “Erros foram feitos, mas podemos evitá-los à frente”, diz a economista, que foi diretora de assuntos internacionais e gestão de riscos corporativos do BC até o fim do ano passado. “Cabe ao BC agir e ajustar o nível de aperto para permitir que a inflação retorne ao processo de convergência.”

Valor: Qual o seu cenário-base para a taxa Selic?
Fernanda Guardado: Mudamos ontem nossa visão para a política monetária e nossa expectativa é de que o BC suba os juros em 0,25 ponto já na próxima reunião. E a justificativa tem a ver com a própria mensagem que o BC passou na ata sobre estar mais dependente de dados; de ver como o cenário externo, que tem sido muito volátil, se desenrola... À medida que o tempo passa, temos visto uma sequência de dados que mostram que a economia está bastante aquecida, com o segundo trimestre crescendo acima do potencial, mercado de trabalho aquecido, crédito acelerando, uma inflação de serviços subjacentes que parou de melhorar e más notícias na arena fiscal, de onde não dá para esperar um grande ajuste em termos de gastos. E ainda temos o efeito dos cortes de juros feitos no primeiro semestre para

se materializar na economia. Diante desse cenário, cabe ao BC agir e ajustar o nível de aperto para permitir que a inflação retorne ao processo de convergência. **Valor:** Por que não começar o ciclo de uma forma mais agressiva, com uma alta de 0,5 ponto?
Guardado: No último Copom [Comitê de Política Monetária], a avaliação do comitê estava entre uma manutenção prolongada e iniciar um ciclo de aperto. E o cenário que se delineou de lá para cá não foi de deterioração extrema das condições, mas de deterioração adicional ao que o BC estava desenhando. Isso impede que o início do ciclo seja mais forte. Um passo muito grande agora pode levar a uma interpretação de que os próximos serão ainda maiores. Faz sentido, até com o BC nesse ‘pivot’ [virada], entregar um primeiro passo de 0,25 ponto, não só por ser compatível com a comunicação, mas também para observar como as variáveis se comportam após o primeiro aumento. É uma forma elegante de começar: com um passo menor e, então, acelerar para 0,5 ponto. **Valor:** E a Selic chega a quanto?
Guardado: Antecipamos um ciclo de 1,75 ponto, com a Selic indo para 12,25%, em uma trajetória que assume uma alta de 0,25 ponto agora; de 0,5 ponto em novembro e mais 0,5 ponto em dezembro. E aí, na virada do ano, com o BC já tendo avançado um pouco nesse processo, assumindo uma melhora das expectativas, com o modelo apontando uma retomada do processo de convergência da inflação, ele poderia desacelerar o ritmo para 0,25 ponto e ir tatean-

"Passo muito grande agora [de 0,5 ponto] pode levar a uma interpretação de que os próximos serão ainda maiores"
Fernanda Guardado



Fernanda Guardado: BC deve elevar a Selic em 0,25 ponto percentual neste mês e taxa deve chegar a 12,25%

do até encontrar o nível ótimo. Eu antecipo que ele poderia dar dois aumentos de 0,25 ponto em janeiro e em março, mas não descarto que, talvez, tenha de avançar mais. **Valor:** Então há um viés de alta na projeção para a Selic?
Guardado: Estou confortável com esse número do tamanho do ciclo, mas tem um viés mais de alta. **Valor:** E em relação à comunicação dos diretores desde a reunião?
Guardado: Acho que a sinalização do Roberto [Campos Neto, presidente do BC] reforça a percepção que também tenho de que o início do ciclo tem de ser um pouco mais cauteloso e isso vale tanto para ciclos de cortes quanto de aumento. Em termos de comunicação, sempre vai haver alguma diferença na avaliação de cenário entre os membros e é natural e desejável. Você não quer ter um comitê em que todo mundo pense unanimemente igual... O Gabriel [Galípolo, diretor de política monetária] expressou algumas avaliações que ele tinha, mas houve uma interpretação exagerada do que ele falou, que levou a uma precificação de até 0,5 ponto de aumento. Não acho isso compatível com os comentários que ele fez. Ele demonstrou preocupação, mas houve uma má interpretação com o que ele quis dizer. **Valor:** Vendo o seu cenário, em que a Selic vai para 12,25%, haveria uma reversão de praticamente metade do ciclo de cortes. O BC errou?
Guardado: A forma como a economia se comportou sugere que a taxa neutra de juros talvez seja um pouco mais alta do que aquela que

o BC projetava no início do ano. E é algo que pode acontecer na política monetária... É uma avaliação que se faz ao longo do tempo. Com o benefício da retrospectiva, temos observado que a economia seguiu muito forte, as expectativas não reancoraram... É um sinal de que um ajuste precisa ser feito agora. Houve decisões anteriores do BC que, de certa maneira, contribuíram para esse estado em que estamos agora, mas acho que o importante é agir para a frente e ter consciência de que o ajuste precisa ser feito. O BC é o gestor da inflação. Erros foram feitos, mas podemos evitá-los à frente. **Valor:** O ciclo projetado pelo BNP Paribas é suficiente para provocar uma convergência das expectativas de inflação para a meta?

Guardado: Existem algumas razões para a desancoragem das expectativas, mas, no fim do dia, o gestor delas é o BC e ele precisa agir de forma com que os analistas tenham confiança de que ele fará o necessário para levar a inflação prospectiva para 3%. E, se eles acreditam nisso e, de preferência, se a política fiscal estiver na mesma direção, as expectativas vão refletir isso. Se o BC mostrar determinação de reancorar essas expectativas e se a inflação corrente voltar para uma trajetória que demonstre estar caminhando, ainda que lentamente, para uma ancoragem, isso pode se refletir nas projeções. E também depende da política fiscal. Uma política fiscal que possa demonstrar que pretende ter cor-

tes de gastos e menos estímulos à economia certamente ajudaria o trabalho do BC neste momento. **Valor:** Quais suas projeções de inflação neste momento?
Guardado: Estamos em processo de revisão, mas projetamos 4% para este ano, com viés de alta, e 4% para 2025, mas com viés mais neutro. **Valor:** Estamos falando em alta de juros enquanto o Federal Reserve [banco central americano] está prestes a cortar nos EUA. Como vê esse descasamento?
Guardado: É verdade, o mundo viveu uma grande sincronia desde a pandemia e parece que esqueçamos como é estarmos diferentes. Mas esse é, um pouco, o estado normal das coisas. Vivemos um período de grande sincronia, mas não de coordenação. A partir do momento em que a economia se normalizou, cada país voltou a ficar sujeito a suas próprias idiossincrasias e é o que estamos observando agora. É normal, acontece... Não é incomum nosso ciclo estar descasado do americano, mas, sem dúvida, a [próxima] decisão do Fed vai tirar bastante incerteza da frente e pode beneficiar os emergentes. **Valor:** A senhora conviveu com Galípolo no BC. Qual sua expectativa para a gestão dele no comando da autoridade monetária?
Guardado: Convivemos durante seis meses. O Gabriel é muito fácil de trabalhar, é uma pessoa que escuta. Tem disponibilidade em discutir, em escutar as pessoas. É muito paciente e está disposto a ouvir outros pontos de vista. Vai ser um ótimo presidente do BC.

Senado decide sobre Galípolo após 1º turno

Julia Lindner, Caetano Tonet e Gabriel Shinohara
De Brasília

Em uma derrota para o governo, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou ontem que a análise da indicação de Gabriel Galípolo para o comando do Banco Central (BC) no plenário da Casa ocorrerá em 8 de outubro, só depois do primeiro turno das eleições municipais. “Há uma dificuldade no mês de setembro para reunirmos um maior quórum no plenário do Senado, tanto para deliberação de posições legislativas mais relevantes quanto para indicações dessa natureza”, alegou Pacheco. Minutos antes do comunicado, Pacheco esteve com o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), para bater o martelo sobre o tema. Na saída, embora a vontade do Palácio do Planalto não tenha prevalecido, Wagner comemorou o fato de “a novela ter chegado ao fim”. Após o entendimento, Pacheco encaminhou formalmente a mensagem com a indicação de Galípolo — atual diretor de política monetária do BC — à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo ele, caberá ao presidente do colegiado, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), definir a melhor data para a sabatina até 8 de outubro. “Quero destacar, sem fazer nenhum tipo de antecipação de discussão, do nosso reconhecimento sobre a boa qualidade do indicado, o qual conviveu conosco aqui inclusive discussões relevantes como da reforma tributária”, afirmou Pacheco, em referência ao período em que Galípolo foi secretário-executivo no Ministério da Fazenda. Ainda de acordo com o presidente do Senado, o prazo extra “dará tempo” para Galípolo ter a oportunidade de estar com todos os senadores “para apresentar seu pensamento sobre a política monetária, seus pensamentos para o Banco Central”. O governo queria concluir o processo até a próxima semana, dias antes das reuniões do Copom, que ocorrem nos dias 17 e 18 deste mês. Pacheco e seus aliados, como o senador Davi Alcolumbre (União-AP), não concordaram com essa possibilidade. Aliados do presidente do Senado consideram que a decisão visa colocar um “freio de arrumação” na relação entre o governo e o Legislativo. Gerou incômodo o fato de os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, terem anunciado haver acordo para a sabatina e deliberação ocorrerem neste mês. Ao falar sobre o acordo, Jaques Wagner disse que o nome de Galípolo “não cria aresta com ninguém”. Wagner afirmou que, se dependesse dele, a deliberação ocorreria antes das eleições, mas Pacheco ponderou que seria melhor depois e isso é “razoável”. Sobre as visitas do indicado aos senadores, Wagner defendeu que ele “tem percorrido vários gabinetes” e que pediu a Galípolo para se encontrar com todos. Até o momento, já foram contabilizadas 30 visitas no total. “Não é um nome tirado de uma cartola, porque ele está há um ano como diretor do Banco Central”, avaliou Wagner. Líder da oposição, Marcos Rogério (PL-RO) pediu para a data ficar em aberto, considerando que o mandato do atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, vai até dezembro. Pacheco, ignorou a solicitação.

256% do CDI no ano

Traga sua previdência para a excelência Safra.



Enquanto você constrói sua história, o fundo **Safra Previdência Internacional prepara seu futuro com 256% do CDI só em 2024.**

Investindo em fundos de previdência, você forma sua reserva financeira, prepara sua sucessão e ainda aproveita benefícios tributários.

Conheça alguns produtos:

 **SAFRA PREVIDÊNCIA INTERNACIONAL** | **256% DO CDI EM 2024**

Destaque do ano, é ideal para diversificação em renda variável global.

 **SAFRA PREVIDÊNCIA VITESSE** | **103,35% DO CDI EM 2024**

Renda fixa consistente para os clientes mais conservadores.

 **SAFRA PREVIDÊNCIA MAXWELL** | **136% DO CDI EM 2024**

Multimercado que utiliza modelos preditivos para buscar resultados.

 **SAFRA PREVIDÊNCIA JURO REAL**

Compra títulos públicos federais atrelados à inflação (IPCA).

Além de preparar o futuro, **traga sua previdência para o Safra e ganhe até R\$5,5 mil** com o Prevback Safra, o cashback da previdência privada do Safra.



Invista com o Safra.



Safra

QUEM SABE, SAFRA.



Para acessar as condições e o regulamento da Campanha Prevback Safra 2.0, acesse: <https://www.safra.com.br/lp/prevback-safra.htm>. Para participar da Campanha Campanha Prevback Safra 2.0 ("Campanha") o cliente deverá: (i) abrir e manter ativa a Conta Safra junto ao Safra; (ii) realizar portabilidade externa de entrada para um ou mais Planos de Previdência Elegíveis no Safra no valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) durante o Período da Campanha ("Portabilidade"); (iii) optar pela manutenção da Portabilidade junto ao Safra. O Participante terá o direito de receber 0,5% (cinco centésimos) do valor total da Portabilidade, limitado ao valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) em Cashback. Com a realização do protocolo do termo de portabilidade, o Cashback será pago respeitando os seguintes prazos: (i) entrada do recurso referente ao Plano de Previdência Elegível no Safra; e (ii) Prazo de Carência de 30 (trinta) dias corridos após a entrada do recurso no Safra. O recebimento da 1ª (primeira) parcela do Cashback pelo Participante ocorrerá no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao final do Prazo de Carência, diretamente na Conta Safra do Participante. Para os Participantes que também tenham participado da Campanha Prevback Safra do ano de 2023, o pagamento desta Campanha ocorrerá no mês subsequente ao pagamento do último cashback referente a Campanha Prevback Safra do ano de 2023. Consulte os "Planos de Previdência Elegíveis" em: <https://www.safra.com.br/lp/prevback-safra.htm>. Para saber essas e outras condições, consulte o Regulamento. Material de Divulgação do Fundo Safra Previdência Maxwell: 38.350.760/0001-00. Administrador: SAFRA SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA LTDA. Gestor: SAFRA WEALTH DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. Link para maiores informações: <https://www.safra.com.br/investimentos/fundos-de-investimentos/safra-prev-maxwell-fic-fi-mult.htm>. Material de Divulgação do Fundo Safra Previdência Vitesse: CNPJ 37.332.819/0001-66. Administrador: SAFRA SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA LTDA. Gestor: SAFRA WEALTH DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. Link para maiores informações: <https://www.safra.com.br/investimentos/fundos-de-investimentos/safra-prev-vitesse-fic-fi-rf-c.htm>. Material de Divulgação do Fundo Safra Previdência Internacional: 38.263.078/0001-71. Administrador e gestor: SAFRA WEALTH DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. Link para maiores informações: <https://www.safra.com.br/investimentos/fundos-de-investimentos/safra-prev-internacional-fic-ftm.htm>. Material de Divulgação do Fundo Safra Previdência Juro Real: 25.097.614/0001-64. Administrador e gestor: SAFRA WEALTH DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. Link para maiores informações: <https://www.safra.com.br/investimentos/fundos-de-investimentos/safra-prev-juro-real-vio-fi-rf-c.htm>. Este material tem conteúdo meramente informativo e não deve ser interpretado como indicação ou recomendação de investimento. OS INVESTIMENTOS APRESENTADOS PODEM NÃO SER ADEQUADOS AOS SEUS OBJETIVOS, SITUAÇÃO FINANCEIRA OU NECESSIDADES INDIVIDUAIS. O PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO SUITABILITY É ESSENCIAL PARA GARANTIR A ADEQUAÇÃO DO PERFIL DO CLIENTE AO PRODUTO DE INVESTIMENTO ESCOLHIDO. O Conglomerado Safra não será responsável por perdas ou lucros cessantes decorrentes da utilização deste material para quaisquer finalidades. Os Instrumentos aqui discutidos podem não ser adequados a todos os investidores. A decisão pelo tipo de investimento, serviço ou produto, bem como a análise e adequação do produto ao perfil de risco do cliente, é de responsabilidade exclusiva do cliente, razão pela qual o Conglomerado Safra aconselha fortemente que o investidor faça uma avaliação independente sobre as operações. LEIA O FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, A LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SE HOUVER, E O REGULAMENTO ANTES DE INVESTIR. O INVESTIMENTO EM FUNDOS NÃO É GARANTIDO PELO ADMINISTRADOR, PELO GESTOR, POR QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU PELO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO – FGC. DESCRIÇÃO DO TIPO ANBIMA DISPONÍVEL NO FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES. SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO: a. Comissão de Valores Mobiliários – CVM. b. Serviço de Atendimento ao Cidadão em www.cvm.gov.br. Os planos são comercializados pela Safra Vida e Previdência S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 30.902.174/0001-05 e estão disponíveis nas agências do Banco Safra S.A. Os fundos vinculados aos planos são destinados a receber aplicações, com exclusividade, de recursos das reservas técnicas relacionadas aos Planos Geradores de Benefícios Livre ("PGBL") e Vida Geradores de Benefícios Livre ("VGBL") destinados a proponentes de previdência privada aberta da Safra Vida e Previdência S.A., na qualidade de cotista exclusivo e investidor profissional, conforme definida na legislação da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP") e demais legislações nacionais vigentes e alterações posteriores. A aprovação dos planos pela SUSEP não implica, por parte da autarquia, incentivo ou recomendação a sua comercialização. Até o último dia útil do mês subsequente ao da contratação do plano de previdência (PGBL ou VGBL), o participante poderá optar entre o regime de tributação progressiva (tributação sujeita a ajustes na Declaração de Ajuste Anual) ou regressiva (tributação exclusiva na fonte, com alíquotas decrescentes que podem chegar a 10%), sendo a opção irrevogável, mesmo nas hipóteses de portabilidade de recursos e de transferência de participantes e respectivas reservas. Para mais informações procure um gerente Safra ou acesse o site: www.safraasset.com.br. Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e de Fala/SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor/Proteção de Dados: 0800 772 5755 – Atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana. Ouvidoria: caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito(a): 0800 770 1236. Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e de Fala: 0800 727 75 55. De 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados. Ou acesse: www.safra.com.br/atendimento/ouvidoria.

Finanças

Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 04/09/24					
Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IFM-M	1**	16.180,60126460	0,08	0,16	0,47
IFM-F	1***	20.514,6197590	0,44	0,48	2,87
IFM-B	Total	18.648,2625060	0,32	0,37	3,93
IMA-B	5****	9.435,4013960	0,18	0,22	5,11
IMA-B		11.457,3273000	0,36	-0,08	-1,27
IMA-B		10.060,6191090	0,29	0,05	3,55
IMA-S	Total	8.663,0372760	0,04	0,12	7,40
IMA-Geral	Total	8.331,6885010	0,17	0,16	4,80

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período					
Linhas - pessoa jurídica	21/08	20/08	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês
Capital de giro pré-aj. 365 dias - a.a.	34,32	32,97	33,44	29,63	31,48
Capital de giro pré-aj. 365 dias - a.a.	26,49	26,49	24,50	24,96	26,48
Conta garantida pré - a.a.	44,69	45,34	39,99	38,67	53,30
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,62	21,63	21,53	21,70	21,50
Vendedor pré - a.a.	15,88	17,42	17,29	15,28	15,74
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,73	16,73	16,46	16,30	16,69
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,05	19,19	19,08	18,30	17,21
Conta garantida pós - a.a.	24,90	25,15	24,88	24,76	24,75
ADC pós - a.a.	7,67	7,59	8,94	8,30	8,11
Factoring - a.m.	3,21	3,22	3,21	3,25	3,22

Fontes: Banco Central, Anfic e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano					
	04/09/24	03/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *					
Atual	-	5,3400	5,3500	5,3200	5,3100
1 mês	-	5,3414	5,3458	5,3465	5,3528
3 meses	-	5,3675	5,3683	5,3684	5,3638
6 meses	-	5,3953	5,3947	5,3951	5,3916
CSFR - empréstimos interbancários em euro **					
Atual	-	3,6630	3,6660	3,6540	3,6640
1 mês	-	3,6685	3,6692	3,6690	3,6681
3 meses	-	3,7100	3,7189	3,7145	3,7847
6 meses	-	3,8349	3,8398	3,8379	3,8714
1 ano	-	3,9124	3,9129	3,9130	3,9119
Eurobó ***					
1 mês	-	3,561	3,562	3,569	3,569
3 meses	-	3,458	3,505	3,490	3,584
6 meses	-	3,381	3,391	3,360	3,494
1 ano	-	3,113	3,119	3,088	3,328
Taxas referenciais no mercado norte-americano					
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Tbill (1 mês)	5,20	5,24	5,32	5,26	5,35
Tbill (3 meses)	5,08	5,04	5,10	5,09	5,20
Tbill (6 meses)	4,76	4,84	4,84	4,85	4,89
TNote (2 anos)	3,77	3,87	3,87	3,90	3,94
TNote (5 anos)	3,76	3,84	3,65	3,67	3,65
TNote (10 anos)	3,56	3,63	3,84	3,86	3,80
Tbond (30 anos)	4,06	4,12	4,13	4,08	4,30

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. *** Taxas da BBA e a taxa de referência da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %											
Renda Fixa	set/24*	ago/24	Mês jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	Ano* 12 meses**	Acumulado			
Selic	0,12	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,22	11,20			
CDI	0,12	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,22	11,20			
CDR (1)	0,73	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	6,81	8,99			
Poupança (2)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09			
Poupança (3)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09			
IFRR (6 meses)	0,37	0,66	1,34	-0,29	0,66	0,52	3,83	8,26			
IMA-B	0,05	0,52	2,09	-0,97	1,33	-1,61	1,55	5,20			
IMA-S	0,12	0,90	0,94	0,81	0,83	0,90	7,40	11,40			
Renda Variável											
Ibovespa	0,08	6,54	3,02	1,48	-3,04	-1,70	1,43	17,51			
Índice Small Cap	0,89	4,52	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	-8,88	-2,18			
IBX 50	-0,14	6,51	3,15	1,63	-3,11	-0,62	3,00	19,46			
IboE	1,36	5,98	2,84	1,10	-3,61	-6,02	-0,73	9,55			
IMO	5,86	4,19	4,12	1,56	-6,21	-1,56	-6,21	4,71			
IDIV	0,97	6,68	1,90	1,99	-0,99	-0,56	6,02	21,94			
IFRX	-0,24	0,85	0,53	-1,04	0,02	-0,77	2,23	5,63			
Dólar Plax (BC)	-0,36	-0,10	1,96	6,05	1,35	3,51	16,41	14,92			
Dólar Comercial (mercado)	0,13	-0,38	1,18	6,46	1,09	4,54	16,22	15,94			
Euro (B4) (4)	-0,18	2,08	2,82	0,73	2,89	2,37	16,70	17,26			
Euro Comercial (mercado) (4)	0,33	1,77	2,23	5,07	2,79	2,43	16,34	16,00			
Ouro (BC)	-0,68	3,19	5,98	5,97	2,87	7,18	40,59	48,11			
Infração											
IPCA (5)	-	0,04	0,38	0,21	0,46	0,38	2,91	4,30			
IGPM	-	0,29	0,61	0,61	0,68	0,31	2,00	4,26			

Fontes: Anbima, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 04/set. ** Até ago/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,04% para o mês de agosto

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 30/08/24											
	Patrimônio líquido	Rentabilidade nominal - em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R\$ milhões em 12 meses								
Categorias	R\$ milhões (1)	no dia no mês 2024	no dia no mês no ano								
Renda Fixa	3.671.986,43		-13.289,83	42.788,52	303.749,96	279.834,38					
RF Indexados (2)	144.908,18	0,04	0,62	4,07	7,73	-86,06	2.119,67	-11.791,54	-16.725,91		
RF Duração Baixa Soberano (2)	677.167,52	0,04	0,80	6,53	10,34	-11.579,89	13.126,09	26.555,67	24.958,22		
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	904.261,56	0,04	0,91	7,46	11,78	1.715,59	27.310,50	93.608,15	89.824,47		
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	192.939,29	0,04	0,05	7,53	11,85	344,89	5.787,62	83.147,60	87.093,32		
RF Duração Ultra Grau de Invest. (2)	169.946,56	-0,01	0,74	6,01	9,26	308,81	-1.067,59	-8.040,52	-6.938,47		
RF Duração Livre Soberano (2)	216.419,00	0,01	0,78	6,10	9,94	-1.532,22	-3.988,97	-15.380,22	-29.393,12		
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	668.723,13	0,02	0,87	6,69	10,68	-1.848,58	12.583,19	-19.133,72	-32.905,24		
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	405.825,74	-0,04	0,93	6,79	11,20	1.051,19	12.972,84	110.604,63	146.354,59		
Ações	647.196,59			-368,41	-1.987,93	2.199,05	45.035,62				
Ações Indexados (2)	10.838,42	0,00	6,54	1,35	11,13	91,00	59,58	178,72	-1.912,42		
Ações Índice Ativo (2)	30.401,17	0,04	5,76	-0,42	13,34	50,78	-1.843,57	-7.148,03	-45.759,93		
Ações Livre	234.431,56	0,04	4,67	1,56	13,23	-136,49	-1.603,11	-1.015,66	-5.323,18		
Fechados de Ações	124.648,16	-0,69	5,50	-4,37	0,05	0,00	-45,10	-1.996,62	-12.224,29		
Multimercados	1.613.388,20			-2.263,89	-40.078,35	-145.491,07	-278.892,08				
Multimercados Macro	135.428,88	-0,06	0,69	2,86	7,00	-113,11	-7.333,83	-44.055,60	-64.970,91		
Multimercados Invest. no Exterior (2)	628.604,48	0,30	1,33	6,26	10,86	-1.496,33	-6.651,42	-15.536,04	-73.615,07		
Multimercados Juros e Moedas	48.994,17	0,06	0,88	6,54	10,75	-140,73	-42,73	-9.990,45	-14.871,02		
Alternativos Invest. no Exterior (2)	718.059,30	0,05	0,75	1,78	12,75	-491,50	-26.270,05	-77.502,50	-122.112,52		
Cambial	6.659,55	0,45	0,76	20,87	20,95	61,87	-43,85	-437,21	-1.096,99		
Previdência	1.472.447,13			254,89	4.562,38	27.693,12	40.400,12				
ETF	43.467,51			-64,15	-1.019,20	-3.339,27	-2.967,66				
Dinâmico Tipos	2.063.920,16			-1.511,68	-10.572,82	82.262,80	100.310,93				
Total Fundos de Investimentos	7.455.446,42			-15.685,53	-4.306,27	184.175,19	82.382,38				
Total Fundos Estruturados (3)	1.752.339,77			-4.589,45	7.364,18	101.976,08	169.913,40				
Total Fundos Off Shore (4)	49.457,77										
Total Geral	9.251.243,96			-20.012,98	11.673,45	286.135,27	252.265,78				

Fontes: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exceto os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FIL, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos Imobiliários e Off Shore referentes ao mês de julho de 2024. Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a reificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período									
Taxas referenciais	04/09/24	03/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses			
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25			
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15			
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711			
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15			
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8279	0,8279	0,8675	0,8675	0,8675	0,9853			
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15			
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711			
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15			
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8279	0,8279	0,8675	0,8675	0,8675	0,9853			
CDI Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	10,80			
CDI Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8582			
CDI Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	12,49			
CDI Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9853			
Taxa de Juros de referência - B3									
T13 - 3 meses (em % ao ano)	10,78	10,81	10,75	10,77	10,46	12,56			
T16 - 6 meses (em % ao ano)	11,23	11,31	11,25	11,28	10,66	12,01			
Taxas referenciais de Swap - B3									
DI x Pré 30 - taxa efetiva ao ano	10,55	10,55	10,51	10,53	10,41	12,93			
DI x Pré 60 - taxa efetiva ao ano	10,64	10,65	10,61	10,63	10,43	12,78			
DI x Pré 90 - taxa efetiva ao ano	10,77	10,80	10,74	10,79	10,46	12,56			
DI x Pré 120 - taxa efetiva ao ano	10,93	10,98	10,91	10,98	10,52	12,38			
DI x Pré 180 - taxa efetiva ao ano	11,22	11,30	11,22	11,28	10,65	12,01			

Real digital Propostas aprovadas vão de ‘tokenização’ de transações de imóveis a aplicação de modelo ‘cripto’ para títulos do Tesouro

BC seleciona 13 casos de uso para nova etapa do Drex

Ricardo Bomfim
De São Paulo

O Banco Central divulgou os 13 casos de uso selecionados para serem testados na segunda fase do projeto piloto do Drex, iniciativa que busca a construção de uma infraestrutura em tecnologia de registro distribuído (DLT) para “tokenizar” o real e alguns tipos de ativos do sistema financeiro regulado. As instituições financeiras e empresas que participam dos 16 consórcios da iniciativa privada que atuam no desenvolvimento do Drex, além de terem submetido os temas para avaliação do BC, agora serão responsáveis por torná-los realidade.

Bruno Grossi, gerente de tecnologias emergentes do Banco Inter, explica que a instituição que teve seu caso de uso selecionado vai desenvolver a tecnologia para provar sua viabilidade dentro da blockchain permissionada da Hyperledger Besu, a rede DLT escolhida pela autoridade monetária para ser a base do Drex. Para isso, a solução não só precisa se sustentar, como deve ser compatível com o que foi feito até agora no piloto, em especial com as soluções de privacidade adotadas para “esconder” as transações realizadas por cada participante dentro da rede para que não haja violação da lei de sigilo bancário brasileira.

Depois disso, os casos de uso serão disponibilizados para que todos os consórcios os avaliem. “Cada um dos casos de uso será testado por todo mundo. A colaboração sempre será bem-vinda”, diz Grossi. Dos 13 temas selecionados, o Inter participará de três: cessão de recebíveis (atuando junto com o banco ABC), financiamento de operações de comércio internacional — trade finance (sozinho) e piscina de liquidez para negociação de títulos públicos (junto com banco ABC e a corretora de criptomoedas MB — Mercado Bitcoin).

“Cada um dos casos será testado por todo mundo. A colaboração sempre será bem-vinda”
Bruno Grossi

Foram 13 temas selecionados de um total de 42 propostas apresentadas pelos 16 consórcios. São eles: cessão de recebíveis, crédito colateralizado em CDB (Banco do Brasil, Bradesco e Itaú), crédito colateralizado em títulos públicos (Associação Brasileira de Bancos — ABBC, banco ABC e MB — Mercado Bitcoin), trade finance, otimização do mercado de câmbio (XP-Visa e Nubank), piscina de liquidez para negociação de títulos públicos, transação com CCBs (ABBC), transação com ativos do agronegócio (Tecban, MB e XP-Visa), transação com ativos em redes públicas (MB), transações com automóveis (B3, banco BV e Santander), transação com créditos e descarbonização (Santander), transações com debêntures (B3, BTG e Santander) e transações com imóveis (BB, Caixa e consórcio de cooperativas — SFCoop).

Em nota, o Bradesco afirmou que espera fazer sua primeira operação de empréstimo com a inclusão do Certificado de Depósito Bancário (CDB) como ativo tokenizado na rede do Drex no primeiro semestre de 2025. “O uso dos tokens irá simplificar e agilizar o processo de negociação e liquidação em operações de empréstimo com garantia para clientes pessoas físicas e jurídicas, permitindo que os ativos sejam operacionalizados pelo próprio cliente em produtos como crédito pessoal ou capital de giro”, informou o banco.

Já Rodrigo Mulinari, diretor de tecnologia do BB, destacou que a instituição teve dois casos de uso selecionados para a segunda fase do Drex. “É um reconhecimento de que o banco segue na vanguarda e trabalhando continuamente para oferecer as melhores soluções para os clientes e todos os cidadãos brasileiros”, afirma.

Chama a atenção que o MB, única empresa “criptonativa” liderando um consórcio do Drex, foi quem mais teve sugestões de casos de uso aceitas pelo BC, com quatro propostas diferentes, que irá desenvolver sozinho ou com outras instituições. “Estamos animados com a nossa na segunda fase do Piloto Drex, com diversos casos tendo sido aceitos”, afirma Fabricio Tota, diretor do MB. “A chamada ‘piscina de liquidez para negociação de títulos públicos’ é um dos que nos deixa mais entusiasmados, pois é perfeito para colocar

em prática o que já existe em blockchains abertas”, acrescenta.

As “piscinas de liquidez” no mundo dos criptoativos são ambientes nos quais usuários são remunerados por deixarem suas criptomoeas bloqueadas à disposição de alguma aplicação para a realização de “formação de mercado”. Para quem bloqueou a moeda digital, isso significa a possibilidade de rentabilizar o ativo, enquanto a ferramenta que os recebe ganha liquidez para funcionar. “A piscina de liquidez para título público é mais uma questão de abrir novas possibilidades de rentabilizar e gerar algum ganho com o título antes do vencimento”, diz Grossi, do Inter. “Desde o início, o BC deixou claro que escolheu uma DLT baseada compatível com a blockchain Ethereum

para explorar casos que já existem dentro do Ethereum”, lembra.

Em junho, o coordenador do Drex no BC, Fabio Araujo, afirmou que esta fase durará de 12 a 14 meses e terá como desafio o gerenciamento dos serviços que serão desenvolvidos dentro da rede. Apesar de ser uma segunda etapa, ela ocorre enquanto os participantes do piloto ainda estão testando as soluções de privacidade necessárias para que as transações do Drex não firam a lei de sigilo bancário.

A autoridade monetária também confirmou que ao longo do primeiro trimestre do ano que vem abrirá chamada para novos consórcios entrarem no projeto do Drex. Estes novos entrantes testarão a implementação de contratos inteligentes na rede do piloto até o fim do primeiro semestre de 2025.



Mulinari, do BB, vê reconhecimento com dois casos de uso selecionados

**Companhia Piratininga de Força e Luz**
CNPJ nº 04.172.213/0001-51 - NIRE 35.300.182.383 - Companhia Aberta


Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 3 de Setembro de 2024

Debêntures da Primeira Série ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série (inclusive), ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a próxima Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. s) Remuneração das Debêntures da Segunda Série: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou o saldo do Valor Nominal Unitário da Segunda Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa (spread) de 0,59% (cinquenta e nove centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Debêntures da Segunda Série” e, em conjunto com Remuneração das Debêntures da Primeira Série, “Remuneração”). A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série (inclusive), ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a próxima Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série. A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. t) Pagamento da Remuneração: Salvo na hipótese de vencimento antecipado nos termos da Escritura de Emissão, dos Resgates Antecipados Facultativos Totais, do resgate a ser previsto nas Cláusulas 4.11.1.5 e 4.11.2.5 da Escritura de Emissão, de Amortização Extraordinária Facultativa, da Amortização Facultativa com o cancelamento da totalidade das Debêntures, do resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, a Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga, trimestralmente, em dia e meses a serem previstos na Escritura de Emissão, a partir da Data de Emissão (cada uma, uma “Data de Pagamento da Remuneração”), conforme datas a serem indicadas na tabela a ser descrita na Escritura de Emissão. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas aqueles que for titular de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. u) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série: Salvo na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série, de resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, de resgate a ser previsto na Cláusula 4.11.1.5 da Escritura de Emissão, de Amortização Extraordinária Facultativa, de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou de Aquisição Facultativa, conforme a ser previsto na Escritura de Emissão, o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, será realizado, trimestralmente, conforme datas da tabela a ser descrita na Escritura de Emissão. v) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série: Salvo na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série, de resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, de resgate a ser previsto na Cláusula 4.11.1.5 da Escritura de Emissão, de Amortização Extraordinária Facultativa, de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou de Aquisição Facultativa, conforme a ser previsto na Escritura de Emissão, o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será realizado, trimestralmente, conforme datas da tabela a ser prevista na Escritura de Emissão. w) Repactuação: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. x) Resgates Antecipados Facultativos Totais: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir da data a ser fixada na Escritura de Emissão (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das (a) Debêntures da Primeira Série (“Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série”) e/ou (b) Debêntures da Segunda Série (“Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série” e, em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série, “Resgates Antecipados Facultativos Totais”). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto dos Resgates Antecipados Facultativos Totais será equivalente (i) ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso), acrescido (ii) da Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, até a Data de Pagamento da respectiva série, incluindo o pagamento da Remuneração da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento dos Resgates Antecipados Facultativos Totais; (iii) dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido) devidos e não pagos até a data do referido resgate (sendo o somatório dos itens “i” a “iii” acima, o “Valor Base do Resgate Antecipado Facultativo Total”); e (iv) de prêmio de resgate antecipado facultativo total, incidente sobre o Valor Base do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da respectiva série, equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, incidindo sobre o saldo remanescente das Debêntures da respectiva série na data dos Resgates Antecipados Facultativos Totais, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis calculada conforme fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. Os demais termos e condições dos Resgates Antecipados Facultativos Totais serão previstos na Escritura de Emissão. y) Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, endereçada a todos os Debenturistas da respectiva série, sem distinção, sendo imediatamente exigível a totalidade das Debêntures da respectiva série igualmente de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas. A oferta de resgate antecipado será operacionalizada conforme a ser previsto na Escritura de Emissão, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão (“Oferta de Resgate Antecipado”). Os demais termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado serão previstos na Escritura de Emissão. z) Vencimento Antecipado: Observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures e todas as obrigações a serem previstas na Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigíveis, a qualquer momento, a partir da Data de Emissão, o pagamento do respectivo Valor Nominal Unitário ou do respectivo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, na ocorrência das hipóteses a serem descritas na Escritura de Emissão, observados os eventuais prazos de cura e respectivos procedimentos, quando aplicáveis. aa) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo indenização no pagamento pela Companhia e/ou pela Garantidora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia e/ou pela Garantidora ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) à multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) à juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento (“Encargos Moratórios”). bb) Garantia Fidejussória: Em garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, incluindo Encargos Moratórios, decorrentes das Debêntures emitidas nos termos da Escritura de Emissão, a Garantidora outorga fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora de todos os valores devidos nos termos descritos na Escritura de Emissão. cc) Local de Pagamento: Os pagamentos devidos a quem fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela B3 para as respectivas Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. Caso as respectivas Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente junto à B3, os seus pagamentos serão realizados pelo Escriturador ou na sede da Companhia, se for o caso. dd) Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação a ser prevista e decorrente da Escritura de Emissão, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na cidade de São Paulo, estado de São Paulo ou na cidade de Campinas, estado de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Será considerado “Dia Útil” qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. ee) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia (“Aquisição Facultativa”). As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos aqui descritos, se e quando recolocadas no mercado, observadas as restrições de negociação previstas na Resolução CVM 160, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures. ff) Amortização Extraordinária Facultativa: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir da data a ser fixada na Escritura de Emissão (inclusive), realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures da respectiva série, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série (ou do saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva série, conforme o caso) (“Amortização Extraordinária Facultativa”), mediante prévia comunicação escrita com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data da pretendida Amortização Extraordinária Facultativa, nos termos descritos na Escritura de Emissão. gg) Desmembramento: Não será admitido desmembramento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e dos demais direitos conferidos aos Debenturistas, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. hh) Demais Características: As demais características das Debêntures e da Oferta encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão e nos demais documentos a elas pertinentes. (i) Autorizar a Diretoria da Companhia, e/ou seus procuradores, a praticar todos os atos necessários para a formalização e encerramento da presente Ata, incluindo, mas não se limitando a, (a) contratação dos Coordenadores e demais prestadores de serviço para realização da Oferta; e (b) negociação e celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e eventuais aditamentos a estes documentos, bem como quaisquer outros documentos necessários para realização da Oferta, dentre outras providências eventualmente necessárias; e (iii) Ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia, e/ou seus procuradores, com relação às deliberações ora aprovadas.

6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a Assembleia foi encerrada, sendo dela lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. O Sr. **Luis Henrique Ferreira Pinto**, Presidente da mesa e **Sra. Giovana Sartori Tchian**, Secretária. Acionista Presente: CPFL Energia S.A., representada pelos Srs. **Luis Henrique Ferreira Pinto** e **Flávio Henrique Ribeiro**, Campinas, 3 de setembro de 2024. Certificado que a presente é cópia fiel do original, lavrado no livro de Registro de Atas de Assembleia Geral. **Luis Henrique Ferreira Pinto** - Presidente; **Giovana Sartori Tchian** - Secretária.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 05/2024 - FFLCPR
PROCESSO SEI Nº: 154.000496/2024-55

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – (UASG 102147), torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** sob Nº: 05/2024 - FFLCPR, do tipo menor preço, cujo objeto é **aquisição de GÁS HÉLIO LÍQUIDO (de alta pureza)**, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o **dia 09/09/2024**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 06/09/2024, às 08h00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “**compras.gov.br**” através do site **www.compras.gov.br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 06/09/2024, no PNCF, https://pncf.gov.br/app/editais** conforme Art. 54 da Lei 14.133/21, e no seguinte endereço eletrônico: **https://portalservicos.usp.br/contratacoes**.

**BRF S.A.**
Companhia Aberta de capital Autorizado
CNPJ 01.838.723/0001-27 - NIRE 42.300.034.240 - CVM 1629-2

Extrato da Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração Realizada em 14 de Agosto de 2024

1. Data, Horário e Local: Realizada no dia 14 de agosto de 2024, às 14h, no escritório da BRF S.A. (“Companhia”), localizado na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 25º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04794-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e por videoconferência. **2. Convocação e Presenças:** Convocação devidamente realizada nos termos do artigo 21 do Estatuto Social da Companhia com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, quais sejam: o Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos, Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, Sr. Sergio Agapito Lires Rial, Sr. Marcos Fernando Margal dos Santos, Sra. Flávia Maria Bittencourt, Sr. Augusto Marques da Cruz Filho, Sr. Eduardo Augusto Rocha Poccetti, Sr. Márcio Hamilton Ferreira e Sr. Pedro de Camargo Neto. Compareceram como convidados, considerando os temas constantes da Ordem do Dia, os Srs. Miguel de Souza Gualarte, Diretor Presidente Global da Companhia, e Fabio Luis Mendes Mariano, Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, além dos Srs. Octavio Zampirolo, Ricardo Akira e André Barbosa, sócios da Grant Thornton Auditores Independentes (“Grant Thornton”). **3. Composição da Mesa:** Pre-sidente, Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos, Secretário: Sr. Bruno Machado Feria. **4. Ordem do Dia:** (i) Análise e aprovação das Informações Financeiras Trimestrais da Companhia referentes ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2024 (“2º TTR/2024”); (ii) Análise e aprovação do Aditamento do Programa de Recomp. de Ações vigente da Companhia (“Programa de Recomp. de Ações”); e (iii) Análise e aprovação da celebração de Contratos de Indenidade com Diretor Presidente Global e com Diretores Vice-Presidentes. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário e deliberaram, após examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, o que segue: **5.1.** Com relação ao item “(i)” da Ordem do Dia, os Srs. Conselheiros, por unanimidade dos presentes e sem quaisquer ressalvas ou restrições, em conformidade com a recomendação do Comitê de Auditoria e Integridade, e considerando, ainda, a ciência do Conselho Fiscal da Companhia, aprovaram o 2º TTR/2024, acompanhado do Relatório da Administração, das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes. **5.2.** Com relação ao item “(ii)” da Ordem do Dia, os Srs. Conselheiros, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições, observadas as disposições da Resolução CVM Nº 77/2022, na fonna do Inciso XI do artigo 23 do Estatuto Social, aprovaram o Aditamento do Programa de Recomp. de Ações, cujas informações encontram-se especificadas no Anexo I desta ata, nos termos do Anexo G da Resolução CVM nº 80/2022. **5.3.** Com relação ao item “(iii)” da Ordem do Dia, os Srs. Conselheiros, considerando a recomendação favorável do Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura, aprovaram a celebração de Contratos de Indenidade com os seguintes Diretores Estatutários, os quais ainda não haviam firmado tais contratos: Srs. Miguel de Souza Gualarte, Artemio Listoni, F. abio Duarte Stumpf, Fabio Luis Mendes Mariano e Manoel Reinaldo Manzano Martins Junior, e ainda Igor Fonseca Marti. **6. Documentos Arquivados na Companhia:** Ficam arquivados na sede da Companhia os documentos que respaldam as deliberações tomadas pelos membros do Conselho de Administração ou que estejam relacionados às informações prestadas durante a reunião. **7. Encanamento:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo a presente Ata lavrada por meio de processamento eletrônico, a qual depois de lida e aprovada foi assinada por todos os Conselheiros presentes. *Certifico ser o extrato acima transcrição fiel de trecho da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Conselho de Administração da Companhia. São Paulo, 14 de agosto de 2024. Bruno Machado Feria - Secretário.* Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - Certifico o Registro em 03/09/2024. Arquivamento 20242482651. Protocolo nº 242482651 de 03/09/2024. Luciano Leite Kowalski - Secretário Geral.



CPFL Geração de Energia S.A.

CNPJ nº 03.953.509/0001-47 - NIRE 35.300.179.595 - Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 3 de Setembro de 2024

1. Data, Horário e Local: Realizada em 3 (três) de setembro de 2024, às 10:40 (dez horas e quarenta minutos), na sede social da CPFL Geração de Energia S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Campinas, estado de São Paulo, na Rua João de Deus, nº 1.632, Parte, Bairro Jardim Professora Tarcília, CEP 13.087-397. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, § 4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), em vista da presença da acionista CPFL Energia S.A., representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. **Karin Regina Luchesi** e a Sra. **Giovana Sartori Tchian**, como secretária. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (I) a realização, pela Companhia, de sua 13ª (décima terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirogratária, com garantia fidejussória, no valor total de R\$ 482.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e dois milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública, sob o rito de registro automático, sem análise prévia, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); (II) a autorização expressa para que a Diretoria da Companhia, e/ou seus procuradores, pratique todos os atos necessários para a formalização e efetivação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando a, (a) contratação das instituições intermediárias da Oferta e demais prestadores de serviço para realização da Emissão e da Oferta; e (b) negociação e celebração da Escritura de Emissão (conforme abaixo definido), do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido) e eventuais aditamentos a estes documentos, bem como quaisquer outros documentos necessários para realização da Oferta, dentre outras providências eventualmente necessárias; e (III) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia, e/ou seus procuradores, com relação às deliberações acima. **5. Deliberações:** Por unanimidade de votos dos presentes, sem quaisquer restrições, após debates e discussões, a acionista da Companhia resolve: (I) Aprovar, conforme atribuições previstas no artigo 7º, do Estatuto Social da Companhia, a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características principais: a) Número da Emissão: A Emissão constituirá a 13ª (décima terceira) emissão de debêntures da Companhia. b) Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R\$ 482.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e dois milhões de reais) na Data de Emissão. c) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será aquela fixada no "Instrumento Particular de Escritura da 13ª (décima terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirogratária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da CPFL Geração de Energia S.A." a ser celebrado entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas ("Agente Fiduciário"), e a CPFL Energia S.A., na qualidade de fiadora ("Data de Emissão", "Escritura de Emissão" e "Garantidora", respectivamente). d) Séries: A Emissão será realizada em série única. e) Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"). f) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, conforme será informada no anúncio de início de distribuição, a ser divulgado nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, sendo que as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, na data da primeira subscrição e integralização das Debêntures, de acordo com as normas aplicáveis à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3" e "Data da Primeira Integralização", respectivamente). Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data da Primeira Integralização, a integralização deverá considerar o Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização, até a data de sua efetiva integralização. As Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas com deságio no ato de subscrição das Debêntures, em cada data de integralização, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures integralizadas em uma mesma data. O deságio poderá ser aplicado pelos Coordenadores em condições objetivas de mercado, incluindo, mas não se limitando a: (i) alteração na taxa SELIC; (ii) alteração na remuneração dos títulos do tesouro nacional; (iii) alteração na Taxa DI (conforme a ser definido na Escritura de Emissão), ou (iv) alteração material nas taxas indicativas de negociação de títulos de renda fixa (debêntures, certificados de recebíveis imobiliários, certificados de recebíveis do agronegócio e outros) divulgadas pela ANBIMA. g) Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 482.000 (quatrocentos e oitenta e duas mil) Debêntures. h) Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Debêntures: As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme abaixo definido) e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3 será expedido extrato em nome do debenturista (cada um "Debenturista" e no plural "Debenturistas"), que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. i) Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. j) Espécie: As Debêntures serão da espécie quirogratária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. k) Prazo e Data de Vencimento: Observado o que será disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data de vencimento das Debêntures a ser fixada na Escritura de Emissão, sendo certo que estão ressalvadas as hipóteses do resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, do resgate a ser previsto na Cláusula 4.1.1.1.5 da Escritura de Emissão, do Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido), da Aquisição Facultativa (conforme abaixo definido) com o cancelamento da totalidade das Debêntures ou de vencimento antecipado das Debêntures, conforme será previsto na Escritura de Emissão, se for o caso. l) Destinação dos Recursos: Os recursos oriundos da captação das Debêntures serão utilizados para reforço de capital de giro da Companhia. m) Banco Liquidante e Escriturador: O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, CEP 04.344-902, inscrita no CNPJ sob o nº 80.701.190/0001-64, atuará como banco liquidante das Debêntures ("Banco Liquidante", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder ao Banco Liquidante na prestação dos serviços de banco liquidante previstos na Escritura de Emissão). O escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, CEP 04.538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder ao Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures). n) Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica: As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; (ii) observado o disposto na Escritura de Emissão, negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações e os eventos de pagamento liquidados financeiramente por meio da B3; e (iii) custódia eletrônica na B3. Não obstante o descrito acima, as Debêntures poderão ser livremente negociadas entre Investidores Profissionais, (ii) ser negociadas no mercado secundário entre investidores qualificados, assim definidos nos termos dos artigos 12 e 13 da Resolução CVM 30, somente após decorridos 6 (seis) meses da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea "a" da Resolução CVM 160; e (iii) ser negociadas no mercado secundário entre o público em geral, somente após decorrido 1 (um) ano da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea "b", da Resolução CVM 160. o) Colocação e Plano de Distribuição: As Debêntures serão objeto de oferta pública, em rito de registro automático, sem análise prévia, destinada exclusivamente para Investidores Profissionais, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários responsáveis pela distribuição das Debêntures ("Coordenadores", sendo a instituição financeira intermediária líder denominada "Coordenador Líder"), de forma individual e não solidária, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirogratária, com Garantia Fidejussória, em Rito de Registro Automático, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 13ª (décima terceira) Emissão da CPFL Geração de Energia S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, a Garantidora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"). p) Distribuição Parcial: Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures objeto da Oferta. q) Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente. r) Remuneração das Debêntures: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros em um dia, "*over extragrup*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela

B3, no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa (*spread*) de 0,59% (cinquenta e nove centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a Data de Início da Rentabilidade (inclusive), ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a próxima Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures. A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. s) Pagamento da Remuneração: Salvo na hipótese de vencimento antecipado nos termos da Escritura de Emissão, do Resgate Antecipado Facultativo Total, do resgate a ser previsto na Cláusula 4.1.1.1.5 da Escritura de Emissão, de Amortização Extraordinária Facultativa, da Aquisição Facultativa com o cancelamento da totalidade das Debêntures, do resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, a Remuneração das Debêntures será paga, trimestralmente, em dia e meses a serem previstos na Escritura de Emissão, a partir da Data de Emissão (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), conforme datas a serem indicadas na tabela a ser descrita na Escritura de Emissão. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas aquele que for titular de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. t) Amortização: Salvo na hipótese de Amortização Extraordinária Facultativa, da Aquisição Facultativa com o cancelamento da totalidade das Debêntures, do resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, a Remuneração das Debêntures será paga, trimestralmente, em dia e meses a serem previstos na Escritura de Emissão, a partir da Data de Emissão (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), conforme datas a serem indicadas na tabela a ser descrita na Escritura de Emissão. u) Repactuação: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. v) Resgate Antecipado Facultativo Total: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigesimo quinto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir da data a ser fixada na Escritura de Emissão (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente (i) ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido (ii) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização ou desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total (iii) dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido) devidos e não pagos até a data do referido resgate (sendo o somatório dos itens "i" a "iii" acima, o "Valor Base do Resgate Antecipado Facultativo Total") e (iv) de prêmio de resgate antecipado facultativo total, incidente sobre o Valor Base do Resgate Antecipado Facultativo Total, equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures na data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis calculada conforme fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. w) Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado aos Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas. A oferta de resgate antecipado será operacionalizada conforme a ser previsto na Escritura de Emissão, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado"). Os demais termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado serão previstos na Escritura de Emissão. x) Vencimento antecipado: Os pagamentos a serem realizados pela Companhia nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, nas hipóteses das hipóteses a serem descritas na Escritura de Emissão, observados os eventuais prazos de cura e respectivos procedimentos, quando aplicáveis. y) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo imputabilidade no pagamento pela Companhia e/ou pela Garantidora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia e/ou pela Garantidora ficarão, conforme o caso, o pagamento de juros de mora, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo dos Encargos Moratórios, irredutíveis e não compensáveis, de 2% (dois por cento) ao mês, acrescidos da taxa de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo, no entanto, se a aquisição for realizada de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Ser considerado "Dia

Litígio Ação contesta ato que impediu cooperativa de votar em troca de gestão de fundo em assembleia Unimed Vitória obtém decisão contra CVM

Adriana Cotias
De São Paulo

A Unimed Vitória (ES) obteve na Justiça Federal do Espírito Santo um mandado de segurança contra a Superintendência de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A decisão contesta atuação monocrática da autarquia na interpretação de existência de conflito e determina a suspensão do ato. Dessa forma, pede para anular efeitos das assembleias de cotistas que aprovaram a mudança de gestão de fundos da Vanquish para a ARM Capital, no fim de julho.

Numa manifestação paralela, a Unimed Vitória afirmou que pretende reconhecer nos seus resultados do terceiro trimestre o valor de R\$ 146 milhões em perdas relacionadas à exposição que tinha em fundos de investimentos da Vanquish.

A cooperativa médica é uma das maiores investidoras de carteiras problemáticas herdadas da Infinity Asset pela Vanquish. Em ofício de fevereiro, a CVM manifestou haver situação de conflito

de interesse pela concentração de participação e recomendou que a operadora não votasse nas assembleias, posição acatada pela administradora, a RJ1 Corretora. O entendimento foi estendido para o encontro de julho, que teve como desfecho a transferência dos fundos para a ARM.

Desde o início das discussões de troca de gestão, a Unimed Vitória tem defendido a manutenção da Vanquish à frente dos fundos, na contramão de outras regionais da cooperativa médica. O argumento é o de que a gestão apresentou garantia da contraparte que não honrou os créditos em carteiras da Infinity em que investiu originalmente. As obrigações são da ICP Ventures, parte relacionada de David Fernandez, fundador da Infinity. Conforme relato da administradora em uma das assembleias do ano passado, ele representaria um grupo estrangeiro.

A ARM Capital assumiu a gestão dos fundos no dia 15, mas não teve acesso à documentação relativa à suposta garantia, que estaria “sob sigilo”, afirma um interlocutor a par do caso. Mas como aos

olhos da regulação a Vanquish não é mais a gestora, seria praxe compartilhar todo o histórico.

A ação da Unimed, ajuizada na 4ª Vara Federal Cível de Vitória, só aciona a CVM, sem citar os fundos, a ARM Capital ou a RJ1. Segundo explica um advogado que leu a peça, o mandado de segurança não se aplicaria ao caso, porque em geral isso é feito contra desvios de funcionários públicos. “Quem faz assembleia são os cotistas, deveria ter entrado contra o fundo e contra o administrador, parece ter sido uma manobra para conseguir a decisão favorável”, diz. E como os investidores é que são donos das cotas, a CVM também não teria poder para cancelar a assembleia.

Em nota ao **Valor**, a CVM informou que não foi formalmente intimada da decisão em questão. “Tão

R\$ 146 milhões é a perda que entidade informou que vai reconhecer

logo isso ocorra, por intermédio de sua Procuradoria Federal Especializada (PFE/CVM), tomará as medidas cabíveis. A autarquia não comenta casos específicos.”

Procurada, a RJ1 disse quem nem a administradora nem os fundos foram intimados. A ARM Capital e a Vanquish não se manifestaram.

Em nota, a Unimed Vitória escreveu que “não comenta processos judiciais em andamento” e que “todas as questões relacionadas ao fundo Infinity/Vanquish estão sendo tratadas nas esferas competentes”.

Em outra resposta, a cooperativa afirmou que vai reconhecer um prejuízo de R\$ 146 milhões com os fundos. Conforme escreveu Fabiano Pimentel, presidente da cooperativa médica, “apesar do impacto negativo causado pela gestão anterior, a Unimed Vitória segue firme e sólida”. Na sua rede, a regional atende cerca de 420 mil clientes.

O texto traz que ao assumir a gestão, em 28 de março de 2023, a diretoria atual “se deparou com vários problemas gerados por decisões equivocadas de administrações anteriores”. E reafirma o

seu “compromisso com a integridade financeira da cooperativa e com o uso de todos os esforços necessários para recuperar os valores perdidos, inclusive, se necessário, adotando as medidas legais cabíveis”. “A cooperativa está determinada a agir de maneira firme e decisiva”, acrescenta.

Nas demonstrações financeiras relativas a 2023, a Unimed Vitória já tinha feito uma provisão de R\$ 144,9 milhões referentes às contas patrimoniais dos fundos da Vanquish. Em contrapartida, fez o lançamento de um “direito creditório” a receber no mesmo valor, com base num parecer de assessor jurídico que afirmou “ser provável a liquidação dos valores devidos pela contraparte”, conforme escreveu a WH Auditores e Consultores em ênfase anexa ao documento. A garantia apresentada seria da ordem de US\$ 100 milhões. O plano previa o pagamento em 12 de fevereiro, o que não ocorreu.

Das notas explicativas se extrai que a Vanquish firmou num aditivo um “contrato de financiamento de projetos” entre a contraparte e um investidor es-

trangeiro, de €125 milhões, que seriam disponibilizados em três tranches para os cotistas.

Na sua manifestação, a WH escreveu que os fundos não foram remarcados a valor de mercado após o instrumento particular de contrato de cessão de direito creditório em garantia, originalmente assinado em 19 de julho de 2023, entre ICP Ventures e BR Ltda e os fundos de investimentos da Vanquish. A auditoria afirmou ainda que não teve acesso aos documentos nem ao aditivo “em função de sigilo requerido pela contraparte”.

Pela lei que disciplina as cooperativas, prejuízos no decorrer de um determinado exercício são cobertos pelo fundo de reserva e, quando esse valor é insuficiente, o rombo deve ser rateado entre os seus associados. No limite, os médicos cooperados é que seriam chamados para cobrir os prejuízos.

De acordo com a assessoria de imprensa da Unimed Vitória, mesmo reconhecendo as perdas, haveria um resultado operacional positivo da ordem de R\$ 20 milhões.

ETF de solana da Hashdex estreia na B3 com ‘staking’

Ricardo Bomfim
De São Paulo

Começa a operar hoje na B3 o fundo negociado em bolsa (ETF, na sigla em inglês) de solana da Hashdex, aprovado na semana passada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O SOLH11 será o sétimo ETF da gestora e acompanhará o índice Nasdaq Solana Reference Rate para oferecer exposição à moeda digital.

O lançamento uma semana após a QR Asset listar seu QSOL11 na bolsa brasileira. Os dois ETFs são pioneiros no mundo. Nos EUA, as gestoras VanEck e 21Shares já fizeram pedidos de registro de ETFs de solana na SEC, a CVM americana, mas especialistas globais veem pouca probabilidade de os produtos serem aprovados antes de 2025.

De acordo com Samir Kerbage, CIO da Hashdex, o ETF foi criado para compor a prateleira de fundos monoativos da gestora, e tem como foco investidores sofisticados que querem montar suas próprias carteiras de criptoativos dentro do ambiente da B3. “Miramos principalmente os institucionais, porque a resolução CVM 175 limitou a exposição de fun-

dos em até 10% se forem investir em criptoativos diretamente, mas liberou a alocação em até 100% para ETFs de criptoativos.”

Na opinião de Kerbage, para muitos gestores que têm fundos com criptoativos ou que querem ter alocação nesse tipo de investimento, o ETF acaba sendo o melhor veículo de exposição. O SOLH11 ainda terá um mecanismo de “staking”, que tem sido evitado pelas gestoras de criptoativos internacionais em razão de problemas que algumas companhias já tiveram com a SEC. No staking, o investidor deixa parte de suas criptomoedas bloqueadas em determinada aplicação ou rede blockchain em troca de uma rentabilidade proporcio-

No ‘staking’, o investidor deixa parte de suas criptomoedas bloqueadas em troca de uma rentabilidade

nal ao tempo e à quantidade de moedas digitais que deixar paradas. Na prática, é como a taxa de juros que o investidor recebe ao aplicar em renda fixa.

“A SEC disse que as exchanges que oferecem staking para usuários finais estão provendo serviço de contrato de investimento. No nosso caso, já somos um gestor regulado e oferecemos um serviço de gestão de carteiras. O staking é quase um dever fiduciário que temos ali dentro do ativo”, diz. Ele conta que o staking é feito por meio da estrutura offshore que a gestora tem nas Bermudas e a rentabilidade é espelhada para o Brasil nos ETFs. Fundos da Hashdex como HASH11 e o ETHE11 já apresentam essa funcionalidade.

A escolha da solana, diz Kerbage, faz sentido considerando que já se tornou o terceiro ativo preferido da maioria dos investidores de criptomoedas, sendo o “token” de uma blockchain testada no tempo e que já superou diversos percalços desde sua criação. “A rede se manteve ao longo do ano passado, a inovação aumentou. É um projeto experimental, mas tem uma tese de investimento muito forte, que pode ser complementar ao Ethereum”, diz. “O



Samir Kerbage: foco em investidores institucionais que querem montar suas próprias carteiras de criptoativos

Ethereum é uma rede mais descentralizada, cuja escalabilidade é feita por meio de segundas camadas, enquanto a solana é uma solução já pronta para processar várias transações por segundo.”

Kerbage diz ver como normal o

aumento da competição no setor de produtos regulados de investimento em criptomoedas, representado pela Hashdex e estrangeiras como a BlackRock, que já oferece recibos de ativos americanos (BDRs) de ETFs de bitcoin e ether

(ETH) na B3. “A concorrência é algo saudável, vai dar mais opções para os investidores. Seria muito estranho se a gente estivesse sozinho nesse mercado para sempre. Ter mais players significa que o mercado está se desenvolvendo”, afirma.

‘Chegou a hora de ajustar a política monetária’

Palavra do gestor



Alexandre Póvoa

Essa frase abriu o discurso de Jerome Powell, presidente do Fed, no evento anual de Jackson Hole. Mais direto, impossível. O mundo esperava, desde o fim do ano passado, essa indicação de queda de juros nos EUA. A inflação americana teimava em circundar os 3% ao ano (agora em ritmo decrescente), acima do objetivo informal de 2% ao ano. Além disso, a atividade continuava pressionada, com taxa de desemprego próxima a 4%. Pairavam sempre as dúvidas.

Quando o aquecimento irá parar de impactar sobretudo a inflação de serviços? Teremos um “pouso forçado”, “suave” ou um “não pouso” da economia?

Mas os mercados são ciclotímicos, passam da euforia à depressão (e vice-versa) rapidamente. O medo da recessão emergiu com um “payroll” mais fraco, indicadores econômicos (os ISMs como exemplo) para baixo e resultados trimestrais piores (sobretudo de empresas de tecnologia), trazendo um começo de pânico aos investidores, sobretudo a partir da constatação de que Europa e China não contribuem como antes para o crescimento mundial. A

pergunta: Será que o Fed ficou “atrás da curva” e a economia do EUA enfrentará um tombo?

Dados recentes, porém, reduziram um pouco esse temor. Depois das declarações de Powell, o mercado passou a precificar 75% de chances de um corte de 0,25 ponto percentual e 25% para uma redução de 0,5 ponto na próxima reunião. Pouco provável que o Fed seja tão agressivo, deve decidir por 0,25 ponto de queda. O Banco Central Europeu e o da Inglaterra também devem continuar o afrouxamento.

Interessante que, enquanto se questiona a autonomia do Banco Central no Brasil, o Fed irá reduzir juros seis semanas antes da eleição presidencial nos EUA. É o ciclo econômico se negando a se ajustar ao ciclo político. Como seria isso interpretado por aqui?

No Brasil, o IPCA, em todas as janelas de tempo, está correndo acima da meta: corrente de 12 meses atingindo 4,5% (inflação de serviços como destaque negativo); expectativa no Focus para 2024 em 4,26%; para 2025 em 3,92%; e para 2026 em 3,60%. No último Relatório de Inflação, o modelo do BC indicava IPCA de 3,2% ao ano no horizonte

relevante (com a Selic mantida constante em 10,5% ao ano).

Não bastassem a inflação corrente elevada e a desancoragem das expectativas, a atividade vem surpreendendo para cima, com o mercado de trabalho firme (Caged criando 200 mil empregos por mês e taxa de desemprego em 6,2%), estímulo fiscal com programas de transferência de renda, pagamento de precatórios e melhora em crédito. Tudo isso leva a projeção do PIB a já rodar 3% ao ano em 2024 (alta importante pelo quarto ano consecutivo).

Inflação fora da meta em qualquer horizonte, economia aquecida e riscos assimétricos. No livro-texto do sistema de metas, tal quadro receita uma alta de juros. Para completar, discursos recentes de membros do BC, de que “os juros terão que subir, se assim for necessário”, completam o quadro de preparação para um aperto de política monetária. Seria contraproducente a teoria de que o “BC fala grosso para não ter que fazer”. Essa estratégia poderia virar um tiro pela culatra no futuro.

Leio muitos economistas escreverem que “não é uma questão de se ganhar

credibilidade”. Discordo. Estamos em um país em que a política fiscal, se não é deletéria, caracteriza-se pela péssima qualidade dos gastos. Sobre a política monetária, e qualquer desconfiança gera pressão no real, o que só realmente a inflação. O próprio BC reconheceu um “pass-through” no câmbio de 9%. Além disso, ficou na memória aquele placar de 5 x 4 no Copom de maio.

A indicação do nome de Gabriel Galípolo para a presidência do BC e o “timing” foram corretos. Resta o Copom fazer o seu trabalho. Isso certamente derrubará os juros longos, que é a variável que mais importa para a atividade econômica.

Quem acredita em um processo de valorização do real se esquece que as operações de “carry trade” usando o iene japonês foram maciçamente realizadas nas últimas décadas. É otimista achar que o processo de reversão já se encerrou em apenas seis meses. Trata-se de uma pressão constante. O espasmo de apreciação recente ocorreu exatamente pela confiança na elevação da Selic. Se o BC não subir o juro já, a situação do câmbio

tende a piorar novamente, mesmo com intervenções.

O argumento político — “subir juros seria ruim para o governo” — cai por terra com a constatação de que, com o IPCA controlado, a Selic poderia voltar a cair no meio de 2025, beneficiando o ciclo de eleição de 2026.

“Chegou a hora de ajustar a política monetária” — a frase de Powell serve para o Brasil também. A meta de inflação determinada pelo Conselho Monetário Nacional é de 3% ao ano. Não existe centro da meta, existe meta. Cabe ao BC usar os instrumentos que controla para cumpri-la. O Copom deve iniciar um curto ciclo de aperto, subindo a Selic em 0,25 ponto. Isso será benéfico para os mercados e para o Brasil, com o real e a bolsa reagindo positivamente.

Alexandre Póvoa é estrategista da Meta Asset Management
E-mail
alexandre.povoaa@metaam.com.br

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.



Tributário Foi formada maioria a favor de lei federal que obriga o repasse de valores a consumidores Placar no STF em julgamento sobre devolução de tributo é desfavorável às distribuidoras de energia

Flávia Maia e Laura Ignácio
De Brasília e São Paulo

As distribuidoras de energia elétrica estão perdendo no Supremo Tribunal Federal (STF) um julgamento de impacto bilionário. Foi formada ontem maioria de votos para declarar a constitucionalidade de dispositivo de lei federal que obriga a devolução aos consumidores dos valores de tributos recolhidos a maior pelas empresas. A sessão foi interrompida por pedido de vista do ministro Dias Toffoli.

A discussão tem como cenário o julgamento da “tese do século”. A alteração legislativa veio em 2022, após a modulação da decisão que excluiu o ICMS do cálculo do PIS e da Cofins, realizada um ano antes pelo STF. A Lei nº 14.385/2022 obrigou as concessionárias a devolverem aos consumidores o que foi pago a maior, uma conta de R\$ 50,1 bilhões, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Os ministros analisam a questão por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7324, proposta pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). A entidade questiona o artigo 1º da lei de 2022, que disciplina a devolução de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Enquanto o STF não finaliza a ação, as distribuidoras estão repassando aos consumidores os valores recolhidos quando o ICMS fazia parte da base de cálculo do PIS e da Cofins. De acordo com dados do setor, cerca de 80% das compensações já foram feitas.

O tamanho dessa conta vai depender também do prazo de prescrição aplicado pelos ministros — o tempo de ressarcimento a que os contribuintes teriam direito. Nesse ponto, porém, ainda não há consenso. Estão na mesa



Maioria seguiu ontem o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes, no julgamento de ação ajuizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica

duas propostas: de 5 e 10 anos.

O julgamento da ação começou no Plenário Virtual, em novembro do ano passado. Mas foi interrompido por um pedido de destaque do ministro Luiz Fux, o que levou a questão para sessão presencial.

Ontem, o relator, ministro Alexandre de Moraes, manteve o seu voto, contrário ao pleito das concessionárias. Ele entendeu que a matéria é administrativa e não tributária. Um dos principais argumentos de Moraes é que a lei atacada pela Abradee pretende ajustar uma política tarifária, portanto, cabe ao ente administrativo regular o tema. No caso, a Aneel.

Moraes refutou vício formal e a necessidade de lei complementar. Para ele, a questão dos reflexos tributários na política tarifária é intrínseca aos regimes de concessão e permissão de serviço público.

No entendimento do ministro, não há ofensa à coisa julgada. Ele pontuou que a lei estabelece que, na distribuição, a Aneel deve levar em consideração a preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

As empresas, destacou o relator em seu voto, “socializaram o prejuízo” com os consumidores do pagamento a mais dos tributos, mas agora não querem compartilhar os ganhos.

Após o voto de Moraes, o ministro Luiz Fux votou no sentido de que era preciso deixar claro a prescrição de cinco anos — o prazo estipulado em lei em matéria tributária. Para ele, mesmo não sendo uma relação tributária, as concessionárias só conseguiram recuperar os valores pagos nos cinco anos anteriores ao ajuizamento das ações.

“Sem dúvida, é um precedente preocupante para o setor de concessões”
Maria A. Santos

mento das ações. “Estamos em uma zona cinzenta. Porque a concessionária está devolvendo ao consumidor final aquilo que ela obtivera na ação de repetição de indébito, que é de cinco anos”, afirmou.

O ministro Flávio Dino votou contra a prescrição. Mas caso fique vencido, acompanharia o prazo de 10 anos, conforme prevê o Código Civil.

Além dele, votaram pela constitucionalidade da lei os ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, André Mendonça, Nunes Marques e Luiz Fux. Votaram pela prescrição de dez anos Moraes, Dino, Zanin e Nunes Marques. Pela prescrição de cin-

co anos, Fux e Mendonça.

Os ministros também aventaram a possibilidade de as distribuidoras retirarem dos valores a serem repassados aos consumidores os custos judiciais. Ainda faltam os votos de Edson Fachin, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso.

Após a interrupção do julgamento, o advogado Orlando Maia Neto, do escritório Ayres Britto Advocacia, que representa a Abradee no processo, comentou que os efeitos deste julgamento serão amplos, não se limitando ao segmento de energia. “Este é um tema intimamente ligado à segurança jurídica e à estabilidade regulatória, com impactos, potencialmente, em todos os setores regulados”, disse.

A advogada Maria Andreia Santos, do Machado Associados, pondera, porém, que não será possível estender a tese que foi firmada na ação da Abradee para as demais concessionárias. Isso porque se trata de uma Adin voltada contra uma lei específica, que trata da devolução pelas distribuidoras de energia. “Mas, sem dúvida alguma, é um precedente preocupante para o setor de concessões.”

Andréa Mascitto, do Pinheiro Neto Advogados, destaca que, além de questões regulatórias e tributárias, há reflexos de ordem econômico-financeira a serem considerados. “A dedução dos custos pode variar demais a depender das contratações de honorários e tipo de ação das empresas”, afirma. “Além disso, eventualmente o consumidor de hoje pode não ser aquele que arcou com a energia consumida no passado e sobre a qual recaiu a carga tributária.”

Andréa lembra ainda que a ação da Abradee discute a competência outorgada pela lei à Aneel, mas há dezenas de ações civis públicas ajuizadas visando a recuperação desses valores. “Há muitas vertentes e lacunas nessa discussão”, diz.

TCU reafirma ilegalidade de taxa sobre contêineres

Marcela Villar
De São Paulo

O Tribunal de Contas da União (TCU), por unanimidade, declarou ilegal a cobrança do Serviço de Segregação e Entrega de Contêineres (SEE), conhecida como THC2 (Terminal Handling Charge 2) nos portos brasileiros. A tarifa é cobrada pelo transporte de cargas entre os terminais portuários, que ficam à beira-mar, e os retroportuários, conhecidos como “portos secos”. O julgamento ocorreu na sessão de ontem.

O tema está há mais 20 anos em discussão na Justiça e nos órgãos administrativos. O valor da tarifa portuária varia entre R\$ 400 a R\$ 2 mil por contêiner, a depender do operador e do porto. Na semana passada, a 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) chegou à mesma conclusão, por conta da cobrança não ter amparo em lei e haver infração concorrencial (REsp 1899040 e REsp 1906785).

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) também vê como conduta anticompetitiva, pois prejudica os portos



“Não se trata de regulação de preço, pois qualquer cobrança é ilegal”
Bruno Burini

secos. Isso porque o importador que quiser fazer a alfândega em um porto seco precisa pagar uma taxa de movimentação a mais do que quem deixar a mercadoria no terminal à beira-mar.

Os ministros do TCU mantiveram decisão proferida em 2022, de relatoria do ministro Vital Rêgo, que havia suspenso a cobrança desde então. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) pediu o reexame do acórdão, mas o recurso foi negado ontem. O alvo desta ação é a Resolução nº 72/2022 da agência reguladora, que previu a possibilidade da exigência da SEE.

Segundo o relator do recurso, o ministro Augusto Nardes, a THC2 eleva o “custo Brasil”. “Essa questão dos preços praticados nos terminais dificulta a competitividade da nação”, afirmou o ministro, na sessão. “A ineficiência da Antaq na análise dessas denúncias sobre abuso de preço de tarifa agrava ainda mais efeitos negativos de eventual cobrança indevida por serviços relacionados ao THC2”, completou (processo nº 021.408/2019-0).

Essa também foi a posição do

presidente do TCU, Bruno Dantas. Para ele, existe uma “posição dominante” dos portos molhados no país e a perpetuação da tarifa “transforma os portos brasileiros em depósitos”. “O valor cobrado para que esses contêineres fiquem armazenados dentro do porto é muito mais alto do que o mero deslocamento do contêiner para outra região”.

Alguns ministros, apesar de acompanharem o relator, indicaram que não seria adequada uma interferência do TCU no poder regulatório da Antaq. “Se há abusividade da cobrança no THC2, e há, cabe a Antaq ou eventualmente ao Cade controlarem”, afirmou o ministro Benjamin Zymler.

Representantes dos terminais portuários defenderam, nas sustentações orais, que a THC2 deve ser cobrada por ser um serviço diferente da movimentação da THC. Para o advogado Denis Gammell, que atua pela Associação Brasileira de Usuários de Portos de Transporte de Logística (Logística Brasil), há “racionalidade econômica” para a existência da SEE, uma vez que existem custos

atrelados ao serviço.

O advogado Marçal Justen Filho, que representou a Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec) no processo, relacionou a cobrança da THC2 à taxa de entrega cobrada por uma moqueca que ele pediu no fim de semana. “Nem todos os contêineres são objeto de serviço de segregação e entrega. Quem paga é o armador a THC. Ele paga pelo serviço geral de movimentação de entrega dos contêineres em certo local e, portanto, ele paga pelo serviço básico, não me paga pela entrega da moqueca em casa. Ele paga pela entrega dos contêineres no porto”, disse.

Na visão do advogado Bruno Burini, do BRZ Advogados, que defende a Associação dos Usuários de Portos (Usuport), não se deve liberar a Antaq para fazer a regulação do abuso da cobrança, pois a própria existência da THC2 já é um abuso. “Qualquer cobrança é ilegal. Não se trata de uma questão de regulação de preço, pois qualquer centavo cobrado é ilegal”, afirma.

Para ele, a decisão de ontem

do TCU se junta a uma sólida jurisprudência que vem se formando pelo reconhecimento da ilegalidade da taxa. Burini explica que o artigo 40 da Lei dos Portos (Lei 12.815/2013) prevê o conceito de THC, que já contempla todos os custos. “O conceito diz que a THC remunera toda a movimentação de contêineres, então não se poderia cobrar mais nada, mas, ainda assim, os operadores portuários desrespeitam o artigo 40 da Lei dos Portos”, acrescenta.

Burini lembra ainda que existe uma comissão de juristas instalada no Congresso para atualizar a Lei dos Portos. Nela, é possível haver nova discussão sobre a THC2. Porém, o advogado acredita que se isso ocorrer, “seria negligenciar o arcabouço de decisões proferidas pelo TRF1, TRF3, Tribunal de Contas, Cade, STJ”. “É improvável que a comissão de juristas afirme a existência da THC2 diante de tantas manifestações contrárias”, adiciona ele.

Procurada pelo **Valor**, a Antaq não enviou resposta até o fechamento desta edição.

Legislação&Tributos SP

Compra e venda no planejamento sucessório

Opinião Jurídica

Luis Eduardo Tavares dos Santos e Marco Bassit Mello Cunha

Muito vem se falando na mídia a respeito da crescente onda de autuações de contribuintes pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) em relação a contratos de compra e venda de participação societária em empresas. De acordo com a tese elaborada pela autoridade fiscal na chamada ‘Operação Loki’, ao serem realizados os contratos de compra e venda por valor abaixo do “valor de mercado”, as transações configuram-se doações — e, sobre elas, incide o imposto sobre doações e heranças no Estado de São Paulo, o ITCMD.

O tema é delicado e a atuação do Judiciário será decisiva, como já vem se posicionando firmemente o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), no sentido de fazer prevalecer a vontade das partes nos contratos, o que inclui a fixação do preço da compra das quotas sociais. Contudo, deixa de ganhar atenção popular assunto correlato de alta importância, que também é alvo prioritário na Operação Loki: a compra e venda de participações societárias de empresas e holdings familiares entre pais e filhos, mais precisamente aquelas em que o valor

pactuado é: (a) menor do que o valor patrimonial (patrimônio líquido) da sociedade; (b) muito menor do que o valor de mercado da sociedade; ou (c) meramente simbólico ou até inócuo, nas ocasiões em que não fica comprovada a transferência do dinheiro — situações nas quais a Sefaz-SP entende haver “simulação do negócio jurídico”, isto é, apesar da roupagem de “compra e venda”, a transação seria, na verdade, uma doação.

A matéria é ponto de atenção nos milhares de planejamentos patrimoniais e sucessórios em andamento país afora, em especial com o ágil andamento da regulamentação da reforma tributária, que, embora tenha focado nos impostos referentes a bens e serviços, trouxe significativos impactos às alíquotas do ITCMD, que passarão a valer tão logo as respectivas leis estaduais sejam a ela adequadas.

A compra e venda de bens entre pais e filhos não é transação proibida — logo, é permitida — por lei, muito embora a Sefaz-SP tenha feito questão de demonizá-la nas manifestações públicas referentes à Operação Loki. No entanto, o Código Civil reconhece a delicadeza da relação contratual, mas não do ponto de vista fiscal — do ponto de vista sucessório e familiar,

caracterizando como anulável a venda de pais a filhos sem o consentimento expresso dos outros filhos e, exceto em regime de separação de bens, também o do cônjuge (artigo 496).

Nesse sentido, é muito comum vermos planejamentos sucessórios sendo feitos com o exclusivo — ou ao menos prioritário — foco de evitar ao máximo o pagamento de impostos, que resultam, muitas das vezes, em vendas de bens dos pais a determinados filhos, em contrato privado, por quantia muito inferior ao real valor. Por mais que a transação possa passar sob o radar da Sefaz-SP, a falta da assinatura dos demais descendentes e do cônjuge concordando com a venda faz dela uma transação frágil, pois poderá ser anulada por qualquer destes.

O mesmo vale para manobras mais sofisticadas, como aquela em que o ascendente empresta uma soma de dinheiro ao descendente, que é usada por este para adquirir um imóvel, e, após, o ascendente vai perdendo a dívida gradualmente ao longo dos anos, notadamente em valor inferior ao teto de isenção do ITCMD para doações no Estado de São Paulo, hoje no valor de R\$ 88.400,00, por exemplo; e aquela em que o ascendente, sócio majoritário e

administrador da empresa em que está integralizado o patrimônio da família, se vale da ínfima participação societária do descendente “favorecido” para, de forma desproporcional às participações societárias, transferir valores significativos a tal descendente ao longo dos anos a título de distribuição de lucros — operação, hoje, isenta de tributos.

É possível — mas a cada dia menos provável — que operações como esta não sejam detectadas pelos fiscais da Sefaz-SP e de seu sistema, hoje integrado à base de dados da Receita Federal e das Juntas Comerciais. Se esquecem, todavia, que é uma simulação: se o filho acabou não gastando nem um real pelo imóvel, foi uma doação; se gastou pouco, foi uma venda sem consentimento dos demais descendentes e do cônjuge do(a) vendedor(a). De qualquer forma, a transação pode ter causado impacto na sucessão do patrimônio ao, por exemplo, prejudicar a parte legítima dos outros herdeiros e estará sujeita a anulação.


Fator igualmente relevante na equação é a contínua modernização dos sistemas e instrumentos das autoridades fiscais: automatizações, poderosos processadores de

dados e até inteligência artificial estão facilitando os procedimentos de fiscalização, reduzindo o tempo de trabalho humano e aumentando a eficiência e eficácia do processo de identificação de manobras de evasão e planejamentos fraudulentos.

À medida que a criatividade vai sendo aprimorada, fica mais visível a inescapável realidade: os planejamentos patrimoniais e sucessórios exigem atenção especializada multidisciplinar, simultaneamente e em sintonia, sendo as principais áreas de família e sucessões, tributário e societário, sob pena de, ao invés de prevenir litígios, provocar longas disputas judiciais entre os herdeiros e com os órgãos fiscais.

Luis Eduardo Tavares dos Santos e Marco Bassit Mello Cunha são, respectivamente, sócio e administrador do escritório Regina Beatriz Tavares da Silva Sociedade de Advogados (RBTSSA), com atuação na área cível e ênfase em Direito de Família e Sucessões; e advogado do RBTSSA, com atuação na área de Direito Societário e Empresarial

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações



CIDADE DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA PINHEIROS

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90013/SUB-PI/2024 - Processo SEI nº 6050.2024/013425-9

Tipo: Menor preço unitário - Objeto: AQUISIÇÃO DE CAFÉ TORRADO E MOÍDO, EMBALADO À VÁCUO EM PACOTES DE 500 GRAMAS, de acordo com as especificações técnicas e demais disposições do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, do Edital de Licitação - Data/hora da sessão pública: 09/09/2024 às 08h00min - Local: Sede da Subprefeitura de Pinheiros na Av. Professor Frederico Hermann Júnior, nº 595 - Pinheiros - São Paulo - SP - Download do edital: Na página Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP (www.pncp.gov.br) ou na Coordenadoria de Administração e Finanças desta Subprefeitura no endereço acima mencionado das 8h00min às 18h00min, mediante o recolhimento de preço público vigente, até o último dia útil anterior ao marcado para a abertura da licitação.



SÃO PAULO


GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 90014/2024, referente ao processo nº 024.00071228/2024-82, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE TIRA DE GLICEMIA, COM CESSÃO GRATUITA DE MONITORES, a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", cuja abertura está marcada para o dia 18/09/2024 às 10:00 horas.

Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 05/09/2024 o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e no site www.e-negociospublicos.com.br.



Correios

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial e Térreo na Região da Vila Mariana em São Paulo/SP para Locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial e térreo na região da Vila Mariana em São Paulo/SP para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC Vila Mariana. O imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 270,00 m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, com laje na cobertura do telhado, próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Rua Vergueiro; Rua Cubatão; Rua Conselheiro Rodrigues Alves; Rua Eça de Queiroz; Rua Doutor Nicolau de Sousa Queirós; Rua Machado de Assis e outras ruas e avenidas dentro do perímetro que atendam o interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Zenaide dos Santos, e-mail – zenasantos@correios.com.br telefone (11) 4313 8196 ou com Everaldo de Souza Carvalho, e-mail, telefone (11) 4313 8568.

GILSON MARTINS DOS SANTOS JÚNIOR

GERENTE REGIONAL DE ATENDIMENTO SE/SPM

CM HOSPITALAR S.A.

Companhia Aberta. CNPJ/ME 12.420.164/0001-57. NIRE 35.300.486.854. CVM nº 02568-2


EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Companhia convoca os seus acionistas para se reunirem na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada às 09h00, horário de Brasília, do dia 25 de setembro de 2024 ("Assembleia"), de forma exclusivamente digital, por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Aumentar o número de membros do Conselho de Administração de 06 (seis) para 07 (sete) membros; 2. Eleger Marcelo Strufaldi Castelli como membro independente do Conselho de Administração; e 3. Adequar o artigo 8º, inciso IX do Estatuto Social da Companhia à redação do artigo 122, inciso VIII da Lei nº 6.404/76 para a seguinte redação: "Art. 8º. Inciso IX - *delibera sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia*". **Informações Gerais:** De acordo com as disposições da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), e da Resolução CVM nº 81/22 ("Resolução 81"), a Companhia realizará a Assembleia de forma exclusivamente digital, por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams, com a utilização de vídeo e áudio, nos termos do Manual de Participação na Assembleia. Nesse sentido, não haverá possibilidade de comparecimento físico à Assembleia. O Manual de Participação na Assembleia e a Proposta da Administração, bem como os demais documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia previstos em lei e na regulamentação aplicável, estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14072-055, na página de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.vivo.com.br/>), na página da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e na página da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Poderão participar da Assembleia os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si ou através de seus representantes legais ou procuradores, nos termos do Artigo 126 da LSA. Para participar da Assembleia, os acionistas deverão solicitar o cadastro prévio por meio do endereço de e-mail ri@vivo.com.br (Assunto: "Cadastro para participação na Assembleia de 25 de setembro de 2024"), juntamente com o envio de forma digital, no mesmo e-mail, da documentação necessária, conforme indicado abaixo e no Manual de Participação na Assembleia, que estabelece em maiores detalhes os documentos necessários ao credenciamento prévio, a participação virtual e a forma de recebimento do link de acesso à Assembleia. A solicitação de cadastro para participação na Assembleia deverá ser recebida pela Companhia imprimeativamente até o dia 23 de setembro de 2024. Para fins do cadastro prévio, os Acionistas deverão enviar à Companhia, imprimeativamente até o dia 23 de setembro de 2024, cópias digitalizadas dos seguintes documentos: (i) acionistas que sejam pessoas físicas: documento de identificação com foto; (ii) acionistas que sejam pessoas jurídicas: original ou cópia autenticada da última consolidação do estatuto ou do contrato social e da documentação comprobatória de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iv) acionistas estrangeiros: mesma documentação aplicável aos acionistas brasileiros, a qual deverá estar traduzida para o português por tradutor juramentado, exceto se originalmente lavrada em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. A Companhia aceitará (i) documentos em formato de forma digital por órgãos públicos, desde que acompanhados de chave que permita a verificação online da sua autenticidade; bem como (ii) procurações emitidas de forma digital, desde que assinadas por meio de certificado digital ICP-Brasil. A Companhia não exigirá o reconhecimento de firma e/ou a consultoria ou apostilamento dos instrumentos de procuração outorgados pelos acionistas a seus respectivos representantes, tampouco exigirá a tradução juramentada das procurações e documentos lavrados ou traduzidos em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, nem dos documentos anexados com as respectivas traduções para esses idiomas. A Assembleia será gravada, nos termos do Artigo 28, §1º, inciso II da Resolução 81. A Companhia não se responsabilizará por problemas de conexão que os participantes possam enfrentar ou outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade do sistema eletrônico com o equipamento do participante.

Ribeirão Preto, 03 de setembro de 2024.

Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro - Presidente do Conselho de Administração




CIDADE DE SÃO PAULO

EDUCAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90037/SME/2024 - Processo SEI nº 6016.2024/0095644-9 - Objeto: Registro de Ata de Preços para aquisição de 1.296.573 unidades de "CESTAS BÁSICAS DE SUPRIMENTOS ALIMENTARES", com logística de entrega ponto a ponto, destinada aos alunos matriculados na Rede Municipal de Educação, em situação de vulnerabilidade durante o período de férias e recesso escolar - Data/hora da sessão pública: 09h30 do dia 16/09/2024.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos, até o último dia que anteceder a abertura, mediante recolhimento de guia de arrecadação, ou através da apresentação de *pen-drive* para gravação na COMPS - Núcleo de Licitação e Contratos - Rua Dr. Diogo de Faria, 1247 - sala 316 - Vila Clementino, ou através da internet pelo site www.comprasnet.gov.br e <http://e-negocios.cidadesp.prefeitura.sp.gov.br>, bem como, as cópias do Edital estarão expostas no mural do Núcleo de Licitação.



Correios

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA


EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial e Térreo na Região do Bairro Água Branca São Paulo/SP para Locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial e térreo na região do bairro ÁGUA BRANCA - São Paulo/ SP para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC GUAICURUS. Nesse sentido, o imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 221,00m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, preferencialmente com laje ou gradil de ferro, próximo aos comércios da região, entres outras. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Avenida Francisco Matarazzo da esquina com a Rua Ministro Godói até a Rua Guaicurus; Rua Guaicurus até a esquina com a Rua Aurélio; Rua Aurélio da esquina com a Rua Guaicurus até a esquina com a Rua Tito; Rua Tito da esquina com a Rua Aurélio até a Rua Desembargador do Vale; Rua Desembargador do Vale até a Rua Caiubi Rua Caiubi até a esquina com a Rua Cayowáa; Rua Cayowáa da esquina com a Rua Caiubi até a esquina com a Rua Turiaçu; Rua Turiaçu da esquina com a Rua Cayowáa até a esquina com a Rua Ministro Godói; Rua Ministro Godói da esquina com a Rua Turiaçu até a esquina com a Avenida Francisco Matarazzo; Por fim, informamos aos interessados que entre em contato com Everaldo de Souza Carvalho, por intermédio do e-mail everaldosc@correios.com.br, ou pelo telefone (11) 4313-8568. Outras dúvidas poderão ser esclarecidas com a Zenaide dos Santos, por meio do e-mail zenasantos@correios.com.br, ou pelo telefone (11) 4313-8196.

GILSON MARTINS DOS SANTOS JÚNIOR

Gerente Regional de Atendimento SE/SPM



CIDADE DE SÃO PAULO

EDUCAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO - 90.011/DRE-IQ/2024 - Processo SEI: 6016.2024/0063253-8

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL - Data/hora da sessão pública: 18/09/2024, às 10h00.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de instalação e locação de conjunto de equipamentos necessários e suficientes para o funcionamento do controle de acesso, sendo: atendimento/recepção, catracas eletrônicas com reconhecimento facial e leitura de cartões, crachás de identificação e acesso para servidores/funcionários e cartões de acesso aos municípios.

A sessão pública de processamento de Dispensa Eletrônica será realizada no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) com auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.



Correios

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA


EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial e Térreo na Região do Bairro do Jabaquara/SP para Locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial e térreo na região do bairro do Jabaquara/SP para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC JABAQUARA. Nesse sentido, o imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 285,00 m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, preferencialmente com laje na cobertura e próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Avenida Indianópolis, Avenida Fagundes Filho, Avenida Jabaquara entre outras ruas e avenidas dentro do perímetro que atendam o interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Everaldo de Souza, e-mail everaldosc@correios.com.br, telefone (11) 4313 8568 ou com Zenaide dos Santos, e-mail zenasantos@correios.com.br, telefone (11) 4313 8053.

GILSON MARTINS DOS SANTOS JÚNIOR

Gerente Regional de Atendimento SE/SPM



CIDADE DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA SÃO MATEUS


AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Concorrência Eletrônica nº 90005/SUB-SM/2024 - Processo SEI nº 6054.2024/0002137-4.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Execução de Obras de Pavimentação em Rua Particular Timão - Distrito do Iguatemi, conforme especificações constantes do ANEXO I do Edital.

Tipo: MENOR PREÇO - Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL - Local: <https://www.gov.br/compras/pt-br> - APÓS A RETIFICAÇÃO DO EDITAL INFORMAMOS QUE A ABERTURA DA CONCORRÊNCIA NR. 90005/ SUB-SM/2024 SERÁ NO DIA 23/09/2024 ÀS 10:00H.

O caderno de licitação, composto de Edital, Anexos e Minuta de Contrato, poderá ser obtido em formato eletrônico na Subprefeitura São Mateus ou poderá ser obtido gratuitamente, via internet, no endereço eletrônico da PMSP: www.prefeitura.sp.gov.br, Painel de Negócios.



Correios

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO


EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial e Térreo na Região Central de Itaquera/SP para Locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial e térreo na região central de Itaquera/SP para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC Itaquera. Nesse sentido, o imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 220,00 m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, preferencialmente com laje na cobertura, próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Rua Itagimirim; Rua Padre Viegas de Menezes; Rua Dr. Aureliano Barreiros; Avenida Campanella; Rua Flores do Piauí; Avenida Itaquera; Rua Tomazzo Ferrata; Rua Gregório de Ramalho e outras ruas dentro do perímetro que atendam ao interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Edimarques Santos, e-mail edimarques@correios.com.br, telefone (11) 4313 8568 ou Everaldo de Souza, e-mail everaldosc@correios.com.br



CIDADE DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA SAPOPEMBA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Concorrência 90012/SUB-SB/2024 - Processo SEI Nº 6061.2024/0000413-3

Objeto: Construção de muro de contenção, passeio de pedestres e recapeamento de pavimento flexível na Rua Tulipa da África, altura do nº 304 - Data da Sessão Pública: Dia 19/09/2024 às 09:00h - Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL - Modo de Disputa: ABERTO E FECHADO.

Documentação/Retirada do Edital: <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou no site <https://diarioficial.prefeitura.sp.gov.br/>.



RIO CLARO - SP

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RIO CLARO – SP

Autorarquia Pública Municipal criada pela Lei nº 1144 de 05/12/69

Avenida 8-A nº 360 - Cidade Nova - Rio Claro – SP – CEP: 13506-760

Fone/Pabx: 19 – 3531-5200 – Fax: 19 – 3531-5211

CNPJ nº 56.401.177/0001-54 – Inscr. Estadual nº 587.275.386.110

Acha-se aberto no Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro–SP., o seguinte Processo Licitatório:

Órgão: Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro – **Modalidade:** Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 023/2024 - **Objeto:** aquisição de materiais e reagentes para uso em laboratório – **Tipo de Licitação** – Menor Preço Unitário do Item – **Data de Encerramento de Inserção da Proposta:** 26/09/2024 às 16h00 – **Data da Abertura do Certame:** 27/09/2024 às 09h00.

Órgão: Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro – **Modalidade:** Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º 021/2024 - **Objeto:** eventual aquisição de 3.500,00 litros de leite integral UAT / UHT – **Tipo de Licitação** – Menor Preço Unitário do Item – **Data de Encerramento de Inserção da Proposta:** 24/09/2024 às 16h00 – **Data da Abertura do Certame:** 25/09/2024 às 09h00.

Órgão: Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro – **Modalidade:** Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 022/2024 - **Objeto:** aquisição de 420 toneladas de argila expandida em grânulos para uso no tratamento de água – **Tipo de Licitação** – Menor Preço Unitário do Item – **Data de Encerramento de Inserção da Proposta:** 20/09/2024 às 16h00 – **Data da Abertura do Certame:** 23/09/2024 às 09h00.

Órgão: Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro – **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 020/2024 - **Objeto:** aquisição de equipamentos de transmissão de dados – **Tipo de Licitação** – Menor Preço Unitário do lote – **Data de Encerramento de Inserção da Proposta:** 18/09/2024 às 16h00 – **Data da Abertura do Certame:** 19/09/2024 às 09h00.

Edital completo e demais informações estarão disponíveis a partir da data de 06/09/2024 e encontra-se à disposição de todos os interessados no site da Autorarquia: www.daerrioclaro.sp.gov.br, aba Portal da Transparência e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (pncp.gov.br)

Rio Claro, 03 de setembro de 2024

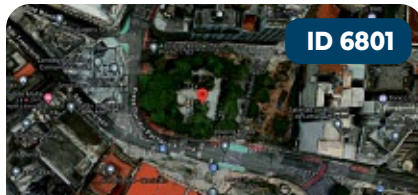
SERGIO LUIZ COSTA FERREIRA

Superintendente do Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro



LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

IMÓVEIS COM DESÁGIOS DE ATÉ 50% SOBRE O VALOR DE AVALIAÇÃO. APROVEITE!

**ID 6801**

Terreno Urbano

São Paulo/SP

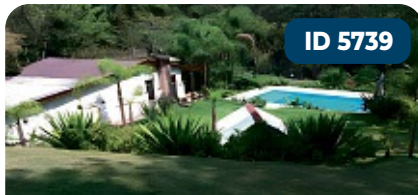
Terreno com área de 1770 m², composto por uma guarita de estacionamento de 20 m². Localizado na Praça da Sé, região central de São Paulo.

1º Leilão 09/09 - 09:00hs
2º Leilão 30/09 - 09:00hs

Avaliação
R\$ 12.936.656,00

Lances a partir de
R\$ 9.055.826,51

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brísola
1ª Vara Cível do Foro Regional XI - Pinheiros/SP

**ID 5739**

Imóveis Residenciais

Embu das Artes/SP

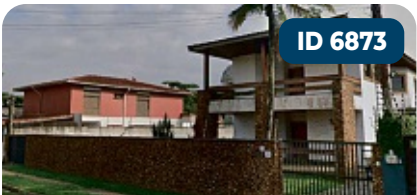
6 imóveis e demais benfeitorias com 1083 m² de construção e terreno com área de 67.000 m². Composto por piscina, campo de futebol, capela, quadra poliesportiva, playground, diversos quiques com churrasqueira e lago.

1º Leilão 16/09 - 09:30hs
2º Leilão 07/10 - 09:30hs

Avaliação
R\$ 8.448.814,58

Lances a partir de
R\$ 5.914.170,20

Juiz: Exma. Dra. Clarissa Somesom Tauk
3ª Vara de Falências e Rec. Judiciais de São Paulo/SP

**ID 6873**

Imóvel Residencial

Guarujá/SP

Imóvel com 390 m² de construção sobre terreno de 912 m². Localizado a 2 min. da Praia da Enseada e a 13 min. do centro da cidade.

1º Leilão 16/09 - 10:00hs
2º Leilão 01/10 - 10:00hs

Avaliação
R\$ 2.007.000,00

Lances a partir de
R\$ 1.003.500,00

Juiz: Exmo. Dr. Adler Batista Oliveira Nobre
3ª Vara de Falências e Rec. Jud. do Foro Central de SP

**ID 6296**

LOTE1

Galpão Comercial

Franca/SP

Imóvel comercial com 766 m² de construção e terreno com área de 3,63 hectares. Localizado a 3 min. do Aeroporto Estadual de Franca.

1º Leilão 16/09 - 14:00hs
2º Leilão 16/09 - 15:00hs

Avaliação
R\$ 19.913.620,18

Lances a partir de
R\$ 15.851.241,66

Juiz: Exmo. Dr. Humberto Rocha
3ª Vara Cível de Franca/SP

**ID 6353**

Imóvel Residencial

Alphaville/SP

Imóvel de 4 pavimentos no Residencial Alphaville II com 3.229 m² de construção e terreno com área de 2.581 m².

1º Leilão 16/09 - 14:00hs
2º Leilão 16/09 - 15:00hs

Avaliação
R\$ 40.000.000,00

Lances a partir de
R\$ 20.000.000,00

Juiz: Exmo. Dr. Bruno Paes Straforini
1ª Vara Cível de Barueri/SP

**ID 4900**

Terreno Urbano

Eusébio/CE

Área com 20.000 m², composta por formação em vegetação nativa, localizada em frente a Rodovia BR-116. Não há edificações e o imóvel encontra-se cercado.

1º Leilão 18/09 - 14:00hs
2º Leilão 25/09 - 14:00hs

Avaliação
R\$ 3.232.566,34

Lances a partir de
R\$ 2.262.796,44

Juiz: Exma. Dra. Cynília Andraus Carretta
3ª Vara Cível de Rio Claro/SP

**ID 6899**

Planta Industrial em pleno funcionamento

Assis/SP

Parque fabril, marcas, bens móveis/veículo, carteira de clientes e fórmulas secretas de composição dos produtos. Propriedades da Massa Falida Cervejaria Malta.

Leilão 18/09 - 14:00hs

Avaliação
R\$ 31.600.000,00

Envie sua Proposta!

Juiz: Exmo. Dr. Luciano Antonio de Andrade
1ª Vara Cível de Assis/SP

**ID 6896**

LOTE1

Edifício Residencial

Bairro Flamengo/RJ

Imóvel denominado Edifício Barth, localizado na Praia do Flamengo, a 10 minutos do Aeroporto Santos Dumont.

Leilão 19/09 - 10:00hs

Lances a partir de
R\$ 25.000.000,00

Juiz: Exmo. Dr. Igor Fonseca Rodrigues
Tribunal Reg. do Trabalho da 1ª Reg do Rio de Janeiro/RJ

**ID 6845**

Terreno Urbano

Rio de Janeiro/RJ

Prédios e instalações sobre terreno com área de 14.494 m² em Bangu no Rio de Janeiro/RJ. Localizado a 11 min. do Bangu Shopping.

Leilão 20/09 - 10:00hs

Avaliação
R\$ 9.800.000,00

Envie sua Proposta!

Juiz: Exmo. Dr. Igor Fonseca Rodrigues
TRT da 1ª Região do Rio de Janeiro/RJ

**ID 6853**

Apartamento Duplex

São José dos Campos/SP

Imóvel no Condomínio Porto Seguro com 254 m², localizado a 8 min. do Centervale Shopping e a 12 min. do centro da cidade.

Leilão 25/09 - 10:00hs

Avaliação
R\$ 1.277.973,63

Lances a partir de
R\$ 1.022.378,90

Juiz: Exmo. Dr. Luís Maurício Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

**ID 6865**

Galpão Industrial

Neves Paulista/SP

Imóvel industrial com 1.350 m² e área maior de 181.500 m². Localizado na Rod. Floridiano Rodrigues Martinez e a 7 min. do centro da cidade.

Leilão 25/09 - 10:30hs

Avaliação
R\$ 2.065.193,56

Lances a partir de
R\$ 1.239.116,14

Juiz: Exmo. Dr. Antônio José Magdalena
2ª Vara Cível de Santa Cruz do Rio Pardo/SP

**ID 6876**

Terreno Urbano

Santa Gertrudes/SP

Terreno com área de 6.894 m², todo murado e fechado com portão. Localizado a 2 min. da Rod. Constante Peruchi e a 3 min. do centro da cidade.

Leilão 25/09 - 14:00hs

Avaliação
R\$ 3.838.884,64

Lances a partir de
R\$ 1.919.442,32

Juiz: Exmo. Dr. Alexandre Dalberto Barbosa
1ª Vara Cível de Rio Claro/SP

**ID 6531**

Apartamento com 180 m²

São Paulo/SP

Imóvel no Condomínio Portal do São Francisco com 5 vagas de garagem. Localizado a 8 min. do Continental Shopping e a 15 min. da Marginal Pinheiros.

1º Leilão 25/09 - 14:00hs
2º Leilão 25/09 - 15:00hs

Avaliação
R\$ 1.342.100,31

Lances a partir de
R\$ 939.470,21

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brísola
1ª Vara Cível do Foro Regional XI - Pinheiros/SP

**ID 6890**

Parque Fabril

Itapetinga/BA

Parque fabril com 113.103 m² e respectiva área de terras desmembrada da fazenda denominada Volta Grande. Localizado a 7 min. da Av. Sávio Luz.

1º Leilão 25/09 - 14:00hs
2º Leilão 25/09 - 15:00hs

Avaliação
R\$ 15.536.787,90

Lances a partir de
R\$ 7.768.393,95

Juiz: Exmo. Dr. Ewerton Luiz Chaves Carminati
1ª Vara Cível de Palmeira dos Índios/AL

**ID 6895**

Imóvel Industrial

Jandira/SP

Prédio industrial com 16.000 m² de construção sobre terreno de 44.800 m². Localizado a 4 min. do Jandira Plaza Shopping e a 5 min. da Rod. Pres. Castello Branco.

1º Leilão 15/10 - 14:00hs
2º Leilão 14/11 - 14:00hs

Avaliação
R\$ 62.870.260,50

Lances a partir de
R\$ 31.435.130,25

Juiz: Exma. Dra. Juliana Moraes Correigari Bei
2ª Vara Cível de Jandira/SP

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação. As informações aqui contidas não substituem o edital.

11 3969 1200 | 0800 789 1200

11 95577 1200

LEJE.COM.BR



@lejeoficial



Leilão Judicial Eletrônico



CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:

WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR

Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 260 LOTES - DIA: 06.09.2024 - 10h00 - 6ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE
AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 06.09.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 95PE131DPB008772 - SALVA28G1EH953696 - 93YBSR46HEJ862799 - 93YRB007MJ706623 - 8AFAR23L8J178998 - 9C2KC2200R607670
9BWAG45U2MT016942 - 9BGIC7U20XBK124069 - 9BWA0A5Z3C4034946 - 935UNFNWFB502149 - 9BD195102F0637049 - 9BGKS69B0FG125352
841CBV05RL658009EM - 9C2KC2200NR253792 - 93YBSR46HEJ862799 - 93YBSR46HEJ862799 - 93YBSR46HEJ862799 - 93YBSR46HEJ862799
9C65G3310K0306546 - 93YRB007MJ706623 - 9BGKS48U0KG252626 - 9BWA0A5Z3C4034946 - 93YBSR46HEJ862799 - 93YBSR46HEJ862799
93Y4SRD04GJ29167 - 93YBSR46HEJ862799 - 8A1ZLH0TF1794693 - 9BRB048E1B2501032 - 9BD195102F0637049 - 9BWP2FHA8J121949 - 9BG5U19F0E129277
- 9BGKT48V0KG271203 - 9BWNF07XCCP002217 - 9BWA0A5Z3C4034946 - 8A1LBM2C5B1820615 - 95PN18BPCB017792 - 9BD17164L5A575426
93Y4SRFH4K1647374 - KNCSE213297326938 - 9BD341ASXLV673911 - 93HFA654082100476 - 9C2KC2200RR215895 - 9BD13501YG2286612
9C2KC2500RR034656 - 9BGKS48U0KG272118 - 9C6RG5020R0097577 - 1L1ZEK18E4066324 - 9C2KC2200PR0080474 - 9BFH25454L8493346 - 9BGJ875Z0DB236834
- 9BD195152C0250714 - KNAK8138C5295404 - 9BWA0A5Z3C4034946 - 9BWA0A5Z3C4034946 - 9BWA0A5Z3C4034946 - 9BWA0A5Z3C4034946
9BGAC69M068224649 - 9BGR48F0CG203691 - 9BD1712L1F5967481 - 8ADACNFVLE059944 - 9BD27803MCT491467 - 9BD25049C8932610REM
8AGCB48X0BR255054 - 9BWA0A5Z3C4034946 - 8A1LBM2C5B1820615 - 9BWA0A5Z3C4034946 - 9BWA0A5Z3C4034946 - 9BWA0A5Z3C4034946
9BD17106L5A574202 - 9BFZES5P098558690 - 9BWA0A5Z3C4034946 - 93YCDUHS9J198210 - 9BFZK3A5DB48443REM - 9BD17106G85101287
9BGT075W08C150304 - 935CFKVFYB8507134 - 9BGAC69M07B261088 - 9BGRM69809G050825 - 9BD171466G2719082 - 9BWHB09N74P029235
9BWK8052954029691 - 935CHRFN048504463 - 9BGXCF68004C123967REM - 9BG116WVWVC905860 - 93HGD174072105828 - 8BCLCRFJYAG534462
93YBSR7RHEJ353812 - 9C6DG5290N0013279 - 8BCLDRJ28G543397 - 8AFTZFFZFCJ473990 - 9BWA0A5Z3C4034946 - 8BCLCN6BYDG502119
9BGR69808G267572 - 9BFZES5P098558690 - 8BCLDRJ28G543397 - 9BGR69808G267572 - 9BGR69808G267572 - 9BGR69808G267572
JMYXGT7WEZ01398 - 93YRB007MJ706623 - 935CHN6AVB8504465 - 8AGCN48P0AR157778 - 1JTM2D31V98517370 - 9BGA8181BJ9044771
WDDGFS3BW7DA849127 - 95VXLL1SHMM000077 - 95VZB1F5MNNM000996 - 9BD198221C9010513 - KMHN81DP7U10538 - 9C2KF3400MR0095807
WBAY9102M5T12376 - 98867512WMK25037 - 9BMTG4D7JM0005042 - 9BGJ875Z0DB236834 - 9BWA845Z9L4004807
98867515WKK129650 - 3C6FEVEK1E127223 - 9BGKS48U0KG282274 - 1JTMDF4EV3DD034377 - KMHDC51EAC351997 - 9BWA0A5Z3C4034946
9BGRM6940A122502 - 9BD195102D0405267 - 96PEXS18PF500228 - 9C2KF3420LR002404 - 93YRB007MJ706623 - 9BGA8181BJ9044771
9BGK48V0KG367069 - 9BFZES5P098558690 - 9BGRM69809G050825 - 9C2JF850DKR102449 - 95VZ2E5HJM000164 - 9BWA845Z6G4003197
94BDCAN17G8112192 - 935CHN6AVB8504465 - 8AGCN48P0AR157778 - 1JTM2D31V98517370 - 9BD195152E0508225 - 8A1LBM2C5B1820615
9355DYFYEB310684 - 9BD195102D0405267 - 9BGRM69809G050825 - 8AGCN48P0AR157778 - 1JTM2D31V98517370 - 9BD195102D0405267
9BWA0A5Z3C4034946 - 9BD27804MV8385092 - 3N1BC1CD7B1395629 - 93HGM2520B2208158 - 8AGSA19908R140580 - 8AGSA19908R116919
93YHSR4CAG726554 - 9BGJ875Z0DB236834 - 9BWFZ5H5138119055 - WDD5J4CWB8JN619386 - 9BGKS48U0KG282257 - 9BGKS48U0KG282257
1N4C13A40EC149120 - 9BZF54P4E8069153 - 9BWK8051DP210446 - 9BKR4AG7JN619386 - 93HFC2650MG223519 - 9BWA845Z6G4003197
8AGBN6950R115717 - 9BD341ASXLV673911 - 8AFAR23L8J178998 - 9BGR19BT42081479 - VV1DB42H9GAD0310538REM - 93HRV2870G2100042
93XHKYH8WFC162255 - 9355VYFY0B528583 - 93HGE6750B2111565 - 9BD15804AA6325943 - 9BD17140A85258778 - 9BGPB68M0E8257421
9BWL845UJ7G044670 - 9BD341ASXLV673911 - 93YHSR46HEJ862799 - 9BWK8051DP210446 - 3N1DK3CD1D123520 - 9BKR19BT1D2015059
8AGCN48P0AR157778 - 9BGRM69809G050825 - 93YBSR46HEJ862799 - 93YBSR46HEJ862799 - 93YBSR46HEJ862799 - 93YBSR46HEJ862799
9C2KD0810PR235250 - 9355LNF2GB506818 - 93YBSR46HEJ862799 - 93YBSR46HEJ862799 - 93YBSR46HEJ862799 - 93YBSR46HEJ862799
3C3AFAR9D7635654 - 9BD15822AX6699998 - 9BWA845U4FP134582 - 9BFZES5P098558690 - 9BWA845U4FP134582 - 9BWA845U4FP134582
9BWB68F9L4090256REM - 9UW5SH76ALN028392 - 8A1ZLH0TF1794693 - 9355VYFY0B528583 - 3N1DK3CD1D123520 - 9BD197163D3069873
9BD118181C1206402 - 9BGKL80P0AC129925 - 3CZRE18309G502600 - 9BD17241T8380687 - 9BWC805W38T026872 - 9C2SD1230RR000008
ME3DIEMT5NV06856 - 98867515WKK129650 - 94BDFAN17H8100492 - 8AFTZFFZFCJ473990 - 3CZRE1830AG508283 - 9362AKFW9B8061765
9BR72ZC68627982 - 93KPR1C8K162049 - 9BWC805G56P014308 - 93YBSR46HEJ862799 - 93YBSR46HEJ862799 - 93YBSR46HEJ862799

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•Condições de venda e pagamento dos leilões: Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

ACESSE **EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR** E SAIBA MAIS.



OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 10ª EMISSÃO (IF CRA0190081C) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 07 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 10ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 10ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 19 de novembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **27 de setembro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **07 de outubro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(I)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 10ª Emissão - (IF CRA0190081C), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 346ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21E0030495) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 346ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 346ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 03 de maio de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **07 de outubro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(I)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 346ª Série da 1ª Emissão - (IF 21E0030495), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores


OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 15ª EMISSÃO (IF 22T0675402) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 15ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 15ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 24 de junho de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **27 de setembro de 2024, às 14:10, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(I)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 15ª Emissão - (IF 22T0675402), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores



CIDADE DE
SÃO PAULO

SUBPREFEITURA
M'BOI MIRIM


AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Concorrência Eletrônica Nº 90099/SUB-MB/2024 - Processo Administrativo Nº 6045.2024/0002077-8

- Objeto: contratação de serviços técnicos especializados para a elaboração de projeto executivo e execução da obra de readequação do sistema viário - LOCAL DE EXECUÇÃO: RUA JOÃO DE ALMAIDA - CEP 05875-300 - JARDIM ÂNGELA - DISTRITO DO JARDIM ÂNGELA - SÃO PAULO/SP

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO GLOBAL

- Regime de Execução: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO - Local: <https://www.gov.br/compras/pt-br/-/data/hora-da-abertura-da-sessao-publica>: 11/10/2024 - 10h00 - Download do edital: https://www.gov.br/compras-e-dados/diariooficial/prefeitura.sp.gov.br/mid_epubli_controlador.php?acao=info



CIDADE DE
SÃO PAULO

GESTÃO

ABERTURA DE CONSULTA PÚBLICA

Consulta Pública: CP/002/2024/SGM-SEDP - Processo SEI: 6011.2024/0002769-6

Objeto: **Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de concessão administrativa para a implantação, manutenção, zeladoria e ativação sociocultural da Eplanada Liberdade.**

Assunto: Abertura de Consulta Pública e realização de Audiência Pública Virtual.

A SECRETARIA EXECUTIVA DE DESESTATIZAÇÃO E PARCERIAS (SE, DpPa) SECRETARIA DE GOVERNO MUNICIPAL (SGM), por meio da Coordenadoria de Desestatização e Parcerias, comunica a realização de CONSULTA PÚBLICA e AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL, objetivando colher da sociedade civil contribuições para o aprimoramento dos documentos que informam a Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de concessão administrativa para a implantação, manutenção, zeladoria e ativação sociocultural da Eplanada Liberdade - Download do edital: <https://capital.sp.gov.br/desestatizacao-projetos/wiseplanada-liberdade/342546> Link reduzido: <https://tinyurl.com/3z4k7x7> - As sugestões, opiniões ou críticas feitas por escrito deverão ser dirigidas à Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias (SEDP) até o dia 18/10/2024, acompanhadas de identificação do interessado, devendo ser encaminhadas para o endereço de e-mail esplanadalliberdade@prefeitura.sp.gov.br. Caso algum interessado não consiga realizar protocolo ou acessar os documentos pela via eletrônica, e tenha interesse em fazer a retirada física dos documentos ou entrega de qualquer documentação referente à Consulta Pública na SEDP, deverá agendar previamente o comparecimento por meio do e-mail disponibilizado. Para o protocolo de sugestões ou pedidos de esclarecimento, é obrigatório o encaminhamento de arquivo eletrônico em Excel, com as questões formuladas, devendo ser informado o(s) item(s) da minuta do Edital, Contrato, ou de seus Anexos, ou qual(is) o questionamento se refere, seguindo **Modelo para Contribuições à Consulta Pública**, as quais serão publicadas juntamente com o resultado de sua análise no Diário Oficial da Cidade e no endereço eletrônico supracitado.

Para as manifestações das partes interessadas, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o interessado com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de setembro de 2024



SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90151/2024**, referente ao processo nº 024.00104274/2024-75, objetivando a **AQUISIÇÃO DE LUVAS DIVERSAS, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS**, a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", cuja abertura está marcada para o dia 19/09/2024 às 10:00 horas.

Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 05/09/2024 o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e no site www.e-negociospublicos.com.br.



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial e Térreo na Região do Centro de Vargem Grande Paulista/SP para Locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial e térreo na região do Centro de Vargem Grande Paulista/SP para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC VARGEM GRANDE PAULISTA. Nesse sentido, o imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 179,00 m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, com laje na cobertura, próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse: Rua Mario Scavranca, Rua Harold Loyd, Rua Manuelino do Prado, Rua Paulo Silva; Rua Benedito A. de Oliveira, Rua Gisele, Rua Giane, Rua Professor Valdecir Campestre, Rua Suez, Marginal Elias Alves da Costa, Rua Inconfidência Mineira, Rua Antonio Soares Rodrigues, Rua José Bigarelli, entre outras ruas e avenidas dentro do perímetro que atendam ao interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Edmarques Santos, e-mail edmarques@correios.com.br, (11) 4313-8053 ou Everaldo Souza, e-mail everaldosc@correios.com.br, telefone (11) 4313 8568.



SÃO PAULO


GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90150/2024**, referente ao processo nº 024.00123298/2024-23, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO NEUROLÓGICA, EM ATENDIMENTO À AÇÃO JUDICIAL**, a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", cuja abertura está marcada para o dia 20/09/2024 às 10:00 horas.

Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 05/09/2024 o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e no site www.e-negociospublicos.com.br.



SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90149/2024**, referente ao processo nº 024.00132127/2024-95, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EQUOTERAPIA, EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL**, a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", cuja abertura está marcada para o dia 19/09/2024 às 10:00 horas.

Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 05/09/2024 o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e no site www.e-negociospublicos.com.br.



CIDADE DE
SÃO PAULO

SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE torna públicas as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/mid_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar

PROCESSO: 6018.2024/0076486-9 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90619/2024-SMS.G

Objeto: aquisição de estufa de secagem e esterilização, contemplando entrega, instalação, teste de funcionamento, treinamento operacional e manutenção durante o período da garantia, por liberação de recursos através da lei complementar 197/2022, transposição - 18.054-3 - a 94, para o Hospital Municipal José Soares Hungria, vinculado a esta Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. A abertura/realização da sessão pública da Dispensa Eletrônica ocorrerá a partir das 08h00min do dia 11 de setembro de 2024, a cargo da 10ª CPL/SMS.

PROCESSO: 6018.2024/0062414-5 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90620/2024-SMS.G

Objeto: aquisição de medidor de pressão do cuff, contemplando entrega, instalação, testes de funcionamento e manutenção durante o período de garantia, por lei complementar LC 197/2022, para o Hospital Municipal Infante Menino Jesus e Hospital Municipal Arthur Ribeiro Saboya, vinculados a esta Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, a abertura/realização da sessão pública da Dispensa Eletrônica ocorrerá a partir das 08h00min do dia 11 de setembro de 2024, a cargo da 10ª CPL/SMS.

PROCESSO: 6110.2024/0002078-9 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90663/2024-SMS.G

Tipo menor preço - Objeto: AQUISIÇÃO DE MARCAPASSO EXTERNO. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00min, do dia 17 de setembro de 2024, a cargo da 12ª CPL/SMS.

PROCESSO: 6018.2023/0059081-8 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90664/2024-SMS.G

Tipo menor preço - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DRENO DE KHERR (SONDA T) s, 16 e 18. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00min, do dia 18 de setembro de 2024, a cargo da 12ª CPL/SMS.

PROCESSO: 6018.2024/0086491-0 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90669/2024-SMS.G

Tipo menor preço - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MALHA TUBULAR DIVERSOS. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00min, do dia 19 de setembro de 2024, a cargo da 1ª CPL/SMS.

PROCESSO: 6018.2024/0088738-3 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90670/2024-SMS.G

Tipo menor preço - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE SELADORAS - EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00min do dia 17 de setembro de 2024, a cargo da 9ª CPL/SMS.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – PREFEITURA DO CAMPUS LUIZ DE QUEIROZ - AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2024 – PROC. SEI Nº 154.00005081/2024-84

Torna publico o pregão eletrônico nº 90006/2024, menor preço, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PORCIONADAS (MARMITEX), conforme edital e anexos disponíveis a partir de 04/09/2024, nos endereços: www.gov.br/compras, www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br. As propostas eletrônicas serão recebidas a partir do dia 04/09/2024, às 08 horas, estando a sessão de disputa agendada para o dia 20/09/2024 às 09 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.



Queimadas
Uso controlado do fogo pode proteger contra incêndios florestais, aponta André Lima **F8**



INÊS 249
Crise climática
Seca trava navegação e coloca em risco população ribeirinha **F2**

Cenário
Ações estaduais incentivam restauração, biodiversidade e renda **F3**

Economia verde
“Barco voador” quer transformar transporte de passageiros e de cargas **F8**

Valor F
Quinta-feira, 5 de setembro de 2024

Especial

Amazônia

No limite do impacto

Ambiente Bioma experimenta secas cada vez mais severas e apesar da queda do desmatamento precisa ampliar restauração para manter seu papel ecossistêmico

André Borges
De Brasília

A Amazônia entrou em uma espiral negativa. Protagonista no enfrentamento das mudanças climáticas, a maior floresta tropical do mundo tem sofrido as consequências de uma crise que demanda, de forma urgente, sua preservação e recuperação. Mais seca e devastada ano após ano, a Amazônia é crescentemente castigada pelo aquecimento do planeta que, em paralelo, avança de forma acelerada, com uma resistência verde cada vez menor.

“É um círculo vicioso, um fluxo que precisa ser quebrado. Neste ano, já estamos vivendo a pior seca da Amazônia, ainda mais severa que a do ano passado, um impacto que, sem dúvida nenhuma, é resultado não só do desmatamento, mas também da mudança climática global. A própria floresta é vítima da mudança que tenta conter”, diz André Lima, secretário extraordinário de Controle de Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Menos floresta, mais calor. A meta de manter o aumento da temperatura global abaixo de 1,5°C, em relação aos níveis pré-industriais (1850-1900), um objetivo que foi estabelecido no Acordo de Paris, em 2015, já foi para o espaço. Os dados do Centro Europeu para Previsões Meteorológicas de Médio Prazo mostram que o período de julho de 2023 a junho de 2024 foi o mais quente já registrado na história. As imagens de rios amazônicos se transformando em fios d’água são parte de uma realidade que tende a se consolidar, caso não se reverta o quadro imediatamente.

Ações mais recentes de combate ao desmatamento têm dado resultado. Depois de quatro anos de desmandos ambientais no governo de Jair Bolsonaro — período em que a devastação, as invasões de terras e as queimadas atingiram níveis recordes —, a fiscalização ostensiva e as operações contra os crimes da floresta começaram a frear as atrocidades. Os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram que, nos 12 meses iniciados em agosto de 2023 e encerrados em julho de 2024, foram desmatados 4.315 km² no bioma Amazônia, uma área 45,7% inferior à dos 12 meses do ciclo anterior. O resultado também representa menos da metade do que foi perdido anualmente entre 2019 e 2022. São números que estimulam a busca pela meta cravada no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm): chegar ao desmatamento zero até 2030.

Ainda que se atinja uma situação de controle efetivo do desmatamento nos próximos seis anos, a realidade é que isto não será suficiente, dado o grau já avançado da devastação. “A Amazônia não tem outra saída, senão buscarmos seu reflorestamento. Não basta apenas conter o desmatamento. Será preciso inverter essa lógica, com restauração florestal produtiva de escala para toda a região. É o necessário a ser feito”, diz André Lima, do MMA.

“Não basta contar apenas com ações de comando e controle contra o desmatamento. É preciso ter políticas para que as pessoas que vivem na Amazônia ganhem mais dinheiro plantando árvores do que criando bois.” Em 2022, a organização Mapbiomas calculou que o bioma Amazônia, em toda a América Latina, perdeu 17% de sua vegetação natural, com mais de 125 milhões de hectares destruídos. O Brasil, que abriga 60% de todo o bioma, viu a floresta perder 21% da mata nativa. Os cientistas alertam que, se o índice geral chegar ao patamar de 20% a 25% de perda da cobertura flo-

restal, o que já não está distante, a região pode atingir um ponto de inflexão e sem retorno, comprometendo de vez seu papel ecossistêmico. Medidas de proteção e recomposição estão em andamento. Há exatamente um ano, em cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e de Incêndios Florestais na Amazônia. No alvo do programa estão os líderes da devastação, 70 municípios que juntos respondem por 56% do desmatamento total do bioma.

Pelo acordo, os municípios passam a receber recursos federais proporcionais à redução de desmatamento e incêndios que apresentarem. Um total de 48 municípios já aderiu ao programa, que soma repasses já programados de R\$ 785 milhões. Suely Araújo, coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima, afirma que, na perspectiva regional, o cenário crítico da Amazônia só será afastado se o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm) for aplicado, efetivamente, em seus quatro eixos temáticos: atividades produtivas sustentáveis; monitoramento e controle ambiental; ordenamento fundiário e territorial; e instrumentos normativos e econômicos voltados à redução do desmatamento. Em outras palavras, é preciso que as medidas envolvam diretamente a população de 29 milhões de habitantes que residem no bioma.

“Tem de ser impulsionada a regularização fundiária e fomentadas as atividades produtivas sustentáveis em escala. A Amazônia é hoje a região mais pobre e violenta do país e esse quadro tem conexão com o crime ambiental”, diz Araújo. “Outra linha importante de atuação, prioritária, está nas iniciativas de adaptação à mudança do clima. A população da região necessita de apoio para enfrentar da forma cor-

reta a realidade dessa crise e a tendência de redução do volume hídrico.”

Alessandra Cardoso, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), avalia que ainda há um vácuo entre ações federais e medidas que alcancem a vida da população amazônica. “O governo tem demonstrado capacidade de captar recursos, como os R\$ 10,4 bilhões para o Fundo do Clima, por exemplo, mas a realidade é que esses recursos são direcionados, principalmente, a grandes investidores. É necessário um plano que aborde os gargalos históricos e desenvolva a Amazônia a partir de uma perspectiva diferente daquela baseada apenas no extrativismo”, avalia.

Na avaliação da especialista, o governo acerta em sua guinada rumo a um “plano de transformação ecológica”, mas quando se analisa o que realmente está sendo implementado, seja em termos de regulação ou de mecanismos de financiamento, o que se vê são medidas mais voltadas a ações de âmbito nacional e de atração de investimentos privados, sem se voltar a necessidades específicas da Amazônia.

“O combate ao desmatamento é crucial e os resultados melhoraram muito, mas isso é apenas a ponta do iceberg de um problema complexo, que inclui outras questões relacionadas à Amazônia, como sua trajetória de desenvolvimento. O governo brasileiro ainda não mostrou ser muito eficaz ou proativo na construção de um plano de transformação ecológica adaptado à região”, diz Cardoso. “Estamos falando de um território que ainda tem 7.000 comunidades ribeirinhas isoladas, muitas delas sem acesso à energia e serviços básicos. A dificuldade em escalar soluções de negócios sustentáveis na Amazônia é um reflexo da falta de uma estratégia robusta. É necessário que o governo desenvolva uma visão mais integrada e eficaz, que vá além do discurso e realmente traga benefícios concretos para as comunidades locais”, acrescenta.

Território tem 7 mil comunidades isoladas, muitas delas sem serviços básicos



Cenário Rios vazios travam navegação e põem em risco qualidade de vida de comunidades ribeirinhas

Eventos climáticos se sobrepõem na região

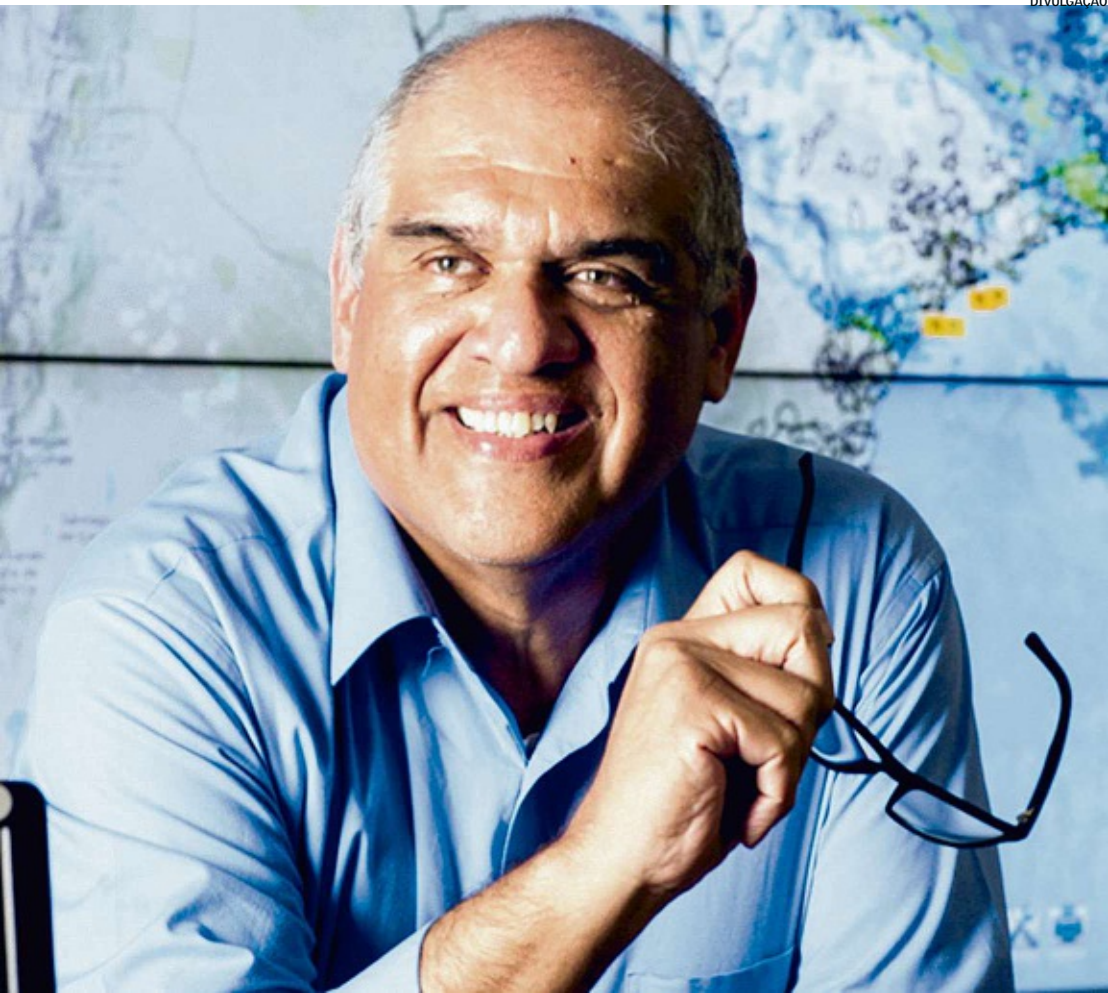
Eduardo Geraque
Para o Valor, de São Paulo

As lacunas no conhecimento científico sobre as secas na Amazônia ainda existem, no sentido de explicar se são fenômenos sazonais ou totalmente atrelados ao aquecimento global. O que não falta, entretanto, são dados e correlações mostrando que o impacto das crises climáticas sobre a população, potencializado pelo desmatamento, é algo real, que merece ações imediatas de mitigação e adaptação. E tendem a ficar cada vez mais frequentes.

“A seca tem nos impactado muito, em todos os aspectos. No nosso trabalho de manejo na pesca, estamos com muita dificuldade de locomoção com os barcos, o que impacta diretamente na renda das famílias. Praticamente isoladas, e sem o barco poder circular entre as comunidades, tanto a produção fica parada, como não se consegue levar os mantimentos até as pessoas, como as cestas básicas”, afirma Manoel Siqueira, líder comunitário da Associação de Produtores Rurais de Carauari (Asproc), entidade que trabalha com a pesca certificada de pirarucu na região do Médio Juruá, no interior do Amazonas. São aproximadamente 800 famílias envolvidas no trabalho.

“As comunidades já sofreram bastante com o impacto da seca no ano passado e a tendência é que ela seja maior agora, com a possibilidade, inclusive, de o rio ficar totalmente sem navegação. Sem o manejo, não se tem renda e cesta básica. É um impacto significativo na qualidade de vida, na geração de renda e no bem-estar da comunidade”, diz Siqueira. Outro desdobramento importante, segundo Letícia Santos de Lima, pesquisadora brasileira na Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), que estuda a Amazônia, é o efeito dominó que a seca amazônica gera.

“Muitas comunidades rurais dependem de combustível para geração de energia elétrica local por não estarem conectadas à malha elétrica brasileira. Com o transporte restrito, as comunidades ficam no escuro. As comunidades produtoras pesqueiras dependem de refrigeradores para



Seca atingiu mais cabeceiras dos rios Solimões, Purus, Madeira e Juruá, aponta Marengo

manter seu produto até o transporte para os centros consumidores. Obviamente, durante a seca, não somente não conseguem escoar sua produção (que também inclui produtos florestais como açaí, castanha, e cultivados, como a mandioca para a farinha), como também perdem boa parte da produção por falta de condições de refrigeração”, explica a pesquisadora.

O que os produtores do interior da Amazônia estão vivendo no dia a dia também surge de forma nítida no satélite dos cientistas. Estudos liderados pelo cientista José Marengo, coordena-

dor-geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), mostram como o atual episódio de seca, que se arrasta desde julho de 2023, muito mais do que o observado historicamente na região, atingiu principalmente as cabeceiras dos rios Solimões, Purus, Madeira e o Juruá.

“Ainda não sabemos o que vai ocorrer entre este e o próximo ano, mas se não começar a chover em outubro ou novembro, podemos ter uma repetição em 2025 do que aconteceu em 2024 que, basicamente, havia começado antes, na primavera de 2023, onde a estação chuvosa do ano hidrológico 2023-2024 atrasou e não começou em outubro de 2023, mas sim em janeiro de 2024”, afirma Marengo, um dos cientistas mais influentes do mundo em estudos sobre meteorologia e mudanças climáticas, que trocou o Peru pelo Brasil nos anos 1990.

Os que dados são unânimes em dizer é que o sistema de chuvas amazônico, principalmente em 2023, entrou em um modo diferente de operação. Na verdade, todo o processo anômalo começou no sudoeste da Amazônia, em novembro de 2022, para ganhar força nas regiões central e norte da Amazônia entre junho e setembro de 2023, exacerbado pelo fenômeno El Niño e pelo aquecimento também fora do normal das águas tropicais do Atlântico Norte.

“É semelhante ao que ocorreu em outras secas severas na Amazônia, a diferença agora é que o período mais afetado foi entre setembro e novembro de 2023 e não o verão austral, entre dezembro e fevereiro, como ocorreu em outros anos”, escreve Marengo e colaboradores em um artigo científico inédito ao qual o **Valor** teve acesso.

A situação torna-se mais crítica no momento em que a seca se acumula com as queimadas e com o

desmatamento da floresta, apesar dos índices recentes terem caído. “A região onde se concentra a fumaça que detectamos em agosto coincide com o chamado Arco do Desmatamento — que inclui o norte de Rondônia, o sul do Amazonas e o sudoeste do Pará. Isso indica que, além das mudanças climáticas e do El Niño, as mudanças de uso da terra produzidas pelo ser humano têm um papel central no aumento das queimadas”, explica Helga Correa, especialista em conservação do WWF-Brasil.

Quando são analisadas as imagens de satélite de forma mais minuciosa, segundo Correa, é possível constatar que a maior emissão de fumaça coincide com as áreas onde há estradas, como as BRs 163, 230 e 319. “As áreas no bioma da Amazônia onde foi observada uma temperatura enormemente aumentada no mês de agosto coincidem com esses locais onde há estradas, como se fosse uma cicatriz que remete ao nosso modelo de desenvolvimento. Onde há estradas também há cidades e, com isso, além dos impactos do fogo sobre o meio ambiente, a fumaça produzida pelos incêndios tem grande impacto também na saúde humana”, afirma. Durante a pandemia, investigação feita pelo Infoamazonia, em parceria com a Fiocruz, mostrou que casos de covid-19 aumentaram em áreas onde a poluição do ar estava pior por causa das queimadas.

“O mais importante agora é terminar o Plano CLIMA-Adaptação [em gestão no governo federal] que tem um setor estratégico de povos tradicionais e comunidades indígenas, e também ter previsões climáticas e hidrológicas que possam dar uma ideia de como o nível dos rios vai se comportar para preparar planos de contingência em apoio a comu-

nidades ribeirinhas que podem ficar isoladas”, diz Marengo.

Em paralelo, do lado onde a seca tende a afetar mais o abastecimento das grandes cidades, planos existem e estão licenciados. Os governos e as empresas de cabotagem que atendem o norte do país vivenciaram, em setembro de 2023, o serviço de navegação para Manaus colapsar. E por volta de 70% do volume de carga que entra e sai de Manaus circula pela navegação de cabotagem, inclusive quase toda a proteína animal.

Como a avaliação das indústrias do setor é de que os eventos climáticos estão aí e vão tornar os problemas de seca na Amazônia cada vez maiores, tudo está preparado para este ano, caso os rios sequem muito novamente. Existe o projeto da montagem de um píer flutuante na região de Itacoatiara, próximo a Manaus. Com isso, os navios que levam a carga ao Norte vão atracar e transportar suas cargas para barcas, que terão condições de navegar pelo Amazonas, mesmo com pouco calado. Talvez seja preciso dragar, também, parte do leito do rio.

Ao mesmo tempo em que a infraestrutura para enfrentar a seca é pensada, as medições dos órgãos técnicos não param de informar dados fora da curva. Os rios Solimões, Acre e Paraguai já atingiram suas marcas históricas, segundo o Serviço Geológico Brasileiro (SGB). No caso do Solimões, na altura de Tabatinga (AM), o recorde negativo era de -86 cm em 2010. Hoje, já bateu o -94 cm.

“Dados apresentados recentemente mostram que a temperatura da água em 25 lagos da Amazônia central tem aumentado de forma alarmante nas últimas décadas”, afirma Lima. O aumento vertiginoso da temperatura da água no lago de Tefé, por exemplo, foi a causa da mortandade dos botos há um ano. “Este fenômeno nunca tinha sido registrado anteriormente, o que nos mostra a gravidade da situação. A combinação de chuvas abaixo do esperado, baixos níveis dos rios e temperaturas altas está sendo, em 2023 e 2024, um verdadeiro caldeirão de problemas graves para os ecossistemas amazônicos e a população local.”

Falta de articulação limita a distribuição de recursos

Guilherme Meirelles
Para o Valor, de São Paulo

A realização da Conferência do Clima (COP30) em Belém, em 2025, e o encontro dos principais líderes mundiais no G20, no Rio de Janeiro, em novembro, colocam o Brasil no centro das atenções para ações de preservação da floresta amazônica e para a promoção do desenvolvimento sustentável em projetos com baixa emissão de carbono e aproveitamento dos recursos naturais.

Ainda que de forma desordenada, recursos existem, afirma Márcio Holland, professor da A Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EESP) e autor da obra “Diálogos Amazônicos”. “A Amazônia é rica, diversa e imensa, mas não há projetos estruturantes. Na bioeconomia, há esforços isolados em áreas pontuais, mas sem escalabilidade. Falta infraestrutura, logística, energia elétrica e internet de qualidade. Os recursos precisam ser em larga escala dentro de uma linha articulada”, afirma Holland.

De acordo com Sérgio Leitão, diretor do Instituto Escolhas, em 2020 o Banco da Amazônia, principal instituição de fomento à região, contava com R\$ 33,8 bilhões entesourados que poderiam ser revertidos para iniciativas de bioeconomia. Luiz Lessa, presidente do banco, admite que havia recursos não utilizados, mas o quadro mudou. “Em 2024, tanto os recursos do Fundo Constitucio-

Financiamento	
Fundo Amazônia em números	
Valor total do fundo	R\$ 2.484 milhões
Valor total desembolsado	R\$ 1.609 milhões
Projetos apoiados	114
Instituições apoiadas diretamente e por meio de parceiros	652
Receitas obtidas com a comercialização de produtos	R\$ 317 milhões
Pessoas beneficiadas com atividades produtivas sustentáveis	239 mil
Área de floresta com manejo sustentável	75 milhões de hectares
Áreas protegidas com gestão fortalecida (TIs e UCs)	74 milhões de hectares
Imóveis rurais inscritos no CAR	1,1 milhão
Missões de fiscalização ambiental efetuadas	1.896
Unidades de conservação apoiadas	196
Terras indígenas da Amazônia apoiadas	101
Indígenas diretamente beneficiados	61 mil

Fonte: BNDES e Fundo Amazônia

nal do Norte como do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia estão sendo liberados”, afirma.

No primeiro semestre, diz, foram liberados R\$ 8,2 bilhões do orçamento de R\$ 13,3 bilhões do Fundo do Norte, com prioridade para municípios de médio e baixo IDH. “No microcrédito rural, alocamos R\$ 160 milhões para mais de 43 mil agricultores familiares. Em infraestrutura, o banco pretende desembolsar mais de R\$ 1,5 bilhão até 2027”, afirma.

Para Renata Piazzon, diretora-

geral do Instituto Arapyaú, o desenvolvimento sustentável passa pelo capital filantrópico em articulação com o capital privado e políticas públicas. Ela cita a iniciativa Povos na Floresta, que prevê a integração de 1 milhão de pessoas em rede de banda larga em 5.000 comunidades em até três anos. “O projeto prevê investimentos de US\$ 80 milhões e já levantamos R\$ 50 milhões em filantropia. Temos apoio de Energisa, Santander, Itaú e entidades de quilombolas, indígenas e extrativistas, entre outros”, diz Piazzon.

Investimentos em projetos de restauração de áreas degradadas são boas alternativas de investimento, afirma José Otavio Passos, diretor da The Nature Conservancy (TNC Brasil) na Amazônia. Recentemente, o governo do Pará desapropriou uma área devastada ilegalmente de 10 mil hectares e abriu um edital para restauração. “O investimento



Joana Chiavari, da Climate Policy Initiative/PUC-Rio: "Esperamos mais investimentos do setor privado"

previsto é de R\$ 78 milhões, com geração de 2.000 empregos e remoção de 4,5 milhões de toneladas de CO₂, a serem comercializadas no mercado de créditos de carbono, já que áreas restauradas são mais fáceis para serem certificadas”, afirma o diretor.

Paralisado por quase três anos na gestão do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, o Fundo Amazônia retomou seus aportes em 2023 e hoje soma cerca de R\$ 3,9 bilhões de recursos captados por países e entidades para destinação a projetos sustentáveis. Já houve concessão de suporte a 652 instituições e retorno de R\$ 317 milhões em projetos apoiados.

Criado em 2008, o Fundo Amazônia tem gestão do BNDES

e recebe doações principalmente de Noruega e Alemanha. Os aportes paralisados em 2019 só foram retomados no final de 2022, por decisão do Supremo Tribunal Federal. Em 2024, o fundo já recebeu R\$ 14 milhões do Japão, US\$ 47 milhões dos Estados Unidos, R\$ 30 milhões da Suíça, US\$ 50 milhões da Noruega e, em julho, foi anunciada a doação de R\$ 120 milhões da União Europeia. “Além do Fundo Amazônia, esperamos mais investimentos do setor privado e um alinhamento entre financiamento climático e as metas climáticas”, diz Joana Chiavari, diretora de pesquisa da Climate Policy Initiative/PUC-Rio.

Embora incipiente, o mercado de capitais demonstra sinais de

interesse. Sem data de lançamento, o Banco do Brasil, a Caixa, o BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) anunciaram o fundo ETF Amazônia Para Todos, com carteira de ativos de renda fixa voltados para a economia sustentável. O índice de referência ainda será criado e o tíquete de entrada ficará por volta de R\$ 100, segundo o Banco do Brasil.

Outra novidade será um CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) sustentável da ONG Taboa, securitizado pela gestora Gaia com recursos captados de um edital de blended finance (capital filantrópico e capital privado) do BNDES. Os resultados vão dar crédito a 600 famílias produtoras de cacau no Pará.



Promover uma economia verde, inclusiva e de baixo carbono.

esse é o mundo que a gente

imagina

O BB tem a sustentabilidade na sua razão de ser, com iniciativas que promovem a preservação da Amazônia e de todos os outros biomas.

Conheça nossos programas de ASG em bb.com.br/sustentabilidade.



Bioeconomia Meta para zerar desmatamento até 2030 envolve ações que incentivem restauração, biodiversidade e renda, afirmam secretários

Projetos estaduais buscam manter a floresta em pé

Mônica Magnavita
Para o Valor, do Rio

Os nove Estados que integram a Amazônia Legal enfrentam o desafio de conciliar crescimento econômico, bem-estar social e preservação na região que abriga a maior floresta tropical do planeta. Mudar o modelo econômico baseado no desmatamento por outro com base na floresta em pé requer combinar políticas públicas com ações do setor privado e da sociedade civil. A meta de zerar o desmatamento até 2030 implica a consolidação de projetos que incentivem restauração de áreas degradadas, recuperação de ecossistemas, biodiversidade e renda para a população. Nessa linha, a região vê crescer atividades como produção de açaí, piscicultura, turismo comunitário e bioeconomia, enquanto inicia a transição energética.

Governos estaduais se voltam para soluções baseadas na natureza e que desenvolvam vocações da região. O Maranhão, por exemplo, lançou o programa Floresta Viva Maranhão, estruturado em seis eixos; entre eles, incentivo econômico para a manutenção de floresta em pé e outro voltado a comunidades tradicionais. “Inauguramos o maior viveiro público do Brasil, no município de São Bento, com produção superior a 1 milhão de mudas de açaí. Em seis meses, as famílias já conseguirão comercializar as mudas e com dois anos já darão frutos”, diz Pedro Chagas, secretário de Meio Ambiente do Estado.

Os próximos passos incluem a expansão da iniciativa para outra comunidade quilombola em dois municípios, um deles associando um viveiro com 500 mudas/ano de açaí à apicultura, e um terceiro de cacau. Os recursos usados são privados, tanto do chamado marketing verde quanto por conversão de multas.

O Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, lançado este ano, criou condições para que a atividade na Amazônia. A meta é apoiar mil empreendimentos até 2027, metade na região, segundo

Carina Pimenta, secretária de Bioeconomia do Ministério de Meio Ambiente, que vê avanços.

“Há seis anos, rodei o Brasil para ver os produtos da bioeconomia. O Sul conseguiu juntar 20 a 30 cooperativas e tinha meses de produtos [em estoque]. Na Amazônia só havia uma foto de peixe, uma castanha em um saquinho, um açaí. Este ano, no encontro do G20 em Manaus, vi como evoluímos. Há vários produtos de cosméticos vindo de startups em comunidades que começam a agregar valor”, diz ela, que destaca a diversidade. “Temos muito a ganhar com floresta”, completa Marcello Brito, secretário executivo do Consórcio Amazônia Legal.

A agenda econômica do Estado do Amazonas também inclui o turismo de base comunitária, com investimento na capacitação de comunidades, que passam obter renda com atividades sustentáveis — como na do Tumbira, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro. “Com a transformação da área em unidade de conservação de uso sustentável, [a comunidade] transitou da atividade [madeira] ilegal para a de madeira manejada. Hoje, vive do turismo, além das biojoias. Temos uma trajetória de prosperidade baseada no turismo de comunidade e no empoderamento feminino”, diz Virgílio Viana, superintendente da Fundação Amazônia Sustentável (FAS), organização que também investe em projetos de energia solar na região, onde ainda prevalece a geração a partir de combustível fóssil. A Amazônia

“Estamos usando muito as unidades de conservação para apoiar agendas de negócios sustentáveis”
Eduardo C. Taveira

Legal abriga oito dos dez municípios brasileiros com mais emissões, segundo o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG).

A pesca esportiva no rio Negro e na Reserva Biológica do Uatumã, uma área de 400 mil hectares no município de Presidente Figueiredo (AM), a cerca de 200 km de Manaus, é outro exemplo de experiência turística bem-sucedida. “Na reserva foram gerados cerca R\$ 5 milhões com turismo no ano passado. Tem resolvido bastante os problemas locais”, afirma Eduardo Costa Taveira, secretário de Estado do Meio Ambiente do Amazonas.

O Pará, que vai sediar a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30) no ano que vem, está entre os que apostam no crescimento do setor. “É preciso transformar a atividade de turismo de base comunitária em política pública. Esse é o momento que estamos vivendo, é uma das prioridades”, afirma José Mauro de Lima O’de Almeida, secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará.

O apoio a cadeias produtivas locais é outra frente de atuação dos Estados da região. “Estamos usando muito as unidades de conservação para apoiar agendas de negócios sustentáveis”, diz Taveira, do Amazonas, citando o manejo do pirarucu, um dos maiores peixes de água doce do planeta, nativo da Amazônia. São ações que envolvem comunidades e conhecimento técnico e científico, com escala de mercado. “Temos ótimas iniciativas já maduras, como a do médio Juruá, na RDS de Uacari, onde as comunidades contam com processo de escoamento da produção, além de uma fábrica de beneficiamento”, afirma o secretário. Os planos de manejo florestal nas comunidades da região, em parceria com ONGs, vêm gerando bons resultados, segundo ele, valendo-se de conhecimentos étnicos e tradicionais de seus habitantes.

O manejo se vem se tornando uma das cadeias produtivas mais



Pedro Chagas, secretário de Meio Ambiente do Maranhão: recursos privados para financiar projetos de bioeconomia

rentáveis na região, e as comunidades locais têm papel fundamental. Jovens ribeirinhos e indígenas do médio Juruá, por exemplo, atuam como monitores de rastreabilidade, identificando o peixe dos rios ao supermercado, com aplicativo desenvolvido especificamente para esse fim. Em uma década, a população de pirarucu já aumentou 55 vezes em lagos protegidos, depois de ter sido praticamente dizimada pela pesca predatória.

Para Viana, da FAS, o grande desafio do manejo foi a desintermediação da cadeia. “Cerca de 85% do valor do pirarucu ficava com o intermediador e com o frigorífico. Com recursos do Fundo Amazonas [gerido pelo BNDES], investimos em três projetos, um deles de uma frota de barcos que leva o peixe das comunidades até os postos de venda. Em Manaus, o preço saiu de R\$ 3,50 para R\$ 11, triplicando a renda do pescador”, comemora.

O Mato Grosso renovou em julho acordo com Alemanha e do Reino Unido para a fase 2 do Programa REED Early Movers (REM), que remunera agricultores familiares, comunidades tradicionais, produtores rurais sustentáveis e povos indígenas que contribuem para a conservação da floresta. Na primeira fase, o programa abrangia 603 aldeias, com 40 povos indígenas, 107 municípios e mais de 30 mil pessoas atendidas.

Em outra frente, o Estado reduziu de 230 para 90 dias o prazo para licenciamento ambiental, segundo a secretária estadual de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti. Também ampliou em 600% a capacidade de resposta

a alertas de crime ambiental com fiscalização via satélite.

O desmatamento na Amazônia caiu 46% de agosto de 2023 a julho 2024 comparado aos 12 meses anteriores, muito em função da volta da política de fiscalização, segundo Paulo Barreto, especialista do Imazon. “Usando as tecnologias disponíveis, o Brasil pode aumentar muito a produção sem desmatar nos quase 100 milhões de hectares de pasto degradado”, diz.

O governo federal criou, este ano, o Programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Degradação Florestal, que destinará R\$ 780 milhões à regularização ambiental e fundiária, ao pagamento por serviços ambientais e à restauração florestal. “Vamos investir mais nos municípios que mais reduzem desmatamento”, diz André Lima, secretário de Controle do Desmatamento do MMA. Os recursos virão do Fundo Amazônia.

A regularização fundiária, etapa fundamental na criação de estrutura jurídica que dá segurança a projetos e investimentos, ganhou relevância no Pará, com o desen-

“A regularização combate a grilagem e o desmatamento, permitindo gestão e monitoramento”
Bruno Kono

volvimento da plataforma digital Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária (Sicarfi), que passa integrar a base de dados do governo federal. Com a integração das tecnologias, a regularização fundiária estadual cresceu 670% nos últimos cinco anos, incluindo mais de 27 mil imóveis.

“A regularização combate a grilagem e o desmatamento, permitindo que o Estado faça gestão e monitoramento”, diz Bruno Kono, presidente do Instituto de Terras do Pará (Iterpa). Mercado de carbono, bioeconomia, restauração florestal e agropecuária de baixo carbono estão entre as atividades que precisam da regularização como esteio jurídico para se tornarem efetivos. “Nenhum investimento virá para o Pará sem regularização fundiária”, afirma Kono. Segundo ele, a tecnologia será adotada por outros Estados da região.

Para chegar ao desmatamento ilegal zero, o Tocantins criou, no ano passado, grupo de trabalho integrando governo e setor produtivo. No início deste ano, parceria com o Ministério Público Estadual permitiu ações que identificam o que é legal (70%) e ilegal (30%). De acordo com o secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins, Marcello Lelis, com base nesse trabalho, o governo realizou primeira operação contra o desmatamento ilegal. “Foram os 130 casos mais graves do Estado”, afirma. Uma parceria com o MMA permitiu identificar, este ano, crimes ambientais em outras 1,5 mil propriedades. “Já notificamos as primeiras cem”, aponta Lelis.

Estados tentam evitar distorção em crédito de carbono

Cecília França
Para o Valor, de Londrina

A maior floresta tropical do mundo atrai atores do mercado de crédito de carbono em busca de oportunidades, mas na ausência de uma regulação federal, a região tem sido alvo de “grilagem verde” pelos chamados “caubóis do carbono” — como se viu na Operação Greenwashing, com a qual a Polícia Federal desmantelou quadrilha responsável pela venda de R\$ 180 milhões em créditos de carbono de áreas da União invadidas ilegalmente — e de violações de direitos de comunidades tradicionais.

O Projeto de Lei 182/2024, que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), segue em discussão no Senado. O Ministério da Fazenda aguarda a aprovação do texto, com sanções adicionais para a prática de ilegalidades no mercado voluntário, para setembro. “Minha maior preocupação com o que se convencionou chamar de ‘caubóis do carbono’ é descreditar um mercado que precisa ser estruturado de forma correta. Ao não existir uma legislação, começamos a ver todo tipo de oportunista fazendo projeto em unidade de conservação ou em reserva legal”, diz André Guimarães, diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).



Reserva de Uatumã, uma das concedidas à iniciativa privada pelo Amazonas

Neste cenário, Estados da Amazônia trabalham em legislações próprias para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação de florestas, o chamado REDD+ jurisdicional. Pioneiro na criação de um Sistema de Incenti-

vos aos Serviços Ambientais (SISA), em 2009, o Acre foi o primeiro Estado a integrar o Programa REDD Early Movers (REM), mantido com recursos do banco estatal alemão KfW. Apenas no primeiro ciclo, de 2012 a 2018, recebeu € 25 milhões,

valor equivalente a reduções de emissões de 6,572 milhões de toneladas de CO₂. No momento, segundo a secretária estadual de Meio Ambiente, Julie Messias, o Acre estuda como abrigar projetos voluntários no arcabouço legal.

O aninhamento desses projetos também é pauta do Grupo de Monitoramento, Reporte e Verificação em REDD+ Jurisdicional (GT-MRV) dos Estados da Amazônia Legal, hoje liderado pelo Tocantins. O objetivo é evitar distorções entre projetos privados e públicos, como dupla contabilidade do carbono. “O Estado precisa ter ciência das metodologias, caso contrário, podemos ter créditos superestimados, de um lado ou de outro”, diz a superintendente de Gestão de Políticas Públicas da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), Marli Santos.

Não só o greenwashing têm gerado controvérsias na região. Após conceder 21 áreas de conservação à iniciativa privada — uma com sobreposição de quatro Terras Indígenas —, o governo do Amazonas acabou interpelado pelo Ministério Público Federal (MPF), motivado por ação da Articulação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas (Apiam), e precisou suspender os processos. Os povos tradicionais dizem não ter participado da formulação dos projetos, enquanto a Secretaria Estadual de

Meio Ambiente diz que as consultas aconteceriam na sequência, antes da assinatura dos contratos.

Segundo o secretário Eduardo Taveira, a pasta dialoga com o MPF na tentativa de reverter a suspensão e acredita que a estratégia é a mais promissora para o Estado. “As empresas são remuneradas com 15% para pagar custos; do restante, 85%, metade vai direto para a implementação na comunidade e a outra metade para o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais”, afirma.

No documento enviado ao MPF, a Apiam afirma que “os pesquisadores defendem que, em vez de destinar dinheiro à aquisição de créditos de carbono, esses recursos estarão mais bem investidos em projetos de conservação de florestas tocados por comunidades tradicionais e indígenas”.

“Há muitos casos de violações aos direitos de povos e territórios indígenas e tradicionais envolvendo assédios de projetos de carbono em toda Amazônia”, afirmou, à

reportagem, o MPF. Darlene Braga, da coordenação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Estado do Acre, diz que muitos projetos de REDD+ no mercado voluntário fomentam conflitos agrários por retirarem a soberania de comunidades extrativistas onde atuam.

Além destes fatores, empresas e governos precisam ter em mente que esse mercado é temporário, alerta Eufan Amaral, da Embrapa Acre, uma vez que a meta do Brasil é chegar a desmatamento zero, enquanto o REDD+ trata de desmatamento evitado. “Não podemos colocar os projetos de carbono como salvadores da pátria. Se não estiverem integrados a estratégias de desenvolvimento, vão servir a poucos”, afirma. Segundo ele, o avanço precisa ser com reflorestamento produtivo, com sistemas agroflorestais que sequestram CO₂. “É isso tem que estar integrado a uma estratégia de desenvolvimento dos Estados e do país”, defende.

Para André Guimarães, do Ipam, se daqui a 20 anos ainda estivermos falando de mercado de carbono, já teremos perdido a guerra de combate às mudanças climáticas. “Ele vai funcionar até que a economia global esteja adaptada a um novo cenário econômico, com redução e até chegarmos a zero emissões ou emissões negativas, que é o compromisso do Acordo de Paris.”

21 áreas de conservação do Amazonas cedidas à iniciativa privada

Siga a Gerdau nas redes sociais:



Somos a maior recicladora de sucata ferrosa da América Latina.

Todos os anos, transformamos 11 milhões de toneladas de sucata em aço, o que representa 71% de todo aço produzido pela Gerdau. Para cada tonelada de sucata reciclada em nossa operação, evitamos a emissão de 1,5 toneladas de CO2 no meio ambiente*.

A Gerdau recicla sem fim e devolve para a sociedade um futuro mais sustentável.

*Fonte: World Steel Association



GERDAU
O futuro se molda



Cenário econômico Para críticos, planos para asfaltar rodovias, construir ferrovias e extrair petróleo são ameaças à floresta

Projetos do governo têm oposição de ambientalistas

André Borges
De Brasília

Cinquenta anos depois do plano desenvolvimentista dos militares, que avançaram sobre a Amazônia com estradas e hidrelétricas prometendo “integrar para não entregar”, e deixaram um rastro de desmatamento e ocupações irregulares, a região continua a ser alvo de projetos que, para ambientalistas, são capazes de fragilizar ainda mais a floresta. Na área de logística, os planos federais incluem a pavimentação da BR-319, eque liga Porto Velho (RO) a Manaus (AM), e a construção da Ferrogrão, ferrovia de 900 quilômetros de extensão que ligaria Sinop (MT), região que é a maior produtora de grãos no país, ao porto de Miritituba (PA), área historicamente conhecida pelo garimpo ilegal.

Para defender a retomada da estrada, o governo argumenta que a BR-319 já esteve ativa até início dos anos 1980, mas que foi abandonada e engolida pela floresta, deixando Manaus isolada por via terrestre do restante do país. Sua pavimentação seria, portanto, a garantia do direito de ir e vir da população local. Ambientalistas afirmam, porém, que a pavimentação da rodovia carrega os mesmos problemas já vistos em outras estradas, como a BR-163, no Mato Grosso, que impulsionou a abertura de vicinais em seus mais de mil quilômetros, gigantescas “espinhas de peixe” para saquear madeira.

No caso da Ferrogrão, defensores do projeto afirmam que a estrada de ferro seria construída ao lado da BR-163, reduzindo o impacto ambiental sobre a floresta, consolidando uma nova rota de escoamento de grãos rumo aos portos do Arco Norte do Brasil e desafogando os terminais por-



GUTO MARTINS/DIVULGAÇÃO

“Não é a renda do petróleo que vai resolver problemas amazônicos”
Suely Araújo

tuários de Sudeste e Sul. Críticos ao projeto afirmam, porém, que a ferrovia teria um impacto direto em áreas extensas de unidades de conservação ambiental, além de afetar terras e povos indígenas.

Se na área de mineração o problema histórico é a profusão do garimpo ilegal, projetos bilionários de exploração fóssil também rondam o futuro da Amazônia, seja na retirada de gás ou de petróleo. No subsolo de Coari (AM), onde a Petrobras já extrai óleo desde a década de 1980, está a

maior jazida de petróleo terrestre do Brasil. Na região de Silves, pequeno município do Amazonas, poços de gás são explorados há mais de três anos, em meio a conflitos com povos indígenas.

É do mar, porém, que vem a maior preocupação dos ambientalistas atualmente, com os planos da Petrobras de explorar petróleo em área próxima à foz do rio Amazonas. “Deve ser destacado que não é a renda do petróleo e de outras fontes fósseis que vai resolver os problemas amazônicos. Esse tipo de exploração só traz mais concentração de renda, com injustiça social e intensificação dos problemas climáticos”, diz Suely Araújo, coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima.

Em Coari, a situação do município que explora petróleo há quase 40 anos é de extrema precariedade, com falta de saneamento bási-

co e emprego e altos índices de violência. Em Silves, o que se vê no município é falta generalizada de infraestrutura. As evidências revelam que os cobiçados royalties do petróleo e do gás, fator financeiro que costuma justificar a exploração desses insumos, não se traduzem em melhoria das condições de vida da população local.

“As ameaças estruturais precisam ser globalmente enfrentadas e o Brasil pode fortalecer o seu protagonismo se, além de reduzir o desmatamento, liderar negociações internacionais para pactuar um cronograma para a redução na produção e no consumo de petróleo, compatível com as exigências da emergência climática”, diz o sócio fundador e presidente do Instituto Socioambiental (ISA), Márcio Santilli. “A maior ameaça local à Amazônia continua sendo a ocupação e a exploração predatória do território e dos recursos naturais, que impede o desenvolvimento de uma economia sustentável. Isso requer consciência política.”

O presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam), Carlos Bocuhy, lembra que a “consciência política” também passa pela garantia de uma estrutura adequada para fiscalização, licenciamento e monitoramento ambiental.

“Foi restabelecida a vontade política de proteger a floresta, o que é obrigação do governo. Mesmo assim, a resposta poderia ter sido mais efetiva se o governo tivesse equacionado devidamente as pendências com os quadros funcionais do Sistema Nacional do Meio Ambiente [Sisnama], estabelecendo plano de carreira, salários condignos e complementação dos quadros funcionais do Ibama e do ICMBio”, diz Bocuhy. “É preciso aumentar a capacidade de recursos humanos e operacionais.”

Infraestrutura da região sofre efeitos da seca nos grandes rios

Janes Rocha
Para o Valor, de São Paulo

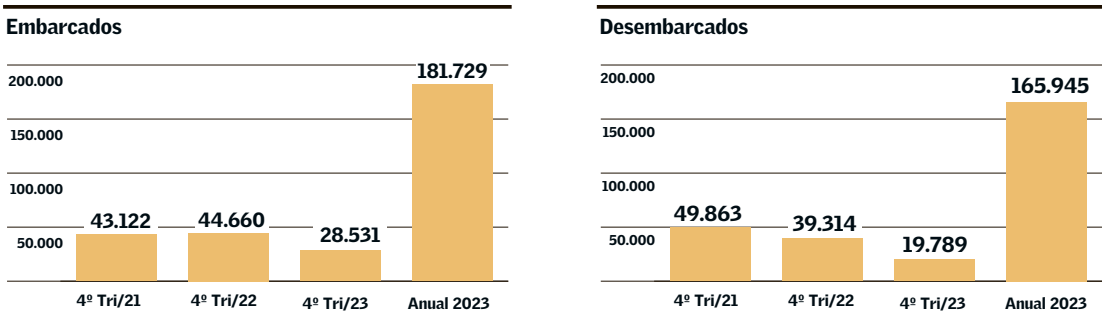
Em uma região já complicada devido às imensas distâncias e a predominância de vias fluviais, a logística de transporte de mercadorias está enfrentando mais um desafio com a seca dos grandes rios na Amazônia. A navegação de cabotagem se prepara para mais um ano de queda no transporte de cargas devido à estiagem. Secas sempre existiram na região, forçando embarcações a trafegarem com menos peso. O que mudou foi a intensidade, explica Luís Fernando Resano, diretor executivo da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac).

No ano passado, eles ficaram impossibilitados de passar em um trecho do rio Amazonas abaixo de Manaus. “Ali o calado, ou seja, o quanto o navio podia mergulhar na água, ficou limitado a menos de oito metros, o que é economicamente inviável”, diz Resano. Um mês sem navegar resultou em queda da movimentação de contêineres no quarto trimestre de 2023, de 75 mil unidades para 40 mil. O porto de Manaus é o segundo maior do Brasil depois de Santos (SP) para a cabotagem. Em 2023, foram 240 mil contêineres movimentados, do total de 1,2 milhão em todo país. Isso sem contar os graneleiros que levam soja, milho e outros grãos para o exterior e o transporte do gás produzido no polo de Urucu, da Petrobras.

Rumo à capital amazonense, os contêineres levam produtos como alimentos (arroz, feijão, carne) e material de construção. Na volta, trazem produtos da Zo-

O impacto da seca dos rios

Movimentação doméstica e internacional de carga em Manaus por cabotagem - em TEU(*)



Fonte: ABAC – Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem. (*) TEU: Twenty-Foot Equivalent Unit (Unidade Equivalente a Vinte Péis)

na Franca de Manaus (ZFM), como TVs, equipamentos de ar condicionado e motocicletas.

Para este ano, as previsões não são otimistas. Mesmo com o fim do fenômeno El Niño, ao qual foi atribuída a seca do ano passado, as mudanças climáticas seguem diminuindo o volume de água dos rios mais importantes para escoamento de mercadorias. “A situação é crítica”, ressalta Serafim Fernandes Corrêa, titular da Secretaria de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti) do Estado do Amazonas. Segundo ele, a situação é mais grave no alto e médio Solimões e nos rios Purus, Juruá e Madeira. “No ritmo que vai, até o fim do mês de setembro, o rio [Solimões] deve bater a mínima do ano passado e aí vai dificultar a na-

Rio Solimões deve atingir neste mês a cota mínima que foi registrada no ano passado

vgação”, adianta o secretário.

Uma ação necessária para possibilitar a passagem de embarcações é a dragagem de determinados trechos dos rios, explicam Corrêa e Resano. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) informou que fez contratações emergenciais no ano passado para dragagem em trechos dos rios Amazonas e do Solimões. Segundo o órgão, as licitações para este ano devem ser homologadas nos próximos dias, para que seja possível dar início às ordens de serviço.

Sem poder contar com ações mais rápidas do governo federal, os operadores portuários — empresas transportadoras e contratantes dos serviços de navegação — bancaram a instalação de dois portos temporários em frente à cidade de Itacoatiara, a cerca de 100 km em linha reta de Manaus, onde o rio é mais profundo. Ali, os navios carregados de contêineres transferem a carga para balsas que podem transpor o trecho mais raso até a capital do Estado. Mas é uma medida paliativa, de acordo com Resano.

O governo tem a logística da

Amazônia como estratégica na interação sul-americana, garantiu João Villaverde, secretário de Articulação Institucional no Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). Segundo ele, por reconhecer a influência das mudanças climáticas na infraestrutura local, está em elaboração uma nova Comissão Interministerial para Integração Sul-Americana, com doze ministérios, entre eles, o de Meio Ambiente e Mudança do Clima. “Tão importante quanto a gente ter o trabalho de infraestrutura, que é fundamental e sempre será, é você fazer isso a partir das evidências de mudança no clima”, afirma Villaverde. Ele garante que o MMA terá o mesmo peso nas decisões que os demais ministérios.

A interligação de Manaus com portos de saída do Norte brasileiro e das Guianas, Colômbia, Equador e Peru é parte do projeto Rotas de Integração do MPO, que inclui cinco caminhos para dez diferentes pontos de saída para o Oceano Pacífico. O objetivo é ampliar e agilizar o comércio intrarregional e encurtar o tempo de viagem aos mercados asiáticos.

Perfuração na Margem Equatorial traz risco de danos ecológicos

Simone Goldberg
Para o Valor, do Rio

A Margem Equatorial, área que vai do litoral do Amapá ao Rio Grande do Norte, é vista como a nova fronteira petrolífera — considerando que o pré-sal tende ao declínio no fim da década. No entanto, compatibilizar a exploração com preservação ambiental na região, formada pelas bacias marítimas da foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar, é um desafio, avaliam especialistas.

Segundo Gláucia Fernandes, pesquisadora de ESG (boas práticas ambientais, sociais e de governança) do Coppead/UFRJ, tecnologias avançadas e práticas rigorosas podem ajudar a mitigar riscos, mas a complexidade da região torna difícil garantir que não haverá impactos adversos. O Brasil, diz ela, soa contraditório ao priorizar a Margem Equatorial ao mesmo tempo em que sediará eventos mundiais onde a preservação do meio ambiente e mudanças climáticas serão temas de destaque.

Em novembro, haverá a reunião do G20 no Rio de Janeiro e em 2025, Belém receberá a COP30, conferência da ONU sobre clima. “O Brasil está tentando se posicionar como líder na transição energética, mas a exploração de petróleo na Amazônia pode afetar essa imagem”, diz Gláucia.

Para o WWF-Brasil, a Margem Equatorial ainda necessita de mais pesquisas para a compreensão do seu equilíbrio ecológico, incluindo pontos como a descarga de sedimentos do rio Amazonas e do Grande Sistema de Recifes do Amazonas. Além disso, diz a ONG, há correntes marítimas muito fortes e dinâmicas costeiras pouco estudadas, que diferem dos locais já explorados no Brasil.

“A costa brasileira na região é recoberta por manguezais. O toque de óleo afetaria todo o ecossistema marinho, com evidente impacto às comunidades locais, muitas delas dependentes da pesca para alimentação e geração de renda”, observa Daniela Jerez, analista de políticas públicas do WWF-Brasil.

As previsões de investimento na Margem Equatorial em 2024 somam US\$ 1,09 bilhão — considerando só a fase de exploração, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Um valor semelhante é estimado para 2025. Só a Petrobras reservou, em seu Plano Estratégico 2024-2028, US\$ 3,1 bilhões para investir na região, prevendo perfurar 16 poços no período.

A Margem Equatorial tem 34 blocos sob concessão, ainda em fase de exploração, dos quais nove ficam na bacia da Foz do Amazonas. Outros 5 estão na bacia do Pará-Maranhão, 11 na bacia de Barreirinhas e 9 na bacia Potiguar.

Nessa última bacia, a Petrobras

obteve, em 2023, licença do Ibama para perfurar. Em 2024, encontrou indícios de hidrocarbonetos em dois poços. Ambos necessitam de estudos aprofundados para determinar sua viabilidade comercial. A empresa aguarda, agora, licença para perfurar no bloco FZA-M59, na bacia da foz do Amazonas. Esse pedido já foi negado pelo Ibama, que exigiu informações complementares e foi reapresentado pela petroleira.

De acordo com o Ibama, um dos quesitos que fundamentaram a negativa à licença de operação foram dados referentes ao Plano de Proteção à Fauna Oleada. Essas informações, junto com outras, sobre impactos dos sobrevoos das aeronaves de apoio à atividade petroleira nas populações indígenas do Oiapoque (AP), foram protocoladas no começo de agosto pela empresa.

Os documentos estão em avaliação pela equipe técnica e ainda não é possível indicar com precisão um prazo para manifestação conclusiva, diz o órgão ambiental. No mercado, comenta-se que a licença sairá em alguns meses. A Petrobras, por sua vez, reafirma que está preparada para realizar “com total responsabilidade atividades na Margem Equatorial, onde pretende empregar todo o seu conhecimento operacional e as tecnologias necessárias para garantir uma operação segura”.

Há, no Ibama, quase trinta blocos da Margem Equatorial em processo de pré-licença para perfuração, de diversas empresas. Além da Petrobras, estão nessa lista Enauta, BP, Shell e Prio. A Margem Equatorial despertou o interesse do setor de petróleo e gás no Brasil depois que a Guiana fez descobertas consistentes há mais de uma década, o que fez com que país já incorporasse 11 bilhões de barris em reservas. O Suriname, vizinho à Guiana, também já encontrou cerca de quatro bilhões de barris.

Esses volumes totalizam aproximadamente 15 bilhões de barris e são um pouco abaixo das reservas provadas brasileiras. De acordo com o Boletim Anual de Recursos e Reservas (BAR), da ANP, divulgado em abril de 2024, o Brasil tinha, em 2023, 15,8 bilhões de barris em reservas declaradas de petróleo e gás natural. Há indicativos de potencial superior no trecho da Margem Equatorial brasileira, considerando similaridades geológicas à Guiana e ao Suriname.

Para o presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Roberto Ardenghy, a indústria do petróleo no Brasil demonstra capacidade de produção segura e é conhecida por sua capacidade técnica em operar em águas profundas. Ele ressalta que a atividade na bacia da foz de Amazonas se dará distante da costa brasileira, da foz do rio Amazonas e da floresta.

O executivo lembra que é preciso repor as reservas nacionais para o país não se tornar um importador de petróleo a partir de 2030, quando se dará a redução da produção das principais regiões como o pré-sal. E a Margem Equatorial, salienta Ardenghy, exhibe perspectivas positivas. “Segundo a ANP, há um potencial de 30 bilhões de barris nessa região”, observa ele.

34 blocos em fase de exploração estão sob concessão



GUILHERME KARDEL MIRACENA/DIVULGAÇÃO

Daniela Jerez, do WWF-Brasil: comunidades locais serão impactadas

Cidades

Contemplada com o PAC, sede da COP30 enfrenta o desafio de melhorar produção sustentável

Belém espera avançar além das commodities

Ricardo Ivanov
Para o Valor, de São Paulo

Os habitantes de Belém, cerca de 1,3 milhão, estão cercados por importantes obras em toda capital paraense, em plenos preparativos para sediar a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), que acontecerá entre 10 e 21 de novembro de 2025. “Os empreendimentos previstos no Novo PAC já estão em andamento. Serão quase R\$ 300 milhões em investimentos voltados só para a COP30”, afirma o ministro da Casa Civil, Rui Costa, que coordena o pacote e destina ao Pará a quantia de R\$ 38,7 bilhões.

O Estado, no entanto, vive uma contradição. O Índice de Desenvolvimento Urbano (IDH) de Belém, de 0,746, o 22º menor dentre o Distrito Federal e as 26 capitais brasileiras, segundo dados do IBGE de 2022, é um contraponto a sua pujança econômica baseada em commodities minerais e agropecuários, que está em crescimento constante nas últimas décadas.

Essa produção de grande porte — em alta por conta da demanda externa e que eleva o PIB do Estado do Pará para R\$ 262,9 bilhões em 2021, o décimo do país, acima da média nacional —, segue um paralelo cruel em relação à produção mais tradicional, ligada ao bioma. O setor político acredita que a COP30 é uma esperança de começar a equilibrar esses números.

A educação é um dos pontos considerados essenciais para a melhoria do IDH, e o Pará encontra-se em último lugar no ranking, empatado com o Amapá e o Rio Grande do Norte, com 4,8 pontos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O PAC tem recursos alocados para a área.

“A UFPA receberá uma série de

investimentos estruturantes com os R\$ 34,4 milhões em obras imediatas, incluindo a construção de laboratórios, blocos de salas de aula e restaurante universitário. Contemplarão melhorias em diferentes campi, como Belém, Ananindeua, Salinópolis e Altamira, onde teremos um prédio multiuso para o curso de Medicina”, diz o senador Beto Faro (PT-PA).

Ele afirma que nos últimos anos, em cidades como Rurópolis, a 900 km de Belém, mais de 10% da população, principalmente jovens, migrou em busca de educação superior. A região vai ganhar, via PAC, um campus da Universidade Federal. “Estou animado com os efeitos do conjunto dessas ações, com os impactos regionais da política macroeconômica. Há uma escala jamais vista do BNDES no fomento ao desenvolvimento sustentável da Amazônia”, diz Faro.

No entorno de Belém, a cerca de 300 km, fica a área de proteção ambiental do Lago de Tucuruí, que compreende sete municípios. “Lá temos uma população muito carente. Dentre as inscritas no Cadastro Único, 39,29% estão em situação de pobreza, uma realidade comum na Amazônia”, afirma Cleison Daniel Silva, engenheiro, professor da UFPA e gestor do Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia (NDAE).

“O Novo PAC prevê ações nesses municípios, a maioria voltada para educação básica (70,6%), retomando ou concluindo obras em creches, escolas e quadras. Então, qualquer ação, investimento ou obra estruturante tem potencial para ser de grande impacto na vida das pessoas”, afirma Silva.

Segundo a Casa Civil, outro aspecto importante para a população de Belém e do Estado é focar



Francisco Costa: infraestrutura ligada ao bioma necessita de muito apoio

esforços do PAC para melhoria de infraestrutura, com obras de saneamento básico, reforço ao abastecimento de água, interferências

"COP30 e PAC não resolverão os problemas, mas vão alavancar conjunto de mudanças institucionais"
Beto Faro

em ruas, avenidas e pontos de referência e melhoria da capacidade de seu aeroporto internacional.

Saneamento é um problema crônico da cidade, e o pacote também beneficia obras no esgoto do entorno do complexo arquitetônico e paisagístico Mercado Ver-o-Peso, um dos mercados públicos mais antigos do país, além da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE UMA) local, que já está com 87% de execução, segundo a pasta.

Belém também vai precisar correr para aumentar a rede hoteleira por conta do volume de pessoas esperadas na COP30. “Estão sendo feitas cessões de espaços públicos e

até ofertas em leitos de navios. Hoje, Belém não participa da rota de cruzeiros porque os grandes transatlânticos não têm condições de ancorar na cidade. Estamos fazendo um investimento de R\$ 210 milhões na dragagem do canal do porto de Belém. Isso será um legado para o Estado”, diz Costa.

“Certamente são grandes oportunidades de atrair recursos, a atenção do mundo e do próprio Brasil para Belém. É um momento muito especial, mas é preciso refletir mais profundamente”, diz Francisco de Assis Costa, economista e professor no Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da UFPA, membro do Science Panel For The Amazon da ONU e autor de diversos livros sobre a região.

Um dos desafios também está em avançar para além da economia de commodities e passar a assistir melhor à economia de produção local, tradicional, que está abaixo da linha de alcance do PAC. “Quando comparamos a infraestrutura da economia do agrobusiness com a tradicional, ligada ao bioma, percebemos que a última necessita muito de apoio, mas ela não é alcançada. Há uma carência enorme de tudo, enquanto do outro lado, se tem tudo: a Embraer, serviços etc”, diz Assis Costa.

Segundo ele, o PAC e os projetos que já estavam sendo pensados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia têm a intenção de produzir conhecimento para a sustentabilidade, mas para a economia tradicional da Amazônia, que é enorme, o impacto é muito pequeno. “São investimentos para potencializar ou esverdear a dinâmica de commoditização das coisas, que é muito mecânica e, por conseguinte, muito agressiva em relação à natureza original, orgânica. No máximo, ve-

mos uma orientação para o baixo carbono. Esses pacotes deveriam é criar novas capacidades. Não se assemelham, por exemplo, com os que potencializaram o desenvolvimento agrícola de São Paulo.”

Para o economista, há o risco que se potencialize, contraditoriamente, as dinâmicas negativas que historicamente assolam o meio ambiente, destruindo seu ativo mais importante: a floresta. O grande carma vivido pelo Estado é o das terras ilegalmente apropriadas, fruto da grilagem.

“No contexto que os economistas sonham, o grileiro teria um alto custo de transação positivo para manter a terra ‘grilada’. Isso não é verdade: para ele, na melhor das hipóteses, o custo é zero. Equivale ao do não grileiro”, afirma. No Brasil, ele explica, aconteceria o contrário do que o economista americano Douglass North, grande teórico do property rights da Nova Economia Institucional, prega, de a ilegalidade produzir custos altos e que só isso já dissuadiria o grileiro.

“O desmatamento é orientado para o mercado, em grande escala, com grandes empreendimentos e em bases ilegais. A grilagem é bem articulada, há a dissimulação de títulos falsos, falta base digital de dados em cartórios e isso acontece há décadas. Para chegar a essas revelações de grilagem, o custo é alto. Os governos federais e locais não conseguem checar isso de maneira barata e rápida. Como isso, a grilagem continua, e com baixo ou nenhum custo”, diz Assis Costa.

O senador Faro finaliza: “A COP30 e o Novo PAC não resolverão os problemas, mas vão alavancar um conjunto de mudanças institucionais e políticas que permitirão enfrentar os desafios estruturais da nossa região.”

Proteger a Amazônia é cuidar das sementes que ainda não foram plantadas. É semear um Futuro Vivo.

Vivo. A empresa mais sustentável do Brasil.

Saiba mais sobre os compromissos da Vivo com as pessoas e o planeta.

Telefónica

A Vivo é a empresa mais sustentável do setor nas Américas e de todos os setores no Brasil, possuindo a melhor pontuação no 2024 Sustainability Yearbook /Corporate Sustainability Assessment (CSA) da S&P, bem como é única empresa brasileira da Changé de World list da Fortune e líder do ranking do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), no período de 02/01/24 a 05/02/24.

Queimadas Em agosto, foram registrados 38.266 incidentes, mais do que o dobro em relação ao mesmo mês do ano passado

Pontos de incêndio se alastram e batem recordes

Andrea Vialli
Para o Valor, de Salvador

A Amazônia brasileira vive um momento singular: mesmo com uma queda de 45,7% nos índices de desmatamento entre agosto de 2023 e julho de 2024 em comparação ao período anterior, o bioma sofre de forma inédita com as queimadas. O mês de julho registrou o maior número de queimadas em duas décadas, com 11.145 focos de incêndio, um aumento de 93% em relação a julho de 2023, segundo dados do sistema Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

O que já estava ruim, ganhou contornos de catástrofe no mês seguinte: em agosto, foram registrados 38.266 focos de fogo, mais do que o dobro do ano anterior e o maior número para o mês desde 2010. Segundo especialistas ouvidos pelo **Valor**, esse cenário é fruto de uma combinação entre a ação humana, o desmatamento acumulado nos últimos anos, as mudanças climáticas globais e o agravamento de fenômenos meteorológicos como o El Niño.

Esse descolamento entre desmatamento e fogo já vinha sendo alertado pelos cientistas desde 2023. Em nota técnica, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) analisou o ano de 2023, quando houve um aumento de 36% da área queimada em relação a 2022, mesmo com uma redução de 50% na área com alertas de desmatamento no mesmo período.

A nota reforça a tese de que outros fatores, especialmente climáticos, contribuíram para o aumento da área queimada no ano passado, provocando uma mudança nos padrões do fogo na região. “A seca extrema na Amazônia e as altas temperaturas, colaboraram para esse cenário. Houve ainda um encurtamento do período de chuvas”, diz Ane Alencar, diretora de ciência do IPAM.

Este ano, a tendência verificada se acentuou ainda mais, pois a estação seca se antecipou, começando em maio, em vez de junho/julho. Segundo a pesquisadora, a alta do fogo tem dois momentos críticos: nos primeiros três meses do ano nas regiões norte do Amazonas e do Pará e em Roraima, mais

ligado às questões climáticas; e em julho e agosto, com 67% das áreas queimadas sendo, em maioria, áreas já desmatadas, o que pode indicar tanto um descontrole no uso do fogo na agropecuária, quanto ações criminosas para fins de especulação imobiliária.

A proximidade com as eleições municipais costuma deflagrar a sensação de “terra sem lei”, segundo Alencar. “Anos de eleição sempre causam caos na agenda ambiental na Amazônia, com aumento do fogo e desmatamento. Isso é potencializado em um cenário de mudanças nos padrões do clima.”

Assim, o fogo também é uma estratégia de grileiros, onde o al-

“O fogo é uma forma barata de desmatar e forçar a legitimação da área”
Rebecca Maranhão

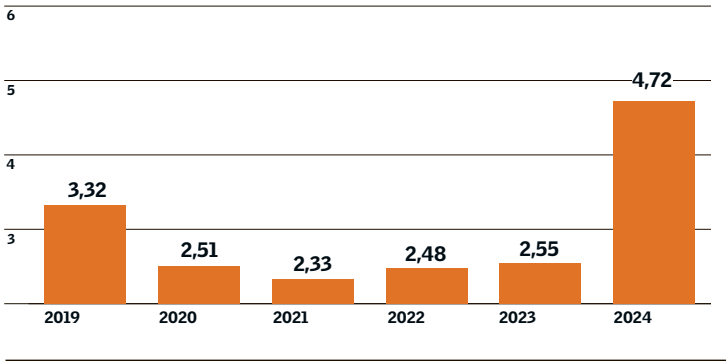
vo são terras de domínio da União que ainda não foram destinadas. Após serem desmatadas e transformadas em pastagens com a presença de poucas cabeças de gado — o chamado “boi zelador”, no jargão local — as terras tendem a valorizar no mercado local, explica Rebecca Maranhão, geógrafa e pesquisadora sobre a questão fundiária na Amazônia.

“Como são grandes áreas, o custo para desmatar é elevado, cerca de R\$ 2.000 a R\$ 3.000 por hectare. O fogo entra como uma forma mais barata de desmatar e depois forçar a legitimação da área”, diz Maranhão. Entre 2019 e 2021, anos de pico recente do desmatamento, mais de 50% ocorreram em florestas públicas não destinadas. Atualmente, 6 milhões de hectares estão em processo de destinação na Amazônia Legal, uma fatia pequena dos cerca de 56,5 milhões de hectares de terras da União cobertas por florestas não destinadas.

A estiagem severa que assola a Amazônia desde 2023 — e que deve ser ainda maior este ano — é sin-

O avanço do fogo

Área queimada de janeiro a julho na Amazônia Legal – em hectares



Tipos de uso e cobertura afetados – em hectares		
Floresta	1.475.757	
Formação natural	2.149.160	
Agropecuária	1.088.404	
Área não-vegetada	4.680	
Corpo d'água	4.851	

Fonte: Monitor do Fogo/MapBiomass

toma de fenômenos climáticos agravados pelo aquecimento global, tais como o aumento da temperatura dos oceanos, especialmente o Atlântico equatorial e o Atlântico norte. Combinado com o El Niño, contribuíram para uma seca sem precedentes e temperaturas mais altas na Amazônia.

Outro fator que conta é o desmatamento acumulado na região, que já alcança 18% do bioma, reduzindo a capacidade da floresta de produzir chuvas, umidade e sequestrar carbono. “Além das mudanças climáticas e do El Niño, a mudança de uso da terra produzida pelo ser humano têm um papel central no aumento das queimadas”, diz Helga Correa, especialista em conservação do WWF-Brasil.

Pelos satélites, foi possível visua-

lizar que a fumaça das queimadas coincidiu com regiões na franja das grandes rodovias que rasgam a Amazônia, como as BR-230 (Transamazônica), BR-319 (Porto Velho a Manaus) e o trecho amazônico da BR-163, a maior rodovia longitudinal do país. Não por acaso, o reforço no combate ao fogo prometido pelos governos federal e estaduais vai intensificar ações de fiscalização em regiões críticas nos eixos dessas rodovias, segundo o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). “As áreas no bioma onde foi observada uma temperatura enormemente aumentada no mês de agosto coincidem com esses locais onde há estradas, como se fosse uma cicatriz que remete ao nosso modelo de desenvolvimento”, diz Correa.

Uso controlado do fogo pode proteger florestas

André Borges
De Brasília

As estiagens cada vez mais severas que impactam a Amazônia têm agravado a ocorrência dos incêndios florestais, uma realidade que, até pouco tempo atrás, era mais intensa no Pantanal e no Cerrado, mas que tem avançado sobre o bioma amazônico, cada vez mais seco e suscetível ao fogo, devido ao ambiente mais seco e o acúmulo de biomassa.

Para enfrentar o problema, o governo adotou medidas que incluem o uso controlado do fogo, realizando queimadas estratégicas, em determinadas situações, para impedir a ocorrência de incêndios florestais descontrolados. Trata-se de um tipo de medida preventiva já utilizada há várias décadas em outros países, como o Canadá.

Em julho, foi sancionada a Po-

lítica Nacional de Manejo Integrado do Fogo, que define e orienta a realização da “queima controlada” como técnica para uso agrossilvipastoril; e a “queima prescrita”, para conservação dos ecossistemas florestais, entre outras medidas do que é conhecido como “fogo bom”.

“Criamos o Comitê Nacional de Manejo do Fogo, que vai monitorar esses programas. Com o fogo controlado, usado de forma adequada, conseguimos fazer prevenção, sem afetar a fauna e a flora e mantendo a resiliência da floresta, porque ela se regenera e impede que o incêndio florestal ocorra”, diz André Lima, secretário extraordinário de Controle de Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O combate aos incêndios também vai prever incentivo financeiro para produtores rurais que

se comprometerem com ações de prevenção e enfrentamento de focos de incêndio. A ideia do MMA é que o Plano Safra, principal instrumento de política pública do governo federal para apoiar o produtor agropecuário, passe a prever linhas de crédito com juros menores àqueles que aderirem às medidas de controle do fogo e ações preventivas.

“Estamos estruturando um plano para que o Plano Safra passe a prever um juro reduzido para quem se comprometer em adotar um plano de manejo de fogo. O objetivo é que isso seja incluído nos recursos repassados pelo Plano Safra”, diz Lima. “Haverá incentivo para o produtor que adotar tecnologias de monitoramento, estratégias de aceiro, minibrigada treinada, tanques de água instalados e equipamentos, por exemplo. Lidar com fogo é, primeiro, ter uma estratégia de

prevenção. Depois, é se preparar para fazer um bom combate.”

Um mapeamento detalhado será feito a partir da criação do Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo), uma ferramenta de gerenciamento das informações sobre incêndios florestais, queimas controladas e queimas prescritas no território nacional. Esse painel será mantido com dados inseridos por órgãos da União, Estados e municípios que atuem no manejo integrado do fogo.

A necessidade de regenerar a floresta também pode se converter em uma nova fonte de renda para a população local. Paulo Barreto, pesquisador sênior do Imazon, acredita que o combate ao desmatamento tem condições de ser transformado em uma oportunidade de negócios na Amazônia.

“É um paradoxo, mas a verdade é que o desmatamento criou uma oportunidade de restauração e, se

o Brasil fizer a coisa certa, pode até lucrar. A restauração deve incluir serviços como a captura de carbono, criando mecanismos para captar recursos em larga escala”, diz Barreto. “Há municípios com áreas degradadas que podem se beneficiar desses investimentos e isso pode gerar melhorias na qualidade de vida e na economia local.”

Seja no combate a incêndios, no replantio da floresta ou em medidas preventivas, ambientalistas são unânimes ao afirmar que não haverá meios efetivos de consolidar a Amazônia como um bioma protegido se isso não passar pelo envolvimento direto do cidadão.

“É preciso preservar a floresta, mas também oferecer uma boa condição de vida. Afinal de contas, as pessoas vivem ali. Precisamos sair desse cenário de caos absoluto que impera na região, ou em boa parte dela. A transição para uma economia verde

deve ser acompanhada de medidas eficazes para criar uma nova indústria e promover a restauração”, afirma Barreto.

Os especialistas também chamam a atenção para a destinação de terras públicas como ponto crucial, além do controle e fiscalização de cadeias de valor associadas ao desmatamento, como a pecuária, o que passa diretamente pelo setor privado.

“Se a pressão dessa cadeia continuar na região, mesmo com mudanças de governo e leis, o desmatamento pode voltar. Portanto, é necessário um controle disciplinado e constante, similar ao que a área econômica faz no combate à inflação, por exemplo”, diz o pesquisador do Imazon. “É preocupante saber que tudo isso pode mudar, conforme cada governo. Por isso, é importante incluir o setor privado, para que ele atue nessa virada de chave”, afirma.

Checagem da procedência da madeira é aperfeiçoada

Para o Valor, de Salvador

Angelim-pedra, cumaru, ipê, cedro e macaranduba estão entre as madeiras de origem amazônica mais valorizadas pelo mercado — possuem alta resistência e durabilidade, sendo ideais para usos que vão da construção civil e naval à movelaria. Mas a ampliação do consumo de madeira extraída legalmente ainda é um desafio devido ao temor da matéria-prima estar ligada ao desmatamento. A tecnologia entra como aliada, com ferramentas de rastreabilidade cada vez mais sofisticadas.

A GenomaA Biotech, startup especializada em biologia molecular sediada no Parque Tecnológico de Piracicaba (SP), desenvolveu uma solução de rastreamento para produtos florestais por meio do sequenciamento genético de espécies e identificação por DNA. A partir de um banco de informações genéticas formado com mais de 1.100 amostras de madeiras e folhas coletadas em áreas de manejo, a tecnologia permite identificar tanto a espécie quanto verificar sua assinatura genética, ou seja, as características da população de árvores de determinada área.

Na prática, as ferramentas de rastreabilidade por DNA permi-

tem assegurar que uma madeira seja exatamente da espécie comercializada e que veio de uma área de manejo específica, além da data da colheita e geolocalização. “Essas tecnologias vêm num momento em que o consumidor, especialmente brasileiro, está buscando garantias de origem e legalidade”, diz David Escaquete, head de vendas do grupo TMNH, do qual faz parte a GenomA Biotech.

A recente lei antidesmatamento da União Europeia (EUDR), que entrará em vigor em janeiro de 2025, e a Lacey Act, que estabelece condicionantes para a entrada de madeira estrangeira nos EUA, fizeram aumentar a demanda por mecanismos de conformidade. Essas tecnologias já estão sendo empregadas por duas empresas exportadoras — a Blue Timber Florestal e a Samise Florestal, que realizam manejo certificado em duas concessões florestais no Pará. As informa-

ções genéticas sobre a madeira, bem como a documentação atestando a origem legal fornecida pelos órgãos ambientais, podem ser consultadas pelos compradores por meio de um QR code.

A CRAS Madeira, que comercializa produtos de madeira de manejo florestal certificado no Pará, desenvolveu uma tecnologia própria que permite que o consumidor saiba com precisão de onde vem a madeira que está adquirindo. Ao solicitar o rastreio de madeira no momento da compra, é possível acessar, por meio de um QR Code, dados sobre a espécie, o número da autorização de manejo emitido pelo Ibama e a geolocalização exata onde a madeira foi colhida.

De acordo com Rodrigo Chitarelly, diretor-presidente da CRAS Brasil, a tecnologia é uma forma de disseminar informações sobre o manejo florestal e sua importância para a conservação das florestas. “Sempre lutamos contra uma percepção negativa do consumidor sobre a madeira retirada da Amazônia. Agora, temos uma forma de contar que o manejo segue critérios, como o corte de apenas três árvores por hectare, respeitando a fase de crescimento da espécie e promovendo a renovação da floresta”, explica.

“O consumidor tem buscado garantias de origem e legalidade”
David Escaquete



Amostras de madeira são coletadas para sequenciamento genético e identificação da espécie em laboratório

A desconfiança do consumidor não é sem motivo: cerca de 30% da extração de madeira na Amazônia é feita de forma irregular, segundo dados do Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex). No período entre agosto de 2021 a julho de 2022, foram explorados 394,6 mil hectares de florestas nativas para fins madeireiros. Dessa área, 73% tinham autorização de exploração florestal emitida, e os 27% restantes (104,4 mil hectares) ocorreram de forma não autorizada. No entanto, é difícil estimar a real retirada de madeira da floresta de forma ilegal.

“O gargalo do setor florestal é o intermediário. Por isso as tecnologias de rastreio são fundamentais

para dar segurança ao comprador e combater a crise de imagem relacionada ao desmatamento”, diz Maryane Andrade, consultora de legalidade florestal do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora).

A organização desenvolveu, em 2017, a plataforma Timberflow, com o objetivo de facilitar a visualização das etapas da produção de madeira da Amazônia, com base nos dados dos sistemas oficiais de controle federal DOF/Sinaflor e dos Estados do Pará e Mato Grosso, principais produtores. A ferramenta passou por aperfeiçoamentos e, no próximo mês, será lançada uma nova versão, com dados sobre legalidade (áreas alvos de

embargos por desmatamento, por exemplo) e ligados à cadeia produtiva dos produtos madeireiros.

Outra forma de o consumidor aferir se um produto foi extraído com legalidade é por meio da certificação florestal. O selo FSC (sigla em inglês para Conselho de Manejo Florestal) é o mais consolidado, com 30 anos de mercado. No Brasil, tem 7,6 milhões de hectares certificados. Destes, 1,2 milhão estão em concessão florestal na Amazônia. “Hoje, 90% das áreas de concessão estão certificadas com FSC, pois os empreendedores entendem o selo como uma garantia a mais de legalidade”, diz Elson Fernandes de Lima, diretor executivo do FSC Brasil. (AV)

Reflorestamento Modelo recém-lançado de parceria rural prevê cultivo de árvores sem custo para o proprietário e remuneração pelo compromisso de não desmatar

Produtor troca venda de motosserra por lucro com créditos de carbono

Sérgio Adeodato
Para o Valor, de São Paulo

O pecuarista Sadir Smidt migrou do Paraná para a floresta amazônica na década de 1980, chegou a vender motosserras para a derrubada de árvores e abertura de pastagens, e nos últimos tempos — com solo degradado, baixa produtividade e alto custo do gado — vivia o dilema de arrendar a fazenda de 666 hectares para a produção de dendê, em Tomé-Açu (PA). A trajetória do produtor não seria diferente de muitos na região, não fosse a oportunidade de repor o que foi destruído e buscar no mercado de carbono a garantia de aposentadoria e renda para novas gerações da família, sem abrir mão das terras.

“É alta a expectativa para essa diversificação de receita”, afirma Smidt, com 266 hectares de mata em recuperação. Na fazenda Três Irmãos, o proprietário integra um novo modelo de parceria rural, no qual destina uma área ao cultivo de árvores nativas sem arcar com os custos, se compromete a não desmatar e é remunerado pela distribuição dos lucros referentes à venda de créditos de remoção de carbono.

A iniciativa, recém-lançada pela empresa de restauração florestal Mombak, prevê rendimentos entre R\$ 500 e R\$ 1.000 por hectare ao ano: três a cinco vezes mais que a renda da pecuária de baixa intensidade, predominante na região amazônica. Há, ainda, a possibilidade de exploração de recursos não madeireiros no futuro, como cacau, castanha, açaí e ingá.

Os contratos rendem lucros por até cem anos, com adiantamento de valores por cinco anos durante o crescimento das árvores. Adotado em áreas de no mínimo 100 hectares, o modelo ajuda a sanar o déficit de reserva legal, comum em fazendas na Amazônia, onde imóveis localizados em florestas devem apresentar entre 50% e 80% de cobertura vegetal nativa.



Parceria com produtores gera maior resultado para Mombak do que a compra de áreas próprias para reflorestamento

“A parceria com produtores rurais gera maior resultado do que a compra de áreas próprias para reflorestamento pela empresa e permite capturar a mesma quantidade de carbono com menos capital”, explica Thomas Oldham, CIO da Mombak.

No momento, há duas parcerias em operação na Amazônia e cerca de 50 estão em negociação, no plano de fazer o modelo representar dois terços das áreas reflorestadas pela empresa no futuro. “O envolvimento com fazendeiros que operam há muito tempo na região gera segurança às operações”, argumenta o executivo da companhia.

A Mombak possui fazenda própria de carbono no município de Mãe do Rio (PA), onde até agora plantou 3 milhões de árvores em 3.000 hectares. Neste ano, o plano

“Com as mudanças climáticas, sistema agroflorestal deveria ser o novo normal da agricultura”
Valmir Ortega

é atingir 10 mil hectares, incluindo as parcerias rurais, com injeção de novos investimentos. Além de US\$ 120 milhões de fundos de pensão para as atividades iniciais, e US\$ 36 milhões do Banco Mundial, a empresa teve R\$ 160 milhões aprovados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em agosto.

Os recursos deverão ser aplicados na região amazônica de maior impacto do desmatamento.

“A maior escala é essencial diante do cenário climático”, enfatiza Oldham. O mercado global de créditos de remoção de carbono retira da atmosfera entre 3 milhões e 5 milhões de toneladas

ao ano, segundo dados da empresa. O aumento das parcerias rurais com fazendas de grande porte poderia capturar pelo menos 100 milhões de toneladas de carbono ao ano no mundo.

A demanda chegou à agricultura familiar. Com operações no Pará e mais quatro Estados, a startup Belterra, voltada à restauração de áreas degradadas com sistemas agroflorestais, busca no mercado climático recursos para expandir projetos com pequenos e médios produtores que consorciavam a produção de cacau, açaí e outros alimentos à recuperação e conservação de floresta. A empresa entrou na certificadora Verra com o registro de 1,4 milhão de créditos de carbono. “Com as mudanças climáticas, o sistema agroflorestal deveria ser o novo normal da agricultura”, ressalta Valmir Ortega, diretor-executivo da Belterra.

O negócio desenvolveu arranjos com produtores, prevendo tanto o arrendamento de uma parte da área por 15 anos como a parceria rural em que o proprietário entra com a terra e recebe insumos e assistência para acesso a crédito ou capital visando implantar ou ampliar florestas produtivas. Cerca de 400 agricultores participam da parceria e outros 300 deverão se engajar até o fim do ano, principalmente na Amazônia, segundo Ortega. “Com baixa produtividade, produtores descapitalizados não conseguem recuperar áreas degradadas”, afirma.

Há cinco anos, após receber investimento de R\$ 12 milhões do Fundo Vale para modelar a estratégia de reflorestar 100 mil hectares no país com impacto social positivo, a Belterra concebeu métodos de criar agroflorestas em larga escala com capacidade de remunerar investidores. Até 2024, a empresa recebeu cerca de R\$ 100 milhões de diferentes fundos, no total de 5.000 hectares de agroflorestas, com meta de chegar ao dobro em 2026.

Agroflorestas buscam inovações nos investimentos

Para o Valor, de São Paulo

A expansão das agroflorestas no país ganha evidência em produtos do consumo diário, como o cacau dos chocolates, o café e outros alimentos já nas gôndolas com a pegada socioambiental. Em Rondônia, região sob pressão do desmatamento e risco hídrico, a tendência é reforçada por novos arranjos de finanças baseados em carbono para viabilizar custos, remunerar pequenos produtores pelo plantio de árvores nativas e aumentar a escala da restauração de áreas degradadas.

“Diante do quadro climático, são necessárias alternativas de financiamento mais acessíveis e atraentes à agricultura familiar, que hoje enfrenta dificuldades de crédito nos modelos formais”, afirma Alexis Bastos, coordenador do centro de estudos da Rioterra, ONG de Porto Velho. O desafio resultou na criação de uma spin-off, a startup Aica, Agência Internacional de Cooperação pela Amazônia, na estratégia de envolver fundos de capital privado e desenvolver inteligência em modelos de investimento na bioeconomia, com impacto social positivo.

No objetivo de somar expertises, a empresa se associou a outra startup de Rondônia, a Essentia, efetivando a captação de R\$ 18 milhões do Amazon Bio-

diversity Fund (ABF) para expansão de sistemas agroflorestais (SAF) que consorcia produção de cacau, banana e açaí com plantio de matas nativas, visando a adequação das propriedades rurais ao Código Florestal, sem custos ao produtor.

O modelo prevê o retorno financeiro do investidor em créditos de carbono, também utilizados para remunerar os pequenos produtores na forma de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) pela recuperação e conservação da floresta. O projeto combina outros R\$ 7 milhões de doação do fundo canadense One Tree Planted.

São apoiadas 200 famílias, no total de 800 hectares, em dez municípios. Cerca de 25% da área recebe agroflorestas de cacau e o restante compõe reservas legais e Área de Preservação Permanente (APP) na beira de rios. “Há o desafio de somar valor de modo

“São necessárias alternativas de financiamento mais acessíveis e atraentes à agricultura familiar”
Alexis Bastos



Pequenos produtores produzem cacau, café e outros alimentos e se beneficiam por créditos de carbono em Rondônia

que a atividade seja mais atrativa do que alternativas econômicas menos sustentáveis”, explica Bastos. De acordo com ele, o cacau proporciona renda sete vezes maior que o gado na região.

Na iniciativa Agroverde, que envolve pecuaristas de leite, a startup obteve R\$ 10 milhões do ABF, com dívida conversível em carbono e R\$ 25 milhões do Fundo L’Oréal. Cerca de 600 produtores recebem mudas e outros insumos para reflorestar, além da assistência técnica da Rioterra e da recompensa financeira em créditos de carbono por recuperar e manter a floresta.

Para cada hectare reflorestado, outra área igual de pastagem é recuperada pelo projeto, abrangendo 2.000 hectares, em sete municípios. “É o casamento entre política pública, fortalecimento de cadeias produtivas e regularização ambiental”, ressalta Bastos. Além de 6.200 hectares restaurados no passado, a startup planta árvores, atualmente, em 3.000 hectares de pequenos produtores e há mais 12 mil hectares de contratos em negociação.

Com viveiro de grande porte abrangendo 115 espécies de mudas, o plano é envolver perto de 10 mil famílias nos próxi-

mos anos, em trajetória de maior escala que precisa fechar a conta. O custo da restauração florestal, neste modelo produtivo, gira em torno de R\$ 30 mil por hectare, segundo Bastos. E demandas por soluções financeiras são crescentes.

Na emergência climática, como a estiagem severa que tem secado fontes hídricas e disseminado queimadas na Amazônia, as agroflorestas têm se mostrando mais resilientes. Neste cenário, reforça o coordenador, a restauração produtiva permite ganhos ambientais e, principalmente, econômicos.

Novo plano de restauração prioriza viés econômico

Para o Valor, de São Paulo

Com passivo ambiental de 14 milhões de hectares, equivalente a quase três vezes o território do Estado do Rio de Janeiro, 72% em terras privadas, a Amazônia representa o maior potencial de escala no plantio de árvores para o país honrar os compromissos climáticos no Acordo de Paris. Os dados constam do documento final do novo Plano Nacional de Recuperação de Vegetação Nativa (Planaveg), que estará em consulta pública de 9 a 30 de setembro. O objetivo do governo federal é fazer o lançamento em outubro, na conferência de biodiversidade da ONU, a COP16, em Cali, na Colômbia.

Instituído originalmente em 2017, o Planaveg foi retomado em 2023 e em janeiro teve início o processo de revisão, com o envolvimento de 41 instituições. Em cerca de 100 páginas, o atual texto mantém a meta brasileira de restaurar 12 milhões de hectares em todo o país até 2030 e destaca o viés econômico da recuperação da floresta. Estão previstas estratégias junto às cadeias produtivas da atividade, instrumentos financeiros, pesquisa e inovação e monitoramento.

“O custo de não fazermos a restauração será muito maior do que os investimentos necessários para avançar na agenda”, adverte Fabiola Zerbini, diretora do departamento de florestas do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Crise hídrica, desertificação, empobrecimento dos solos e eventos extremos do clima já são rotina, com impactos econômicos e sociais.

Em todo o país, o déficit total de vegetação nativa soma 23,7 milhões de hectares. Em imóveis rurais, de acordo com o plano, será necessário recuperar pelo menos 9 milhões de hectares nessas áreas até 2030, por meio do avanço na regularização no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Instituído pelo Código Florestal em 2012, o instrumento encontra barreiras para aplicação nos Estados. Menos de 5% das propriedades rurais do país já tiveram análise do CAR para posteriores medidas de recuperação das áreas, segundo estimativa do MMA.

Na Amazônia, além da falta de florestas obrigatórias por lei nas propriedades, há 2,2 milhões de hectares de passivos em terras indígenas, 1 milhão em unidades de conservação e 648,3 mil em assentamentos rurais. De acordo com o novo Planaveg, o país precisará recuperar pelo menos 2 milhões de hectares nessas áreas até 2030, com fortalecimento das capacidades da União, Estados e municípios, induzindo práticas sustentáveis.

O documento reforça também a recuperação compulsória da vegetação derivada de autorizações, licenciamentos, embargos e autos de infração, com cumprimento de ao menos 80% de todas as ações.

Na análise de Zerbini, diante do atual cenário climático, restaurar serviços ambientais estratégicos não deve ser visto “como custo, mas investimento”. Com projetos de sistemas agroflorestais (SAF), Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e silvicultura de espécies nativas, o plano prevê restaurar mais 2 milhões de hectares no país até o fim da década. A recuperação produtiva da vegetação nativa associada à economia florestal se dará pela conjunção de políticas e programas de desenvolvimento e expansão da agropecuária sustentável.

“Repór florestas precisa ter o olhar produtivo”, observa Marcelo Ferronato, integrante da Aliança pela Restauração na Amazônia. Mapeamento da organização, que participou da construção do plano no âmbito da Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa, identificou 2.700 iniciativas de plantios de árvore no bioma — a maior parte no modelo de agrofloresta, com produção de alimentos e de outros insumos da biodiversidade nacional. (SA)

Economia verde Base numerosa de ideias inovadoras é chave para atrair fundos de venture capital

Maturidade de projetos é desafio para bionegócios

Sérgio Adeodato
Para o Valor, de Belém

O avanço da bioeconomia na escala necessária para conter o desmatamento e mitigar a mudança climática depende de inovações de startups brasileiras, muitas em criação na Amazônia, onde o valor da floresta em pé equivale a US\$ 317 bilhões ao ano, segundo o Banco Mundial. É crescente o pipeline de bionegócios na região, mas há o desafio de novos projetos mais maduros, aptos a investimentos de capital privado e parceria com grandes corporações para que haja mais chances de prosperar no mercado e levar produtos da biodiversidade ao consumidor, aumentando renda e impacto social positivo. Uma base numerosa de ideias inovadoras em estágio inicial, dizem analistas, é chave à perenidade da bioeconomia no futuro, com maior oferta de negócios atrativos ao apetite dos fundos de venture capital. Hoje, grande parte do impulso no setor está nos recursos públicos de fomento, cooperação internacional e filantropicos. “As startups amadurecem com cardápio mais qualificado e diversificado, apresentando inovações de alto padrão biotecnológico e digital, para além da transformação de matéria-prima”, aponta Marcos Da-Rê, diretor de economia verde da Fundação Certi. Em dois anos, o programa Jornada Amazônia, desenvolvido pela instituição, mapeou 1.400 inovações de bioeconomia, das quais 141 foram apoiadas para nascer como negócio. A previsão é totalizar 250 novas startups até 2025, quando o país sediará a COP30, a conferência do clima da ONU. “Não dá tempo de amadurecer sem o envolvimento das grandes indústrias: não basta comprar da Amazônia, mas investir em startups, incluindo participação acionária, testagem de novos produtos e mentorias”, diz Da-Rê. O tema movimentou o Bioeco-

nomy Amazon Summit, organizado pelo Pacto Global da ONU — Rede Brasil e gestora de fundos KPITL, em agosto, em Belém. Além de 84 startups, a iniciativa mobilizou investidores e empresas, como as do Bioeconomy Business Club, articulado pela Fundação Certi visando aproximá-las das boas ideias nascentes na Amazônia. “É uma relação de ganha-ganha, em que agregamos a experiência das startups [com produtos da Amazônia] e, em troca, ajudamos a avançar o negócio delas”, explica Janaína Padovesi, gerente de sustentabilidade da Ajinomoto do Brasil. Com faturamento de R\$ 3,3 bilhões em 2023 no país, a indústria japonesa investiu valores não divulgados na empresa Manioca, de Belém, com propósito de se conectar a cadeias de alimentos naturais e comércio ético. “O desafio é como escalar produtos diante da demanda de mercado que se espera”, diz Padovesi. O plano é duplicar os pontos de venda da startup paraense no próximo ano, com apoio em pesquisa, marketing e rede de distribuidores. “O investimento chegou para encurtar o nosso tempo de evolução, com um suporte que não temos aqui”, diz Joanna Martins, CEO da Manioca. Criada há dez anos, a empresa tem como carro-chefe o tradicional tucupi da culinária amazônica. Já a Brasbio, joint venture entre a brasileira Centroflora e a suíça de sabores e fragrâncias Givaudan, busca startups amazônicas para garantia da qualidade, rastreio e logística da matéria-prima. O negócio se relaciona com mais de 4.000 famílias para fornecimento à indústria de alimentos, cosmética, farmacêutica e de bebidas, com demanda crescente. “É preciso falar a língua e entender a cultura regional”, afirma Priscylla Moro, gerente-geral de parcerias. A convergência entre negócios inovadores, urgência climática e necessidade de manter e recuperar a floresta impulsiona solu-



Joanna Martins, da Manioca: startup paraense recebeu da Ajinomoto apoio em pesquisa, marketing e rede de distribuidores para duplicar pontos de venda

ções. “A tendência é o dinheiro corporativo usar fundos de inovação para se aproximar da agenda ambiental”, analisa Renato Ramalho, CEO da KPITL. A gestora de venture capital opera o Amazonia Regenerate Accelerator and Investment Fund, ancorado pelo BID Lab — braço de inovação do Banco Interamericano de Desenvolvimento — com US\$ 11 milhões iniciais e plano de alcançar US\$ 30 milhões no bioma amazônico do continente, a maior parte do Brasil. As primeiras transações deverão ocorrer até o fim deste ano. “É chave irrigar a base de ideias que se transformam em startups, com educação empreendedora, visando criar demandas de investimento na Amazônia”, avalia Ramalho. Para Carlo Pereira, CEO do Pacto Global da ONU — Rede Brasil, é preciso rapidez. “O mercado se mexe em movimentos isolados, nem sempre acompanhados por uma agenda de desenvolvimento capaz de atrair empresas e investidores. Há um fluxo financeiro represado”, afirma Pereira. “O setor está aquecido, com necessidade de consolidar demandas para agregar valor dentro da região”, concorda Paulo Monteiro, à frente da Associação dos Negócios de Sociobioeconomia da Amazônia (Assobio), criada há um ano com 75 startups, unindo forças para parcerias, políticas públicas e novos modelos de investimento. Na visão de Monteiro, grandes empresas só chegarão no rastro das pequenas, encorajadas por uma melhor estrutura na região. “Universidades estão mais abertas a transformar pesquisas em negócios que trazem soluções para a Amazônia”, afirma Thyago Gatto, gestor nacional do Inova Amazônia, programa do Sebrae que apoia startups de bioeconomia, com investimento de R\$ 31 milhões.

“Barco voador” busca revolucionar transporte de cargas e passageiros

Para o Valor, de Belém

Quando crianças, os engenheiros Lucas Guimarães e Felipe Bortoleto sonhavam ser piloto de avião. Fizeram mestrado no concorrido Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) para projetar o desejo de se adaptar a uma empreitada inédita: a construção do “barco voador” que promete revolucionar o transporte de cargas e passageiros pelos rios da região. O projeto mostra que inovações da bioeconomia podem ir além das tecnologias com produtos da floresta e criar as condições de infraestrutura — logística, conectividade e energia — para fazê-los chegar aos mercados. “Fomos provocados a utilizar o conhecimento da academia em algo útil para a Amazônia. Iniciamos uma jornada de inovação em um momento positivo de oportunidades na região”, diz Guimarães, cofundador da startup AeroRiver, com sede em Manaus e escritório de engenharia no polo aeronáutico de São José dos Campos (SP). O mais recente salto veio em agosto, com o aporte não reembolsável de R\$ 10 milhões da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Com o recurso, os empreendedores pretendem finalizar o protótipo em tamanho real do Volitan, primeiro veículo do país de efeito solo (ele se move sobre um “colchão” de ar que é formado pelo desenho especial das asas). A tecnologia permite “voar” a 150 km/h entre dois e cinco metros acima da superfície da água,

seis vezes mais rápido que os barcos convencionais. O custo é 66% inferior ao do transporte por avião, com 40% a mais de eficiência energética no consumo de combustível e menor emissão de carbono. Após testes com a inovação otimizada para a Amazônia, a startup se destacou em competições do ITA e agora chega à última etapa de desenvolvimento. O plano é realizar os primeiros voos públicos em 2025, na conferência do clima da ONU, a COP30, em Belém. “A bioeconomia tem potencial travado pelas longas distâncias e lentidão dos barcos entre comunidades extrativistas e fábricas de processamento”, observa Guimarães, que tem apoio da Jornada Amazônia, da Fundação Certi, no modelo de negócio. A tecnologia foi utilizada pela antiga União Soviética para transportar materiais na Guerra Fria. Na Amazônia, além do transporte público e escoamento da produção, o veículo pode ser usado na vigilância dos rios e como “ambulancha”, para maior agilidade no atendimento à saúde. Na região, diz Guimarães, “temos em nossa cultura que as viagens são, obrigatoriamente, longas ou caras, quando falamos de barcos e aviões”. O projeto decolou em 2021, após o repasse de R\$ 300 mil pelo

empresário Denis Minev — investidor-anjo e CEO da Bemol, rede de varejo da Amazônia, que apostou na ideia. No fundo Emerge, mantido pela família, cerca de R\$ 10 milhões já foram investidos em inovações promissoras, com ênfase em tecnologias digitais, biotecnologia e melhor uso do solo, com recuperação de áreas degradadas. “No passado, com menor oferta de projetos, a gente caçava onde investir. Agora há talentos não só jovens, mas com experiência de mercado”, afirma Minev. Descendente de refugiados judeus que vieram do Marrocos no século XIX, faliram na decadência da borracha e depois prosperaram com a Zona Franca de Manaus, o Minev diz que investir na qualidade de vida na região — além de bom negócio — “é uma obrigação moral”. Em especial, completa o investidor, no contexto da bioeconomia que se propõe a manter a floresta em pé e se mostra “significativamente mais movimentada”. No caso da AeroRiver, o empurrão atraiu novos aportes. A startup recebeu mais R\$ 560 mil de um grupo de seis práticos navais do Amazonas interessados no potencial do negócio para operações portuárias de deslocamento até navios fundeados. Com R\$ 1 milhão da Finep, em 2022, os empreendedores desenvolveram ferramentas inteligentes de controle próximas das reais, para facilitar a pilotagem. Até o momento, há intenção de compra para 16 veículos, no total de R\$ 48 milhões, vindas de empresas de diferentes ramos que atuam na Amazônia. (SA)

R\$ 10 mi
foi o aporte da Finep na startup AeroRiver

Inovações transformam práticas ancestrais em aldeias

Martha Funke
Para Valor, de São Paulo

Novos equipamentos, tecnologias e processos estão levando inovação a povos indígenas da Amazônia, com reflexos econômicos, ambientais e culturais. Uma das iniciativas é o uso de uma vulcanizadora de alumínio e plástico termoplástico pela aldeia Tukaya, localizada na Terra Indígena Xipaya, no Xingu, que realiza a aplicação de látex em tecidos emborrachados. Tradicionalmente, a economia da aldeia é baseada na extração sustentável de recursos naturais, como o látex, vendido em blocos. Até que a fabricante de mochilas e bolsas BossaPack sugeriu encauchar os tecidos na própria aldeia. Primeiro, com secagem em protótipo de forno confeccionado com lâminas de aluzinco, com temperatura de até 50°C e até sete dias de secagem. O processo avançou com o novo equipamento, que alcança 90°C e reduziu o processo a um dia. A tecnologia foi elaborada em parceria entre a BossaNova, a Mercur, empresa de inovação e responsabilidade social, e a PlenaSol, especializada em fornos solares. Hoje, o tecido é feito com algodão orgânico fornecido pela BossaNova, cujos produtos levam QR code com informações



Manejo pesqueiro do povo paumari foi desenvolvido após pesca predatória do pirarucu ameaçar espécie de extinção

sobre origem e processo de produção. Com o encauchamento, o valor recebido por litro de látex passou de R\$ 7 para R\$ 57. Os tecidos ainda são pintados pelas mulheres com grafismos tradicionais do povo xipaya. “Mesmo com chuva vai sair um pano de mais qualidade”, diz Ziapa Xipaya, um dos responsáveis pelo projeto na aldeia. “A nova es-

tufa trouxe mais renda”, acrescenta sua irmã Piware Xipaya — o artesanato incluiu as mulheres na cadeia do látex, antes exclusivamente masculina. O projeto envolve 30 moradores da aldeia e foi financiado pelo instituto Lira/Ypê, conta a coordenadora executiva do instituto, Neluce Soares. Outras ferramentas tecnológicas estão sendo usadas em favor

de aldeias, como processos de monitoramento do território, para vigilância ou levantamento demográfico e de biodiversidade. A CI-Brasil, empresa voltada à proteção da biodiversidade e apoio a indígenas, desenvolveu um aplicativo de celular para reunir registros como fotos (por celular ou drone) e gravação de voz de ocorrências captadas em

incursões, identificadas por ícones derivados de pictogramas desenhados pelos povos. Os dados são carregados em nuvem, com acesso definido pelos indígenas e dados secundários como os do INPE e do Mapbio-mas. A solução começou a ser usada em 2023 e gerou 27 painéis de informações, como localização de caça (150 registros), elementos de infraestrutura, a exemplo de cemitérios e desembarcadores (829 registros), plantas de relevância (180 registros), além de 210 registros demográficos. Hoje, 17 aldeias dos povos yawanawá e ashaninka, com cerca de 2.400 moradores, usam a tecnologia para ajudar a monitorar mais de 270 mil hectares nas Terras Indígenas de Rio Gregório e Kampa, no rio Amônia (AC). Outra novidade apoiada pela CI-Brasil é a união de pesquisadores acadêmicos e agentes indígenas do povo panará, do Xingu, para monitoramento da biodiversidade. “Pode abrir potencial para geração de renda com mecanismos que paguem por serviços ambientais”, diz o vice-presidente da CI-Brasil, Maurício Bianco. Outras inovações surgem com processos inéditos em práticas ancestrais. Um exemplo é o manejo pesqueiro sustentável do povo paumari, no rio Tapauá (AM), recém-premiado pela Fun-

dação Banco do Brasil de Tecnologia Social. O modelo foi desenvolvido depois da pesca predatória do pirarucu ameaçar a espécie de extinção na década de 1990. Os paumari se distribuem em cinco terras indígenas. Três delas têm apoio da Operação Amazônia Nativa (Opan) para o manejo sustentável. Depois do monitoramento, iniciado em 2009, a primeira autorização de pesca de 30% dos peixes contabilizados, concedida pelo Ibama, rendeu 50 pescados. No ano passado, foram 650. O processo é apoiado por bases flutuantes em pontos estratégicos do território, para conter invasões. Os peixes são eviscerados nas bases e levados por quatro dias de barco até Manacapuru (AM), para processamento e embalagem. Da renda gerada, 30% se destinam ao caixa da Associação Indígena Povo das Águas (Aipa). O restante é distribuído entre os participantes. A Aipa se encarrega da venda para a Associação dos Produtores Rurais de Carauri (Asproc), que coordena o arranjo comercial articulado pelo Coletivo de Pirarucu. O coletivo, por sua vez, vende o peixe em sete capitais do país, com a marca Gosto da Amazônia. “Éramos um povo desconhecido e isolado, agora somos reconhecidos no Brasil e mundo afora”, diz Francisco Paumari, um dos coordenadores do manejo do pirarucu.